

Cibele Dias da Silveira

**ROMPENDO AS REDES:
PERSPECTIVAS E PROBLEMATIZAÇÕES
INTERDISCIPLINARES SOBRE A GESTÃO DAS PESCAS EM
CANTO DOS GANCHOS/SC**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Doutora em Ciências Humanas.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Eunice Sueli Nodari.

Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Carmen Sílvia de Moraes Rial.

Florianópolis
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silveira, Cibele

Rompendo as redes : perspectivas e problematizações
sobre a gestão da pesca em Cantos dos Ganchos/SC / Cibele
Silveira ; orientadora, Eunice Sueli Nodari ;
coorientadora, Carmen Sílvia de Moraes Rial. -
Florianópolis, SC, 2015.
228 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Inclui referências

1. Ciências Humanas. 2. Pesca local. 3. Canto dos
Ganchos. 4. Gestão participativa. 5. Autogestão. I.
Nodari, Eunice Sueli. II. de Moraes Rial, Carmen Sílvia.
III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de
Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. IV.
Título.

Cibele Dias da Silveira

**Rompendo as redes: perspectivas e problematizações interdisciplinares
sobre a gestão da pesca em Canto dos Ganchos/SC**

Esta tese foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do título de *Doutor(a) em Ciências Humanas* e aprovada, em sua forma final, no dia 24 de julho de 2015, atendendo às normas da legislação vigente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Doutorado.

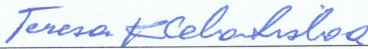
Florianópolis, 24 de julho de 2015.



Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari (orientador(a))



Profa. Dra. Carmem Silvia de Moraes Rial (coorientador(a))



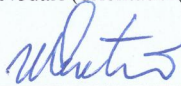
Profa. Dra. Teresa Kleba Lisboa

Coordenador (a) do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas •

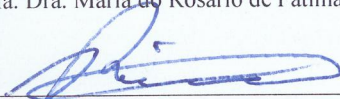
Banca Examinadora:



Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari (orientador(a)) - UFSC



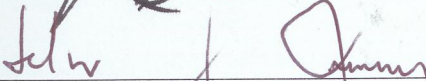
Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão (membro externo) - UFRPE



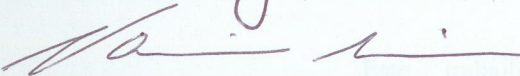
Prof. Dr. Ricardo Stanziola Vieira (membro externo) - UNIVALI



Prof. Dr. João Klug (membro interno) - UFSC



Prof. Dr. Selvino José Assmann (membro interno) - UFSC



Prof. Dr. Alex Giuliano Vailati (membro interno) - UFSC

Este trabalho é dedicado às
pescadoras e pescadores de Canto
dos Ganchos, e à minha filha Olívia.

AGRADECIMENTOS

Nestes quatro anos de doutorado muitos eventos se sucederam concomitantes à pesquisa. Conheci pessoas, tornei-me mãe e estreitei laços. A escrita dos agradecimentos talvez seja uma das mais difíceis, pois é o momento em que as lembranças voltam à tona, e a nostalgia toma conta.

Quero deixar aqui explícito todo o meu agradecimento e amor às mulheres da minha vida: minha mãe Carmen e minha irmã Aline; Morgana, minha sobrinha; e agora a Olívia, minha filha. Mulheres fortes as quais admiro e em quem me espelho. Minha mãe que se doou mais uma vez a nós, passando noites em claro com a minha filha para que eu pudesse descansar, e meses cuidando dela para que fossem viabilizadas minhas idas a campo, leituras das fontes e bibliografia, e por fim, a escrita da tese. À minha irmã que com todo o carinho também cuidou da minha filha, leu meus textos, fez “pressão”, e muitas vezes me redirecionou. Vocês são as únicas pessoas as quais confio para deixar a minha filha. Amo vocês. Ao meu pai querido, que tenho certeza que está bem orgulhoso de mim, também te amo muito. Obrigada pelo apoio e preocupação com o meu bem-estar.

Meu companheiro Pablo o qual conheci por conta do ingresso neste doutorado, e que juntos tivemos uma linda filha. Foram tantas as conversas, divergências, *insights*, imprescindíveis para que eu pudesse me sentir mais conectada a minha tese no sentido de eu realmente entender onde eu queria chegar. A leitura atenta de alguns capítulos, tradução do resumo, entre tantas outras colaborações, foi uma ajuda preciosa, que fez toda a diferença no resultado deste trabalho. Muito obrigada. Amo-te.

À minha orientadora Eunice Nodari que no momento em que mais precisei, sorriu e me deu um abraço, e ainda me felicitou. Jamais esquecerei. Muito obrigada pela confiança, atenção e carinho. Contigo, vivenciei outro significado para orientação, que para mim vai além de indicação de livros, revisão de textos e discussões, mas também a presença dessa relação humana e sensível. Acreditar que eu poderia defender a tese no prazo, mesmo tendo tido uma filha no meio do doutorado, me fez sentir confiante para seguir em frente. Para sempre estarás no meu coração.

À minha coorientadora Carmen Rial pela inspiração intelectual, e as importantes discussões nas reuniões do NAVI. Seu olhar analítico, objetivo, sem dúvida colaborou para o modo como eu

poderia perceber a minha tese. As “inspirações” da antropologia foram resultado dessa parceria. Muito obrigada.

Agradeço à Anamaria Marcon Venzon, minha querida amiga que também conheci neste programa de doutorado. Nossas conversas, cafés, e tudo mais que envolve a nossa relação. Adoro ser tua amiga. Meus queridos amigos e colegas, Letícia Barreto, Luciano Jahnecka, Pedro Magrini e Melina Ayres. Sem vocês este doutorado não seria o mesmo.

Aos pescadores e pescadoras de Ganchos, pela oportunidade da experiência e compartilhamento.

Por fim, quero deixar meu agradecimento a Capes, que financiou estes quatro anos de doutorado, e aos membros da banca por terem aceitado o convite.



"Sobre essa terra" já diz, no entanto, "sob o céu". Ambos supõem conjuntamente "permanecer diante dos deuses" e isso "em pertencendo à comunidade das pessoas". Os quatro: terra e céu, os divinos e os mortais, pertencem um ao outro numa unidade originária.

Martin Heidegger – Construir, habitar, pensar. 1951.

RESUMO

O presente trabalho surge de uma preocupação com a crise ambiental e suas implicações para o âmbito da pesca, com o declínio dos estoques pesqueiros, o comprometimento da economia de pesca artesanal e, conseqüentemente, a vulnerabilização desse ofício nas comunidades locais. Discutimos as ações realizadas pelo governo brasileiro para gerir o setor da pesca no país, entre elas o modelo de gestão participativa. O trajeto traçado por essas medidas sugere uma estratégia de política institucional para o controle dos recursos naturais e das comunidades piscatórias, que interfere em uma gestão participativa efetiva. Através do recorte geográfico da comunidade de Canto dos Ganchos, Governador Celso Ramos, SC, propomos uma análise das relações de pertencimento entre a comunidade e o ofício pesqueiro, registradas em diário de campo e fotografias que retratam as experiências simbólicas vivenciadas por esta população. Torna-se evidente a auto-organização das comunidades locais, o que nos leva a concluir a importância de promover e fomentar a capacidade de autogestão como meio de viabilizar a gestão participativa em um empreendimento socialmente eficaz.

Palavras-chave: Pesca local. Canto dos Ganchos. Gestão participativa, Autogestão.

ABSTRACT

The present work arises from a concern with the environmental crisis and its implications for the sphere of fisheries, with the decline of fish stocks, the compromise of artisanal fishing economy, and consequently the increasing vulnerability of its exercise in local communities. We discuss the actions taken by the Brazilian government to manage the fishing sector in the country, among them the participative management model. The path outlined by these measures suggests an institutional policy strategy for the control of natural resources and fishing communities, which interfere in an effective participatory management. Through the geographical cut of Canto dos Ganchos community, Governador Celso Ramos city, SC, we propose an analysis of belonging relations between the community and the fishing craft, recorded in a field diary and photographs that depict the symbolic experiences lived by this population. It becomes apparent the self-organization of local communities, which leads us to conclude the importance of promoting and fostering self-management capacity, in order to turn participatory management into a socially effective venture.

Keywords: local fishing, Canto dos Ganchos, participatory management, self-management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A tartaruga marinha.....	34
Figura 2 - Os gatos e as vísceras	36
Figura 3 - Caça à Baleia Cachalote. Ilustração do Século XVIII.....	67
Figura 4 - "Indo pra rede".....	81
Figura 5 - As bandeiras	88
Figura 6 - Canto dos Ganchos	92
Figura 7- Vista do Desterro e seu porto, 1875.....	106
Figura 9 - Categorias de pescadores e pescadoras	169
Figura 9 - As siris.....	178

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Governador Celso Ramos	59
Mapa 2 - Comunidades gancheiras	60
Mapa 3 - Mapa contido no Atlas do Brasil manuscrito pelo Cartógrafo João Teixeira, no ano de 1640. <i>Descrição de todo o marítimo da Terra de Santa Cruz chamado vulgarmente o Brazil</i> , Cartógrafo, onde mostra a Ilha de Santa Catarina no período colonial.....	62
Mapa 4 - Coordenadas das Capitanias Hereditárias.....	102

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Captura de pescado marítimo e lacustre no Brasil entre os anos 1960 e 1990.....	113
Tabela 2- - Pescado total por forma de organização da atividade por região 1º semestre de 1989.....	117

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Princípios para a gestão das pescas.....	127
Quadro 2 - Fatores que dificultam o avanço da gestão pesqueira ...	145

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA – Área de Preservação Ambiental
APEBa– Arquivo Público da Bahia
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento
CODEPE – Conselho de Desenvolvimento da Pesca
DHN – Diretoria de Hidrografia e Navegação
FECOPESCA – Federação Cooperativa de Pesca
FEP – Fundo Europeu de Pesca
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICNB - Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano do Município
LEK – Local Ecological Knowledge
MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PCP – Política Comum de Pesca
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX – Reserva Extrativista
SEAP – Secretaria Especial de Agricultura e Pesca
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUDEPE – Superintendência de Desenvolvimento e Pesca
TEK- Traditional Ecological Knowledge
UE – União Europeia
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí
UNL – Universidade Nova de Lisboa

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	27
2. HISTÓRIAS DE GANCHOS: A ATIVIDADE PESQUEIRA COMO EIXO DE FORMAÇÃO DE UMA COMUNIDADE.....	53
3. TERRITÓRIO, LUGAR E PAISAGEM: A CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DO ESPAÇO NA RELAÇÃO COM O SER QUE O HABITA.....	79
4. POLÍTICAS DE PESCA.....	101
5. A GESTÃO DOS <i>COMMONS</i> E POSSIBILIDADES ORGANIZACIONAIS.....	121
6. A GESTÃO PARTICIPATIVA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE.....	155
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS. ORGANISMO SISTÊMICO: A CONTRIBUIÇÃO INTERDISCIPLINAR NO DEBATE PARA A GESTÃO DA PESCA.....	177
REFERÊNCIAS.....	185
Fontes.....	185
Bibliografia.....	190
ANEXOS.....	228

1. INTRODUÇÃO

Esta tese resulta de uma pesquisa de abordagem interdisciplinar, que flui entre diferentes campos de conhecimento como Antropologia, História Ambiental, Direito e Filosofia Política, em que utilizo métodos e formas interpretativas que no decorrer deste estudo criaram seu próprio molde, e destino, em meio à diversidade desses saberes.

O tema é definido pelo cenário da pesca artesanal¹ ou pesca em pequena escala, ou ainda também referida como pesca local. sob a perspectiva dos recursos de uso comum, também chamados de *Commons*², e o funcionamento de sua gestão no Município de Governador Celso Ramos, ou como outrora fora chamado: Ganchos. Ganchos foi o primeiro nome de batismo daquela localidade, que ainda hoje faz com que seus habitantes se automeiem “gancheiros”.

Ganchos é o campo escolhido para expressar e evidenciar a relação de pertencimento da população local com o espaço geográfico, não só pelo trabalho, mas pelas memórias, e construção cultural. Diante disso, optei por referir-me ao município de Governador Celso Ramos como Ganchos, nome designado no passado, e que ainda hoje é o nome com o qual a comunidade se auto-identifica. Apesar de haver os núcleos de pesca, este município se expressa em sua totalidade, como um grupo

¹ Em Ganchos a faina é realizada através de embarcações chamadas de bote e bateira, que podem medir até 8 metros de comprimento. É importante evidenciar aqui que esta noção de pesca artesanal, conforme defenderei no decorrer do trabalho, surge em função de uma necessidade estratégica de distingui-la econômica e politicamente da atividade produtiva da pesca industrial. Por outro lado, a designação artesanal, em termos práticos, além de seccionar diferentes membros da comunidade, como o recente Decreto nº 8.425 de 31 de março de 2015, é uma forma de marginalizá-los/as como grupos que mantêm práticas rudimentares, e saberes “peculiares” e “pitorescos”. O que pelo contrário, todas essas formas de experiência e conhecimento deveriam valorá-los/as. Prefiro chamá-los/as de pescadores e pescadoras locais, ou pelo seu ofício, melhor ainda pelo nome. No entanto, para efeitos didáticos, bem como pelo seu uso na legislação em vigor, em alguns momentos utilizo a denominação artesanal.

²Os *Commons*, ou *comuns*, é um termo que se refere ao uso comunitário de recursos naturais, como por exemplo, a captura de pescado, caça, entre outras formas extrativistas. Diversas comunidades rurais, e também das zonas costeiras utilizam espaços territoriais de uso comum, que são apropriados coletivamente, sendo também um universo simbólico de reproduções sociais. (DIEGUES, 2001).

que se reconhece pela realização da mesma atividade marítima. A área de estudo abrange principalmente o núcleo de *Canto dos Ganchos*, local onde colhi as primeiras impressões, conversas e sentimentos.

O objetivo geral desta tese é problematizar as formas de implementação da gestão integrada e participativa das zonas costeiras no Brasil, tanto no âmbito de criação como na gerência das políticas para a pesca, e direcionar esse olhar à realidade da pesca de Canto dos Ganchos. Ao reconhecer a fragilidade da gestão integrada e participativa, apontar as tendências para o futuro dessa modalidade de gestão.

Quando se fala em gestão participativa e integrada, cogestão na pesca, ou gestão compartilhada, remete-se à administração dos recursos naturais, havendo uma consonância entre o envolvimento dos *stakeholders* e do Estado nas tomadas de decisão. A forma de implementação da gestão compartilhada está diretamente relacionada com os graus de efetiva participação dos interessados (a comunidade local e/ou outros), e o grau de devolução do poder do Estado no processo decisório³. Podem ser desde acordos de pesca, restrições aos recursos, oferecimento de cursos de capacitação, reuniões para discussão, fóruns de pesca, bem com o gerenciamento de áreas de Unidades de Conservação como as Reservas Extrativistas (RESEX), Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), e tantas outras formas possíveis de interação entre as partes interessadas.

Embora a gestão participativa represente uma mudança paradigmática na área ambiental e social, ao longo dos anos de aplicação em todo o Brasil, constatou-se que em certas regiões existe uma menor efetividade que em outras áreas, sendo que a principal dificuldade se instala na implementação e manutenção dessas iniciativas ao decorrer do tempo⁴, ou seja, na manutenção longo prazo dos projetos.

Diante deste contexto, foi desenvolvida neste trabalho a hipótese de que existe um interesse, uma estratégia política institucional de domínio dos recursos naturais e das populações locais. Dessa forma, para compreender essa ineficácia, e entendendo que se trata de embates sobre gestão da vida, debruço-me na Filosofia Política, que pode ampliar a discussão no sentido de sugerir a gestão da pesca como dispositivo

³KALIKOSKI, Daniela; SEIXAS, Cristina; ALMUDI, Tiago. Gestão compartilhada e gestão comunitária da pesca no Brasil. Avanços e desafios. Ambiente e Sociedade. Campinas n. 1 V. XII. P. 151-172. Jan-Jun. 2009.

⁴KALIKOSKI, Daniela et. al. Op. Cit., 2009.

biopolítico, que teria como função estratégica o controle e monitoramento do ambiente e das populações que interagem com esse meio natural.

Para a gestão participativa ter sucesso, é necessário que a comunidade tenha autonomia, que permita a livre articulação de expressão das demandas do grupo. Em sequência desta hipótese, também surge uma contraposição, em que, se estas comunidades se tornarem autônomas, o governo não tem controle da economia da pesca, setor que sempre foi alvo de interesse por ser um ramo promissor.

A importância de estudar este tema se justifica pela crise ambiental generalizada. Uma crise que também atinge o âmbito das pescas, já constatada há anos⁵, amparada no declínio dos estoques pesqueiros, e o comprometimento da economia do setor da pesca em pequena escala, e a conseqüente fragilidade na permanência deste ofício por essas comunidades, tendo em vista que não se trata apenas de assegurar a conservação das espécies marinhas, mas também das populações humanas.

O recorte da categoria de análise se faz sob o ângulo da territorialidade (espaço territorializado), tendo em vista que a percepção do território marítimo reflete os conhecimentos locais⁶ da população tradicional sobre o pescado, bem como a acomodação dessas comunidades em torno do mar. A territorialidade e a noção de espaço e lugar estão estritamente ligadas ao âmbito social. Desde o povoamento

⁵ Para este tema, v. CARVALHO GASPARGASPAR, Natasha Dente de. *Sea to Shore: na economic evaluation of the Azorean commercial fisheries*. (Tese de Doutorado) Universidade dos Açores. Departamento de Oceanografia de Pescas. Horta, 2010; DIAS-NETO, José; DORNELLES, Lia Drummond. C., *Diagnóstico da Pesca Marítima do Brasil*. Brasília:IBAMA, 1996. Pp. 163; PAIVA, Melquíades Pinto, *Recursos Pesqueiros Marinho do Brasil*. Fortaleza: UFC Edições, 1997; MCGOODWIN, James R. (1990). *Crisis in the world's fisheries. People, problems and policies*. Stanford, California: Stanford University Press, 235p; MCCAY, Bonnie J. and FINLAYSON, Alan Christopher "The Political Ecology of Crisis and Institutional Change: The Case of the Northern Cod." Paper presented to the Annual Meetings of the American Anthropological Association, Washington, D.C., 15-19 Nov. 1995. Typescript; CLAUSEN R, Clark B (2005). *The Metabolic rift and marine ecology. An analysis of the ocean crisis within capitalist production*. *Org. Env.* 18: 422-444

⁶ O conhecimento ecológico tradicional foi definido por Berkes & Folke (2002), como um corpo cumulativo de conhecimento, práticas e crenças evoluídos através de processos adaptativos e repassados para gerações através da transmissão cultural sobre as relações dos seres vivos.

por colonizadores e escravos em Santa Catarina no século XVII o alvo era a conquista de terras através da agricultura e do território marítimo por meio do pescado, com início à caça às baleias.

Para a efetividade da gestão dos *commons* muitos são os elementos que devem ser levados em consideração, como a geografia e biologia marinha, a organização social da comunidade, entre outros. Não deixarei nenhum desses de fora, mas acredito que a territorialidade abarca não só os elementos ora discriminados, mas atinge principalmente o âmago do significado de coletividade, e da relação implícita que existe entre os pescadores e pescadoras com o meio ambiente. Desta forma, o quesito territorial representa o sentido simbólico de espaço no desenvolvimento do ofício da pesca.

Percebi a importância da territorialidade no meu trabalho de mestrado em Sesimbra, Portugal. O território delimitado geograficamente para a atividade da pesca tem uma análise de força política, que fomenta as relações de poder, seja entre si na comunidade, como entre Estado e comunidade. No convívio com os pescadores de Sesimbra entendi que o conhecimento do território do mar viabiliza as representações de cada um desses trabalhadores, de certa forma como uma hierarquia, tanto que essa responsabilidade fica a cargo do mestre: “o mestre é aquele que vê onde é que estão os bancos, ele tem olho pro radar. Ele é que tem conhecimento para ver onde está o peixe. Ele manobra a embarcação. Poucos não são donos de barco”.⁷ Também pude observar isto em Ganchos, conforme diário de campo:

Então Naca sai, e volta dizendo que ficou sabendo de uma notícia muito boa, mas que não era para espalhar: outro pescador havia dito que matou dois peixes de 20 quilos. O que era para ser um “segredo” acabou por se espalhar pelos ranchos de pesca. Os pescadores começaram a arrumar as suas embarcações, e Nair me convidou para ir junto com ela ao mar para colocar as redes. Sorri, e aceitei na hora. Ela resmungou dizendo que ele capturou os peixes bem no local onde ela tinha deixado as suas redes que teve que tirar no dia anterior porque o mar estava muito bravo. Fomos

⁷Fala do Senhor José, 64 anos. In: SILVEIRA, Cibele Dias da. Terra e mar: um estudo sobre as políticas e a atividade de pesca artesanal em Sesimbra sob uma perspectiva social. Dissertação de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa. Portugal. 2009. 135 p.

até o barco do pescador que havia capturado os peixes e através das escamas que estavam ali soltas pelo bote ela confirmou que os peixes deviam pesar em torno de 20 quilos. Os pescadores começaram a perguntar se ela iria embarcar, e ela logo dizia: vou, mas tu vais para aquele lado e eu pra esse. Como uma forma de não aglomerar vários no mesmo território.⁸

Essas relações de poder entre território, o saber-fazer, e os papéis sociais na pesca, nos permitem entender, ou pelo menos nos permitem pensar em uma discussão sobre a autogestão da atividade pesqueira, e as delimitações fundamentadas em regras locais determinadas pelo próprio grupo.

O ponto de partida para trabalhar com esse tema inicia com a minha trajetória no Mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos⁹, entre os anos de 2007 e 2009, junto a uma comunidade de pescadores em Sesimbra, Portugal. Lá, presenciei o cenário conflituoso da criação do Parque Marinho Luiz Saldanha, gerido pelo ICNB¹⁰ com o intuito oficial de preservação e conservação de espécies marinhas ameaçadas, mas planejado e instituído de forma arbitrária, desconsiderando consultas ou diálogo com os pescadores locais, que acabaram excluídos do processo decisório e administrativo.

Naquelas circunstâncias, identifiquei um movimento ambivalente que permeia grande parte das questões voltadas ao meio ambiente - nesse contexto à gestão de zonas costeiras -, e que dificilmente se desfaz. De um lado, a problemática da crise ambiental, que envolve o agravamento da degradação das zonas costeiras, cuja natureza se revela extremamente sensível a qualquer intervenção humana ou modificação das condições naturais.¹¹

⁸Diário de Campo do dia 31 de agosto de 2012 – Canto dos Ganchos/Governador Celso Ramos.

⁹SILVEIRA, Cibele Dias da. Terra e Mar: Um estudo sobre as políticas e a atividade da pesca artesanal em Sesimbra sob uma perspectiva social. Dissertação de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa. Portugal. 2009

¹⁰Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade.

¹¹ MUÑOZ, Juan Manuel B. Ordenación, planificación y gestión de espacio litoral.1. Edição. Ed. Oikos-Tau: Barcelona, 1994.

Do outro, as comunidades que sobrevivem da economia da pesca em pequena escala, frequentemente atingidas por fatores alheios a sua própria atividade, como a escassez de espécies em função das capturas realizadas por navios industriais, a poluição das águas marinhas, além dos fatores sociais como turismo desenfreado e especulação imobiliária. A coexistência entre estes dois registros de vulnerabilidade, uma biológica e outra social, torna mais sensível e implexa a proposição de estratégias de conservação efetivas, seja das zonas costeiras, ou das comunidades.

Em maio de 2012 - já vinculada ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC - iniciei algumas visitas ao município de Governador Celso Ramos, acompanhando a Professora Maria do Rosário Leitão, pesquisadora ligada ao projeto “*Mulheres Pescadoras em Santa Catarina*”.

Ao longo das conversas com pescadores e pescadoras, considerei a possibilidade de realizar a pesquisa de campo de minha tese de doutorado naquela região. A princípio essa escolha não foi motivada por nenhuma questão específica, e sim por um conjunto de narrativas e histórias que aguçaram minha curiosidade sobre o funcionamento orgânico daquela comunidade - que vive essencialmente da atividade produtiva da pesca em pequena escala -, e o interesse em interagir com seu modo de vida, permeado historicamente pelos resquícios da migração açoriana.

As idas a campo se sucederam de forma despreziosa pelos meses seguintes, sedimentando a confiança, ou pelo menos a abertura, daquela comunidade a minha presença e interrogações. Até a ocasião de um incidente resgatar antigas preocupações, relatado a seguir conforme anotações do diário de campo:

Na manhã do dia 5 de novembro de 2012, cheguei a Canto dos Ganchos por volta das 9h30 da manhã. Naca e Neusa, pescadoras da região, recém tinham voltado do mar, e começaram a retirar os peixes do bote. Fui cumprimentá-las. Entre os animais que foram capturados estavam um Pampo Amarelo, um filhote de Cação e um Bagre. Alguns pescadores homens ajudaram Naca a trazer o barco para terra. Fomos para o rancho conversar, e Naca começou a preparar o almoço

com o Cação e algumas sardinhas que estavam no congelador.

Depois de algumas conversas aleatórias, chega o barco do seu João, que chama por Neusa para ver algo. Neusa grita e diz para eu tirar algumas fotos. Quando vi, era uma tartaruga marinha¹² enorme! Comecei a tirar fotos e também a filmá-la. Fiquei encantada por ela, e ansiosa por saber quando a devolveriam ao mar. Ainda que com receio de interferir em minha observação de campo, até então mantida em contornos etnográficos, fiquei tensa esperando pelo momento em que ela fosse solta. Não sei se pela minha presença, mas logo a deixaram ir embora. No caminho até a beira do mar um dos pescadores perguntou se não iriam matá-la, e seu João disse que iria colocá-la de volta no mar, mas que se algum “malino”¹³ a achasse iria matá-la na próxima esquina. A conversa se estendeu até o rancho. Naca disse que aquela tartaruga iria dar uns 10 quilos de carne, mas que matar tartaruga hoje em dia dava problemas. Seu filho disse que achava bobagem esse negócio de extinção, e que tinham muitas dessas tartarugas no mar. Contou que elas choram, saem lágrimas, quando eles as matam.¹⁴

Apesar de estar ali fazendo parte daquele grupo, nem que por alguns instantes, fiquei dividida com a cena. Sabendo que esses animais são protegidos por serem ameaçados de extinção, além de perceber que de acordo com o seu tamanho e aparência se tratava de uma Tartaruga

¹²A tartaruga encontrada é da espécie *Chelonia Mydas*, nome vulgar Tartaruga Verde, Aruanã ou Uruanã. Está na lista das espécies ameaçadas de extinção protegidas pela Unidade de Conservação APA (Área de Proteção Ambiental) do Anhatomirim, que abrange a região de Governador Celso Ramos. Fonte: <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/fauna-brasileira/lista-especies/360-tartaruga-verde>

¹³Pessoa má.

¹⁴Diário de Campo do dia 05 de novembro de 2012 – Canto dos Ganchos/Governador Celso Ramos.

Verde (*Chelonia mydas*), (figura 1), e teria muitos anos de vida, fiquei aflita em saber que ela poderia ser morta por qualquer daqueles pescadores que estavam presentes. Provavelmente muitas o são. Por outro lado, já havia desenvolvido amizade, e eu tinha um interesse verdadeiro em reconhecer o seu trabalho, e uma comoção na conservação dessa atividade para permanência dessas comunidades que enxergam na pesca não só laboro, mas a realização de suas relações sociais e identidade.

Figura 1 - A tartaruga marinha



Fonte: acervo da autora.

Para eles a carne de tartaruga é uma importante fonte de proteína alimentar, e por serem grandes e pesadas, carnear 10 quilos resulta numa quantia considerável de refeições. Há algumas décadas atrás esses pescadores não seriam repreendidos por abaterem essas espécies. E achar “*bobagem esse negócio de extinção*” evidencia que aqueles animais que não tem valor comercial para os pescadores, não são percebidos ou contabilizados como problema ambiental no caso de escassez da espécie, ao contrário de outras que quando há uma diminuição no estoque marinho, e por serem importante fonte de renda, se destacam e ganham visibilidade desses pescadores, como pude ouvir

tanto em relatos em Portugal¹⁵ como aqui no Brasil¹⁶, onde os pescadores se “queixam” da diminuição de determinada espécie.

Novamente, o recorte dicotômico entre os cuidados às populações e o cuidado ao meio natural ressurgiu, provocando interrogações e suscitando paradoxos, tanto em minhas convicções pessoais como nos rumos da construção da minha tese. Hoje, consigo perceber que a ambivalência dos meus sentimentos está relacionada a essa dualidade tão explícita entre o social e o ambiental. A mesma dualidade que pude constatar em Portugal, quando da criação do Parque Marinho, bem como nos conflitos relacionados à criação de reservas extrativistas – RESEX¹⁷ – e áreas de proteção e conservação.

O desafio dos estudos na área ambiental é justamente conseguir perceber a complexidade¹⁸ da relação entre ser humano e o meio natural, onde todos fazem parte de um sistema que funciona como totalidade. Este pensamento interage com o pensamento complexo, que hoje tem como expoente Edgar Morin que refere que:

Existe complexidade, de fato, quando os componentes que constituem um todo (como econômico, político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico) são inseparáveis e existe um tecido interdependente, interativo, e inter-retroativo entre as partes e o todo, o todo e as parte.¹⁹

Um sistema que é reconhecido até mesmo quando as vísceras dos peixes filetados são jogadas para outros animais, tanto no mar, quanto

¹⁵SILVEIRA, Cibele Dias da. A terra e mar: um estudo sobre as políticas e a atividade de pesca artesanal em Sesimbra sob uma perspectiva social. *Dissertação de Mestrado*. Universidade Nova de Lisboa. Portugal. 2009. 135 p.

¹⁶Nesta tese.

¹⁷A recente tese de doutorado de Melissa Vivácqua, trata dos conflitos na criação da RESEX de Ibiraquera-SC. Dilemas da conservação e desenvolvimento na gestão compartilhada da pesca artesanal: [tese] : conflitos e sinergias nos processos de criação de Reservas Extrativistas Marinho-Costeiras em Santa Catarina / Melissa Vivacqua ; orientador, Paulo Henrique Freire Vieira - Florianópolis, SC, 2012.

¹⁸Nesse contexto, complexidade é entendida como sistema, integração, interdependência.

¹⁹MORIN, Edgar. (2000). A cabeça feita. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand.

para as aves que rondam, e para os gatos que criam colônias numerosas naquele lugar (figura 2).

Figura 2 - Os gatos e as vísceras



Fonte: Acervo da autora

Este ponto de vista integrativo também deve ser levado em consideração nas tratativas governamentais para as políticas de pesca, que hoje se apresentam em fase embrionária, com dificuldade em reconhecer de fato essa interdependência entre os sistemas sociais e os recursos naturais. A racionalidade da política, que dá forma às práticas governamentais para a atividade pesqueira, interfere nesse tema através de dispositivos legais, que visam orientar e controlar as relações entre as comunidades de pesca, o mar e seus frutos, mas cuja eficácia ainda esbarra numa percepção polarizada destas relações, falhando em reconhecer seu caráter interdependente.

De meados do século XVIII ao início do segundo quarto do século seguinte, governar quer dizer: defender e conservar os domínios soberanos²⁰. Governança participativa das zonas costeiras é a defesa e conservação tanto do ambiente marinho e seu entorno, como do tecido

²⁰SALOMON, Marlon. O saber do espaço. Ensaio sobre a geografização do espaço em Santa Catarina no século XIX. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Sc. 2002

social, onde população em forma de comunidade se apresenta como um sistema dinâmico integrado. Entretanto, o que se percebe é a discrepância, desarmonia entre o governar o âmbito social e o ambiental, e para, além disso, se destaca a sua forma bipartida, polarizada. A população pesqueira e sua interação com a atividade da faina, assim como o próprio produto pesqueiro, a paisagem marítima, e o mar fazem parte de um mesmo organismo.

Contraopondo-se ao modelo centralizador baseado numa racionalidade institucional de vigilância e fiscalização, novas propostas têm surgido para inovar a gestão dos recursos de uso comum. Essa mudança paradigmática iniciou na década de 80 do século passado, com a valorização por parte de pesquisadores do saber técnico e ecológico local²¹, como forma de entender a comunidade. Até então, as pesquisas de desenvolvimento para gestão das zonas costeiras privilegiavam o saber científico, priorizando pelo ambiente físico, sem levar em consideração a experiência das populações locais, e sua relevância para a gestão das pescas.

A idealização de arranjos institucionais como a *gestão participativa*²² como modalidade de gestão nas pescas irrompeu nos anos de 1990, representando um grande avanço político e social, haja vista que prima por um discurso que apresenta compreensão da efetividade da dinâmica *do todo e das partes*, promovendo uma maneira de pensar a governança num processo organizativo através do compartilhamento do poder decisório por meio do “envolvimento dos usuários diretos dos recursos, isto é, os pescadores, nos processos de

²¹ V. SEIXAS, Cristiana Simões. Abordagens e técnicas de pesquisa participativa em gestão de recursos naturais. In: VIEIRA, Paulo Henrique freire; BERKES, Fikret. SEIXAS, Cristiana Simões. (Orgs.) Gestão Interada e Participativa de Recursos Naturais. Conceitos, métodos e experiências; Florianópolis: Secco/APED, 2005 e BERKES, Fikret (ed.) Commom property resources: Ecology and community-based sustainable development. London:Belhaven, 1989.

²² V. CHAMBERS, Robert. Shortcut and participatory methods for gaining social information for projects. In: CERNEA, Michel M. (ed). Putting people first: social variable in rural development. 2^a ed. Oxford University Press, pp. 515-537; BERKES, Fikret (1996). Social Systems, ecological systems and property rights. In: HANNA, S. S.; FOLKE, C.; MALER, K. G. (Eds.). Rights to nature: ecological, economics, cultural and political principles of institutions for the environment. Washington: Island Press; CARLSSON, L. e BERKES, F. 2005. Co-management: concepts and methodological implications. Journal of Environmental Management 75: 65–76.

planejamento, implementação e monitoramento/avaliação de planos de manejo dos recursos pesqueiros”²³. E não só entre comunidade e o próprio Estado/Governo, mas entre os demais *stakeholders*²⁴.

Como já mencionado, a gestão participativa na pesca foi, e ainda é, um grande avanço como alternativa à manutenção e preservação tanto da atividade pesqueira e da comunidade ao entorno, como dos estoques da fauna marinha. Em minha dissertação de mestrado²⁵, diante dos conflitos gerados pela falta de diálogo entre o Estado e a população local, faço uma análise no sentido da emergência de uma gestão participativa. Naquela conjuntura, apontei este como o caminho mais apropriado, diante de uma realidade em que estava patente a centralização de decisões. No entanto, apenas sugerir a gestão participativa como solução, é uma conclusão ingênua.

Ao aprofundar as leituras neste tema, percebi que em grande parte da bibliografia são apontadas falhas que concorrem para o fracasso dessa gestão em projetos em longo prazo. Dentre as hipóteses para a ineficácia social²⁶ deste dispositivo se pautam em diferentes fatores. De acordo com Berkes²⁷, o manejo ou cogestão não funciona a menos que os usuários estejam dispostos a cumpri-lo.

²³SEIXAS, Cristina. KALIKOSKI, Daniela Coswig. A Gestão Participativa da pesca no Brasil: propostas, projetos e documentação dos processos. Revista Meio Ambiente e Desenvolvimento, v. 20, pp. 119-139, 2009.

²⁴*Stakeholder* é uma expressão/termo utilizada/o para definir a parte interessada, ou interveniente, que de alguma forma possa influenciar o desenvolvimento de um projeto. Usualmente, na área administrativa, são os envolvidos em um processo, ou empreendimento, onde as necessidades desses interessados são conhecidas e levadas em consideração pelos gestores, com o intuito de satisfazer as necessidades de todos os stakeholders. No que tange à gestão participativa das zonas costeiras, são tanto os pescadores, a comunidade em geral, pesquisadores, governo, e quem mais esteja interessado em participar do processo decisório relacionado a esse tema.

²⁵v. SILVEIRA, 2009.

²⁶ A *eficácia social* se configura por designar uma conduta harmônica com a prevista pela norma, ou seja, se refere ao fato de que a norma é realmente obedecida e aplicada socialmente. Ou seja, se vê os resultados de sua aplicação no contexto social. Quando se fala que uma norma é eficaz socialmente, significa que esta norma é dotada de efetividade.

²⁷BERKES, Fikret.; Mahon, R.; McConneY, P.; Pollnac, R. C.; Pomeroy, R. S. Managing small-scale fisheries: alternative directions and methods. Ottawa: International Development Research Center, 2001. 308 p

Para uma cogestão bem-sucedida é necessário o compromisso da comunidade, do Estado, e outros *stakeholders*. Ou seja, quando se constata a desobediência às regras de uso dos recursos, muitas vezes está ligado à criação de regras não congruentes à realidade da comunidade²⁸, o que resulta no desinteresse pelo envolvimento nos regimes de gestão participativa, assim como a falta de confiança da população nessas instituições²⁹.

Já a ausência de estabelecimento de regras claras e apropriadas para a exploração comedida dos recursos com a devida participação dos pescadores no desenho de tais regras³⁰, demonstra o despreparo institucional, que atua numa relação vertical, ineficiente em detectar as reais demandas manifestadas pelo grupo local.

Na tese de Vivácqua³¹, sobre conflitos nas criações de RESEX foi verificada que os pescadores não se identificavam com o arranjo institucional a ser implementado, provocando desconfiança, e afastamento por parte da comunidade de pesca.

O estudo das representações sociais revelou que as unidades de conservação, mesmo as Reservas Extrativistas, são percebidas pelos pescadores artesanais como políticas externas a eles, consolidando-se em um “espaço do outro” - do Estado – ao invés de um território social apropriado por meio de uma complexa rede de relações e saberes. Se por um lado, os avanços na legislação ambiental e nas políticas públicas de gestão da pesca artesanal têm descortinado novos caminhos para a participação social e práticas de

²⁸ V. VASCONCELLOS e LAVKLICH, 2002; e ARAÚJO-LIMA e RUFFINO, 2004.

²⁹ V. KALIKOSKI e SATTERFIELD, 2004.

³⁰ V. HARTMANN, W. D.; CAMPELO, C. M. F. Ambivalent Enforcers. Rules and Conflicts in the Co-Management of Brazilian Reservoir Fisheries. Crossing Boundaries. In: COMMON PROPERTY CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR THE STUDY OF COMMON PROPERTY – IASCP, 7, 1998. Proceedings...; MACEDO, D. S. Manejo florestal comunitário: III oficina de manejo florestal comunitário. Manaus: Ibama, 2000. 46 p; RUFFINO, M. L. Strategies for Managing Biodiversity in Amazonian Fisheries. In: Blue millennium: managing global fisheries for biodiversity. Canadá, 2001.p. 24.

³¹VIVACQUA, Melissa op.cit, 2012.

gestão compartilhada, tais oportunidades ainda encontram-se muito aquém do desafio de integrar as estratégias de conservação e desenvolvimento.

32

Diante desse contexto, iniciei um processo de tentar entender o porquê dessa forma de gestão não ser bem-sucedida. Assim, a problemática desta pesquisa se apresenta por meio da oposição entre a preservação e conservação dos recursos de usos comum, e a continuidade da atividade da pesca realizada por comunidades locais, aliada a um modelo de gestão que apresenta falhas, e se demonstra ineficaz na maioria das vezes.

Esse processo exige um olhar interdisciplinar. Por isso, neste estudo, reconheço a importância da perspectiva da história ambiental, onde trabalho com a construção histórica da identidade piscatória relacionada ao meio natural, e o histórico da gestão pesqueira desde os dízimos das capitânicas hereditárias, passando pela política da criação da Superintendência da Pesca – SUDEPE em 1962, as políticas hoje estabelecidas, e a dos saberes locais que é geracional. Cruzarei as temporalidades na análise das fontes legislativas, e das observações etnográficas.

A demarcação territorial marítima é a categoria de análise sendo este o saber local que legitima e define funções dos pescadores dentro da faina. Através da valorização desse conhecimento (LEK - *Local Ecological Knowledge*) é possível identificar espécies de animais e plantas, comparando com o que até hoje a literatura científica tem publicado, como o saber sobre a dimensão do espaço, em que os pescadores e pescadoras reconhecem os locais de desova, de pesca, e rotas migratórias, bem como onde se situam os cardumes³³, contribuindo

³²Ibid, p. 7

³³CARDOSO, Eduardo Schiavone. Pescadores artesanais, natureza, território e movimento social. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo. 2001; ASWANI, S. and LAUER, M. (2006). Incorporating fishermen's local knowledge and behavior into geographical information systems (GIS) for designing protected areas in Oceania. *Human organization* 65(1): 81-100; CLOSE, C.H. and Hall, G.B. (2006) A GIS Based protocol of the collection and use of local knowledge in fisheries management planning. *Journal of Environmental Management* 78: 341-352

e compartilhando no processo de idealização e aplicação das políticas de pesca.

O território é um espaço de poder onde se entram disputas tanto por parte da comunidade como do Estado. O que tudo indica é que estas disputas de poder acabam influenciando as políticas de pesca, sendo que vou observar como se dá este processo dentro do meu recorte de pesquisa.

A detenção desse saber reforça a identidade cultural local, haja vista que esse conhecimento se dá por meio das relações dentro da comunidade, como histórias contadas e ouvidas, experimentações da faina, ou a mera observação. São percepções e entendimentos peculiares adquiridos pelas comunidades litorâneas. Segundo Maldonado,

[...] no mar, os territórios são mais do que espaços delimitados. São lugares conhecidos, nomeados, usados e defendidos. A familiaridade de cada grupo de pescadores com uma dessas áreas marítimas cria territórios que são incorporados na sua tradição.³⁴

A respeito da pesca artesanal, Ramalho afirma que a pesca liga os “homens às práticas tradicionais, reproduzindo sistemas socioculturais e a própria reprodução dos pescadores”³⁵. As reproduções socioculturais estão intimamente ligadas ao aspecto territorial, onde o território marítimo, para os pescadores artesanais, serve como meio de manutenção das tradições, reforço da identidade local, e base da economia. Para Marcel Jollivet³⁶, sociólogo francês, o espaço expresso como território, se manifesta permanentemente e é construído a partir da memória coletiva e das relações sociais que são formadas pelas interações locais e externas.

O sociólogo francês Henri Mendras, ao dedicar-se ao tema da sociologia rural, em seu livro. *Sociedades camponesas* esclarece o significado de pertencimento: “A coincidência entre laços de parentesco

³⁴MALDONADO, Simone Carneiro. (1994). Mestre e mares. Espaço e divisões na pesca marítima. 2ª Edição. Ed. Annablume: São Paulo, p. 61

³⁵RAMALHO, Cristiano Wellington. (2006). Ah, esse povo do mar! Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. Ceres – Centro de Estudos Rurais IFCH – UNICAMP. Ed. Polis: São Paulo, p. 151

³⁶JOLLIVET, Marcel. Le developpement local, mode ou movement social? Paris: Societé Française d’economie rurale, 1984.

e território, completados pela posse de uma fração de território, pode fazer com que o pertencimento à aldeia e o pertencimento a uma parentela sejam indissociáveis: “aqui” é “uma só família” e todos estão “em casa””.³⁷ A noção de territorialidade dessas comunidades se vincula às relações e à localidade de vivência e laboro, fortalecendo o sentido de identidade e refletindo um sentimento de pertencimento.

O conceito de território foi difundido e sistematizado através da biologia no campo da zoologia, sendo posteriormente associado à análise geográfica³⁸, e hoje transita por diferentes áreas das ciências humanas, considerando que o território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço³⁹.

No início do século XX, entre 1902 e 1912, através da Expedição Cambridge, realizou-se o primeiro estudo interdisciplinar de um grupo tradicional de pesca, o Estreito de Torres, que fica entre a Nova Guiné e a Costa Nordeste da Austrália. Segundo o que consta nos relatórios dos antropólogos, estes ficaram impressionados com o conhecimento dos pescadores da região:

Os nativos dedicam marcada atenção aos traços e acidentes geográficos, sendo capazes de fazer mapas e de representa geograficamente as características essenciais das ilhas de memória. Tais capacidades explicam sua náutica e suas condições de viver da pesca.⁴⁰

Nas comunidades de atividade pesqueiras a demarcação territorial é delimitada culturalmente. Advém da experiência marítima do pescador, e do repasse de histórias ao longo de gerações. De acordo com Little⁴¹, o território é o produto histórico de processos sociais e políticos,

³⁷ MENDRAS, Henri. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 88

³⁸ MORAES, Antônio Carlos R. (1984). Território. Orientação. São Paulo. Instituto de Geografia. USP, n. 5.

³⁹ RAFFESTEIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. Ed. Ática. São Paulo, 1993, p. 7

⁴⁰ CORDELL apud Maldonado, Simone. Op.cit. 1994, p. 106.

⁴¹ V. LITTLE, Paul Elliott. (2002) Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia. Departamento de Antropologia Universidade de Brasília. DF

e por isso para entender a relação particular que um determinado grupo mantém com seu território é preciso analisar o contexto histórico e político no qual ele foi produzido.

No entanto, esse conhecimento do mar pode entrar em conflito com o reconhecimento territorial noutras esferas da sociedade, principalmente no que diz respeito ao âmbito jurídico, já que os zoneamentos das áreas levam em consideração aspectos técnicos que nem sempre está de acordo com a realidade dessas comunidades, o que retoma a permanência do poder decisório centralizador do Estado.

A importância deste estudo se justifica pela necessidade de ampliar a discussão sobre a proposta do modelo de gestão participativa e descentralizadora, além de salientar e rever aspectos que influenciam a formulação e implementação das políticas de pesca. A territorialidade social como saber ecológico local com seus significados sociais, valorizado no âmbito do poder decisório compartilhado.

Em razão de esta pesquisa situar-se no campo da interdisciplinaridade em ciências humanas, os aspectos metodológicos foram sendo construídos a partir da minha imersão no estudo. Iniciei com o levantamento bibliográfico, com busca tanto por meio do banco de dados - nacionais e internacionais - de artigos, periódicos, teses e dissertações, e-books via internet, como em bibliotecas físicas. As palavras-chave escolhidas foram as que estavam relacionadas à pesca, como território, gestão participativa, comanejo, cogestão, *commons*, pesca artesanal, legislação sobre pesca, além de procura por autores.

Talvez um dos grandes desafios da pesquisa interdisciplinar, seja justamente a questão metodológica para esta espécie de abordagem. Somente no decorrer da tese percebi que esta tese não seria desenvolvida sob uma análise interdisciplinar apenas por ser amparada por diferentes aspectos de disciplinas como Direito, Antropologia, Geografia, História Ambiental e Filosofia Política. Mais que isso, eu deveria tornar a linguagem dessas áreas tão familiar a ponto de sentir-me à vontade em dialogar e adequá-las ao meu tema.

Ao ler o texto *Não-Lugares* de Marc Auge, deparei-me com o seguinte parágrafo:

A palavra do informante vale tanto para o presente quanto para o passado. O antropólogo que tem e deve ter interesses históricos não é, nem por isso, *strictu sensu*, um historiador. Essa observação visa apenas precisar os procedimentos e objetos: é evidente que os trabalhos de historiadores como

Ginzburg, Le Goff ou Leroy-Ladurie são do mais elevado interesse para os antropólogos, mas são trabalhos de historiadores: têm relação com o passado e passam pelo estudo de documentos.⁴²

Fiquei refletindo sobre a estrutura e método dessa tese. Não me rotulo como sendo de uma área específica, mas que me interesse por pesquisas da área das Ciências Humanas. Nem este trabalho deve ser concebido de forma unilinear. Com graduação em Direito, mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos e Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, talvez faça com que eu não me encaixe em um molde específico, por outro lado me permite “navegar”, e “atracar” em outros portos, assumindo para cada nova pesquisa parte do conhecimento que me convém.

A pesquisa interdisciplinar gera inúmeras dificuldades devido à multiplicidade de enfoques e procedimentos de cada disciplina⁴³. Não existe uma metodologia própria, mas um facilitador de diálogo entre as disciplinas⁴⁴, o que implica no desenvolvimento de métodos por parte do pesquisador, ou uma mescla entre as metodologias das disciplinas que serão trazidas para a pesquisa. Por isso, utilizo os métodos já estabelecidos por cada uma dessas áreas de estudo.

Segundo Coimbra⁴⁵, etimologicamente, interdisciplinaridade evidencia o vínculo *entre* e *com* os saberes, de forma que exista uma cooperação entre si. É uma proposta teórica, e as dificuldades epistemológicas vão sendo dissolvidas pela prática da pesquisa interdisciplinar⁴⁶. Ou seja, é a partir do desenvolvimento da pesquisa que são construídas novas percepções que favorecerão uma produção de

⁴² AUGÉ, Op. Cit. 1994, p.15

⁴³ ZANONI, Magda. Práticas interdisciplinares em grupos consolidados. In: PHILIPPI Jr. A., TUCCI, C. E. M., HOGAN, D. J. NAVEGANTES, R. Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais. São Paulo, Signus Editora, 2000. P. 111- 130

⁴⁴ FERNANDES, Valdir. Interdisciplinaridade: a possibilidade de reintegração social e recuperação da capacidade de reflexão na ciência. In: Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, PPGICH, UFSC, Florianópolis, v.7, n.2, 2010. p.65-80, jul/dez

⁴⁵ COIMBRA, José de A. A. (2000). Considerações sobre a Interdisciplinaridade. In: Philippi Jr. A., Tucci, C. E. M., Hogan, D. J. Navegantes, R. Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais. São Paulo, Signus Editora, P. 52- 70.

⁴⁶ Ibid.

conhecimento que se aplique às particularidades da investigação que estará sendo realizada. No caso específico desta pesquisa, o método etnográfico e a história oral representam o caráter multifacetado da metodologia reconhecida para este estudo.

A pesquisa é permeada pela abordagem etnográfica, método vinculado à antropologia. O antropólogo Roy Wagner no ensaio *A cultura como criatividade*⁴⁷, auxilia o trabalho de campo ao tratar principalmente da atuação do antropólogo ao produzir etnografia através da cultura do objeto/sujeito que está disposto a trabalhar. Entretanto, essa cultura é uma cultura imaginada pelo antropólogo, pois as interpretações são sempre subjetivas, e isso faz parte do trabalho e métodos da etnografia.

Por outro lado, o autor chama a atenção para a questão da alteridade, ou seja, assim como analisamos e julgamos, também estamos sendo analisados e julgados. São olhares e perspectivas diferentes, por isso deve-se perceber o *outro* a partir do que ele entende como sua cultura, a partir do olhar do *nativo*. O antropólogo não deve preocupar-se em entender a cultura de outros povos, e sim como os outros povos entendem a sua própria cultura.

As leituras dos textos na área da antropologia foram fundamentais para entender esse processo. A pesquisa de campo foi muito rica. A grande preocupação era transmitir as minhas observações de forma fiel. Em Ganchos descobri que as conversas, as falas, os depoimentos são de suma importância, mas sozinhas poderiam dizer muito pouco para o que eu me propunha para esta tese. É necessário um conjunto de técnicas, métodos e sensibilidade para entender que a minha pesquisa só funcionaria em comunhão com diferentes tipos de análise, observações e principalmente o meu olhar cruzado com os olhares dos meus interlocutores, ou seja, considerar que eles me percebem naquele lugar, e irão agir conforme a sua conveniência, e tudo isso faz parte do estudo.

Através dos métodos da Antropologia Marítima⁴⁸, que visa à especificidade de cada região, trabalhando de forma diferente os seus

⁴⁷WAGNER, Roy. *A cultura como criatividade*. In: *A Invenção da Cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010. Pp. 49-72.

⁴⁸Autores que desenvolvem ou desenvolveram pesquisa no âmbito da antropologia marítima, v. FORMAN, S. - 1970. *The Raft Fishermen: Tradition and Change in the Brazilian Peasant Economy*. EUA, Indiana University Press, GEISTOERFER, A. - 1988. "Recherches et Documentations". In: *Anthropologie Maritime*. Paris; KOTTAK, C. - 1966. *The Structure of Equality in Brazilian Fishing Community*. Columbia, Univ. Press. Diegues, Antônio

simbolismos e ritos, constatei em Ganchos que mesmo que haja uma aproximação entre as comunidades de pesca através da percepção do espaço, e indivisão marítima, esta ligação não é capaz de definir e nem de criar um modelo universal para as comunidades de pesca.

Cada grupo tem um comportamento próprio em relação à determinada situação, como suas próprias reivindicações e identidade. Mas essa comunidade apresenta traços parecidos, e a identidade cultural daquele grupo tem uma dimensão coletiva, que envolve a interação de uns indivíduos com os outros, gerando uma dinâmica cultural corrente, flexível⁴⁹.

Ser um pescador ou pescadora artesanal e com essa profissão se identificar, significa para além de considerar a sua capacidade de lidar com o mar, perpetuar uma história que se fixa na memória. Essa identificação com o trabalho marítimo se dá individualmente, mas inevitavelmente envolve todo o coletivo que acaba por abranger a memória da comunidade de pesca. Mas não qualquer grupo, e sim com aquele com aquele que se identifica, estabelecendo laços que o fazem sentir parte do mesmo meio, elaborando e desenvolvendo uma lembrança coletiva, que mesmo sendo trabalhada no indivíduo, ela pertence a um grupo.

Neste estudo também realizo uma revisão histórica da região de Ganchos, bem como uma retrospectiva da atividade produtiva da pesca. A perspectiva territorial é utilizada como categoria de análise para a gestão das pescas.

Sob a perspectiva da compreensão de território social e políticas de pesca, aplicada a esta tese, foi utilizado a este estudo um procedimento metodológico essencialmente qualitativo, sob uma construção interpretativa do tema. Assim, do ponto de vista da compreensão e descrição da realidade a ser explicitada nesta pesquisa, pretendo empregar teorias que fundamentem a análise e interpretação de

carlos Sant'ana. 1989. "Ciências Sociais e o Mar no Brasil". In: Coletânea do III Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil. São Paulo, NUPAUB-USP; MOURÃO, F. - 1967 A Pesca no Litoral Sul do Estado de São Paulo: O Pescador Lagunar de Iguape-Cananéia. São Paulo. Mestrado (Dissertação), USP. MUSSOLINI, G. - 1945 "O Cerco da Tainha na Ilha de São Sebastião". In: Revista de Sociologia, 7(3). Entre outros.

⁴⁹HALBWACHS, Maurice . A memória coletiva. Editora Centauro: São Paulo, 2011.

discurso para a consolidação da construção de um modelo de análise dos dados.

De fato, foram realizadas entrevistas, que prefiro chamar de conversas, registradas em diário de campo. O resultado dessas conversas foi utilizado como pano de fundo dessa tese, onde os aspectos históricos confluíam com as histórias e relatos obtidos em minhas idas a campo. Algumas das conversas foram individuais, e quando possível com formação de pequenos grupos, com roteiro semiestruturado com os sujeitos objeto do estudo.

Nesse sentido, a escolha por um roteiro semiestruturado teve como objetivo desenvolver a partir dos questionamentos aplicados às conversas, a criação de novas prerrogativas e hipóteses com base na resposta do informante, colaborando para a construção da argumentação da pesquisa, já que se trata de um estudo apoiado na dinâmica da realidade histórica e cotidiana das comunidades piscatórias. Entretanto, não foi um roteiro rígido que pudesse intimidar o meu contato com as pescadoras e pescadores.

A relação estabelecida foi de confiança, entre mim e meus/minhas informantes. Além das conversas, grande parte das deduções deste trabalho foi através da observação. Muitas vezes ficava por horas quieta, escutando as conversas, em outras estava completamente inserida e envolvida nos assuntos debatidos entre eles /elas. O Método de aproximação foi iniciado com a observação direta para um conhecimento de terreno, e da comunidade. Cada visita é descrita no diário de campo, instrumento usado na etnografia, que contém minhas impressões e sentimentos, fazendo parte do meu método de pesquisa transmitir ao leitor todas as sensações experimentadas em campo com o intuito de tornar os escritos do diário o mais autêntico possível.

As fotografias que apresento em diferentes partes deste trabalho têm como função além de situar o leitor em realizações imagéticas, desempenhar o papel de interpretação, e registro dos momentos vividos em campo. Em cada revisão e surgem novas leituras a estas imagens. O que Carmen Rial se refere sobre a importância da análise de fotografias:

Insisto no fator tempo, pois ele evidência uma outra qualidade da foto (e dessa vez não apenas das fotos aéreas): a de servirem como um diário do campo que, de tanto se manipular, vez em

quando "fala" e nos faz ver o que não havíamos visto nas primeiras leituras⁵⁰.

O número de pescadores e pescadoras que manteve contato permanente foram 7 (sete). Os demais foram conversas esporádicas. No entanto, a representatividade do número de entrevistas para a análise de dados não se constitui um fator primordial para a realização dessa tese. Grande parte do levantamento de dados quantitativos obteve através de trabalhos que já foram realizados na área de Ganchos⁵¹, bem como dados do IBGE.

A necessidade de quantificar seria mais no sentido de atualizar esses dados. Contudo, para esta tese é entender a racionalidade do modo de gerir os recursos pesqueiros, e porque no decurso dessas gestões resultam no insucesso. É uma pesquisa empírica não baseada em números, mas no sentir e olhar o modo de vida de Ganchos. Essa racionalidade do modo de gerir os recursos naturais é pautada tanto na análise legislativa, como na forma como a aplicação de normas refletem nas comunidades.

Um ponto importante a suscitar, é em relação à repetição de “pescadores” e “pescadoras” no decorrer do texto. Esta também foi uma escolha metodológica para me referir aos interlocutores e às interlocutoras desta pesquisa. Os pescadores e as pescadoras são a comunidade. Apresentarei a pesca em confluência com mulheres e homens que trabalham em ambiente marinho, e a relação entre o território e a identidade comunal marítima.

⁵⁰RIAL, Carmen Silvia de Moraes. Contatos fotográficos. Manezinho, de ofensa a troféu. Antropologia em Primeira Mão. Santa Catarina, n.48, p.1-21. 2001. Disponível:

[http://www.cfh.ufsc.br/~antropos/48.%20Contatos%20Fotograficos%20e%20mane zinho.pdf](http://www.cfh.ufsc.br/~antropos/48.%20Contatos%20Fotograficos%20e%20mane%20zinho.pdf). Acesso em 12 de outubro de 2011.

⁵¹ MEDEIROS, Rodrigo Pereira. Possibilidades e obstáculos à co-gestão adaptativa de sistemas pesqueiros artesanais: estudo de caso na área de Baía de Tijucas litoral centro-norte do Estado de Santa Catarina no período de 2004 a 2008. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Sociologia Política. Centro de Filosofia e Ciência Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, 2009; MAIA, Natassha Moresco. Pescadores artesanais na Costeira da Armação. (Governador Celso Ramos-SC). Passado e Presente. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Ciência Sociais, ênfase em Gestão Pública. Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí, 2011; UNIVALI, Projeto Pesca responsável na Baía de Tijucas. Encarte 1. Meta 1 e 2. Fundo Nacional do Meio Ambiente, 2008.

Na literatura, “majoritariamente”, encontram-se dados de pescadores. Fala-se muito em “o pescador e o mar”. As mulheres na pesca não são minoria, se considerarmos que um grande número de mulheres exerce a operação de beneficiamento do pescado, que se revela na retirada das escamas de peixes, filetagem, limpeza de moluscos, dentre outras formas, que só em 2009⁵², através da Lei n. 11.959 de 29 de junho, foram regulamentadas como atividade pesqueira. O que também se reflete na associação à colônia Z-10 em que a quantidades de pescadoras associadas se aproxima muito dos pescadores, que de acordo com o próprio presidente, “fica meio a meio”.

Diante da bibliografia explorada, quase recaí no erro de fazer referência de forma generalizada somente aos “pescadores”, com receio, talvez, de tornar a leitura cansativa. Mas isso incorreria em deixar de lado todas as mulheres que realizam o mesmo laboro, e que só são reconhecidas quando são visibilizadas através de estudos específicos sobre a sua atividade e completam dados estatísticos.

Em Ganchos, existe um número considerável de pescadoras, e seu trabalho é tal qual o dos pescadores, mesmo no que diz respeito ao esforço físico, elemento muitas vezes utilizado para justificar a predominância de homens trabalhando no mar. Entretanto, o que as diferem aparece no momento da aposentadoria, onde precisam do testemunho dos maridos ou parentes para que seja atestada a sua existência laboral, tendo em vista que a maior parte do beneficiamento pesqueiro é realizada pelas esposas.

Por isso, trato aqui dos pescadores e pescadoras artesanais de Ganchos. Os principais atores na gestão participativa e integrada das zonas pesqueiras. Aquele/a que usufrui dos recursos marinhos, e que de

⁵²Em conformidade com a Lei 11.959, de 29 de junho de 2009 (que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988; e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências), a pesca é toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros, compreendendo todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros. O parágrafo único da referida sessão considera como atividade pesqueira artesanal, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e apetrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal.

acordo com autores, como Natacha Carvalho⁵³ da Universidade dos Açores-Portugal, trabalhadores que realizam uma atividade menos impactante no que diz respeito ao esforço pesqueiro, com menor desperdício de espécies, além de ser menos poluente em relação à pesca industrial. São comunidades com potencial para serem social econômica e ambientalmente justa.

A estrutura definida para esta tese é apresentada em cinco capítulos: Histórias de Ganchos: a atividade pesqueira como eixo de formação de uma comunidade; Território, lugar e paisagem: a construção simbólica do espaço na relação com o ser que o habita; Políticas de pesca; A gestão dos *commons* e possibilidades organizacionais; A gestão participativa como instrumento de controle.

Início com um panorama histórico com: **Histórias de Ganchos: a atividade pesqueira como eixo de formação de uma comunidade**, onde o texto é desenvolvido a partir da história da região em que se localiza a atual comunidade Canto dos Ganchos. Dessa forma, também são contemplados aspectos geográficos, com o intuito de apresentar como a morfologia do relevo e do solo favoreceu o desenvolvimento da atividade pesqueira, bem como para o isolamento da comunidade. Esta seção é desenvolvida a partir do estabelecimento da pesca artesanal em Ganchos, no momento do declínio da pesca da baleia, e a migração da população que trabalhava nas armações para regiões próximas com o intuito de que lhes fossem proporcionadas diferentes maneiras de sobrevivência, como a agricultura, além do seguimento da pesca.

O próximo capítulo **Território, lugar e paisagem: a construção simbólica do espaço na relação com o ser que o habita** é tecida a historicidade do local de estudo de caso a partir da categoria-chave território, e suas subjacentes espaciais como lugar e paisagem. A questão da construção identitária, também considerada para esta tese uma categoria que está estritamente ligada aos aspectos territoriais, responde por um eixo de suma importância no que tange ao entendimento das atuais e futuras gestões pesqueiras, tendo em vista transformações na noção das relações de poder entre as comunidades locais e as políticas públicas. O diário de campo é um imprescindível pano de fundo, que permite, a partir das minhas observações e

⁵³ CARVALHO Gaspar, Natasha Dente de. Sea to Shore: an economic evaluation of the Azorean commercial fisheries. (Tese de Doutorado) Universidade dos Açores. Departamento de Oceanografia de Pescas. Horta, 2010.

impressões *in loco*, problematizar a gestão das zonas pesqueiras em Ganchos.

Serão também referenciados os aspectos paisagísticos, e o olhar socialmente construído daquele Espaço-Lugar⁵⁴, que ao final do século XVII através da expansão colonial portuguesa para América Meridional, foi alvo de disputa territorial e povoamento. É importante frisar que aqui reside grande parte do direcionamento desta tese: em que é fundamental considerar as especificidades locais, e evidenciar a relevância do *lugar* como produto das reproduções sociais, que para as comunidades pesqueiras aparece investido tanto no território marítimo, como nas proximidades em terra. Não se trata de um mero espaço físico, mas um espaço revestido de um caráter simbólico, como retratado no capítulo anterior.

Além de entender o lugar através das suas simbologias sociais, que torna o espaço um campo de construções identitárias, “é preciso observar que somente o lugar pode dar a inteligibilidade da existência humana”⁵⁵. Isso implica em dizer que o *outro* só será visto se reconhecido na sua singularidade, quando visibilizado através do espaço como lugar de produção organizado pela sociedade, pelo grupo, e onde é possível articular as suas relações.

A seguir, em **Políticas de pesca** é destinada a observar os aspectos políticos que orientam as atividades da pesca em Ganchos. Assim sendo, introduzo este tema a partir de um apanhado histórico que abrange também as transformações sofridas no setor pesqueiro em âmbito nacional, com o intuito de gerar espaço para discutir e entender a realidade das políticas de pesca atualmente formuladas e implementadas no Brasil e em Ganchos. Esta reflexão escoa no processo dialético do local e global, não apenas em relação ao aspecto geográfico, como por exemplo, um país e um município, mas também nos efeitos sociais que ações institucionais de uma instância mais ampla, o global, pulverizam na dimensão de ordem local.

⁵⁴ Entende-se aqui que o espaço é produto e produtor das relações sociais, onde se desenvolvem as práticas do seu uso, bem como de sua apropriação e percepção, revelando o que Pellegrino chama de *um mundo habitado* (Pellegrino, 1981, 1986), sendo o lugar a vivência desse espaço, e o Espaço-lugar um único termo com múltiplas características indissociáveis.

⁵⁵ ROCHA, Ana Rita Pinto e Monastirsky, Leonel Brizolla Monastirsky. A dialética entre o global e local: um olhar sobre o turismo e o patrimônio cultural. *Terr@Plural*, Ponta Grossa, 2 (1): 145-154, jan. /jun., 2008, p. 146.

Em **A gestão dos Commons e possibilidades organizacionais**, apresento a gestão dos *commons*, e as variações no modo de gerir os recursos naturais de uso comum. A partir de então, evidencio a importância de visibilização da autogestão em comunidades de pesca, através de incentivos governamentais. As colônias de pescas que, no Brasil, desde a sua criação no século XIX tinham interesse no monitoramento da população local, bem como recrutamento de homens para a Marinha de Guerra, hoje é equiparada órgãos associativos, e conferindo a elas *status* de associação. Assim, também será analisado o papel da colônia Z-10 na gestão participativa.

Por fim, em **A gestão participativa como instrumento de controle** penso em uma análise em torno do discurso da gestão participativa, e as formas organizações para a gestão das pescas. Também são tratados aspectos no âmbito jurídico. A questão jurídica é um fator, mas outro aspecto que mereceu ser ponderado, é em relação à consideração da população local como agente fundamental no que tange ao poder decisório na formulação das políticas implementadas. Este ponto obviamente perpassa o campo jurídico, mas o que quero demonstrar aqui é o quanto este aspecto revela como o governo percebe o setor da pesca artesanal, mesmo que essas transformações sejam decorrentes do investimento da demanda da categoria organizada, ou demais *stakeholders*.

2. HISTÓRIAS DE GANCHOS: A ATIVIDADE PESQUEIRA COMO EIXO DE FORMAÇÃO DE UMA COMUNIDADE

No imaginário⁵⁶ marinho o mar representa aquilo que não pode ser dominado, nem desvendado. Seja na mitologia grega, ou na cosmologia bíblica, as águas marinhas são fecundas, estão ligadas à criação do mundo e à geração de vida. É impregnada de múltiplos aspectos no domínio simbólico, em um campo de fascínio e horror.

E assim, o *medo e a repulsa*, como analisa Alain Corbin em sua obra *O Território do Vazio*⁵⁷, se revelam através do dilúvio, catástrofe enviada por deus como punição aos humanos, e monstros marinhos que também residem nas histórias gregas, como as imortais criaturas Cila⁵⁸ (o rochedo), e Caríbidis⁵⁹ (o redemoinho) que devora suas vítimas, e as vomita, indicando os perigos da navegação pelo estreito de Messina, na Sicília. Na Odisséia de Homero, Cila e Caríbidis também representam a coragem de ultrapassar obstáculos, já que Ulisses só consegue chegar à Ítaca após perder seis de seus homens, e passar por esses seres.

⁵⁶ Jean-Paul Sartre (1905-1980) trata o imaginário a partir de uma perspectiva fenomenológica em que o imaginário social depende das representações coletivas permeadas por elementos sensoriais humanos como o desejo, símbolos, mitos entre outros. Para Sartre a imagem é consciência, não se trata de uma ilusão, é uma outra natureza de realidade. V. SARTRE, Jean-Paul. O imaginário. Tradução Duda Machado. Série Temas. Filosofia e psicologia. Vo. 46. Editora Ática. São Paulo, 1996.

⁵⁷ CORBAIN, Alain. O território do Vazio. A praia e o imaginário ocidental. Tradução Paulo Neves. Ed. Companhia das Letras, 1989. 385 p.

⁵⁸ “Cila era uma bela Ninfa, filha de Fórcis e Hécate, que recusou o amor de um deus marinho. Este, perdido de amor, recorre à deusa Circe, na esperança de ela com suas magias ajudá-lo a conquistar o coração da ninfa. Mas, Circe, perdida de amor pelo deus marinho, preparou um poderoso veneno e lançou-o na fonte em que a ninfa costumava banhar-se. Quando Cila mergulhou nessas águas, transformou-se em um monstro”. (Bohadana & Sklar, 2012:61).

⁵⁹ Caríbidis era filha de Poseidon e da Terra. Viviu num rochedo perto de Messina, à beira do estreito que separa a Itália da Sicília. Sua característica era a voracidade. Narra o aedo que, quando Hércules passou nas proximidades de Missena, conduzindo os bois de Gerião, Caríbidis roubou alguns animais e devorou-os. Zeus lançou-lhe um raio e precipitou-a no mar. Caríbidis tornou-se um monstro: Três vezes por dia, absorvia grande quantidade de água, atraindo tudo que flutuava; outras três rejeitava a água que engolia, de um modo tenebroso. (Bohadana e Sklar, 2012: 62)

A morte no mar para os gregos na antiguidade também representava a falta de honras fúnebres, e o medo da morte em lugar hostil:

Para quem morre no mar nessas circunstâncias, seu túmulo seria um ambiente úmido (feminino, ao contrário do seco – masculino), habitado por monstros. Um lugar solitário, pois é a alteridade completa. E mesmo se o corpo pudesse ser encontrado, em que estado não se encontraria? Lembremos que o mar é cheio de seres que se devoram uns aos outros e aos homens (HOMERO. *Odisseia* V, 420-421; HERÓDOTO. *História* I, 34, 202). Um cadáver devorado, deformado, irreconhecível, por vezes, também era um peso para o imaginário coletivo.⁶⁰

Corbin⁶¹ ainda lembra que “o litoral antigo é receptáculo dos excrementos; é ao longo da praia que este se purga e expõe seus monstros”, através do movimento de fluxo e refluxo das águas. No sincretismo religioso afro-brasileiro, a orixá Iemanjá se personifica na imagem arquetípica da mãe amada e temida das águas profundas do mar. A sereia que protege os pescadores dos infortúnios da atividade pesqueira, mas que também os pode levar para junto dela.

Na pesca artesanal o mar é um lugar a ser respeitado. Existem regras comunais próprias que devem ser cumpridas sob pena de acidentes que podem levar à morte. A faina⁶² quase sempre é arriscada, não se sabe ao certo se o pescador ou pescadora irá voltar. Entretanto, essa tensão, “o risco que inspira as culturas pesqueiras [...] constitui a própria vivência, o modo de presença do pescador”⁶³. O fascínio por essas águas é tal, que nem mesmo os reveses da pesca, permitem que aquele que trabalha no mar, desista tão facilmente da sua atividade. É um ambiente de troca, onde

⁶⁰ VIEIRA, Ana Livia Bomfim. Quando a morte vem do mar: medos e monstros na Atenas do período clássico. *Phoînix*, Rio de Janeiro, 16-2: 59-67, 2010, p. 63.

⁶¹CORBIN, Op.cit. 1989, p. 23.

⁶²Lida no mar. O próprio trabalho embarcado.

⁶³ MALDONADO, Simone Carneiro. *Mestre e Mares. Espaço e Indivisão na Pesca Marítima*. 2ª Edição. Editora Annablume. São Paulo. 1994, p. 59.

os pescadores articulam seus conhecimentos acerca da natureza a partir de dois movimentos: o de estender a ela suas próprias capacidades intelectiva e volitiva e a de aceitar alguns de seus fenômenos como indecifráveis, constituindo os mistérios, que preferem admirar a desvendar.⁶⁴

Nas grandes navegações entre os séculos XV e XVII, o maravilhoso se concretiza no oceano, um “espaço do desconhecido que está para além das fronteiras do mundo conhecido, onde se desenha o horizonte do inabitável, porque é o espaço do não-humano”⁶⁵. O imaginário habita a relação com o medo e limites através de serpentes monstruosas, como nas crônicas de Antony Knivet em 1591, no qual afirma ter visto uma enorme coisa, com escamas no dorso e língua como arpão⁶⁶.

Nos relatos de viajantes oitocentistas, tendo rotas condicionadas a diferentes fins, com prevalência à exploração dos recursos naturais; se descortinam conquistas, achados e descobertas, que só seriam possíveis através dos mares navegados. A terra firme é uma extensão dos desejos que foram nutridos nas águas.

Desde os primeiros imigrantes açórico-madeirenses para a Ilha de Santa Catarina, até a pesca artesanal que hoje atrai pesquisadores pela necessidade de se manter uma coleta em níveis sustentáveis, e de menor impacto social e ambiental, o mar se fez resiliente diante do desgaste da caça à baleia cachalote, e tantas outras espécies que foram extintas aos poucos do litoral catarinense em decorrência da predação humana.

Esse embate entre o mar e os homens escalados para a faina nos primórdios da produção pesqueira no Brasil colonial, e a dura faina

⁶⁴ SILVA, Gláucia Oliveira. Tudo que tem na terra tem no mar. A classificação dos seres vivos entre os trabalhadores da pesca em Piratininga – RJ. In: A imagem das águas. Diegues, Antônio Carlos (org.). Editora Hucitec. São Paulo. 2000. Pp. 85-93.

⁶⁵FONSECA, Luís Adão da. O imaginário dos navegantes portugueses dos séculos 15 e 16. *Estudos Avançados* 6(16), 1992, p. 41.

⁶⁶KNIVET, Antony. Notável viagem que, no anno de 1591 e seguintes, fez Antonio Knivet, da Inglaterra ao mar do Sul em companhia de Thomas Candish. *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brazil* tomo XLI, parte I, p. 183-272. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & C. Traduzido do holandês e anotado por J. H. Duarte Pereira. Biblioteca Digital Curt Nimuendajú. <http://www.etnolinguistica.org/biblio:knivet-1878-notavel>. Acesso em 26/01/2015.

diária atualmente realizada por pescadores e pescadoras de comunidades locais, concebem o cenário clássico de vida e morte que o meio marítimo representa.

Ao entender a importância e o significado socialmente construído a partir do imaginário marinho, e do próprio trabalho no mar, nos é consentido vislumbrar uma pequena fresta do sentimento de pescadoras e pescadores ao se entregarem à faina. Além disso, existem aspectos sensíveis que compõem a figura desse modo de trabalho, principalmente no que diz respeito à troca entre os elementos marinhos e humanos, através do silêncio, a concentração, e a espera, que envolvem o ambiente pesqueiro. São experimentações sensoriais peculiares, que só quem vive no e do mar, pode expressar.

Esse conjunto de percepções é de suma importância para o entendimento de uma gestão costeira que considere o olhar compartilhado. E mais, entender o que significa esse trabalho, e como as intervenções externas e arbitrárias podem agir de forma negativa em comunidades locais.

Em um dos meus escritos do diário de campo, registrei a seguinte experiência:

Hoje foi mais um dia de ida a campo em Canto dos Ganchos. Cheguei lá por volta das 08h45min. Naca já estava no mar fixando as redes, então fiquei na casa da sua irmã, Dona Maria, esperando que ela chegasse. Por volta das 10h, chega seu barco. Fui cumprimentá-la.

O mar estava muito calmo, o dia lindo com o sol brilhando. Estava quente. Naca começou a retirar a rede do seu barco com a ajuda do senhor Valdir, um amigo também pescador. A rede estava cheia de peixes. Na sua maioria Bagre e Pampo amarelo. Fiquei observando a retirada dos peixes e ao mesmo tempo tentando captar as suas conversas paralelas. Percebi que algumas espécies eram postas novamente no mar, mas com o peixe já sem vida. Eles disseram que eram peixes muito pequenos, então entendi que haveria dificuldade de comercializá-los. Também há nesse gesto a devolução ao mar (e a vida do mar) daquilo que não pode ser útil. Se não será comido por pessoas, poderá sê-lo por peixes ou outros animais marinhos. Dessa forma, é afirmada a existência de

um ciclo, de vida e morte. Lembrei-me de Heráclito, “viver de morte, morrer de vida”⁶⁷⁶⁸.

Este envolvimento não apenas com os interlocutores da pesquisa, quais sejam os pescadores e pescadoras de Ganchos, mas com o ambiente traduzido pelo mar, a brisa e o cheiro de maresia, que me fizeram sentir parte daquele lugar. Lugar este que é constituído de uma história que começo a contar agora.

Governador Celso Ramos já foi chamado de Distrito de Ganchos, nome de onde provém o *gancheiro*, que indica e define aquele que nasce em Ganchos. De acordo com dados do IBGE⁶⁹ a população estimada em 2014 era de 13.801 habitantes, com uma densidade demográfica de 110,93 hab./km². Conforme o Atlas de Desenvolvimento Humano de Municípios do PNUD – Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento -, o IDHM⁷⁰ de Governador Celso Ramos é de 0,747, numa escala que varia de 0 a 1.

O município já pertenceu à Biguaçu até 1916, sendo denominado Distrito de Ganchos, e em 1967 foi emancipado passando a município sob nome de Governador Celso Ramos, uma homenagem ao político que governou Santa Catarina entre os anos de 1961 e 1966. Entretanto, esta denominação não foi bem aceita pela população, que ainda hoje prefere ser chamada de “*Gancheira*”. Não se sabe ao certo o porquê da denominação, mas a professora Maria Célia e Silva⁷¹ aponta que o mais provável é que tenha sido pelo recorte geográfico, haja vista que as formações rochosas dos costões parecem ser ganchos, ou ferraduras. Já

⁶⁷ HERÁCLITO. Fragmentos: origem do pensamento. Trad. Emmanuel Carneiro Leão. Coleção Diafragma. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980, p. 91 “Imortais mortais, mortais imortais, vivendo a morte dos outros, morrendo a vida dos outros”.

⁶⁸ Diário de Campo dia 31 de outubro de 2012 – Canto dos Ganchos/Governador Celso Ramos.

⁶⁹ <http://www.cidades.ibge.gov.br/>

⁷⁰ O Índice de Desenvolvimento Humano mede o progresso de uma nação a partir de três dimensões: renda, saúde e educação, oferecendo um contraponto aos índices até então utilizados como PIB – Produto Interno Bruto - e renda *per capita*. <http://www.pnud.org.br/>

⁷¹SILVA, Célia Maria e. Ganchos/SC: Ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira. Florianópolis: Ed. UFSC, 1992.

para alguns moradores o nome deriva da passagem do *Capitão Gancho* por ali⁷².

Para este estudo, esclareço que reconhecerei esta região pela sua definição afetiva da comunidade local, ou seja, Ganchos, e não Governador Celso Ramos. Um lugar onde habita uma memória coletiva espacial, que nas palavras do historiador Halbwachs trata-se de um “ambiente material que traz ao mesmo tempo a nossa marca e a dos outros”.⁷³

É uma forma de permanência da cultura local, de pertencimento, traços comuns de um grupo, uma reconexão com o passado e seus antepassados. Uma relação com o espaço mantida pelo genitivo *gancheiro*, significando que essa população marítima faz parte do mesmo lugar que os primeiros habitantes daquela região, sejam familiares, amigos, conhecidos, ou personalidades regionais, nutrindo as lembranças coletivas neste contexto espacial.

Geograficamente, o município de Governador Celso Ramos situa-se a uma distância cerca de 50 km da Capital Florianópolis, com uma área de 93 km² aproximadamente. Estão entre os quatro municípios da Baía de Tijucas⁷⁴, e faz divisa com os municípios de Tijucas e Biguaçu, conforme representa o mapa 1, a seguir:

⁷²<http://www.governadorcelso Ramos.sc.gov.br/conteudo/?item=16611&fa=3851>

⁷³ HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução Beatriz Sidou. Editora Centauro. 2011, p.157.

⁷⁴Os quatro municípios que compreendem a Baía de Tijucas são: Governador Celso Ramos, Tijucas, Porto Belo e Bombinhas.

Mapa 1 - Governador Celso Ramos

Fonte: Revista da Prefeitura de Governador Celso Ramos – Gestão 2005-2011 – Governador Celso Ramos Município de se Viver Bem.

A microrregião delimitada para esta tese é como um bairro dentro de um município. Mas aqui é tomada como comunidade, neste caso, Canto dos Ganchos, (mapa 2). Assim como os peixes que vieram do mar às redes da nossa interlocutora *Naca*, as histórias de Governador Celso Ramos, ou melhor, Ganchos, também estão ligadas ao mar, seja por relatos de viajantes estrangeiros embarcados trazidos pelas correntes marítimas, ou por desenvolvimento do modo de vida de imigrantes, que a partir do século XVIII constituíram uma nova população sedentária em Santa Catarina.

Mapa 2 - Comunidades gancheiras



Fonte: Revista da Prefeitura de Governador Celso Ramos – Gestão 2005-2011 – Governador Celso Ramos Município de se Viver Bem.

Nos relatos do mineralogista inglês John Mawe⁷⁵, que chegou a Santa Catarina no dia 29 de setembro de 1807, a “baía de Dois Ganchos” é descrita como uma terra que tem pouco valor ou sem valor

⁷⁵John Mawe foi um dos viajantes estrangeiros que aportaram na ilha de Santa Catarina no século XIX. De suas viagens pelo Brasil, resultou o livro “*Travels in the Interior of Brazil, particularly in the Gold and Diamond Districts of that Country*” foi publicado em 1812, e traduzido para a edição em português de 1944 para “*Viagens pelo interior do Brasil, particularmente nos distritos de ouro e diamantes daquele país*”.

algum, “lugar em que em qualquer pessoa pode apropriar-se da extensão que aprouver, fazendo ao governo a solicitação exigida”⁷⁶. Apesar de uma região de difícil acesso, pelo terreno acidentado, montanhoso, era um espaço favorável para a instalação de populações deslocadas da Armação da Piedade (atual Governador Celso Ramos), antiga Armação Grande, pela decadência da caça à baleia.

Grupos de diferentes etnias passaram por Ganchos. Entretanto, antes mesmo da chegada de imigrantes açorianos, madeirenses, belgas, espanhóis, entre outros em Santa Catarina, esta terra já era habitada por índios Guarani e Carijó (Tupi-Guarani)⁷⁷. Em 1515 a ilha de Santa Catarina foi visitada pelo Capitão-Mor da Espanha João Dias Solis em uma expedição para a região sul, em 1526 por Sebastião Caboto, em 1527 Diogo Garcia, 1540 Álvaro Nunes Cabeça de Vacca⁷⁸.

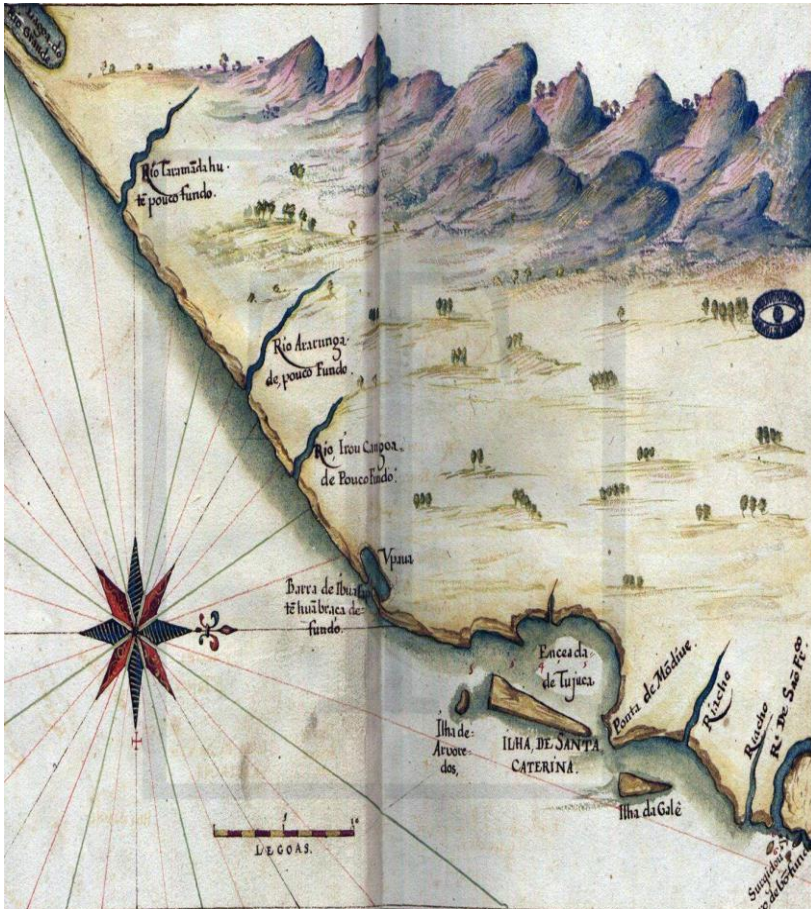
De acordo com o Major Manuel Joaquim D’Almeida Coelho (1873), historiador e escritor nascido no Desterro, no ano de 1650 além dos índios carijó, eram habitantes das terras da ilha de Santa Catarina, alguns criminosos que ali se fixavam por castigo. Em 1651, o bandeirante Capitão – Mor Francisco Dias Velho, a mando da coroa real de Portugal, se estabeleceu na ilha. Até então, a terra era esquecida, e não se visava valoração econômica.

⁷⁶MAWE, John. Viagens ao interior do Brasil. Tradução de Selma Benvides Viana. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1978, p. 55.

⁷⁷BRITTO, Paulo Jozé Miguel de Britto: A memória política sobre a Capitania de Santa Catarina. Lisboa de 1829.

⁷⁸COELHO, Manoel Joaquim D’Almeida (Major). Memória Histórica da Província de Santa Catarina. Desterro [Florianópolis]: Tipografia Desterrense de J. J. Lopes, 1856.

Mapa 3 - Mapa contido no Atlas do Brasil manuscrito pelo Cartógrafo João Teixeira, no ano de 1640. Descrição de todo o marítimo da Terra de Santa Cruz chamado vulgarmente o Brazil, Cartógrafo, onde mostra a Ilha de Santa Catarina no período colonial.



Fonte: Biblioteca Virtual da Cartografia Histórica do século XVI ao XVIII. Biblioteca Nacional. http://consorcio.bn.br/cartografia/cart_colonial.html

Em 1746 o Conselho Ultramarino de Lisboa, a mando da coroa portuguesa, convocava açorianos e madeirenses por meio de editais, oferecendo oportunidades sedutoras como “doação de terras a

indivíduos ou famílias, fornecendo, além disso, sementes e viveres até a primeira colheita”⁷⁹, além de transporte à custa da Fazenda Real, que em sua terra natal se encontravam sem emprego e sem maneira de subsistir, a se deslocarem para o Brasil meridional, que além de defenderem esses espaços através do povoamento, incrementavam a economia da coroa estabelecida com o incentivo à agricultura⁸⁰. Estas populações assentaram-se entre São Francisco do Sul e São Miguel por determinação do Conselho Ultramarino.

O primeiro material impresso de artigos sobre a Capitania de Santa Catarina foi escrito no século XIX, no ano de 1816, e publicado em 1829 por Paulo José Miguel Brito⁸¹, militar português, governador e Capitão Geral de Moçambique, que em 1808 comandou o Navio Charrua Thetis. Em seus relatos destaca o “belo clima”, o solo fértil e a natureza exuberante. A estratégia de defesa do território marítimo, entre os séculos XVIII e XIX são doações de sesmarias estabelecidas pela coroa com a finalidade de povoar esta região.

Nos documentos escritos pelo engenheiro francês Leonce Aubé é expressa uma crítica sobre a divisão das sesmarias, que se pautava num sistema sem um conhecimento prévio e estudado sobre o conhecimento dos espaços delimitados. Ocorria que muito das terras eram improdutivas, fazendo com que muitas famílias “beneficiadas” com as terras, decidissem buscar novos espaços que garantissem prosperidade para o futuro.

Parmi eux ou parmi leurs enfants, les plus intelligents ou les plus entreprenants se sont donc empressés de quitter la localité aussitôt qu'ils en ont eu les moyens, et sans allés chercher, en d'autres points encore inhabités, des terres moins ingrates et mi eux situées. C'est ainsi que les territoires déserts des sources d'eux thermales du Cubatão, des source du Biguassú et du Camburiú, et les rives d'I Itajhay, ont été peuplées et cultivées, un certain nombre de familles de

⁷⁹VISCONTE DE ABRANTES [Miguel Calmon Du Pin e Almeida]. Memórias sobre os meios de promover a colonização. Tipografia de Unger Irmãos. Berlim. 1946, p. 17

⁸⁰OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira; SALOMON, Marlon. A decadência de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2010.

⁸¹BRITO, Paulo J. M. Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina. Lisboa: Academia Real de Ciências, 1829.

cultivateurs brésilien sayant imité l'exemples des colons, et les ayant suivis d'assez près.⁸²

Nos relatos do viajante John Mawe, está registrada a riqueza da vegetação e da área marítima da região de Ganchos, além da instalação de um povoado na Baía de Tijucas que cultivava principalmente arroz, café e cana-de-açúcar, além de também se deter à realização da atividade pesqueira.⁸³ A ocupação do litoral catarinense pelos imigrantes açorianos e madeirenses entre os séculos XVII e XVIII se deu pela conjuntura política lusa da época, que privilegiava “um processo produtivo e fortemente ligado à defesa territorial, tendo em vista as constantes investidas da Espanha por todo o litoral sul brasileiro, resultando daí a característica figura do “colono-soldado”⁸⁴.

Além da possibilidade de cultivo e manutenção da agricultura, geograficamente, o mar favorece a extração das espécies marinhas. No século XVIII, na região autônoma dos açores, a faina baleeira também se compunha com forte importância econômica, devido a grande quantidade de cachalotes existentes na costa açoriana, assim como na catarinense. A caça itinerante realizada pelos portugueses no ano de 1850 foi de curta duração devido ao risco de investimento. A mais antiga Armação baleeira que sabemos ter existido na Região dos Açores, foi na Ilha das Flores e remonta ao ano de 1857. Ao que se julga só teria entrado em atividade dois ou três anos mais tarde. Em Santa Catarina, as principais Armações são as do Forte de Santa Cruz e a Armação da Piedade⁸⁵,

⁸² “Entre eles, ou entre seus filhos, os mais inteligentes e mais empreendedores se apressavam em deixar a localidade logo que obtinham os meios necessários, indo buscar em outros pontos ainda inabitados, terras menos ingratas e melhor situadas. É desta forma que os territórios desertos das fontes de águas termais do Cubatão, as fontes de Biguassú e Camború, e as margens do Itajaí foram povoadas e cultivadas, tendo certo número de famílias de agricultores brasileiros que imitavam o exemplo dos colonos”. AUBÉ, 1861, p. 106-107.

⁸³MAWE, Op. Cit, 1978, p. 56.

⁸⁴CAMPOS, Nazareno José de. Açorianos do litoral catarinense: da invisibilidade à mercantilização da cultura, Arquipélago História, XIII, 177-201. 2009. P. 178.

⁸⁵O forte de Santa Cruz é foi construído na Ilha do Anhatomirim região que pertence a atual cidade de Governador Celso Ramos. Assim como a Armação da Piedade, localizada a sul de Celso Ramos.

aldeia situada na extremidade de uma baía, distante nove léguas de São José e quatro de Santa cruz. Esta aldeia é um posto de pesca de baleias, a princípio muito numerosas, nestas costas e nas baías que a recortam. A indústria da pesca foi arrendada pelo governo a uma companhia superintendida por um major, e certo número de oficiais inferiores. Neste posto trabalham cerca de 150 negros, mas a quantidade de baleias que apanhavam agora é inferior a dos primeiros tempos, quando a média atingida variava de trezentas e quatrocentas, por estação de pesca (...) que vai de dezembro a junho.⁸⁶

Ao retratar a produção mercantil baleeira, Mawe descreve a presença de escravos negros, que de acordo com Ellis, era a associação da “ideia de inferno”, “uma cruel realidade”⁸⁷, seja na faina marítima ou terrestre. Para os brancos, negros forros e mulatos, o destino era o mar, do qual muitos não voltavam. Estes eram forçados à arriscada caça à baleia, e os que voltavam, vinham feridos ou com as faculdades mentais afetadas.

Em terra, os escravos negros eram submetidos ao árduo trabalho no manuseio de caldeiras para extração do azeite - ou azeite de peixe, denominação genérica para o óleo de baleia – e todo o beneficiamento do animal, como retalhamento e tratamento das barbatanas. Tal insumo era utilizado para diferentes finalidades, como construção civil, na conservação de madeiras, iluminação em geral, e também como lubrificante em diversas manufaturas, das quais ao longo do litoral catarinense multiplicaram-se – a primeira a ser construída foi a de Armação de Nossa Senhora da Piedade, em 1742 –, propiciando lucro decorrente da exportação de azeite para a Europa, especialmente na segunda metade do século XVIII.⁸⁸

Devido à grande quantidade de baleias, não só na costa de Santa Catarina, mas em todo o litoral brasileiro, a exploração da pesca da

⁸⁶Op.cit. MAWE, 1979, p. 55-57

⁸⁷ ELLIS, Myriam (1973). Escravos assalariados na antiga pesca da baleia. (Um capítulo esquecido da história do trabalho no Brasil colonial). Anais do VI Simpósio Nacional dos professores universitários de história. Trabalho Livre e Escravo. Volume I. São Paulo – Brasil.

⁸⁸ SILVA, Célia Maria e. Ganchos/SC: Ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira. Florianópolis: Ed. UFSC, 1992.

baleia realizada com a construção de armações para auxiliar a sua captura se intensificou a ponto de se tornar uma das maiores atividades econômicas da época. A técnica para a extração da matéria-prima animal era reconhecida e caracterizada pela sua eficiência e aproveitamento, favorecendo um grande rendimento para as armações.

O processo de recolher e retalhar o peixe é eficiente e bem imaginado. Vários molhes estendem-se pelo mar adentro, numa profundidade de dezoito a vinte pés, e sobre eles se erguem cabrestantes, guindastes e as demais máquinas necessárias. Para aí traz-se todo o peixe apanhado na costa. A casa da caldeira, os tanques, etc., são muito superiores em tudo aos estabelecimentos similares da Europa. Para dar ideia a sua grandeza, é eficiente dizer que só de um lado existem vinte e sete caldeiras enormes, havendo ainda espaço para três outras. Os tanques são enormes reservatórios em forma de abóboda, em alguns dos quais um bote pode mover-se com facilidade. Conseguimos observar estes grandes trabalhos, graças á gentileza do comandante, Capitão Jacinto São Jorge, que vivia ali principescamente, dono de vasta propriedade, por ele franqueada, com grande espírito público e liberdade. Todos os que ali visitaram a Armação são testemunhas da sua afabilidade e urbanidade para com os estrangeiros.⁸⁹

Mas aos poucos, os animais foram diminuindo em quantidade. Navios baleeiros de outros países, como ingleses e norte-americanos, trabalhavam em larga escala e tecnologia, impedindo a migração de baleias para o litoral catarinense (Prada Júnior, 2008).

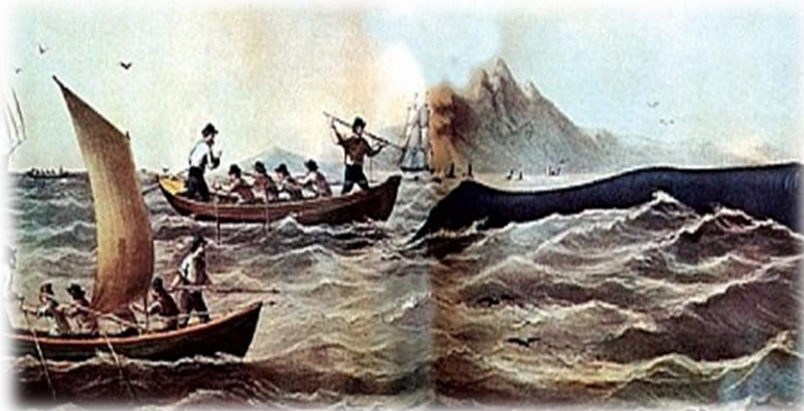
Nas descrições do século XIX Adam Johann Von Krusenstern⁹⁰, também se refere ao declínio da caça às baleias relatando a diminuição

⁸⁹ MAWE, Op. Cit. 1978, p. 55

⁹⁰ Adam Johann Von Krusenstern foi chefe da expedição russa ao redor do mundo, conta como foi sua trajetória ao chegar em Santa Catarina em 1803. Das suas impressões sobre a viagem foi escrito o livro *Reise um die Welt in den Jahren 1803, 1804, 1805 und 1806 auf Befehl Seiner Kaiserliche Majestät Alexanders des Ersten auf den Schiffen Nadeschda und Newa*, também traduzido para o português como, “*Jornada ao redor do mundo nos anos 1803, 1804,*

da espécie em águas catarinenses, beirando a extinção, entre elas as Cachalotes (*Physeter macrocephalus*), espécie que devido o seu tamanho e estrutura cefálica era possível extrair em maior quantidade o espermacete, matéria-prima para construção de fortes e casas.

Figura 3 - Caça à Baleia Cachalote. Ilustração do Século XVIII.



Fonte: Caça à Baleia Cachalote. Ilustração do Século XVIII. In Fernandes, Maria Augusta Evangelista (2002). Acervo da DHN – Diretoria de Hidrografia e Navegação. Marinha do Brasil.

Diante desse cenário, as armações baleeiras em Santa Catarina tiveram o fim de suas atividades em 1826, a caça às baleias teve continuidade até meados da década de 60 do século passado.

Muitos outros viajantes estrangeiros⁹¹ aportaram na ilha de Santa Catarina, no entanto, nas narrativas dos autores citados, é possível

1805, e 1806 sob o comando de Sua Majestade Imperial Alexandre I nos Navios *Nadezhda e Neva*”, publicado em São Petersburgo em 1810. Juntou-se também a essa expedição, o médico alemão Georg Heinrich Von Langsdorff, que coletou milhares de exemplares da flora e fauna do Brasil, o que resultou na obra publicada entre os anos de 1810 e 1818, com Friedrich Ernst Ludwig von Fischer.

⁹¹Amédé François Frézier (França), 1712 a bordo dos navios: Saint Joseph e Marie; George Shelvocke e Willian Betagh, 1719 navio Speedwell; George Anson, 1740 navios Centurion, Gloucester, Sévem, Perle, Wager e Chalupa Trya; Antoine Joseph Dom Pernetty, 1763 navios l’Aigle e leSphinx; Jean François Galaup de La Pérouse, 1785 navios Astrolabe e Boussole; James George SempleLisle, 1798 navio Lady Shore; Adam Johann Von Krusenstern e

perceber aos olhos de estrangeiros, como se estabelecia a indústria pesqueira na região, que teve seu auge no século XVIII, com a instalação de armazéns industriais para a captura de baleias, enriquecendo os cofres do império português.

A ocupação açóricó-madeirense e seu desenvolvimento econômico, que esteve associado à atividade da pesca das baleias inicialmente e, em seguida, à produção e comercialização de gêneros alimentícios, em particular da farinha de mandioca, garantiram a inserção da região às redes comerciais do império português e mais tarde da economia nacional.

A manufatura escravista das armazéns articulava-se à pequena produção agrícola familiar cujos excedentes eram comercializados, elevando o litoral catarinense a uma posição de destaque no contexto do Brasil-colonial como uma das áreas fornecedoras de gêneros alimentícios⁹². E devido ao declínio da pesca da baleia, as populações migraram para a região de Ganchos, e o povoamento de açorianos e madeirenses na região foi consolidado.

As primeiras descrições geográficas da região foram justamente difundidas através dos relatos de viajantes oitocentistas. No trecho abaixo de um dos relatos de John Mawe na passagem por Santa Catarina no século XIX, a Baía de Dois Ganchos, também conhecida como Tijuquinhas, é apresentada com um quadro natural heterogêneo, pluralizado pelo relevo acidentado constituído por áreas planas, e outras montanhosas.

[...] atravessamos a península por uma estrada montanhosa, de quatro léguas, que conduz à Baía de Dois Ganchos, conhecida pelo nome de Tijucas [...]. Nesta baía desagüam vários rios, alimentados pelas torrentes das montanhas e pelas nascentes,

George Heinrich Von Langsdorff (Alemanha), 1803 navio *Nadeshda*, *Urey Lisiansky*, 1803 navio *Neva*; *John Mawe*, (Inglaterra), 1807; *Vassili Mihailovitch Golovnin*, 1808 navio *Diana*, *David Porter* 1812 navio *Essex*, *Otto Von Kotzebue*, *Adalbert Von Chamisso* e *Louis Choris*, 1815 navio *Rurick*, *Louis Isidore Duperrrey* e *René Primevere Lesson*, 1822 navio *La Coquelle*; *Carl Frederick Gustav Seidler* (Alemanha), 1825 navio *Caroline*; *Heinrich Trachsle* (Suíça), 1828 navio *Dom Pedro I*.

⁹² PEREIRA, Raquel Maria Fontes de Amaral. Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes. *Geosul*, Florianópolis, v. 18, n. 35, p. 99-129, Jan./jun. 2003

de dois rios razoáveis, o menor denominado inferninho e o maior Tijucas. Ambos atravessam terrenos pantanosos, sujeitos a inundações, e neles crescem mangues e grande variedade de árvores. [...]. Na estação das chuvas, fica, em grande parte, inundado, e no verão é infestado por terríveis enxames de moscas e borrachudos, que o tornam quase inabitável. [...].⁹³

A paisagem de Ganchos é caracterizada pela serra costeira, composta pelos biomas Marinho, e Mata Atlântica, esta última que se restringe aos morros e montanhas, que acolhem uma floresta de clima quente e úmido, importante fator para sustentabilidade da biodiversidade da fauna e flora local⁹⁴. Contudo, o bioma Mata Atlântica é considerado um *hotspot*, ou seja, tem uma grande biodiversidade, incluindo abundância de espécies endêmicas⁹⁵, por outro lado, na mesma proporção, é um dos biomas mais ameaçados de extinção.

A devastação para incremento imobiliário, o turismo, entre outras modalidades de exploração, permite que esta região tenha sua integridade ecológica desse ecossistema comprometida, fato que não ocorre apenas em Ganchos, mas em todas as regiões revestidas por este bioma. E por isso o interesse de pesquisadores em monitorar, e criar iniciativas de gestão e manejo dessas zonas ricas em diversidade biológica.

Este cenário de serra, ar quente, úmido, favorece precipitações pluviais como já retratado nas considerações de John Mawe no século XIX, em que ele chama de estação das chuvas. Devido ao relevo acidentado, a população se fixou principalmente nas áreas planas, mas a construção de casas nos morros se encontra em abundância até os dias de hoje. Contudo, são evidentes as diferentes formas de moradia, sendo as construídas nas encostas habitadas pelos nativos, e os grandes empreendimentos voltados para o turismo, bem como casas de veraneio da população não local.

Para a construção dessas casas foi necessário fazer uso de queimadas, contribuindo para o empobrecimento do solo, dificultando a sua capacidade produtiva.

⁹³ MAWE, Op. Cit. 1978, P.55

⁹⁴ ICMBio, 2013. Enc. 2

⁹⁵ Espécies que só ocorrem naquele local.

Em certos núcleos pesqueiros as condições da morfologia e dos solos impedem até mesmo a atividade da lavoura. Os núcleos dos Ganchos (Canto, do Meio e de Fora) são um bom exemplo. Gancho do Meio - Município de Biguaçu. Aspecto da localidade típica e predominantemente pesqueira. Galpões de embarcações, alinhadas na praia, e, mais afastadas, as habitações dos pescadores, de condições higiênicas e de conforto (sic) relativamente boas (em confronto com o generalizado aspecto de pauperismo de outros núcleos) se comprimem entre o mar e a encosta declivosa, desmatada, repleta de blocos "matacões".⁹⁶

Mesmo assim, as terras eram utilizadas para o plantio, que embora pobres, não exigiam aprimoramento técnico no setor agrícola⁹⁷, por isso a viabilidade para a plantação de mandioca, matéria-prima para a produção artesanal de farinha, cana-de-açúcar, transformada em açúcar, banana, café, algodão entre outros produtos, que foram de extrema importância para a subsistência daquelas populações após a decadência da caça às baleias⁹⁸.

A morfologia litorânea, que favoreceu o deslocamento das populações da Armação da Piedade, para as regiões dos Ganchos no século XIX também auxiliou no desenvolvimento da atividade pesqueira, permitindo que hoje tal região seja uma das principais áreas de captura de peixes, moluscos crustáceos da grande Florianópolis. Ainda na década de 60, a região era muito rica em diversidade marinha, notavelmente piscosa:

Ao se confrontarem análises entre as diversas zonas de pesca, nota-se um traço comum: A pesca se restringe aos ambientes intralagunares e às enseadas de pequena profundidade e bem abrigadas ou mesmo às praias que não sejam fundas de trechos recortados. A obtenção do pescado quase não obriga o pescador a deslocar-se

⁹⁶ LAGO, Paulo Fernando de Araújo. Contribuição geográfica ao estudo da pesca no litoral de Santa Catarina. Revista Brasileira de Geografia. Ano XXIII. Janeiro-março de 1961. Nº 1. P. 153.

⁹⁷Ibid, p. 129.

⁹⁸ SILVA, Op. cit., 1992.

para longe da terra. O peixe vem ao pescador. A afirmação é tão correta quanto a recíproca. As mais importantes pescas são as de tainha, da anchova, do camarão, da sardinha, etc. espécies que "acostam", buscando refúgio para a desova.⁹⁹

Nos primórdios do fluxo migracional para Ganchos, o isolamento foi inevitável, pela localização ser de difícil acesso principalmente pela configuração do relevo, sendo o principal meio de chegada e partida através do mar. A estrada de barro assentada em meados da década de 50, ainda era precária, dificultava o acesso às demais regiões para a comercialização do pescado, como Florianópolis, onde o acesso era realizado por meio marítimo. Por terra, a estrada de barro deixava com que a viagem se tornasse morosa, por causa dos morros. Nas observações do final da década de 50 pelo professor e pesquisador Paulo Fernando de Araújo Lago,

O acesso aos núcleos é extremamente difícil, se bem que modernamente estabeleceu-se ligação rodoviária até Tijuquinhas, localidade que dista meia dezena de quilômetros de Canto dos Ganchos. A rodovia que atinge Ganchos do Meio após passar pelo primeiro, só é transitável em épocas de estiagem e mesmo assim por veículos especiais, como jeeps.¹⁰⁰

Numa das conversas gravadas com Dona Maria, irmã mais velha de Naca, ela conta que nas décadas de 40 e 50 do século passado era muito comum mulheres parirem nos barcos quando elas se direcionavam para a maternidade, e foi o que aconteceu com um dos seus filhos. Não havia estrada viável para chegar à outra cidade por terra. Mais tarde, entre os anos 70 e 80 foram construídas estradas de asfalto, como a BR 101, facilitando o acesso de ida e volta, e assim o turismo se manifestou como uma rentável fonte para a economia local, além de favorecer a tramitação dos produtos pesqueiros.

O clima também influenciou, e ainda influencia a pesca em Ganchos. Os ventos predominantes são o nordeste e o sul, sendo o segundo, de maior intensidade. Mas para o extrativismo marinho, de acordo com o seu João, “o melhor vento é o nordeste porque deixa a

⁹⁹LAGO, Op.cit., p. 129

¹⁰⁰LAGO, Op. cit., 1961. Pp. 189-190.

água mais suja. Se a água tá muito limpa o peixe vê a rede, e aí não dá uma boa pescaria”¹⁰¹.

De toda forma, o conjunto desses fatores geográficos configura um cenário propício para a pesca local. Contudo, desde a migração do século XIX até os dias atuais a degradação ambiental é visível e muitas espécies marinhas já não são mais observadas na região. Algumas praias não são próprias para banho, como a praia de dentro.

Devido ao crescimento populacional, e instalação da indústria pesqueira principalmente no final da década de 70, houve um adensamento populacional nas encostas. Isso resultou em dejetos lançados ao mar, e poluição de baía e enseadas¹⁰², além de esgotos a céu aberto, apresentando baixo, ou nenhuma condição razoável de saneamento básico. Hoje, as casas construídas à beira-mar de Canto dos Ganchos, são na maioria de dois pavimentos, e construídas em alvenaria. No entanto, a rede de esgoto é toda voltada para o mar, se tornando muito desagradável passear por aquela região. Da mesma forma, o lixo é jogado em áreas abertas, como terrenos baldios, e próximos a um pequeno córrego.

Mesmo com essas dificuldades, a atividade da pesca continua. Ainda nos dias atuais, as comunidades de Ganchos se caracterizam por empregarem na faina artefatos artesanais, produzidos por eles (as) mesmos (as), por familiares, ou comprados semi-prontos com necessidade de alguns retoques de acordo com as necessidades do (a) proprietário (a) do apetrecho.

Para esta atividade em pequena escala, a frota pesqueira é composta por embarcações, chamadas de bote ou bateira, com tamanho médio de 8 metros. São feitas de madeira, e com encaixes para acomodação da tripulação, e um motor no centro alimentado por óleo diesel. As embarcações são carregadas com redes, âncoras, e sinalizadores, uma espécie de haste longa e uma “bandeira” na ponta, que servem para demarcar o espaço em que cada pescador/ pescadora colocou suas redes.

Muitos pescadores e pescadoras dali vivem essencialmente da atividade produtiva da pesca e alguns, já aposentados/as, dão continuidade a esse trabalho como forma de garantir e/ou complementar a renda familiar. Ou ainda por “sentir a necessidade de trabalhar no mar” – como pude observar e ouvir de alguns pescadores e pescadoras

¹⁰¹ Seu João. Diário de Campo, 16 de outubro de 2012.

¹⁰² IBAMA, 2013.

nas minhas idas a campo, e que me fez recordar a frase de Diegues ao tratar das populações litorâneas, “o mar é o que as caracteriza, e a profissão que as define”¹⁰³.

Claudino¹⁰⁴, em sua dissertação, observou que o funcionamento das relações sociais em Ganchos é espontaneamente fundamentado na solidariedade, como a existência de mutirões na comunidade, ou quando um pescador obtém sucesso na captura dos peixes, este também recebe ajuda na limpeza e preparo dos mesmos. Apesar de ser um ambiente competitivo - onde ainda paira um “segredo” em revelar o melhor local para pesca, por exemplo - a comunidade é colaborativa entre si, se reunindo nos ranchos de pescas, e entre as horas de descanso, trocam informações, conversam, e se visitam.

As praias de Ganchos de Dentro, do Meio e Cantos dos Ganchos, são águas calmas. O que torna propício para a atividade da maricultura. A plataforma continental, em geral de Santa Catarina, é extensa, unindo as condições ideais para a abundância de espécies com valor econômico¹⁰⁵.

As espécies mais pescadas nesta região, dependendo da época, são o pampo amarelo, o bagre, gordinho, tainha, corvina e sardinha. Algumas vezes vem à rede algumas espécies de cação e tubarão martelo. A pesca do polvo (*Octopus spp*) é realizada mar adentro, ou seja, nas regiões mais profundas, por meio das traineiras. As espécies de peixes citadas acima são extraídas de locais mais próximos da margem, cerca de 30 minutos de barco, e capturados com redes chamadas de feiticeira, que são as redes de emalhar, que podem ser de tresmalha, ou apenas de 1 (uma) malha dependendo da espécie que se deseja capturar.

¹⁰³ DIEGUES, Antônio Carlos Sant’ana. Ilhas e mares: simbolismo e imaginário. Editora Hucitec. São Paulo. 1998, p.27

¹⁰⁴CLAUDINO, Carlos Alberto. O patrimônio público da paisagem litorânea de Santa Catarina: estudo de caso Ganchos e as tendências turísticas. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina. 2003

¹⁰⁵ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. MMA. Ministério do Meio Ambiente. Plano de Manejo. Área de Proteção Ambiental do Anhatomirim. Encarte 2. Diagnóstico da APA do Anhatomirim. Florianópolis. Julho, 2013.

Em pesquisa anterior¹⁰⁶, verifiquei os conflitos gerados em Sesimbra/Portugal, devido à dificuldade de adaptação de Portugal a uniformização das Políticas de Pesca da União Europeia (PCP). Enquanto em alguns países europeus, a pesca era realizada em altos níveis de tecnologia, em Sesimbra, e na maior parte do território português, a pesca é realizada com pequenas embarcações, e apetrechos confeccionados pelos próprios pescadores. Quando foi organizada a Política Comum de Pescas – 1986 -, esta foi delineada com base nos países do centro da União Europeia, que têm uma realidade muito diferente da de Portugal.

De certa forma, a União Europeia tem promovido a pesca no país, através do Fundo Comunitário Europeu (FEP), com adaptação das frotas portuguesas aos demais países da Europa, transformação e comercialização dos produtos de pesca. Porém, apenas no setor especializado têm sido implementadas essas mudanças, como no caso da pesca da lagosta em pesqueiros estrangeiros¹⁰⁷. Nas demais áreas, essa adaptação é complicada. A uniformização da legislação ao nível europeu permite incorrer em equívocos. Portugal, por exemplo, tem dificuldade em adaptar-se ao regime imposto, devido à estrutura desta atividade econômica baseada num ofício que foi repassado pelos seus antecessores, e está estritamente ligado ao modo de vida das comunidades de Portugal.

Em Ganchos, em artigo publicado em 1961 pelo professor e pesquisador Paulo Fernando de Araújo Lago, o autor discorre constantemente sobre o “atraso” dessa comunidade. Atraso tecnológico, e o uso “primitivo” de artefatos de pesca.

Acostumados, já há muito, com a pesca "praiana", os catarinenses se atrasaram com respeito à melhoria do equipamento, e hoje começam a sentir a pressão da concorrência a eles imposta pelos barcos de pesca de outras áreas. Esse atraso técnico é principalmente explicado pela ausência

¹⁰⁶ SILVEIRA, Cibele Dias da. Terra e Mar. Um estudo sobre as política de pesca e a atividade de pesca artesanal em Sesimbra sob uma perspectiva social. Dissertação de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa. 2009.

¹⁰⁷SOUTO, Henrique. (1991). A pesca artesanal em Portugal no novo contexto comunitário o caso Peniche. Instituto Nacional de Investigação Científica Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional Universidade Nova de Lisboa: Lisboa.

de grandes mercados próximos, que pudessem exercer estímulo no investimento de capitais por parte de comerciantes capitalizados, bem como por não repercutir em rendas suficientes para o pescador aplicar em compra de equipamento mais modernizado.¹⁰⁸

Lago¹⁰⁹ discute também sobre a motorização das baleeiras, mas que esse elemento pouco, ou nada representa para a competição com o mercado pesqueiro industrial. O que se percebe hoje em Ganchos, ainda é o uso dessas pequenas embarcações, mas o emprego de pescadores em traineiras em períodos sazonais, de captura de determinada espécie, como o polvo.

Ainda hoje Ganchos tem esse perfil “rústico”. As modificações na maioria das vezes se dão por exigências de ações governamentais. Entretanto, a base da atividade ainda está aliada aos pequenos botes e redes costuradas à mão. A pesca industrial sem dúvida é muito mais agressiva tanto do ponto de vista ambiental quanto econômico - principalmente pela capacidade de captura-, e é um dos alvos de reclamações por parte dos pescadores em relação à falta de peixe, ou poluição das águas marinhas.

No século XIX, surgiu um novo segmento econômico através das salgas: a utilização de sal em tanques para conservação do pescado, também feito artesanalmente. De acordo com Lago, na década de 50 ele verificou que as crianças ocupavam uma importante posição nesse sistema produtivo, que exige mão de obra numerosa e barata. A partir dos 12 anos de idade era comum a utilização da mão de obra infanto-juvenil. As crianças e mulheres também eram numerosas no que se refere ao “arrastão” de peixes (captura por redes de arrasto), em que elas colhiam as espécies que conseguiam escapar da rede. O autor ainda atribui o abandono escolar e essas atividades pesqueiras.

Os núcleos dos "Ganchos", em número de três (Canto dos Ganchos, Ganchos de Fora e Ganchos do Meio) formam típicos aglomerados de pescadores. Nêles se sente a preservação de padrões culturais de antigos açorianos numa intensidade sem paralelo. São núcleos pesqueiros por excelência. A atividade da lavoura tem aí

¹⁰⁸ LAGO, 1961. P.130

¹⁰⁹ Ibid.

papel inteiramente secundário. As 14 salgas, tôdas pequenas, distribuídas entre os três núcleos alardeiam ainda mais suas características pesqueiras. Nelas as crianças e mulheres trabalham, integrando-se, pois, todos os tipos de habitantes locais na atividade dominante. [...] por isso se explica o menosprêzo que se vê em relação às atividades escolares. Embora nos três núcleos funcionem cinco escolas de nível primário, a frequência está muito aquém do número de crianças em idade escolar.¹¹⁰

Fica evidente que àquela época, a pesca angariava novos adeptos. Atualmente não se vê criança a trabalhar na pesca. É evidente que até mesmo questões legislativas com programas governamentais criados para a erradicação do trabalho infantil contribuíram para este cenário. No entanto, nas conversas com os pescadores e pescadoras, não se tem dados que demonstrem interesse pela atividade por parte da população juvenil.

A maioria dos filhos dos pescadores estuda ou estudaram outras áreas de conhecimento, seja no ensino superior ou técnico, ou simplesmente exercem uma profissão diversa da pesca. Muitos destes aspectos vejo em conexão com a pesquisa que fiz em Sesimbra/Portugal¹¹¹ em que a questão da evasão escolar nos núcleos de pesca não se dá pelos jovens se dedicarem à pesca, e sim por diferentes razões na esfera pessoal.

De qualquer forma, em ambas as comunidades, tanto em Ganchos como em Sesimbra os pais não desejam que os filhos realizem a mesma atividade que eles. Para eles um bom futuro é ter um trabalho com carteira assinada, e uma segurança econômica. Contudo, eles mesmos não abdicam da sua atividade. Isso não diz respeito ao trabalho no mar ser bom ou ruim. O desinteresse tanto dos familiares como dos jovens é pela desvalorização da categoria pesqueira.

Essa desvalorização pode ser constatada no trabalho de Lago, quando se refere à comunidade de pesca da região de Ganchos como atrasada, por utilizarem de artefatos menos elaborados que a pesca industrial. Constata-se também quando se cria estereótipos daquele pescador paupérrimo, “artesanal”, que vive apenas da pesca, e não

¹¹⁰ LAGO, Op.cit., 1961, p. 189.

¹¹¹ SILVEIRA, Op.cit., 2009.

exerce qualquer outra atividade. É possível contatar essa ideia principalmente em políticas públicas em que categorizam os pescadores e pescadoras de acordo com a conveniência da administração pública, como na recente Lei nº. 8435/2015 em que o/a único/a pescador/pescadora que tem direito a receber o benefício do defeso são “os pescadores artesanais”, que exercem como única atividade profissional a pesca.

Desde o início da formação das comunidades de pesca em Ganchos, a pluriatividade está presente. Ali surge a figura do pescador-agricultor. Não por imposição de qualquer política da época, mas pelas próprias necessidades criadas e superadas pela população local.

Esse discurso criado para pautar a pesca artesanal, a reduz a uma prática marginal, empobrece o conteúdo simbólico dessa prática, e assim, a população mais jovem não visualiza um horizonte promissor neste modo de vida. Esses discursos e práticas acabam delimitando uma condição de possibilidade para a atividade, definindo o que é pesca artesanal e aquele/a que exerce a atividade, estabelecendo normas para esse ofício, resultando num efeito derradeiro: o processo de subjetivação, submetendo, subjugando indivíduo ao outro, ou a algo.

3. TERRITÓRIO, LUGAR E PAISAGEM: A CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DO ESPAÇO NA RELAÇÃO COM O SER QUE O HABITA

Então Naca sai, e ao voltar diz que ficou sabendo de uma notícia muito boa, mas que não era para espalhar: outro pescador havia dito que matou dois peixes de 20 quilos. O que era para ser um “segredo” acabou por se espalhar pelos ranchos de pesca. Os pescadores começaram a arrumar as suas embarcações, e Nair me convidou para ir junto com ela ao mar para colocar as redes. Sorri, e aceitei na hora. Ela resmungou dizendo que ele capturou os peixes bem no local onde ela tinha deixado as suas redes do dia anterior, mas ela teve que retirar antes porque o mar estava muito bravo. Fomos até o barco do pescador que havia capturado os peixes e através das escamas que estavam ali soltas pelo bote ela confirmou que os peixes deviam pesar em torno de 20 quilos. Os pescadores começaram a perguntar se ela iria embarcar, e ela logo dizia: vou, mas tu vais para aquele lado e eu pra esse. Como uma forma de não aglomerar vários no mesmo território.

Começamos a montar o chão do bote dela. Uma espécie de quebra-cabeça. Cuidei para não carregar muito peso, pois estava preocupada com a minha gravidez (Figura 4). Mas estava tão animada com a possibilidade de embarcar que fiz o possível para ser eficiente e ajudar Nair no que fosse possível. Naca disse que eu ainda tinha muito tempo, e quase pariu duas vezes no barco. Montagem concluída, fomos escolher as redes e ancoras que seriam usadas para aquela pescaria. Nair escolheu 8 (oito) redes de malhas grossas, pois o objetivo era capturar peixes grandes. Ela me ensinou como desenrolar as redes, e posicioná-las de forma que elas pudessem deslizar no mar quando fossem largadas. Logo peguei prática e as desenrolei com facilidade. Alguns pescadores vinham perguntar quem eu era, e como Nair tinha conseguido uma ajudante. Um deles comentou sobre a forma como eu embarcava as redes, mas não entendi se elogiou ou não, devido a sua fala

para dentro. O mesmo fez algumas gracinhas sobre a luz que irradia as mulheres, mas Nair respondeu de forma seca, e ficou séria diante dos comentários do pescador. Fiz o mesmo. Comecei a pensar sobre como foi para ela lidar com os galanteios dos pescadores, e como se fez o respeito que hoje eles têm por ela. Carregamos as âncoras, e Nair amarrou cada uma em seu devido lugar. É preciso destreza, e força.

Depois de 1 hora de preparação, amarramos as bandeiras de identificação, e assim fomos ao mar. Levamos os celulares, e eu a máquina fotográfica. Fui de tênis, e só depois percebi porque Nair disse para eu ir descalça. Enquanto a embarcação entrava no mar meus pensamentos voavam. Nair me recomendava para me afastar das redes, e a parte em que eu poderia ficar era muito pequena. Dizia também para não me preocupar, pois a embarcação não iria virar, apesar de pequena, e as ondas muitas vezes nos molharem. Pensava se não estava sendo uma mãe irresponsável. Logo o medo se foi, e foquei-me na pesca, nas redes que iriam ser postas. Com cerca de 30 minutos de viagem, Nair começou a observar de forma atenta os locais em que os outros pescadores deixaram suas redes. Ela posicionou quatro das redes próxima às redes de outro pescador. Fizemos uma volta, e avistamos um peixe enorme saltando no mar. Foi ali que Naca fixou as suas outras quatro redes. Elas deslizavam nas águas, e realmente seria muito perigoso eu estar muito próxima delas, qualquer falta de atenção poderia ir junto com elas ao mar. Estavam postas as redes e retornamos para o rancho de Nair. Ela me convidou para ficar e no outro dia retirar as redes, mas estava tão cansada e com cólicas que resolvi ir para casa e descansar, me preparar para outra jornada de pesca na semana seguinte¹¹².

¹¹²Diário de Campo dia 31 de agosto de 2012 – Canto dos Ganchos/Governador Celso Ramos

Figura 4 - "Indo pra rede"



Fonte: Créditos da autora

O espaço, o lugar, e a paisagem marítima interagem entre si, tendo um papel fundamental para entender o funcionamento da percepção de território. De acordo com Tuan, todos os animais, humanos ou não, conferem sentido ao espaço e lugar, sendo “os espaços demarcados e defendidos contra os invasores, e os lugares centros de atribuições de valores, e satisfação das suas necessidades”¹¹³.

O ser humano é quem confere características e predicados ao lugar, sejam de beleza, satisfação, ou mesmo aversão, e constrói significados a partir da sua interação com o meio. As sensações transmitidas pela imagem traduzidas na ideia de paisagem são um intermédio entre o mundo das coisas e da subjetividade. Esta se revela na esfera cultural, e está ligada à representação e percepção visual, indo muito além das fronteiras da disciplina geográfica¹¹⁴, remetendo a experiências sensíveis expressas no cenário.

O intuito de iniciar este capítulo com um episódio ocorrido em uma das minhas idas a campo foi de através da minha percepção sobre o

¹¹³ TUAN, Op. cit. Pp. 4 -5.

¹¹⁴ HOLZER, Werther. O lugar na geografia humanista. Território, Rio de Janeiro, n.7, p.7-78, jul./dez. 1999, p. 49.

mar, as características climáticas, entre outros dados que constituem o relato, apresentar alguns elementos que representam a ideia de espaço, lugar, território e paisagem. Os valores que atribuí a estes elementos estão na minha escrita, que está estritamente ligada à vivência que tenho experimentado até hoje, assim como para os pescadores e pescadoras está no fazer do seu cotidiano, com o desenrolar das redes, fixação das mesmas, e escolhas de todos os apetrechos que será utilizado para a faina.

Ganchos é um lugar imbuído de significados para a comunidade, que advém não só do laboro, mas das memórias que ali estão, e daqueles que já se foram, mas contaram muitas histórias. A paisagem se reflete no conjunto do campo visual, e determina o modo como deve ser realizada a faina. Também traduz a formação da comunidade, que é rodeada por morros, árvores e mar.

A escolha do lugar ideal de fixar as redes é um trabalho minucioso. É preciso estar atenta/o para não ultrapassar os limites do outro/a pescador/a, e estabelecer o seu próprio território por meio de indicativos, como as bandeiras confeccionadas por eles mesmos com panos de camiseta, por exemplo.

Essas noções espaciais, e sua construção simbólica, têm muito a dizer a respeito da formação das comunidades de pesca. O território também diz respeito ao espaço, um espaço apropriado pelas relações humanas, mas tomado por determinado tipo de poder, que em comunidades de pesca, por exemplo, recai na disputa de espaço, no uso de determinado recurso, estabelecendo a necessidade de acordos com as condições de acesso, subtração e exclusividade diferenciada entre os atores¹¹⁵. Essas relações de “poder territorial” dão margem à criação de estratégias de organização, e adaptação por meio de condições e regras operacionais.

Por estarem intimamente interconectadas, é imprescindível trabalharmos todas essas categorias numa mesma seção. Em alguns momentos os conceitos podem se confundir, mas justamente esse fio condutor que as une é que irá também imprimir uma maior clareza dos seus significados sociais.

A importância de trabalhar esses aspectos para a gestão das zonas costeiras está na faina: no segredo marítimo, demarcação e saber. Para Maldonado, a pesca marítima é uma das formas sociais em que visibiliza

¹¹⁵SACK, Robert David. Human territoriality: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.

o meio físico em sua amplitude de significados, pois manifesta a percepção não só da ordenação dos homens nos espaços sociais, mas também da “organização da própria produção e para a reprodução da tradição pesqueira, tanto em termos técnicos como em termos simbólicos”¹¹⁶. Simbologia esta que de acordo com Bourdieu, é uma indispensável ferramenta de integração, “que torna possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social”¹¹⁷, que legitima as condutas dentro de um grupo.

Nas observações de campo em Ganchos, ao ver um pescador ou pescadora, omitir o lugar de colocação das redes, ou repelir seu “concorrente”, reflete toda a abstração normativa de que a pesca é revestida. É uma normatização implícita de autogestão comunal e dos recursos de uso comum, com imposição de regras que são compreendidas entre os seus usuários, que muitas vezes é incompreensível para os *outsiders*¹¹⁸, os “estrangeiros” ou “forasteiros” que não compartilham dos mesmos valores e modo de vida da comunidade.

O espaço é quem abrange o lugar, a paisagem e o território. Neste contexto, o espaço é a grande imensidão marinha, é “mais abstrato que lugar. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”¹¹⁹. No entanto, quando a pescadora Naca determina onde colocar suas redes, este é um espaço conhecido, sai da amplitude e movimento, e estagna, pousando no lugar. Na medida em que conhecemos e atribuímos alguma importância, algum valor para o espaço, então é concebido o lugar. Este sucede do espaço na medida em que agimos intencionalmente, quando focalizamos o espaço em torno das experiências, sejam casuais, simples,

¹¹⁶ MALDONADO, Simone. A caminho das pedras: percepção e utilização do espaço na pesca simples. In. Diegues, Antônio Carlos. (Org.): A imagem das águas. Editora Hucitec. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas úmidas brasileiras/USP. São Paulo, 2000, p. 60;

¹¹⁷ BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução Fernando Tomaz. Editora Bertrand Brasil. 11ª edição, 2007, p. 10.

¹¹⁸ ELIAS, Nobert e Scotson, John L. (2000). Os estabelecidos e os outsiders. Ed. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro.

¹¹⁹ TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo. Difel, 1983, p. 6

banais ou aquelas que causam impactos, isto é, as que chamamos de experiências fenomenais¹²⁰.

Essa familiaridade e afetividade penso como orientação às experimentações de apego, que acredito que são o que constroem a noção de lugar. Nem sempre são experimentações positivas, pois podem nos remeter a memórias de momentos difíceis, e sensações desagradáveis, mas o lugar desenvolve laços. O apego ao lugar é um fator importante a ser considerado nos estudos com comunidades pesqueiras, pois pode explicar noções de pertencimento e identificação com o lugar marítimo.

Na psicologia ambiental, Giuliani¹²¹ explica que a relação de afeto ao lugar também se estende às demais pessoas da comunidade, ajudando a definir a identidade que está associada ao seu modo de vida. O apego está ligado ao processo de adaptação, e sentimentos de conforto e segurança, favorecendo o bem-estar do indivíduo, além de outras funções psicológicas como ações de colaboração entre pares, entre os membros de um grupo.

Para Sánchez Vidal¹²² este cenário evidencia o ponto de encontro entre os interesses pessoais e coletivos existentes no apego comunal. Ainda segundo o autor, na psicologia comunitária a diluição desses sentimentos comunitários pode levar a resultados negativos, como anomia, isolamento e desintegração das comunidades, pois elas estão pautadas justamente nessas relações interpessoais.

John Bowlby (1907-1990),¹²³ psicólogo e psiquiatra inglês do século XX, desenvolveu a teoria do apego, que consiste em evidenciar a importância do vínculo entre mãe e bebê no desenvolvimento humano

¹²⁰ LOPES, Jecson Girão. Geografia Ensino & Pesquisa, v. 16, n.2 p. 23 - 30, maio/ago. 201 2.

¹²¹ GIULIANI, Maria Vittoria. O lugar do apego nas relações pessoas-ambiente. In: Bernard, Yvone et al (Org.) Psicologia e Ambiente. EDUC. São Paulo. 2004. 413 p.

¹²² Sánchez Vidal, Alipio. (1991). Psicología comunitária: bases conceptuales y operativas métodos de intervención. Barcelona: Ppu.

¹²³ BOWLBY desenvolveu a teoria do apego entre mãe e bebê, onde ele considera o apego um mecanismo básico dos seres vivos, que varia em sua intensidade e forma. Ele considera o vínculo afetivo, o cuidado e sensibilidade pressupostos básicos para um favorável desenvolvimento cognitivo e emocional da criança. Hoje, essa teoria também é correlacionada com outros temas que tenham a afetividade envolvida, como no caso dos estudos espaço-sociais. BOWLBY, John. (2002). Apego e perda. São Paulo: Martins Fontes

em relação à segurança e conforto. Mas é uma reflexão que não se restringe ao vínculo entre a criança e sua provedora. É também extensivo ao modo como o ser humano se relaciona com o lugar.

Ao aplicar a teoria do apego de Bowlby a lugares, o sentido de “disfunções do apego” de que trata o autor, se manifesta na falha em desfazer os requisitos para o apego seguro, o que o que resulta na agressividade em ter que compartilhar esses espaços significados a que somos apegados, e a incapacidade de constituir novos vínculos afetivos espaciais, o que acontece principalmente em casos alheios a nossa vontade sob ações externas. Isso não quer dizer as comunidades não sofram conflitos internos, pelo contrário, mas num grupo coeso, elas conseguem se autogerir, e superar as dificuldades¹²⁴, seja sobre uma simples definição de quem vai pescar em determinado lugar, ou o conflito gerado pela partilha de quinhões¹²⁵.

O lugar é esse espaço nutrido pelas vivências humanas. Na antropologia, ao discutir a simbolização dos espaços, o antropólogo francês Marc Augé¹²⁶, trabalha a dicotomia entre o lugar e o não-lugar. Para ele, o que define o lugar antropológico são três fatores: a identidade, a relação e a história. O não-lugar é a ausência, a negação desses símbolos,

são espaços que coexistimos ou coabitamos sem vivermos juntos, onde o estatuto de consumidor ou de passageiro solitário passa por uma relação contratual com a sociedade. Estes não-lugares empíricos (e as atitudes de espírito, as relações com o mundo que suscitam) são características do estado de sobremodernidade definido por oposição de modernidade¹²⁷.

São “lugares” transitórios, que apesar da frequência, estamos sempre de passagem, como rodoviárias, shoppings e aeroportos, ou pacotes turísticos. A sua existência se espelha na forma como nos relacionamos com esses lugares, ou seja, o uso que se faz do lugar ou do não-lugar, e o significado que nos imprimi. Isso implica em dizer que o

¹²⁴GARCÍA, I., Giuliani, F., & Wiesenfeld, E. (2002).El lugar de la teoría en Psicología Social Comunitaria: comunidade y sentimiento de comunidade. In Montero, M. (Org.). Psicología Social Comunitaria: Teoría, Metodo y Experiencia.México: Universidad de Guadalajara. pp. 75-101.

¹²⁵ Parte que cabe a cada pescador no momento da partilha.

¹²⁶ AUGÉ, Marc. Não-lugares (1994). Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução Maria Lúcia Pereira. Editora Papirus: Coleção Travessias do Século. 7. Edição. Campinas, SP

¹²⁷Ibid. P. 157.

mesmo espaço pode ser considerado um lugar ou não-lugar em momentos opostos, e mesmo simultaneamente para diferentes atores.

Deste modo, em se tratando de políticas de pesca, o mar e seus simbolismos terão representações diferentes para a comunidade local, e para os agentes governamentais. A aplicabilidade do conceito de lugar, como espaço de relações construídas, serve no sentido de perceber que o espaço de trabalho e vivência essencialmente marítimos, estabelece vínculos fundamentais para o entendimento das relações dessas comunidades com o meio, uma percepção que é distinta da das populações locais e agentes que são externos (afetiva e geograficamente). Percepção externa que tende a variar em função do grau de afastamento e comprometimento dos agentes externos em relação ao lugar¹²⁸.

Quanto à categoria de análise território, precisamos entender diferentes formas em que ela pode se apresentar. De acordo com Neto, duas características são fundamentais para o desenvolvimento de estratégias e políticas na gestão dos territórios: a sua plasticidade e a temporalidade¹²⁹. Ainda, segundo o autor,

A maior o menor plasticidade de cada território está dependente, em grande medida, de sua estrutura económica, das características do seu(s) sector (es) económicos predominantes, do grau de sofisticação e diversidade da sua base produtiva, da relevância económica dos recursos disponíveis, do seu nível de desenvolvimento económico, do tipo de qualidade das suas infraestruturas, do nível de formação e qualificação dos seus recursos humanos, do nível de inovação e desenvolvimento tecnológico que o caracteriza (...) ¹³⁰.

Acrescento também, as peculiaridades do conhecimento ecológico local, e o grau de interação das comunidades com determinado espaço. O território é moldável, não apenas no sentido geográfico físico, mas na significação social, ambiental e econômica que

¹²⁸SILVA, Christian Nunes da. Geotecnologias aplicadas ao ordenamento territorial pesqueiro Tese de Doutoramento em Ecologia. Aquática e Pesca. Belém: PPGEAP/UFGA, 2012.

¹²⁹NETO, Paulo Alexandre (coord.). Território e desenvolvimento económico. Instituto Piaget. Lisboa. 2006, p. 13.

¹³⁰Ibid, p. 14.

pode ser construída a partir dele, o que implica na sua capacidade de adaptação às intervenções principalmente no âmbito gestacional. Isso demonstra que a “plasticidade” do território se opera a partir do conjunto de relações e aspectos que são desenvolvidos dentro do espectro territorial.

Mas lembrando do território em seu modo plástico, no sentido de maleabilidade estrutural, existem várias formas de reconhecer a sua identidade, a depender da multiplicidade de percepções, e do envolvimento com a teia social, o que inclui a sociedade, instituições governamentais, particulares, dentre a gama de agentes externos. Conforme Neto, “diferentes formas de ver e diferentes formas de ser visto”¹³¹. Além disso, os territórios não têm uma dimensão espacial e temporal fixa, pois variam de tamanho e da mesma maneira que existem num dado momento, noutro poderão desaparecer¹³², ressaltando assim as suas características de plasticidade.

O autor ainda pontua que o modo como estes aspectos se combinam no território determina a sua especificidade e personalidade constituídas através do relacionamento entre si, e seu funcionamento frente os agentes econômicos e institucionais territorialmente presentes. Além disso, também evidencia o modo de funcionamento de governança sobre determinado território, e modelos de aprendizagem coletiva que caracteriza uma maior ou menor participação dos cidadãos.

O território, assim como o lugar e a paisagem, se forma a partir do espaço. A noção territorial tem propriedade humana que ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente o “territorializa”¹³³, e essa territorialidade surge como estratégia para definir, estabelecer e reforçar esse poder sobre uma área geográfica¹³⁴. Este processo pode ser observado, por exemplo, nas relações estabelecidas entre os pescadores e pescadoras de Ganchos, onde as bandeiras (Fig. 5) que assumem o papel de demarcar o local onde estão fixadas as redes servem para a localização do próprio pescador ou pescadora, mas também para que

¹³¹ NETO, Op.cit. 2006, p. 15.

¹³² SOUZA, Marcelo L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, Iná Elias; Gomes, Paulo Cesar; Corrêa, Roberto Lobato (Eds). Geografia: Conceitos e temas. 5. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

¹³³ RAFFESTEIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. Ed. Ática. São Paulo, 1993, p. 143.

¹³⁴ GOMES, Paulo Cesar da Costa. A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

outros e outras do grupo não avancem os limites impostos pelo/a dono/a da rede.

Figura 5 - A bandeiras



Fonte: Acervo da autora.

Em pesquisa anterior¹³⁵, constatei a grande influência que o território tem na gestão das políticas de pesca, sendo um dos principais geradores de conflitos entre as comunidades e o governo. Da mesma forma, Nunes da Silva, em sua tese de doutorado reconhece esses aspectos, em que

a grande maioria dos conflitos identificados em pesquisas sobre pesca em pequenas e médias áreas está diretamente relacionada com as territorialidades dos pescadores, pois se trata de conflitos por espaços determinados – territórios, e pelos recursos naturais existentes nesses espaços. Como reflexo, nos últimos anos em locais onde existem conflitos relacionados ao uso dos recursos pesqueiros e à falta de gerenciamento desses recursos¹³⁶.

¹³⁵SILVEIRA, Op. cit. 2009.

¹³⁶ NUNES, 2012, p. 43

Robert Sack¹³⁷ explica que a territorialidade é uma tentativa do indivíduo ou grupo de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, através da delimitação e afirmação do controle sobre uma determinada área geográfica. Desse modo, a maneira como se entende o território tem implícita uma opção prévia, consciente ou não, por um posicionamento, coletivo ou individual, quanto à forma de entender o seu modelo de desenvolvimento, o modelo de concepção das políticas para o território, e quanto ao modo de relacionar e assumir cada uma das escalas em que o território pode ser considerado. As políticas públicas dirigidas aos territórios locais e regionais devem contribuir para o reforço e desenvolvimento da sua plasticidade e a construção de identidades territoriais diferenciadas.

Esses conceitos que têm origem na geografia, também são pulverizados por outras áreas de conhecimento, mas a abordagem escolhida é no sentido de aproximar o significado desses elementos naturais com mecanismos desenvolvidos nas relações humanas relacionadas ao trabalho e disputa de poder. Na relação ser humano-meio, o trabalho se apresenta como categoria mediadora¹³⁸. Assim, tanto a Ecologia como a Antropologia, bem como a História, contribuem na compreensão do significado da paisagem para as populações tradicionais.

A paisagem, assim como os demais elementos geográficos estudados para esta tese, é fonte de estudo de diversos ramos científicos, revelando seu aspecto plural, variando o sentido de acordo com as escalas de observação e critérios. O que contribui para que sejam considerados tantos os seus aspectos culturais quanto naturais.

O filósofo alemão Georg Simmel (1858-1918), quando escreveu o artigo: “A filosofia da paisagem”, menciona que a paisagem se insere culturalmente numa categoria autossuficiente, e ainda conforme o autor, “guarnecida de limites”. Entretanto ele atenta para algo muito importante: a natureza é uma.

Um pedaço de "natureza" é, em rigor, uma contradição em si; a natureza não tem frações; é a unidade de um todo, e no momento em que dela

¹³⁷SACK, Robert. D. Human territoriality: its theory and history. Cambridge: Cambridge University, 1986

¹³⁸ MOREIRA, Ruy. Marxismo E Geografia - A Geograficidade e o diálogo das Ontologias. *GEOgraphia*- Ano 6 – Nº 11 – 2004.

algo se aparta deixando inteiramente de ser natureza, porque ele só pode existir justamente no seio dessa unidade sem fronteiras, só pode existir como uma onda da torrente conjunta que é a "natureza"¹³⁹.

Para ele, dessa forma a paisagem se assume como contraditória, mesmo fazendo parte da natureza, que é uma unidade indivisível, mas que o olhar do humano a divide, a classifica, a reorganiza. Ainda assim, a paisagem é o reflexo de uma natureza, mas um recorte da perspectiva humana. Alheia a si, e ao seu entorno. A composição da paisagem se revela através de uma “interpretação peculiar do processo espiritual”¹⁴⁰. Está no sentir, nas impressões interpretadas por esse fragmento extraído da natureza, que tem significados diferentes dependendo do observador, ou seja, essas imagens são determinadas a partir de si mesmo, habitando no seu reflexo afetivo. Uma confluência entre o estado anímico e psíquico.

Mas aqui se encontra um encaixe de transformação: a interação entre o ser humano e o objeto observado retoma essa configuração unitária da natureza através da disposição anímica que suscita a paisagem. Na faina, se torna evidente quando um pescador, ou pescadora, percebe o horizonte, as formas marítimas, a cor das águas, enfim, o todo paisagístico marítimo e utiliza essas ferramentas imagéticas a seu favor na pesca.

Esta interação está atrelada ao saber local, no entanto enriquecida de elementos que caracterizam não só o repasse de práticas e saberes geracionais, mas ratifica a complexidade¹⁴¹ e noção de pertencimento entre pescadores e pescadoras, e o mar. Pierre Sansot, sociólogo francês, também fala sobre as “experiências humanas com a paisagem enquanto um sistema de troca entre o mundo sensível e o mundo das significações”¹⁴², a relação das imagens com o mundo social.

Nas observações do trabalho de campo em Ganchos, a paisagem marítima remete também à identificação da atividade pesqueira e os

¹³⁹SIMMEL, Georg. *A Filosofia da Paisagem*. Tradução Arthur Morão. LusoSofia:Press. Universidade da BeiraInterior. Covilhã, 2009. P.5

¹⁴⁰Ibid

¹⁴¹ Utiliza-se aqui o significado de sistemas complexos por Edgar Morin, em pese a conexão com o todo.

¹⁴²SANSOT, 1983, p. 24 apud ECKERT, Cornelia. As variações “paisageiras” na cidade e os jogos de memória. *Revista Iluminuras*. V.9, n. 20 (2008), p.1.

sentidos oferecidos pela percepção visual, como o “se sentir livre e autônomo” na realização da faina. A amplitude marítima, e as decisões que devem ser tomadas em mar é que confere essa sensação de liberdade. A imagem captada pelo indivíduo é “desenhada” de acordo com o que determinada paisagem significa para ele. O mesmo mar que eu vi, e tive sensação de leveza, para outro/a pode ser uma sensação desagradável por considerar o mar com as águas escuras, pelo cheiro de peixe, ou abutres comendo restos de peixe. A imagem pode conferir diferentes sensações.

Além desse fator, o espacial que é a paisagem, também se traduz em vivência coletiva que produz memória e referências identitárias, o que Cornélia Eckert reconhece na etnográfica da duração¹⁴³, estudo que “vislumbra o tratamento da memória narrada como conhecimento de si e do mundo, a partir do trabalho de recordar narrado pelos sujeitos. [...] onde tratar das variações paisageiras, nos remete a estas formas e planos, de lugares vividos como guardiões de memória de seus habitantes”¹⁴⁴.

No âmbito da Ecologia da Paisagem o que se alude são as transformações que se dão através da interação entre o ser humano e o meio ambiente, onde a paisagem cultural é construída a partir da composição dos elementos da natureza. Os estudos da Ecologia da Paisagem tiveram início em 1939 com o geógrafo Carl Troll e os primeiros textos escritos nos anos 40¹⁴⁵. No Brasil se tornou mais difundida na década de 80.

Nesta interação se reconhece o conhecimento ecológico local, tendo como objetivo a análise funcional dos ecossistemas, aliando a compreensão de como os usuários de recursos de uso comum distinguem e classificam a paisagem do ambiente em que vivem. Sua abordagem se caracteriza pelo uso racional através do manejo sustentável dos recursos naturais¹⁴⁶, aliado ao fator econômico.

¹⁴³ Etnografia da duração é um termo desenvolvido pelas autoras e divulgado em ECKERT, Cornelia e ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. “Imagens do tempo nos meandros da memória: por uma etnografia da duração”. In: Koury, Mauro G P. (org.). *Imagem e Memória: Estudos em Antropologia Visual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

¹⁴⁴ ECKERT, op. cit, 2008. Pp. 10-11.

¹⁴⁵ BUREL, Françoise et BAUDRY, Jacques (1999). *Écologie du paysage, concepts, methods et applications*. Éd.Tec.Et doc. Paris.

¹⁴⁶ V. FORMAN, R. T. T. Some general principles of landscape and regional ecology. *Landscape Ecology*, v. 10, n. 3, p. 133-142, 1995. EMETZGER, J. P. O

É uma ecologia que prioriza a definição da existência do espaço e território, e os fatores de dinâmica da paisagem e os impactos ecológicos no mosaico representativo da paisagem marítima, por exemplo. O mar no horizonte, botes navegando, pescadores à beira-mar esticando suas redes, exprime uma representação paisagística do que percebemos uma pesca artesanal, ou seja, a paisagem cultural do pescador inserida no espaço marítimo e o mosaico ecológico da paisagem natural (Figura 6). E mudanças examinadas na paisagem podem nos dizer muito sobre o comportamento dos povos, e sobre o desenvolvimento da relação entre os seres humanos e o ambiente.

Figura 6 - Canto dos Ganchos



Fonte: Acervo da autora.

Em Ganchos, existe uma heterogeneidade ecológica, com a presença do mar, das montanhas, pedras, arbustos, além das construções para moradia humana. A região é composta tanto por uma vegetação de restinga, com a presença de Floresta Ombrófila Densa, bem como áreas desprovidas de vegetação, por intervenção humana, ou não.¹⁴⁷ O turismo não é elemento presente neste estudo, mas é importante referir que

que é ecologia de paisagens? *Biota Neotropica*, vol 1, n. 1/2, nov. 2001. Disponível em: www.biotaneotropica.org.br. Acesso em 16/03/2004.

¹⁴⁷ICMBio. Plano de Manejo da APA do Anhatomirim. Parte 2, 2013.

grande parte da transformação do espaço de Ganchos, se dá para a melhor acomodação turística fundamentada no lucro.

O espaço e suas significações, que variam em lugar, território e paisagem, são reinterpretados pelos pesquisadores através das narrativas de seus observadores. A percepção das imagens só é perceptível ao outro, quando é repassada através dessa experiência humana que se immortaliza no imaginário, habitando então a memória coletiva. Ao se construir em signos para determinado objeto, se intenta afeição. E isso ocorre com as relações humanas com os aspectos espaciais do mundo.

Não se trata apenas de requerer um território que a muito é defendido, usufruído, nem a contemplação paisagística, mas o reconhecimento do que resultam as relações de afeto com este espaço, que desenvolve a própria noção identitária. O pertencimento laboral na pesca está intimamente interligado com a noção do espaço.

Como lembra Eckert, “a paisagem nasce da experiência temporal articulada ao movimento da sensibilidade, como um projeto de experiência narrativa que concilia na memória compartilhada a existência do grupo compreendido na disjunção do todo da natureza”.¹⁴⁸ Dentro desta experiência sensível de compreensão do espaço significado, as comunidades locais, constituem o seu ser a partir do seu ofício. Seja na agricultura, na pesca, na identidade construída que perpassa seus ancestrais, o seu lugar no mundo se relaciona com o fazer.

O aspecto sensível da ocupação e utilização dos espaços é aprofundada e redimensionada por Martin Heidegger, em suas considerações sobre a presença e o habitar. A presença indica uma correspondência como ser, no momento em que estamos presentes para algo. Só nos é permitido o “significar” das coisas se estamos envolvidos com as mesmas. Para Heidegger,

Um ente só poderá tocar outro ente simplesmente dado dentro do mundo se, por natureza, tiver o modo de ser-em, se, com sua presença já se lhe houver sido descoberto um mundo [...] Dois entes que se dão simplesmente dentro do mundo e que, além disso, são em si mesmos destituídos de mundo, nunca se podem “tocar”, nunca um deles pode ser e estar junto ao outro¹⁴⁹.

¹⁴⁸ ECKERT, Op. Cit. 2008, p. 2

¹⁴⁹ HEIDEGGER, Martin. Ser e Tempo, p. 93. (Parte I).

“Tocar” o mundo, ou as coisas, só é possível quando as habitamos. “A maneira como tu és e eu sou, o modo segundo o qual *somos* homens sobre essa terra é o *Buan*, o habitar”¹⁵⁰, em alemão antigo. Construir e habitar tem sentidos complementares: constrói-se, cuida-se, vê-se crescer e depois habita. Também se constrói ofícios. A pesca local é uma forma de habitar o mundo. A partir dela, constroem-se modos de vida, e desenvolvem-se formas de perceber o espaço.

A sensação de liberdade ao realizar a faina, o êxtase na retirada de grande quantidade de peixes, a boa safra, entender o ritmo das marés e escolher a rede certa para colocar no mar, são respostas a esse habitar. Em meu diário de campo registrei a seguinte cena:

Chegando lá encontramos o seu filho Marcelo. Ficamos mostrando a ele algumas fotos tiradas dele ajudando a mãe a colocar as redes no bote pela manhã. Ele comentou que a vida de Naca é no mar, mas que se preocupa quando ela vai sozinha, e que já aconteceram alguns acidentes. Disse também que se ela pudesse viveria o tempo inteiro no rancho, e que já houve épocas em que trazia redes para consertar em casa. “Ela vem pra casa só pra dormir”.

Na porta de casa de Naca, como é feita de vidro, foi esculpida em jatos uma paisagem de céu, sol, mar e uma pescadora com sua rede. E a paisagem que podemos ver da sacada de Naca é linda. Vemos o mar de Canto dos Ganchos¹⁵¹.

Essa é uma forma de habitar: o ofício pesqueiro como pertencimento, e trazer a experiência do seu cotidiano para dentro de casa, representado em um desenho na porta de entrada. Fazer o beneficiamento do próprio pescado capturado, e em sequência realizar a sua comercialização. Habitar não só o espaço revestido de maritimidade, mas também a construção do cotidiano através do fazer, e ali estar presente.

¹⁵⁰Ibid

¹⁵¹Diário de Campo dia 31 de outubro de 2012 –Canto dos Ganchos/Governador Celso Ramos

Para Heidegger, os espaços abrem-se pelo fato de serem admitidos pelo habitar do ser humano, em razão da sua *de-mora*¹⁵² sobre os lugares, sobre as coisas. O que por seu turno, a produção de significados no espaço, está relacionada com “a referência do homem aos lugares (...). A relação entre homem e espaço nada mais é do que um habitar pensado de maneira essencial”¹⁵³ ou seja, realizar outras possibilidades de se pensar as manifestações do ser-no-mundo, como o ser humano se encontra no mundo.

Habitar os espaços na condição de atribuição de significados aos mesmos, também se revela a partir de uma consciência que recobre uma concepção em nível individual, de reconhecer a si mesmo a partir do outro¹⁵⁴, abrangendo inexoravelmente o coletivo.

Reconhecer-se pescador e pescadora por meio do seu ofício, mas também das relações estabelecidas na comunidade, e sentir-se parte de um grupo. A consciência territorial é resultado das relações que são desenvolvidas e transformadas em nós e em determinado espaço – territorializado - e para mais, perceber o que nos cinge a ele, e de que forma esse vínculo nos traduz sentidos.

Nas comunidades de pesca a consciência do território não trata apenas de saber onde se localiza as espécies e as melhores zonas de pesca, isso também, mas não apenas. Para, além disso, é ter consciência do próprio conhecimento advindo da experiência do trabalho no mar. Ela está relacionada às relações cotidianas desenvolvidas nesse espaço, que já exprime significado, e é objeto de disputa.

A consciência territorial está estritamente ligada à noção de identidade. Ambas estão vinculadas a um processo que *a priori* se mostra no âmbito individual, mas se reconhece no campo do coletivo. No entanto, a questão da identidade só acontece porque existe essa conexão direta entre esses dois planos. É o que Berger e Luckmann

¹⁵²De-mora, utilizado por Heidegger, no sentido de demorar, permanecer, em conexão com o sentido de morar, habitar.

¹⁵³ HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar, pensar. [*Bauen, Wohnen, Denken*] (1951) Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback conferência pronunciada por ocasião da "Segunda Reunião de Darmstad", publicada em *Vortäge und Aufsätze*, G. Neske, Pfullingen, 1954. P.8

¹⁵⁴MESQUITA, Z. Cotidiano ou quotidiano? In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. (Org.). Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995. p. 22-26.

consideram como “dialética entre o indivíduo e a sociedade”¹⁵⁵, onde a sociedade é uma produção humana, e o ser humano uma produção social, expressando-se em dois níveis: objetivo e subjetivo. É como o indivíduo se localiza, encontra o seu lugar no mundo social, se desdobrando e se explicando através do contexto das relações de alteridade. Existem diferentes abordagens acerca do estudo sobre identidade, mas todas elas enfatizam as dimensões envolvidas do coletivo e do individual.

Pensar numa única identidade favorece a geração de estereótipos de o que é ser um pescador, ou pescadora, que são discutíveis, tendo em vista que considero importante ater-se às especificidades de cada grupo pesqueiro, e por observar em diferentes campos a diversidade culturais desses grupos, que embora sinalizem muitas parencas, e repetição de ações, também afirmam as suas diferenças.

O historiador Luiz Geraldo Silva¹⁵⁶ levanta esta questão, de que pescadores e pescadoras tem um modo de vida em comum, pois vivem nas águas, navegam, e acumulam experiências ligadas ao trabalho à atividade aquática, seja lacustre ou marinha. E de acordo com as suas necessidade e possibilidades, são criadas e desenvolvidas formas para melhor utilizar os recursos naturais, sendo este um processo de adaptabilidade, que significa certo dinamismo em face de determinada situação.

Por isso, é importante pensar que apesar dos traços comuns, não se trata de uma estrutura homogênea. Pelo contrário, é impregnada de confluências históricas e arranjos e trocas culturais, que permite a singularidade de cada comunidade, em cada parte do planeta. E esses elementos são visíveis, seja nos tipos de embarcações ou nas artes de pesca que são adaptadas conforme as influências sociais recebidas, bem como de fatores ambientais. A identidade não é estática, é flexível, moldável, mas está alicerçada nas experiências vividas, e o modo de vida das comunidades.

De acordo com Castells, nas comunidades locais, o que se percebe é um processo de abdicção da individualização, e uma necessidade de agrupamento, compartilhamento dos ideais, sejam eles relacionados ao trabalho, ou aos projetos pessoais. A valorização da

¹⁵⁵ BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. Petrópolis: Vozes, 1976. p. 230.

¹⁵⁶SILVA, Luiz Geraldo. A faina, a festa e o rito. Uma etnografia histórica sobre as gentes do mar. (séc. XVII ao XIX). (Coleção Textos do Tempo). Papirus: Campinas.São Paulo, 2001.

pertença, o que Manuel Castells, defende como indispensável, mas interpreta como uma reação defensiva ao “desconhecido e incontrolável” às mudanças globais, com o intuito de preservação do seu ambiente de vivência.

[...] as comunidades locais, construídas por meio de ação coletiva e preservadas pela memória coletiva, constituem fontes específicas de identidades. Essas identidades, no entanto, consistem em reações defensivas contra as condições impostas pela desordem global e pelas transformações incontroláveis e em ritmo acelerado. Elas constroem abrigos, mas não paraísos¹⁵⁷.

Castells ainda menciona que sob o ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. Mas o que diferencia, e o que importa, é como, a partir do quê, por quem, e para quê, isso acontece.¹⁵⁸ Nesse sentido, a construção identitária surge como estratégia política para assegurar a visibilidade dessas comunidades, tendo como objetivo o alcance de projetos de assistência governamental, e principalmente às políticas públicas de pesca. Autoafirmação de sua existência como sujeitos sociais. Em relação ao exame do nexo e poder, não significa que o grupo tem noção que estão exercendo formas de poder, ao aplicar a resistência. A constituição identitária deve ser historicizada.

Para Bourdieu,

[...] o mercado dos bens simbólicos tem as suas leis, que não são as da comunicação universal entre sujeitos universais: a tendência para a partilha indefinida das nações que impressionou todos os observadores compreende-se se se vir que, na lógica propriamente simbólica da distinção – em que existir não é somente ser diferente, mas também ser reconhecido legitimamente diferente e em que, por outras palavras, a existência real da identidade supõe a

¹⁵⁷ CASTELLS, Op. Cit. 1999. P.84

¹⁵⁸ Ibid.

identidade real, juridicamente e politicamente garantida, de afirmar oficialmente a diferença – qualquer unificação, *assimile* aquilo na identidade que é diferente, encerra o princípio da dominação de uma identidade sobre a outra, da negação de uma sobre a outra¹⁵⁹.

Em muitas das conversas que foram desenvolvidas em campo, as histórias contadas eram remetidas às lembranças - ou memórias que não eram vividas, mas repassadas por outros parentes ou amigos – de pais, mães avós, avós que trabalhavam no beneficiamento do peixe, numa determinada forma de costurar a rede ou nos ensinamentos de como embarcar. A construção da identidade e a percepção do território - que também podemos chamar de consciência territorial – são envolvidas pelo processo de constituição de memória coletiva. A memória, que embora muitas vezes, deriva de experiências individuais, é propagada na comunidade,

a partir de dados ou noções comuns que estejam em nosso espírito e também nos dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo¹⁶⁰.

Memória do e sobre o território, das políticas que foram e/ou estejam sendo implementadas, dos resultados dessas políticas, dos projetos em aplicação no território, pelos diferentes agentes e pelo Estado, memórias dos casos de sucesso e fracasso das gestões¹⁶¹. Isso importa num registro histórico do território, que denota a sua relação com o tempo, através da passagem do ser humano por determinado local, e seu desenvolvimento representado pelo seu processo de construção e desconstrução, e as respectivas capacidades sensoriais que

¹⁵⁹BOURDIEU, Op. cit. 2007, p. 129.

¹⁶⁰ HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. Tradução Beatriz Sidou. Editora Centauro. São Paulo 2011. P. 39.

¹⁶¹NETO, Paulo Alexandre (Coord.). Território e desenvolvimento económico. Instituto Piaget. Lisboa. 2006.

podem ser reconhecidas através das experiências adquiridas pelo lugar. A razão disso, é que o território é dinâmico e se acomoda se adapta, a partir da valoração e sentido auferido pelo ser humano.

4. POLÍTICAS DE PESCA

A atividade pesqueira representa em sua essência a supressão de uma necessidade primordial dos animais: a fome. Tem em princípio uma função de subsistência, se desenvolvendo posteriormente à produção mercantil. De qualquer modo, assim como as demais atividades extrativistas, a pesca passou a chamar a atenção quando se visualizou a possibilidade do resultado proveitoso desse ofício.

No Brasil, no período colonial, a “pesca se configurava como um dos principais itens da dieta da população, portanto com um valor de troca garantido permanentemente, sobretudo nos momentos de crise de abastecimento tão frequentes na vida da colônia”.¹⁶² A ideia de imensidão marítima e infinitude dos recursos naturais foram elementos imprescindíveis para a valoração da pesca no campo de exploração de riquezas.

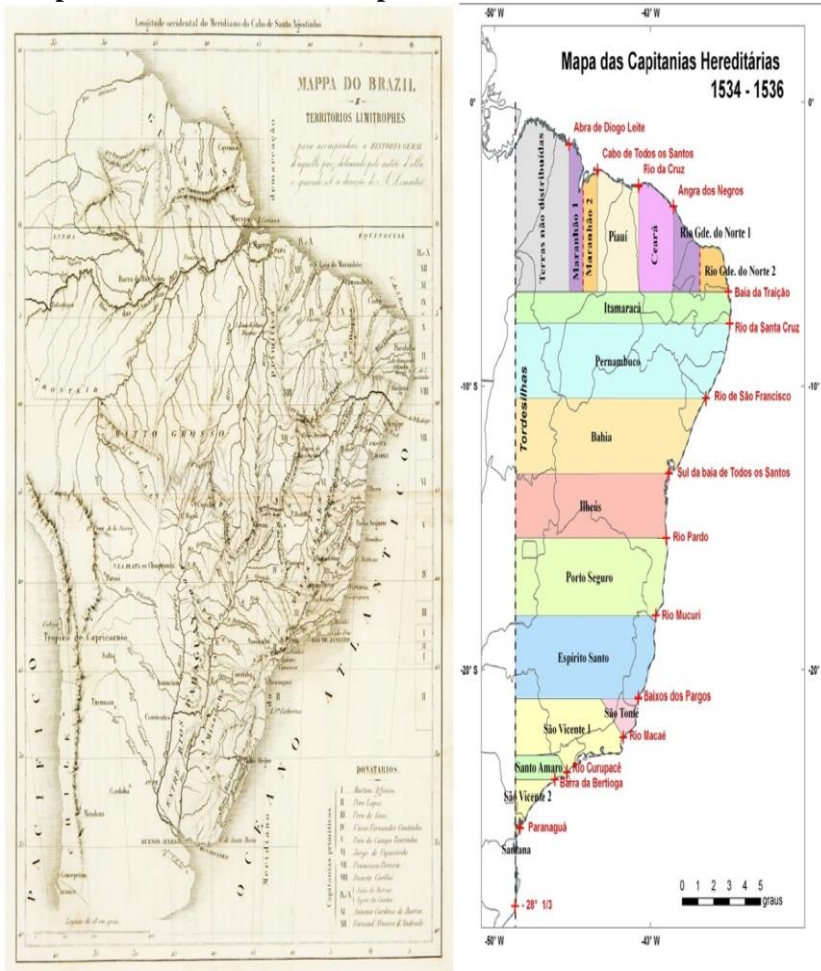
O início da regulamentação da atividade pesqueira se dá a partir das Capitânicas Hereditárias, com a divisão e doações de terras criadas pelo então rei de Portugal D. João III no século XVI. Desta forma, eram distribuídos diversos lotes, sendo o primeiro deles, a Capitania de Pernambuco tendo como Donatário Duarte Coelho Pereira. A Carta de Doação desta capitania data de 10 de março de 1534 indicando os limites e as léguas de cada território, com dimensões de 60 léguas, seguida da Carta Foral de 24 de setembro de 1534 especificando direitos relativos a terra já concedida¹⁶³.

As coordenadas eram fixadas a partir dos pontos da costa marítima, conforme Mapa 4:

¹⁶² BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. et al. Fontes Repatriadas. Anotações de história colonial. Referências para pesquisa. Índices de catálogo da capitania de Pernambuco. Editora UFPE. Recife, 2006. 584 p.

¹⁶³ CINTRA, Jorge Pimentel. Reconstruindo o mapa das capitânicas hereditárias. *An. mus. paul.* [online]. 2013, vol.21, n.2, pp. 11-45. ISSN 0101-4714. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142013000200002>

Mapa 4 - Coordenadas das Capitânicas Hereditárias



Lado esquerdo: Mapa proposto pelo historiador Adolfo Francisco de Varnhagen em sua obra clássica *História Geral do Brasil* publicada em 1854. Fonte: Acervo da Biblioteca Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo, São Paulo. Lado direito: Mapa proposto pelo Cartógrafo Jorge Cintra em 2013, como atualizações cartográficas em relação ao mapa de Varnhagen. Fonte: Cintra, Jorge Pimentel. Reconstruindo o mapa das capitânicas hereditárias. *An. mus. Paul.* [online]. 2013, vol.21, n.2, pp. 11-45. ISSN 0101-4714. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142013000200002>

Essa forma de demarcação facilitava a orientação das navegações, além de nortear as atualizações dos zoneamentos dos lotes a partir do mar. Em razão da configuração das distribuições, e da pesca que passa a ser uma importante moeda de troca, esta é contemplada no pagamento de Dízimo por quem naquela capitania pescasse:

Todo o pescado que na dita capitania pescar, não sendo à cana se pagará a Dízima Ordem, que é de dez peixes um, e além da dita dízima hei por bem que se pague mais meia dízima, que é de vinte peixes um a qual meia dízima o capitão haverá e arrecadará para si, por quanto lhe tenho feito mercê, como se contém em sua doação¹⁶⁴.

A prática do dízimo na pesca também era exercida em Portugal, pelas mesmas relações com as demarcações territoriais marítimas, e as proporções que essa atividade produtiva estava tomando. Em pesquisa¹⁶⁵ que realizei na comunidade de pesca de Sesimbra, refiro que em 1512, D. Manuel I concedeu o alargamento ao Foral de 1201, inserindo regras sobre o pagamento de dízimas¹⁶⁶ às vilas vizinhas, assim como direitos sobre o mar, pescado e marisco:

E das coisas que saírem por água pagar-se-á delas o direito que per este foral mandamos das tais pagar portagem por terra, tirando pescado, e as outras coisas de haver cativo de que se paga dízima¹⁶⁷.

¹⁶⁴Foral da Capitania de Pernambuco, 1534. In: Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil. Tomo XVIII. Rio de Janeiro 1855. Item 4.

¹⁶⁵SILVEIRA, Cibele Dias da. A Terra e o Mar: Um estudo sobre as políticas e a atividade de pesca artesanal em Sesimbra sob uma perspectiva social. Trabalho de Mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa. Portugal. 2009. 122 p.

¹⁶⁶Dízima nova – Imposto criado por João I e pago pelos pescadores para serem dispensados do serviço.

Dízima velha – Imposto cobrado sobre o pescado.

¹⁶⁷FORAIS DE SESIMBRA. In: CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte. (Org). Forais de sesimbra: memórias de um concelho. Câmara Municipal de Sesimbra.2001. p. 96

O mar no período colonial é sinônimo de expansão de novos rumos, e exploração de riquezas. A cartografia era a representação de uma construção social de mundo. De acordo com a historiadora Beatriz Bueno,

cumpre-nos interpretar a sua dimensão simbólica, relacionando um artefato cartográfico a outras séries documentais. A estratégia interpretativa deve entender mapa e contexto em estreita relação dialética, [...] bem como sobre os desígnios que orientaram a sua feitura, formato, circulação e consumo¹⁶⁸.

Nos mapas que exibem as capitânicas, apresentam todo o contexto social e econômico do período, com suas particularidades geográficas e topográficas da faixa costeira, sejam sobre o cenário das navegações, correntes marítimas ou enseadas de grande pescaria¹⁶⁹.

O incremento à pesca é continuado, e em 1602, são criados os Pesqueiros Reais, pertencentes às autoridades da nobreza. Eram zonas onde havia recursos pesqueiros em abundância, e por isso demarcadas pelas autoridades para o seu proveito. Entretanto alguém teria que pescar. Dessa forma, os índios-pescadores eram obrigados a pescar para sustentar os militares, os religiosos e os funcionários da fazenda real (Veríssimo, 1895)¹⁷⁰. Neste mesmo ano também foram oficializadas as armações para caça à baleia, que atingia o seu auge no início do século XVII.

No século XIX, é firmado o primeiro documento normativo memorável que instrumentaliza a vigilância, controle e fiscalização do setor pesqueiro como produção mercantil, por meio do Decreto nº 447 de 19 de maio de 1846¹⁷¹ - sancionado pelo Ministro da Marinha, o Tenente-coronel Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque, que mais tarde recebeu o título de Visconde de Albuquerque. Nesta norma é regulamentada a execução da Capitania

¹⁶⁸BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da Capitania de São Paulo. An. mus. paul. São Paulo, V. 17, n. 2, p. 111-153, Dec. 2009. p.113.

¹⁶⁹BUENO, Op. cit., 2009.

¹⁷⁰VERÍSSIMO, J. *A pesca na Amazônia*. Rio de Janeiro, Livraria Alves, 1895, 137 p.

¹⁷¹Coleção das Leis do Império do Brasil, 1846, tomo 9º. Parte 2ª, sessão 4ª, decreto nº 447 de 19 de maio de 1846. <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/>, acesso em 22/02/2014.

dos Portos, já anteriormente mencionada no decreto 13 de julho de 1820¹⁷². Dessa forma, toda a parte administrativa relacionada ao domínio marítimo estava sob responsabilidade do Ministério da Marinha.

Essa conjuntura surge como estratégica política de nacionalização territorial. Um projeto que dentre os interesses do Estado, incluía-se o controle dos recursos naturais marinhos que tinham promessa de uma economia promissora. Mas não apenas motivações econômicas, mas solução de problemas estratégicos¹⁷³.

O pescador se imprime na figura de reservista militar, e sua mão de obra fica sob controle da Marinha. A capitania dos portos não tinha como objetivo apenas a pesca, mas orientar todos os trabalhos relativos ao mar, superintender os portos e embarcações de qualquer natureza, segurança nas navegações e defesa nacional. Era constatada a falta de marinhagem na Armada Imperial. E em substituição à tropa de mercenários, na maioria composta por ingleses, após 1840 começa-se a introduzir no Brasil recrutamento de pescadores nacionais para a Marinha de Guerra.

De acordo com Ramalho,

A ação do Estado no Brasil buscou, historicamente, conduzir, segundo seus interesses e os das elites econômicas, os pescadores artesanais à modernidade, através do tutelamento político e da transformação da força de trabalho desses trabalhadores em reserva naval para a Marinha Brasileira, e, depois, em mão dobra para as formas capitalistas de produção (pesca industrial, recentemente, aquicultura), quando não

¹⁷² “Declara da competencia da Repartição da Marinha a concessão, e a todos os portos de qualquer porção do praia”. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1820, Página 49 Vol. 1 pt. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/antioresa1824/decreto-38868-13-julho-1820-567998-publicacaooriginal-91357-pl.html>. Acesso em 23/02/2014

¹⁷³ SILVA, Luiz Geraldo da Silva; Diegues, Antônio Carlos. Caiçara e jangadeiros.

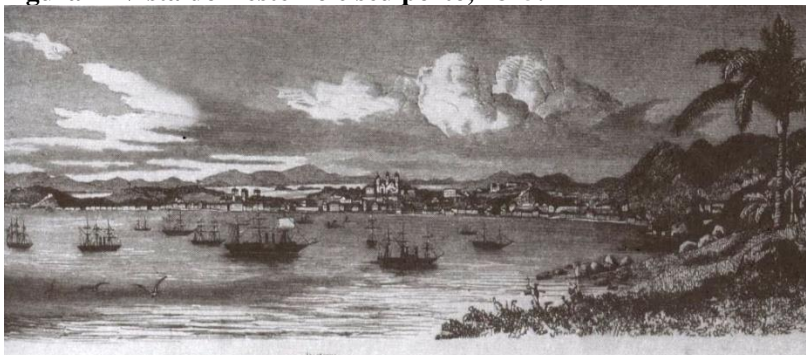
promoveram a busca pelo fim da pescaria artesanal em várias localidades no país¹⁷⁴.

O artigo 4º do Decreto nº 447 que trata das regiões do sul do país, diz que “Nas capitânicas dos portos das províncias do Rio Grande de São Pedro do Sul, e Santa Catarina, servirá de capitão do porto um oficial superior d’Armada, o qual perceberá os vencimentos, e mais vantagens de embarcado em navio de Guerra”, o qual as gentes do mar, como a tripulação era chamada, deveria prestar contas.

Ao Capitão do Porto cabiam as tarefas administrativas, além de ser investida de poder de polícia, manifestado através de aplicação de duras penas como castigos físicos, como chibatadas, prática que foi extinta pelo decreto nº 3 de 16 de novembro de 1889, mas retomada através do Decreto nº 328 de 12 de abril de 1890, nunca publicado no Diário Oficial. Futuramente gerou a rebelião dos marinheiros com a Revolta da Chibata em novembro de 1910.

Assim, em Santa Catarina em 1875, a capitania dos Portos foi sediada no Forte de Santa Bárbara situada na Baía Sul da Ilha de Florianópolis, sob o comando do Capitão-tenente Sabino Antônio da Silva Pacheco (Fig. 7). Devido ao aterro da Baía Sul, em 1998 foi transferido para o bairro do estreito, junto ao mar.

Figura 7- Vista do Desterro e seu porto, 1875.



Oscar Canstatt: vista de Desterro e seu porto, 1875. Fonte: Corrêa, Carlos Humberto P. História de Florianópolis – Ilustrada. Florianópolis. Editora Insular, 2004. P. 174.

¹⁷⁴RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Estado, pescadores e desenvolvimento nacional da reserva naval à aquícola. *Ruris*. Volume 8, número 1. Março 2014, p.. 32.

No referido decreto, em um capítulo específico¹⁷⁵ para os pescadores estes são divididos em distrito - que futuramente serão as colônias -, e inspecionados por capatazes e subcapatazes que exerciam autoridade policial. Ademais, entre suas atribuições, também realizavam o encaminhamento do infrator à polícia. Os pescadores eram obrigados realizarem a matrícula, tendo em vista o registro geral dos pescadores que facilitaria o recrutamento para a Marinha de Guerra.

Este decreto tinha como objetivos a criação de medidas para defesa do território de águas brasileiras, devida à possibilidade indesejável de navios estrangeiros esgotarem os recursos naturais do país, e o recrutamento de mão de obra naval, haja vista sua escassez. A exploração deveria ser apenas por brasileiros e naturalizados, desde que tivesse a competente matrícula e licença, e institui regras rígidas de entrada e saída dos navios, entre outras restrições. Mas isso não era uma tarefa fácil.

Na sua maioria, a tripulação não tinha afinidade com as tarefas marítimas, além de muitos estrangeiros serem matriculados como brasileiros por não conseguirem completar o número de nacionais. Rafael Portela¹⁷⁶ descreve que na Bahia, o capitão do porto, Joaquim José Raposo, justifica o descumprimento da norma com a dificuldade de averiguação: “Sabe Vossa Excelência quantos meios têm para iludir um indivíduo que se propõe a convencer que é Nacional quando é Estrangeiro, principalmente os Portugueses, que muito se confundem com os naturais das Províncias do Sul”¹⁷⁷. De todo modo, a pesca de fato tornou-se exclusividade para nacionais, com o artigo 3º do decreto 478 de 9 de dezembro de 1897¹⁷⁸.

¹⁷⁵ Capítulo V, artigo 86-87.

¹⁷⁶ PORTELA, Rafael Davis. Pescadores na Bahia do século XIX. 127 f. il. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012

¹⁷⁷ APEBa, Polícia do Porto, 3142, “Correspondência do capitão do porto ao presidente da província da Bahia”, 20/[rasgado]/1848 *apud* Portela, 2012, p. 34.

¹⁷⁸ “Art. 3º Todos os brasileiros natos ou naturalizados que exercerem a profissão marítima ficarão sujeitos ao registro ou á matricula nas repartições competentes do Ministerio da Marinha.

Paragrapho unico. O Governo expedirá o preciso regulamento para a inscripção marítima da Republica a regulamentação da pesca, que será nacionalista, estabelecendo as bases e condições de ambos os serviços, vantagens, onus e penas, que consistirão em multas, prisão, embarque correccional e outras por

Através do decreto n. 9672 de 16 de julho de 1912, é criada a Inspetoria de Pesca, marco para a institucionalização da atividade pesqueira no Brasil. A matrícula dos pescadores, que era de domínio do Ministério da Marinha, passa para a jurisdição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, à medida que eram instaladas as estações de pesca¹⁷⁹.

Nesta fase, além da fiscalização, também se estabeleceram incentivos para a pesquisa, com análises microbiológicas das águas, e estudo da fauna brasileira para regular a sua utilização. Tudo documentado através da publicação de anuários e almanaques. No corpo da legislação se percebe o interesse em manter os recursos pesqueiros, haja vista as proibições na pesca, como o uso de determinados meio de captura. O que na época representava o esforço do governo brasileiro em institucionalizar a atividade pesqueira.

A legislação que compunha um cenário de aparente proteção ambiental não se deve ao aporte ecológico, ou uma consciência de necessidade de preservação ambiental. De acordo com Pádua, a sua relevância está baseada numa construção social, “o valor do mundo natural repousa na sua importância econômica e política [...] A destruição do ambiente natural não era entendida como um “preço do progresso”, como na visão hoje dominante, mas sim um “preço do atraso”¹⁸⁰.

Ou seja, era necessário criar mecanismos para de valoração dos recursos naturais com vistas a um progresso nacional. E com o crescimento promissor da pesca no país, além das preocupações relacionadas ao estoque pesqueiro, em 1934, com o Decreto 23.672 do dia 2 de janeiro, é sancionado o Código de Caça e Pesca.

Além disso, este decreto também institui o oferecimento de cursos preparatórios de pesca pelo período de 2 (dois) anos, com matrículas gratuitas, tendo como exigência idades entre 12 e 25 anos, idoneidade comprovada por meio de atestado de autoridade local, ou 3 testemunhas, além de saber ler, escrever e contar. No curso eram oferecidas atividades físicas como natação e remo, primeiros socorros,

delictos militares, previstos nos respectivos códigos”. Decreto 478 de 9 de dezembro de 1897.

¹⁷⁹ Artigo 58 do decreto nº 9672 de 1912.

¹⁸⁰ PÁDUA, José Augusto. Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.

medicina prática, química, mecânica, construção naval, aritmética, entre outras matérias curriculares.

O recrutamento visava a qualificação de trabalhadores que estivessem interessados na pesca, não necessariamente os pescadores artesanais profissionais. Na verdade, os próprios cursos preparatórios de certa forma excluíam grande parte da população das comunidades locais, determinando a escolaridade, ou no mínimo saber ler e escrever, o que não condiz com a realidade de grande parte da população de pesca em pequena escala. O artigo 59º ilustra a amplitude da exigência para o “cargos” de pescador: “Será considerado pescador, para os efeitos deste regulamento, todo indivíduo que, vivendo da pesca, possua a respectiva matrícula nas estações” (artigo 59º, Decreto 9672 de 1912).

Tratava-se da nacionalização¹⁸¹, rumo ao processo de industrialização da atividade pesqueira. Isso não implica apenas em utilizar tecnologia para capturar o pescado, processar, e embalar em grandes quantidades, mas sim garantir que os recursos naturais não explorados fossem patrimônio nacional. Desta forma, os Estados foram organizados e distribuídos em três grupos, onde foram definidas e divididas as zonas de pesca, conforme o decreto nº 9802 de 9 de outubro de 1912¹⁸².

Neste período, já fica evidente a desvalorização da figura do pescador e da atividade da pesca artesanal por ser considerada atrasada em termos tecnológicos, e de pouca rentabilidade econômica para o país. Na pesca local, as embarcações ou não eram motorizadas, ou constituídas de motor de pouca potência, permitindo apenas navegações

¹⁸¹ “A pesca é exclusivamente nacional desde 4 de janeiro de 1917, como previu o art. 73 da lei 2.544, de 4 de janeiro de 1912, e como tal livre a todos os brasileiros maiores de 16 annos”.

¹⁸² “Art. 1º Fica o território nacional dividido em tres zonas de pesca, abrangendo: a primeira, os Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauhy, Ceará, Rio Grande do Norte e Goyaz, partindo do cabo Orange até o de S. Roque e compreendendo as bacias dos rios Amazonas, Tocantins, Turyassú, Mearim, Parahyba, Jaguaribe, Mossoró, Piranhas e outros; a segunda, os Estados do Rio Grande do Norte, Parahyba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Geraes e o Districto Federal, partindo do cabo S. Roque até a ilha do Cardoso e compreendendo as bacias dos rios Parahyba do Norte, S. Francisco, Paraguassú, Belmonte, Doce e Parahyba; e a terceira, os Estados o Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul e Matto Grosso, partindo da ilha do Cardoso até a barra do arroio Chuy e compreendendo as bacias dos rios Paraná, fóra do Estado de S. Paulo e Paraguay”. Diário Oficial da União - Seção 1 - 24/10/1912, Página 14223.

de curta distância. Os apetrechos que eram feitos manualmente também não eram propícios para a atividade intensa da industrial.

O Decreto nº. 9672/1912 foi a primeira norma a definir a figura do pescador, que poderia ser qualquer um que se interessasse pela atividade, com ou sem experiência marítima. Aqui já revela o direcionamento do setor para a mecanização, sem levar em consideração os aspectos de conhecimento marítimo específico daqueles que lidam com a pesca artesanal, e da inter-relação entre ser humano e ambiente tão peculiar a essa atividade. O que mais importa aqui é a expansão da industrialização da pesca.

No Decreto nº 16.184 de 25 de outubro de 1923, classifica e delimita a pesca: “Art. 1º Entende-se por pesca a industria extractiva, animal ou vegetal, de qualquer producto das aguas salgadas, salobras ou doces”. O foco é a produção em escala industrial, mas se tem um empenho na organização dessa atividade. Assim, fica obrigatória a filiação à colônia de pescas, e ficam explícitos os direitos e deveres dos pescadores, sejam de embarcações industriais, ou de pequenas embarcações.

Assim, a legislação acompanhou a evolução do setor pesqueiro. Em 1934 foi aprovado o Código de Caça e Pesca através do Decreto nº 23.672, inserido no contexto da política nacionalista da Era Vargas, em que eram criados símbolos que representassem o Brasil, e o meio ambiente representava justamente essa riqueza que se ansiava revelar ao mundo¹⁸³. Foi um período em que a proteção ambiental era considerada necessária tanto por motivos estéticos, como pelo interesse biológico.

Logo no artigo primeiro do Código de Caça e pesca, atribui ao Ministério da Agricultura a regência dos serviços de pesca de todo o Brasil inclusive administração, direção e fiscalização do pessoal e material, fiscalização e execução dos dispositivos legais aplicáveis, e tudo mais que fosse atinente ao interesse da defesa da fauna e flora agrícolas.

No referido decreto, são de domínio público das águas todos os animais e vegetais que nas mesmas se encontrarem (artigo 5º). E Mais uma vez é ratificada a posição nacionalista de que somente aos brasileiros é facultado o exercício e exploração da pesca e indústrias correlatas (artigo 7º), o que não impedia que fosse emitido o

¹⁸³DE OSTOS, Natascha Stefania Carvalho. O Brasil e suas naturezas possíveis (1930-1945). Revista de Indias, volume 72, n.255, 2012.

licenciamento para cientistas estrangeiros realizarem seus estudos por prazo determinado.

A visão preservacionista¹⁸⁴ presente nos textos normativos tem como precedente uma série de pesquisas, tanto sobre a fauna como a vegetação marinha, realizada por pesquisadores nacionais e estrangeiros. O incentivo à pesquisa tinha como principal objetivo catalogar as espécies marinhas, para o controle do desenvolvimento da pesca. Já tinha dado início à ameaça de algumas espécies devido ao excesso de exploração, e por isso a restrição na utilização de determinadas redes, aparelhos e armadilhas.

Neste código é desenvolvida uma explicação detalhada tanto das zonas de pesca, como dos apetrechos, e do modo de pesca. Era uma norma que era válida para qualquer pescador, salvo o que pescava a pé, como no artigo 9º parágrafo único: “isto é, feita sem embarcação e de terra (de caniço ou linha de mão), em que é facultada a todos os residentes no território nacional, sem outros onus ou restrições além dos constantes do presente Código”.

Na interpretação dessas normas é possível ver o desenvolvimento da mentalidade e dos objetivos ligados aos recursos ambientais, desde o período colonial. A tendência progressista dos textos legislativos remete à análise realizada pelo historiador ambiental Pádua em seu livro *Sopro de Destruição – Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista (1786-1888)*.

Neste livro são analisados autores e obras com elementos que identificam aspectos políticos no cenário ambiental dos séculos XIX e XIX. Trata-se de parágrafos ou capítulos de livros, que denotam uma visão de que os problemas ambientais já faziam parte das demais problemáticas sociais no período entre os séculos XVIII e XIX. Não apenas uma percepção romântica e empática com o meio natural, mas uma resposta à dinâmica econômica e política, em que a construção nacional também se revela na conservação das riquezas naturais.

Na década de 30 existiam grupos timidamente organizados de intelectuais e cientistas que defendiam medidas para a proteção do meio ambiente¹⁸⁵, mas o que se identifica no corpo legislativo sobre pesca do século XIX é o vislumbre da atividade pesqueira como uma economia

¹⁸⁴Na corrente preservacionista, a interferência humana é essencialmente nociva ao meio ambiente, por isso a necessidade de proteção restringe o acesso humano ao ambiente natural.

¹⁸⁵ SERRANO, Célia Maria de Toledo. A invenção do Itatiaia. Universidade Estadual de Campinas- Dissertação de mestrado, Campinas: 1993.

próspera, e por isso a necessidade de se criar mecanismo de fazê-la perpetuar. É uma estratégia política para um melhor aproveitamento dos recursos naturais para dar prolongamento à exploração. É um modelo, que ainda é propagado nos dias de hoje, são ações externas e verticais por parte do governo, no que se refere à gestão dos bens de uso comum do povo.

Quatro anos mais tarde o Código de Caça e Pesca foi fragmentada, e com o Decreto-Lei nº. 794 de 19 de outubro de 1938 ficou instituída a legislação atinente apenas à atividade pesqueira, sendo revogada a parte da pesca do decreto de 1934. Assim, o Código de Pesca tem um texto mais organizado em termos de distribuição de deveres e obrigações dos pescadores, afiliações e licenças. Em teor, não houve grandes ajustes, mas manifestou as proporções econômicas que a atividade pesqueira industrial estava ocupando.

Em 1941 deu-se prosseguimento ao fortalecimento das colônias de pesca com a elaboração de um estatuto próprio para as mesmas, as quais mantinham sua subordinação à Federação Estadual dos Pescadores, à Confederação Geral dos Pescadores Brasileiros, bem como à Divisão de Caça e Pesca tipificando-as como Sociedade Civil, facultando à Confederação intervir em suas diretorias. De acordo com Ramalho, essa constante elaboração de leis e códigos clarificou o teor manipulador e de controle sociopolítico imposto pelo poder público às pessoas que se dedicavam ao trabalho da pesca artesanal.

Ao institucionalizar o trabalho do pescador, a Marinha colocou limites a sua autonomia social e política. No geral, como se deu com os trabalhadores rurais, os pescadores foram percebidos “como meros ‘braços’ ou instrumentos de trabalho, objetos, portanto, de políticas de *modernização*, mas não de modernidade”¹⁸⁶.

A institucionalização do setor agravou o desmantelamento da autonomia da pesca artesanal, sendo a mão de obra manipulada para ir em direção à industrialização que até então não tinha efetivamente sido consolidada. Em 1962 irrompeu a pesca industrial, como apoio de empresários e industriários, sendo este setor reconhecido como indústria de base. O grande impulso era o financiamento de linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), investindo na mecanização e modernização da frota, dos portos, e do maquinário.

¹⁸⁶ LOURENÇO, Fernando Antônio. Agricultura ilustrada: liberalismo e escravidismo nas origens da questão agrária brasileira. Campinas: Unicamp, 2001, p. 31 apud RAMALHO, Op. Cit. 2014, p. 43.

Era o início da pesca industrial no Brasil, e também em Santa Catarina, que já apresentava uma crescente e próspera era do setor pesqueiro.

De acordo com o Anuário *Estatístico do Brasil*¹⁸⁷, entre os anos de 1960 e 1985a produção de pescado marítimo no Brasil teve um aumento considerável passando de 220.566 toneladas para 760.452 toneladas, respectivamente. Um período que foi o ápice do incremento à pesca industrial, com programas de financiamento oferecidos pelo governo, modernização da frota e novos apetrechos de pesca, diferentes daqueles utilizados e confeccionados pelos próprios pescadores artesanais.

Além disso, as restrições às importações fizeram com que a produção nacional fosse intensificada¹⁸⁸. Após 1985, a produção marítima começou a decrescer, principalmente pela má gestão dos recursos naturais, e do próprio setor da pesca. Por outro lado, a pesca em água doce aumenta como se pode constatar através da tabela 1:

Tabela 1 - Captura de pescado marítimo e lacustre no Brasil entre os anos 1960 e 1990.

Ano	Pesca marítima		Pesca lacustre	
	Captura em Toneladas	Percentual da produção nacional	Captura em Toneladas	Percentual da produção nacional
1960	220.566	78,4%	54.845	19,5%
1965	326.901	80,2%	94.633	22,4%

¹⁸⁷ ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Anos 1960-1985.

<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=720>. Acesso em 7 de março de 2014.

¹⁸⁸ ABDALLAH, Patrícia Raggi e BACHA, Carlos José Caetano. Evolução da atividade pesqueira no Brasil: 1960 – 1994. *Teor. Evid. Econ.*, Passo Fundo, v. 7, n. 13, p. 9-24, nov. 1999

1970	421.981	77,4%	103.477	19,7%
1975	586.164	77,1%	173.628	22,9%
1980	635.965	77,3%	186.712	22,7%
1985	760.452	78,3%	211.085	21,7%
1990	428.754	67,7%	204.845	32,3%

Fonte: IBGE. Estatística da Pesca entre os anos de 1960 e 1990.

A década de 60 representa um período de grandes investimentos na pesca. Isso implica dizer que tais investimentos exigem também a criação de programas, e normas para a regulamentação e gestão desses recursos. No curto governo de Jânio Quadros, é instituído o Conselho de Desenvolvimento da Pesca (CODEPE), por meio do Decreto nº 50.872 de 28 de junho de 1961, com o intuito de orientar e elaborar planos plurianuais de pesca, propor diretrizes, promover estudos, entre outras atribuições. Neste momento já se tem claro também os problemas que estão ocorrendo com estoques pesqueiros, tendo em vista que nesta norma é contemplada ações para dirimir os “problemas da pesca”. O investimento é crescente, e também é proposto o Fundo Nacional da Pesca. É uma norma geral, que logo será refinada, dando espaço para a SUDEPE.

A SUDEPE -Superintendência de Desenvolvimento da Pesca- foi criada através da Lei Delegada¹⁸⁹ nº 10 de 11 de outubro de 1962. Este é o marco da consolidação da indústria pesqueira, tendo como objetivos fulcrais o investimento financeiro no avanço dessa atividade, com o apoio do Banco do Brasil, empresas e investidores internacionais. Anos depois, o resultado do excesso de exploração é um cenário de decadência no setor pesqueiro, que deu “seu último suspiro” em 1989 com a extinção deste órgão. No entanto, para o que se propunha, “a SUDEPE cumpriu um papel importante para o capital: viabilizar a expansão da pesca enquanto um negócio moderno e rentável para um

¹⁸⁹Ato normativo elaborado pelo (a) Chefe do Executivo.

grupo de empresários, criando, ao mesmo tempo, uma força de trabalho disponível, ora permanente, ora de reserva”¹⁹⁰.

O investimento é concentrado não apenas nas isenções fiscais das indústrias para construções de barcos, ou refrigeração e demais formas de beneficiamento. Os trabalhadores da pesca industriais, que na lei são chamados de pescadores, recebem benefícios, com formação técnica, assistência social, e demais benefícios trabalhistas que naquele período histórico comportava.

Infelizmente o amparo das leis do trabalho não atingia os pescadores artesanais, que não tinham reconhecimento profissional diante das normas em vigor. Estes ainda eram vistos como retrógrados, e trabalhadores de subsistência. Isso dificultava a continuidade da atividade local, tendo em vista a falta de investimento em embarcações, e apetrechos para o trabalho.

Em Ganchos, mesmo com a questão da dificuldade de reconhecimento para fins de investimento financeiro, nas conversas sobre o período da SUDEPE recaem ou na lembrança da migração de muitos pescadores para pesca industrial, ou da abundância da pesca no arvoredo, que hoje é área de preservação ambiental integral como Reserva Biológica Marinha, gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação.

No entanto, a crise desse modelo desenvolvimentista que o Brasil aderiu, teve reflexos na política da SUDEPE, que já apresentava um perfil deficitário.¹⁹¹ Com a extinção desta superintendência em 1989, é criado o IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais), por meio da Lei nº 7.735, cabendo a esta autarquia a gestão dos recursos da pesca entre os anos de 1989 e 1998, com vistas ao ordenamento das diretrizes dos recursos pesqueiros. Após esse período, a competência passou a ser do Ministério da Agricultura, e ao IBAMA foram atribuídas funções de conservação e gerência de demais ecossistemas.

Em 2003 foi criada a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP, criada por uma medida provisória nº 103, art. 1º, § 3, IV, de 1º de janeiro de 2003, vinculada à Presidência da República, responsável pela produção aquícola tanto marítimo como lacustre. A partir de então, se

¹⁹⁰RAMALHO, Op. cit., 2014, p.50.

¹⁹¹ BORGES, Júlio César Lopes. Pesca em Santa Catarina/Brasil: regime jurídico estrutura administrativa entre 1912 a 1989. II Encontro de Economia Catarinense Artigos Científicos Área Temática: Economia Rural e Agricultura Familiar. Unesc. Chapecó. 2008

tem início à visibilidade da pesca artesanal, ou pelo menos é onde esta atividade é mencionada no corpo do texto normativo, tanto para efeitos de cadastro e recadastramento, ou reconhecimento para benefícios como o defeso. A pesca artesanal começa a ter um novo alcance, onde se apresenta a preocupação em diminuição das desigualdades, e sustentabilidade.

O salto cronológico de 14 anos entre o fim da Sudepe e o ano de 2003, se justifica principalmente pela estagnação da atividade pesqueira neste período. Em termos legais, não houve avanço, a indústria da pesca marítima pouco evoluiu, sendo grande parte dos incentivos e políticas públicas agora voltadas para a aquicultura. Uma alternativa desenvolvida pelo governo para potencializar o setor que sofria uma longa crise. Até 1989, segundo dados do IBGE¹⁹², a pesca marítima concentrava 75,34% do total de pescado no Brasil, e Santa Catarina era o segundo estado com maior produção.

Nesse período constata-se a discrepância entre os Estados no que se refere à pesca industrial e artesanal, sendo as regiões sul e sudeste predominantemente industrial e na região norte, artesanal. De qualquer modo, no primeiro semestre de 1989 tanto a pesca artesanal como a industrial tinham rendimentos muito próximos, com 48,21% e 51,79% respectivamente¹⁹³. Santa Catarina Representava 31,44% da pesca empresarial, e apenas 2,89% da artesanal em termos nacionais. Mas em termos regionais, a pesca industrial compreendia 92,13% da atividade¹⁹⁴, conforme tabela 2:

¹⁹² Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Estatística da Pesca de 1989. Brasil – Grandes Regiões – Unidades da Federação. Estat. Pesca. Rio de Janeiro. V. 10. N. 1. P 1-70. Jan/jun 1989.

¹⁹³ IBGE, Op. cit., 1989.

¹⁹⁴ Ibid..

Tabela 2- - Pescado total por forma de organização da atividade por região 1º semestre de 1989

Estados	Organização (%)		Participação da forma de organização (%)		
	Empresarial	Artesanal	Total	Empresarial	Artesanal
Brasil	100%	100%	100%	51,79%	48,21%
RJ	30,63%	9,90%	100%	76,87%	23,13%
SC	31,44%	2,89%	100%	92,13%	7,87%
PA	5,75%	15,24%	100%	28,85%	71,15%
SP	14,89%	4,15%	100%	79,39%	20,61%
MA	0,01%	17,99%	100%	0,08%	99,02%
RS	12,03%	4,24%	100%	75,29%	24,71%
AM	—	15,34%	100%	—	100%
CE	1,81%	6,35%	100%	23,46%	76,54%
BA	0,65%	7,58%	100%	8,43%	91,57%

Outros	2,79%	16,32%	100 %	15,49%	84,51%
--------	-------	--------	----------	--------	--------

Fonte: IBGE. Estatística da Pesca de 1989.

A pesca marinha estancou, ou teve pequenas flutuações devido à aquicultura em águas salgadas direcionadas para a maricultura. Devido à desaceleração do setor, a captura em águas continentais e aquicultura de água doce tiveram uma expansão que fez com que os níveis de capturas totais resultassem num crescimento muito significativo.

A partir de 2003 a pesca retoma o seu destaque nas políticas públicas, com a fomentação de programas de reestruturação do setor. Entretanto, os programas para a pesca em pequena escala são insuficientes, e ainda valorizando a pesca industrial, e todo o entorno empresarial que acomete este setor.

No entanto, o passo mais importante para o setor artesanal, em termos normativos, foi em 2009, com a Lei nº 11.958 de 26 de junho de 2009, foi criado o Ministério da Pesca e Aquicultura. Isso significa que a pesca artesanal foi contemplada e direitos foram atribuídos. Mas as ações do MPA também revelam que, de modo geral existe um déficit em relação às políticas, tendo em vista que o alvo é a produção pesqueira (a pesca) e não as comunidades às políticas locais¹⁹⁵.

Os principais programas, como o Plano Mais Pesca criado em 2008 pelo Ministério da Agricultura, são direcionados para os setores da aquicultura e carcinicultura, que necessariamente não resultam em melhoria na qualidade de vida de pescadores artesanais¹⁹⁶. São áreas que exigem tecnologia, e uma iniciativa paliativa para a escassez de peixes. Da mesma forma, resulta numa prática insustentável devido à utilização de fertilizantes no viveiro, e as rações dissolvidas na água, quando liberados nas águas adjacentes, causando modificações no ecossistema¹⁹⁷, e muitos são os trabalhos científicos que apontam os problemas ambientais gerados por essa atividade. A criação de peixes

¹⁹⁵ VASCONCELOS, M, et al. Alguns aspectos relevantes relacionados à pesca artesanal costeira nacional, 2007. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/SEAPRelatorio.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2012.

¹⁹⁶ Ibid.

¹⁹⁷ TOLEDO et. Al. Avaliação do impacto ambiental causado por efluentes de viveiros da estação de piscicultura de alta floresta – mata grosso *Revista do Programa de Ciências Agro-Ambientais*, Alta Floresta, v.2, n.1, 2003, p.13-31.

em cativeiro não atende a condições normais do seu desenvolvimento no ambiente natural, sendo a produção limitada, mas a proposta do governo é justamente a oposta: aumentar a produção, e fazer o empreendimento crescer¹⁹⁸.

A técnica de pesca que a priori é passada por gerações em comunidade tradicionais, passa a ser a monitorada e instruída pelo Estado, além de converter pescadores e agricultores em pescadores-aquicultores. A cadeia produtiva da pesca se torna uma produção em série, com quantidade prevista, entre tantos outros fatores que diferem de uma atividade que ocorre dentro dos limites instruídos pela natureza e não pelo ser humano.

O incentivo à pesca artesanal deixa a desejar. Limita-se ao licenciamento da profissão, ações para infraestrutura e comercialização do pescado, como frigoríficos, gelo entre outros componentes necessários para a efetivação da atividade, capacitação pelo próprio ministério e crédito para a compra do diesel¹⁹⁹.

Já para a aquicultura, o objetivo se pauta na sustentabilidade, mas no aumento na produção de organismos aquáticos, fomentado pela implantação de parques aquícolas, da regularização fundiária e ambiental. A “modernização” proposta está justamente em criar um ambiente propício para um aumento produtivo dos animais, o que requer mão de obra redirecionada da pesca artesanal, que resulta na hostilização das atividades pesqueiras locais.

Para além das questões de estrutura e condições para a pesca, em Ganchos a preocupação também paira sobre o licenciamento profissional, e direito previdenciário, onde as mulheres precisam provar suas relações trabalhistas com pescadores do sexo masculino, seja marido ou pai, para adquirir seu benefício de direito. Além da proibição de zonas de pesca, bem como das espécies, onde existe grande divergência entre o conhecimento dos pescadores, e a aplicação de restrições realizadas pelo governo.

De qualquer modo, todas essas políticas parecem ser trabalhadas de forma isolada, sem uma comunicação entre si, e o que é ainda pior, sem uma comunicação formal com essas comunidades. Autores como

¹⁹⁸ SANFELICE, Cátia Franciele . As políticas públicas voltadas ao setor pesqueiro no Brasil: a atuação da Itaipu frente a diminuição da pesca e as formas de resistência dos pescadores profissionais de Guaira/PR. Anais do 5º Seminário Nacional Estado e Políticas Públicas. Unioeste. Cascavel, 2011.

¹⁹⁹<http://www.mpa.gov.br/index.php/infraestrutura-e-fomento/138-plano-safra-da-pesca-e-aquicultura-2012-2013-2014>

Ostrom e Feenny²⁰⁰, desenvolvem há muito são os estudos que demonstram que as políticas públicas que envolvem comunidades tradicionais só podem ter alguma efetividade, se o modo de vida e conhecimento local, for levado em consideração. Por isso a defesa de uma gestão participativa e integrada pesqueira.

²⁰⁰OSTROM, Op. Cit. 1995 e FEENY, Op. cit. 1990.

5. A GESTÃO DOS COMMONS E POSSIBILIDADES ORGANIZACIONAIS

Antes de dar início à discussão sobre o tema da gestão participativa e integrada das pescas, é preciso introduzir o significado dos recursos de uso comum, alvo de estratégias de manejo, que na literatura específica desta matéria, em língua inglesa, é denominado *commons*. Os recursos de uso comum (*commons*) são espaços e recursos naturais coletivos, sejam mares, lagos, pastos entre outros ambientes com um rico ecossistema, que são apropriados e gerenciados por grupos definidos, segundo modalidades e regras também definidas.

De acordo com Ostrom e Feeny²⁰¹; e Bromley²⁰², estes recursos podem ser geridos de quatro maneiras: livre acesso (*open access*), onde não existem regras, e o acesso é para todos; propriedade privada (*private property*) há exclusão de indivíduos, e maximização do uso; propriedade estatal (*state property ou state governance*), prerrogativas exclusivas do governo; e por fim, a propriedade comunal (*property comunal ou common property*), recursos controlados pelo grupo, com regras próprias definidas pela comunidade, havendo a exclusão daquele que não pertence ao grupo.

O dilema em termos teóricos sobre a utilização de recursos comuns teve início em 1968, quando o professor de biologia da Universidade da Califórnia Garret Hardin²⁰³ publicou seu trabalho na revista *Science* intitulado *The tragedy of the commons* - A tragédia dos comuns. A tragédia não se aplica como catástrofe, ou infelicidade, mas sim como um destino inevitável.

Trata-se de um ensaio que problematiza o uso dos recursos em vida comunal, sob uma perspectiva pessimista de que não há solução técnica para dirimir tanto a sua degradação, quanto a sua inevitável escassez, devido ao crescimento exponencial da população e a cota per capita ser finita. A solução técnica a que Hardin remete é definida como aquela que requer uma mudança apenas nas técnicas das ciências naturais, exigindo pouco ou nada na forma de mudanças nos valores

²⁰¹FEENY, Op. Cit., 1990.

²⁰²BROMLEY, Op. cit., 1992.

²⁰³Originalmente publicado em: Hardin, Garret. *The tragedy of commons* Science, New Series, Vol. 162, No. 3859 (Dec. 13, 1968), pp. 1243-1248.

humanos ou ideias de moralidade. Para Hardin, a lógica de um bem comum gratuito serve apenas para trazer a ruína universal. Ele faz a seguinte parábola:

The tragedy of the commons develops in this way. Picture a pasture open to all. It is to be expected that each herdsman will try to keep as many cattle as possible on the commons. Such an arrangement may work reasonably satisfactorily for centuries because tribal wars, poaching, and disease keep the numbers of both man and beast well below the carrying capacity of the land. Finally, however, comes the day of reckoning, that is, the day when the long-desired goal of social stability becomes a reality. At this point, the inherent logic of the commons remorselessly generates tragedy. As a rational being, each herdsman seeks to maximize his gain. Explicitly or implicitly, more or less consciously, he asks, "What is the utility *to me* of adding one more animal to my herd?" This utility has one negative and one positive component [...] Adding together the component partial utilities, the rational herdsman concludes that the only sensible course for him to pursue is to add another animal to his herd. And another; and another... But this is the conclusion reached by each and every rational herdsman sharing a commons. Therein is the tragedy. Each man is locked into a system that compels him to increase his herd without limit--in a world that is limited²⁰⁴.

²⁰⁴ “A tragédia dos comuns se desenvolve desta forma. Imagine um pasto aberto a todos. É de se esperar que cada vaqueiro vai tentar manter o gado do maior número possível no terreno comum. Tal mecanismo pode funcionar de modo razoavelmente satisfatório durante séculos, devendo-se às guerras tribais, à caça furtiva, e à doença manter o número de homens e animais bem abaixo da capacidade de absorção do solo. Por último, no entanto, vem o dia do julgamento, ou seja, o dia em que o objetivo a longo prazo desejado de estabilidade social se torne uma realidade. Neste ponto, a lógica inerente do que é comum impiedosamente gera tragédia. Como um ser racional, cada vaqueiro procura maximizar o seu ganho. Explícita ou implicitamente, mais ou menos conscientemente, ele pergunta: “Qual é a utilidade para mim de acrescentar mais um animal para o meu rebanho? “Esta utilidade tem um componente negativo e um positivo. [...] Somando-se os componentes parciais

A teoria de Hardin está aprisionada a uma questão moral, em que pese o prevalecimento do benefício pessoal em detrimento do outro, em uma sociedade que percebe apenas os seus próprios interesses. Para Hardin, esta dimensão egoísta constitui uma natureza inerente ao ser humano.

Ele pressupõe de forma geral, que o uso dos recursos de uso comum pode funcionar razoavelmente em equilíbrio sob um sistema comunitário por determinado período, podendo existir cooperação, e uso moderado dos recursos naturais, mas em algum momento as expectativas longo prazo são maximizadas, ou seja, a necessidade de gerar lucro predomina, e a necessidade de um sobrepeõe a do outro gerando inexoravelmente um colapso dos recursos naturais.

Para o autor esta condição humana, é um fator que condena cada ser a um sistema que o impele a aumentar os seus ganhos sem limites, sendo que o mundo em que vivemos é limitado. A questão é que a ação de um sujeito atinge diretamente o outro quando vivemos em sociedade. Esta situação é inevitável, é a referida tragédia. Dessa forma, ele aponta dois caminhos: privatização, ou controle total do Estado sobre os recursos de uso comum. São duas alternativas “ofensivas” segundo Hardin, mas seriam um destes caminhos, ou aceitar a destruição dos bens comuns.

A angústia inserida nos questionamentos de Hardin, apesar das contestações que hoje suscita, apresenta alguns aspectos que refletem a realidade da gestão pesqueira que vivenciamos. O que se percebe atualmente na gestão das zonas costeiras é justamente a dificuldade de permanência da relação sustentável do uso dos recursos naturais e das comunidades longo prazo, dentro dos parâmetros sociais e econômicos prevalecentes.

Por outro lado, a fragilidade de sua teoria esbarra num contexto de descrença em relação à humanidade, pois para Hardin o que se destaca é a rivalidade entre os usuários e no livre acesso. A lógica que

de sua utilidade, o vaqueiro racional conclui que o único caminho sensato para ele seguir é o de adicionar outro animal a seu rebanho. E outro, e outro Mas esta é a conclusão alcançada por todos e cada pastor racional partilha de um bem comum. Aí é se encontra a tragédia. Cada homem está preso em um sistema que o compele a aumentar seu rebanho sem limites - num mundo que é limitado” Tradução de José Roberto Bonifácio, professor de ciência política e relações internacionais da Universidade Vasco da Gama Filho (UFG). Originalmente publicado em Hardin, Op.cit., 1968, p. 1244.

permeia a tragédia dos *commons* não é tão simples como propôs Hardin. Tem-se, assim, que essa lógica depende de uma gama de suposições sobre a complexidade da motivação humana, sobre as regras que regem o uso dos recursos comuns, as quais nem sempre permitem o livre acesso; e sobre as características dos recursos comuns, que apresentam dinâmicas que influenciam na resposta ao uso humano.

A problemática que envolve a tragédia dos *commons*, e as abordagens similares a ela, se relaciona com a suposição de que a única fonte motivacional dos seres humanos é o interesse próprio, e os mecanismos que controlam esse interesse próprio, como comunicação, confiança e habilidade em fazer acordos e formular regras são ineficientes.

Em relação ao livre acesso, este é identificado pela ausência de regras entre os pares, ou com o próprio Estado, nem mesmo uma regulação em relação ao controle do uso dos recursos. Em comunidades pesqueiras, por exemplo, que vivem em sistema comunal, o regime de apropriação é muito bem definido, através da propriedade comunitária.

Recursos de propriedade comum são aqueles que estão disponíveis no meio natural, e cujo acesso não pode ser controlado. O uso conjunto envolve rivalidade, como os frutos da pesca, águas, terrenos inóspitos e florestas²⁰⁵. Ainda de acordo com Feeny, a propriedade comunal, ou seja, o controle realizado pela própria população local pode levar a um uso mais prudente e autorregulado dos recursos naturais.

Existem regras entre os grupos, bem como fiscalização, com o intuito de atingir a satisfação daquele grupo. Quem não faz parte da comunidade é excluído. Assim, a hipótese de Hardin não corresponde à dinâmica das populações pesqueiras locais. Em Ganchos, tanto em relação à delimitação das áreas de pesca, quanto ao uso dos recursos é definido pelo grupo, com exceção das áreas restritas de unidade de conservação. Por outro lado, também existe a legislação e fiscalização governamental, uma lei uniforme válida para toda a categoria profissional da pesca, como defeso, restrições na captura de espécies em sobreexploração dependendo da zona de pesca, entre outras normas.

O que ocorre dentro das comunidades é um trabalho vigilante em conjunto, em que quando um dos sujeitos do grupo fere as regras, este é “punido”, seja por delação aos órgãos fiscais, ou mesmo sabotagem na pesca, como estragar as armadilhas de redes.

²⁰⁵FEENY et.al. Op. cit., 1990.

Conversando com uma das pescadoras, ela pede para conversarmos somente nós duas em outro horário, pois ela quer saber como fazer para denunciar um dos pescadores que está pescando camarão no período do defeso. Digo que ela tem que procurar algum órgão de fiscalização, como ICMbio, que cuida da parte das áreas de unidades de conservação, como o Anhatomirim, Arvoredo, etc. Ela reclama e diz que eles deveriam fiscalizar mais. Um dos pescadores pagou uma multa altíssima por ter pescado no defeso, e ela diz que é isso mesmo que deve ser feito²⁰⁶.

O que se identifica é que os fatores para a eficácia prolongada na gestão dos recursos naturais atravessam diferentes áreas de conhecimento que devem reconhecer as relações das comunidades, com o meio ambiente, e os interesses dos demais *stakeholders*²⁰⁷ e do Estado. Porém, diferente do que Hardin sugere como solução, a ação do Estado deve ser moderada.

Em 1990, vinte e dois anos depois, um grupo de pesquisadores²⁰⁸, refuta a previsão de Hardin apresentando evidências através de casos em que os usuários têm sido capazes de restringir o acesso ao recurso e estabelecer regras entre si para o seu uso sustentável. A revisão indica que a teoria de Hardin deve incorporar arranjos institucionais e fatores culturais para proporcionar uma melhor análise e previsão.

²⁰⁶Diário de Campo do dia 03 de março de 2015 – Canto dos Ganchos/Governador Celso Ramos.

²⁰⁷*Stakeholder* é uma expressão/termo utilizada/o para definir a parte interessada, ou interveniente, que de alguma forma possa influenciar o desenvolvimento de um projeto. Usualmente, na área administrativa, são os envolvidos em um processo, ou empreendimento, onde as necessidades desses interessados são conhecidas e levadas em consideração pelos gestores, com o intuito de satisfazer as necessidades de todos os *stakeholders*. No que tange à gestão participativa das zonas costeiras, são tanto os pescadores, a comunidade em geral, pesquisadores, governo, e quem mais esteja interessado em participar do processo decisório relacionado a esse tema.

²⁰⁸FEENY, David; BERKES, Fikret; MCCAY, Bonny J.; ACHESON, James M. The tragedy of commons: twenty-two years later. *Human Ecology*, vol. 18, nº 1, 1990.

As comunidades pesqueiras que realizam a atividade em pequena escala têm uma autorregulação do uso desses recursos, o que não quer dizer que não há perigo de esgotamento, já que o mercado demanda a venda de animais com ova, fora de época entre outros fatores insustentáveis, e que necessita também de uma contribuição por parte do consumidor. A diferença entre o uso comum, e o uso comunal, é a utilização por comunidades tradicionais que está definida por lei.

A cientista política Elinor Ostrom, primeira mulher a receber o prêmio Nobel de economia por suas pesquisas no campo da gestão dos recursos de uso comum. Ela corrobora com essa noção, reconhecendo que a capacidade dos indivíduos de se livrar de vários dilemas varia de situação para situação. Ou seja, cada comunidade tem sua peculiaridade e deve ser trabalhada de acordo com o seu próprio modo de vida.

Os estudos de caso são exemplos a serem usados como método comparativo, no sentido de soma de experiências, evidenciando semelhanças nas práticas, nas interações sociais e ambientais, mas sem criar estereótipos da população, nem tão pouco uniformizar a sua dinâmica social, resumindo-as a um único status.

Esse entendimento é fundamental quando se trata de gestão dos *commons*. De acordo com Ostrom²⁰⁹ a gestão deve ser realizada de maneira diferente de acordo com grupo populacional específico, respeitando suas diferentes escalas. Isso implica em de fato entender as necessidades, a organização social, percepções ecológicas, entre outros, da população local, tendo em vista que as realidades socialmente tecidas por cada comunidade são distintas. Assim sendo, é mais fácil se obter sucesso na gestão quando se parte da organização de grupos menores.

Por isso um dos grandes desafios é justamente realizar a gestão dos recursos de uso comum em ampla escala, principalmente em nível global. Pois as especificidades dão lugar à uniformização, generalização de casos, que não permitem entender o funcionamento orgânico das comunidades. É o que acontece quando as estratégias de governança são planejadas pelo governo ou entidades não familiarizadas com a realidade das comunidades locais, que frequentemente resultam em conflito e insucesso na gestão dos recursos de uso comum.

Algumas comunidades realizam a autogestão dos recursos naturais de forma muito mais eficiente do que uma gestão imposta por políticas externas, como demonstrou os estudos de Ostrom sobre o

²⁰⁹OSTROM, Elinor. *Understanding Institutional Diversity*, Princeton University Press, Princeton, New Jersey, 2005.

sistema de irrigação no Nepal, o sistema de irrigação de hortas no leste da Espanha, a pesca costeira no Estado do Maine, as pastagens de uma vila em Tobel, na Suíça, entre outros, em que o sistema de autogestão foi superiormente eficaz face à administração governamental²¹⁰. Dessa forma, o modo mais eficiente de se alcançar o sucesso na gestão de recursos comuns, é através da regulação e organização dos agentes locais que são usuários desses recursos, bem como de instituições adequadas para tal fim, que estejam comprometidas em facilitar essa gestão através do seu uso sustentável dos recursos naturais. Ações que configurem no envolvimento cooperativo dos *stakeholders*. Nos estudos de caso de Ostrom, o elo em comum entre as comunidades foi o sistema de cooperação para atingir resultados mais eficientes, haja vista que as regras eram formuladas e aplicadas por eles próprios, onde eles se tornavam parte do processo de solução.

Ostrom²¹¹ elaborou uma série de princípios que elucidam uma forma adequada de gerir os recursos de uso comum, que ela intitula *design principles for long enduring CPR (common pool resources) institutions*:

Quadro 1 - Princípios para a gestão das pescas.

1. LIMITES CLARAMENTE DEFINIDOS. Deve ficar claro quem tem acesso legítimo ao recurso, e quem deve ser impedido do acesso, bem como definir os limites dos recursos de uso comum;
2. REGRAS DEFINIDAS em congruência às condições locais relacionadas ao próprio espaço físico, à época do ano, tecnologia aplicada e aos recursos disponíveis;
3. OS ARRANJOS DEVEM SER DE ESCOLHA COLETIVA. Participação na definição/adaptação das próprias regras – acordos coletivos;
4. MONITORIZAÇÃO. A Monitorização de regras por parte dos utilizadores, com penalizações para os transgressores;

²¹⁰ OSTROM, Op. cit. 2005.

²¹¹ OSTROM, Elinor (1990), *Governing the Commons: the evolution of institutions for collective action*, Indiana University, University Press, Cambridge

5. SISTEMA DE SANÇÕES INTEGRADAS. Os fluxos de benefícios proporcionados pela gestão comum são proporcionais aos custos de utilização;
6. MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS. Garantia de fácil acesso aos meios de resolução de conflitos bem como a custos reduzidos;
7. RECONHECIMENTO MÍNIMO DE DIREITO DE ORGANIZAÇÃO. Os membros devem ter a direito de se organizar sem ser contestada pelas autoridades governamentais externos. Em outras palavras, eles devem ser dados como as verdadeiras autoridades sobre os recursos e os membros das mesmas;
8. SISTEMAS VINCULADOS. Apropriação, fornecimento, monitoramento, fiscalização, resolução de conflitos e a atividade de governança são organizados em camadas múltiplas que se vinculam.

Fonte: Ostrom, Elinor (1990). *Governing the Commons: the evolution of institutions for collective action*, Indiana University, University Press, Cambridge. Pp 90-102

Um aspecto relevante no estudo de Ostrom é de que estes princípios devem ser apenas inspiradores para as comunidades que pretendam gerir os seus recursos, de forma cooperativa e sustentável, no entanto devem ser sempre ajustados a cada realidade. Intuitivamente comunidades locais desenvolvem maneiras de lidar com os dilemas relacionados à manutenção dos recursos naturais, propiciando o seu uso eficiente e sustentável. Para Ostrom, as comunidades que conseguem criar o seu próprio sistema de governança, desde que bem definidos, com decisões aceitas e respeitadas pelo grupo, são as que obtêm maior sucesso, evitando a sobreexploração dos recursos naturais. Esta autogestão, para Ostrom é intuitiva, ou seja, não é necessário um treinamento. Ao observar a comunidade de Canto dos Ganchos, a maneira como cada pescador e pescadora, ou mesmo o grupo, cria novas estratégias para exercer a sua atividade é uma maneira de se perceber a autogestão local. Até mesmo a substituição de determinada espécie da fauna por outra mais acessível, a escolha de uma rede em detrimento de outra representa a organização que se faz dentro da comunidade que não são “ensinadas” por agentes externos institucionais, são vividas e experimentadas no seu dia a dia.

Muitos são os desafios para a gestão dos comuns (*commons*). Dentro dessa problemática existem inúmeros elementos que confluem para a degradação, e extinção do ecossistema. Não é nada alarmista. No que tange à gestão das zonas costeiras, estudos como de Daniel Pauly²¹² Jeremy Jackson²¹³, Ainsworth²¹⁴, apontam para os níveis da atividade pesqueira como acima da capacidade de renovação natural das populações marinhas.

Para chegar nesse resultado, de que realmente estamos passando por um processo contínuo de perda da biodiversidade marinha, na ecologia utiliza-se o método denominado *shifting baselines*, ou *mudanças no referencial de base*. Esta é uma previsão difícil de ser identificada, pois como avaliar o aumento ou diminuição dos estoques marinhos, ou o tamanho dos peixes, sobreexploração ou não de determinadas espécies? O método de referência para avaliar esse processo de controle do estoque ao longo do tempo - *shifting baselines* - são as experiências profissionais dos pesquisadores, ou trabalhos de colegas, observadas no início de suas carreiras até o momento de determinada análise.

Mas o problema está em que momento iniciar a linha de base. Se temos como linha de base a década de 80, por exemplo, é complicado avaliar o futuro sem reconhecer o que aconteceu antes deste período. O ambiente que hoje é avaliado com a aparência “conservada” pode estar num processo grave de degradação, sem que seja percebido como tal, pois ele é comparado com a sua linha de base, sua referência. Ou seja, o prognóstico de degradação marinha varia de acordo com a sua linha de base.

Esta é uma forma imprecisa de detectar historicamente o cenário de modificação ambiental, justamente pelo resultado depender da linha de base, que pode ser variável. Devido a esses dados serem insuficientes para avaliar o nível de conservação de locais e espécies, alguns

²¹²PAULY, Daniel. Anecdotes and the shifting baseline syndrome in fisheries. *Trends Ecol. Evol.* 10, 420. 1995.

²¹³JACKSON, Jeremy et al. Historical overfishing and the recent collapse of coastal ecosystems. *Science* 293, 629-638, 2001.

²¹⁴AINSWORTH, C.H., Pitcher, T.J., Rotinsulu, C. Evidence of fishery depletions and shifting cognitive baselines in Eastern Indonesia. *Biol. Conserv.* 141, 848-859, 2008.

pesquisadores da etnobiologia²¹⁵, têm realizado estudos com comunidades locais, agregando ao método “a memória” dessas populações, utilizando como referencial o conhecimento intracultural e geracional dos informantes comparado às alterações do meio ambiente.

Sem dúvida é necessário ter cautela nestes estudos, como alerta a bióloga Natália Hanazaki²¹⁶, pois além das informações e comparações, dependem também de diferentes fatores, pois se trata de memórias que são eletivas e subjetivas, além das percepções sobre os recursos entre as diferentes gerações.

De qualquer forma, esta é uma tentativa de agregar novas formas de conhecimento para tornar mais precisas as avaliações dos estoques marinhos. Esse saber local aliado às pesquisas científicas, é que tem gerado reconhecimento na prática da gestão participativa nas pescas, termo que já foi amplamente difundido em contextos aplicados na Ciências Sociais, e no âmbito das políticas públicas, que designa a descentralização das decisões, instituindo a premissa do envolvimento das comunidades locais e dos demais *stakeholders* na implementação de políticas locais. Em termos políticos, esta é o instrumento considerado mais eficaz para conciliar a preservação das comunidades locais e do ambiente natural.

Esse acúmulo de conhecimento em relação ao comportamento dos peixes, por exemplo, é uma ferramenta de valor na conservação dos recursos naturais. O que se percebe como resultado dessas pesquisas é a congruência entre o saber científico e o saber local em que em ambos, revela-se o declínio dos estoques pesqueiros a partir do esforço de pesca²¹⁷.

²¹⁵BENDER, Mariana; Floeter, Sergio Ricardo; Hanzaki, Natalia. Do traditional fishers recognise reef fish species declines? Shifting environmental baselines in Eastern Brazil. *Fisheries Management and Ecology*, 2013, 20, 58–67

²¹⁶HANZAKI, Natalia; HERBST, Dannieli Firme; SIMIONATO, Mel Marques; VANDEBROEK, Ina. Evidence of the shifting baselines syndrome in ethnobotanical research. *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine* 2013, 9:75 The electronic version of this article is the complete one and can be found online at: <http://www.ethnobiomed.com/content/9/1/75>

²¹⁷ Chama-se esforço de pesca ao número de embarcações por unidade de tempo ou a qualquer informação mais detalhada do tipo número de redes, de linhas ou de anzóis por unidade de tempo. A hipótese posta consiste em admitir que a relação entre a captura e o esforço é proporcional ao stock de peixes. Isto é proveniente do modelo probabilista de captura, segundo o qual uma captura, com igual esforço, é tanto mais provável quanto o stock de peixe for importante”. (Faucheux e Noël, 1995).

Na governança, ou gestão participativa, a descentralização surge como uma forma de dividir a responsabilização da gestão de pessoas e do ambiente, além de estar baseada nos pressupostos de tomada de decisão coletiva, livre de coerção, vinculada à transparência e linguagem clara de informações²¹⁸. Nesse sentido, o autor Fernando Tenório acrescenta que se trata do “conjunto de processos sociais no qual a ação gerencial se desenvolve por meio de uma ação negociada entre seus atores, perdendo o caráter burocrático em função da relação direta entre o processo administrativo e a múltipla participação social e política”²¹⁹.

A idealização de arranjos institucionais como a gestão participativa no campo do meio ambiente tem seus primórdios nos idos da década de 1960, que com os movimentos sociais na França, e preocupação de pesquisadores com os problemas ambientais, que consistem na prevalência de causalidades complexas demais, nas quais predomina a incerteza, onde a ciência é requisitada para ordená-las²²⁰. Contudo, foi na década de 1990 irrompeu de forma definitiva e expressiva o modelo de gestão participativa, seja nas pescas ou demais áreas ambientais representando um grande avanço político e social, defendendo o discurso de compreensão da efetividade da dinâmica entre múltiplos atores locais, com a promoção de uma maneira de pensar a governança num processo organizativo através do compartilhamento do poder decisório

Entretanto, em termos comunitários, no Brasil na década de 70 algumas comunidades ribeirinhas já começavam a desenvolver sistemas de gestão comunitária participativa através dos acordos de pesca, que não passavam de contratos particulares que ajustavam o compromisso entre os membros de associações e organizações comunitárias, documentados em atas ou abaixo assinados de um grupo de

²¹⁸ OLIVEIRA, Vânia Aparecida R. de; Cançado, Airton Cardoso; Pereira, José Roberto. Gestão social e esfera pública: aproximações teórico-conceituais. Cad. EBAPE.BR [online], v.8, n.4, p. 613-626, 2010, p.622. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v8n4/04.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2015.

²¹⁹ TENÓRIO, Fernando Guilherme. (Re)visitando o conceito de gestão social. In: Silva, JR, J. T. da. et al. Gestão social: práticas em debate, teorias em construção. Juazeiro do Norte: Ufc, 2008b. p. 40.

²²⁰ BILLAUD, Jean-paul. A injunção da participação no campo ambiental ou a questão da incorporação dos “públicos” nos espaços de discussão. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 16, no 35, jan/abr 2014, p. 140.

²²⁰ Ibid, pp. 143-144;

interessados, para gerir conflitos, mas sem valor legal²²¹. Apenas a partir dos anos 90 que o Governo Federal, intermediado pelo IBAMA, passou a assumir e discutir arranjos institucionais participativos como os acordos de pesca, legalizando o processo para a sua implementação.

Isso também sugere que existe uma organização por parte dessas comunidades configurando uma autogestão, desenvolvendo formas de uso dos recursos naturais. Mas foi necessária a intervenção estatal para que esses acordos internos tomassem *corpus* de legalidade para tornarem-se legítimos. Para Ostrom²²², a administração pública debruça-se mais em como os gestores podem oferecer algo, intervir e criar novos arranjos institucionais, do que de que forma a população local pode desenvolver novas formas de gestão, que estejam impressas nas ações as suas vivências, e o reconhecimento do grupo na formalização de políticas.

Nesse sentido, entendo que os arranjos institucionais, como a gestão participativa, se apresentam na sua função estratégica de controle e monitoramento do ambiente e das populações que interagem com esse meio natural, e dessa forma o próprio modo de gerir está impregnado de um sistema centralizador, por mais que a legislação exija um modelo de acordos e de participação com a sociedade.

A ideia de controle sobre os recursos de uso comum realizada pelo Estado inibe o funcionamento dessas comunidades. Existe um discurso sobre a utilização dos saberes tradicionais que na prática o que se reconhece de fato é a experiência científica. Dessa forma, é mantido um controle restritivo e punitivo para o uso desses recursos, através de normas que criam modelos de gestão que muitas vezes é conflitiva com a realidade das comunidades pesqueiras²²³.

²²¹AQUINO, Alzenilson Santos de; BOCARDE, Flavio; LIMA, Natalia Aparecida de Souza; RUFFINO, Mauro Luis.. Gestão Participativa no Manejo de Recursos Pesqueiros na Amazônia. *Áreas aquáticas protegidas como instrumento de gestão pesqueira*. Série Áreas Protegidas do Brasil, 4. Ministério do Meio Ambiente Secretaria de Biodiversidade e Florestas Núcleo da Zona Costeira e MarinhaBrasília, 2007. http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf/_arquivos/livro_areas_aquat_final.pdf

²²²OSTROM, Op.cit. 1990.

²²³ V. SILVEIRA, Op. Cit., 2009 e VIVACQUA, Melissa. Dilemas da conservação e desenvolvimento na gestão compartilhada da pesca artesanal: conflitos e sinergias nos processos de criação de reservas extrativistas marinho-costeiras em santa catarina. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em

Este é um passo importante de reconhecimento do colapso das políticas de pesca. Além disso, essas decisões oriundas do Estado, mesmo que sejam construídas de forma que alcance à população como gestão participativa, estas não se adequam à realidade dos agentes realizadores da pesca, no caso pescadores e pescadoras, fazendo com que eles não se sintam parte desse processo legislativo²²⁴.

De acordo com Billaud, “[...] de modo geral, o surgimento de um novo modelo de “governança”, que tende a associar aos processos de decisão, diferentes participantes públicos ou privados, se deparam com problemas cada vez mais complexos”²²⁵, há de se fazer uma leitura crítica menos ingênua a respeito da democracia participativa, porque para além do processo de renovação, também pode ser “uma forma de construção da aceitabilidade social, senão um artifício dos poderes instituídos”²²⁶.

Na legislação brasileira relativa ao ordenamento da zona costeira, o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – Lei 7.661 de 16 de maio de 1988²²⁷, a partir de sua regulamentação através do Decreto 5300 de 2004, bem como o SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9985, de 2000) - remetem à participação social ao indicarem a reunião de segmentos representativos da sociedade na discussão de políticas públicas.

Os processos de gestão participativa mais utilizados são os **acordos de pesca**, que ocorre principalmente no norte do país. São instrumentos de gestão coletiva dos recursos pesqueiros que, concordam com determinado modo de apropriação e uso dos recursos reconhecido através de uma portaria, que possuem força de Instrução normativa²²⁸.

As *unidades de conservação de uso sustentável*, como as *reservas extrativistas* onde as comunidades tradicionais extrativistas existentes

Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

²²⁴ VIVÁQUA, Op. cit. 2012.

²²⁵ BILLAUD, Op. cit. 2014.

²²⁶ Ibid.

²²⁷ O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro a partir de sua instituição já previa a possibilidade de diversas atualizações. E no decorrer de todo esse período, que a participação da sociedade foi se tornando mais visível, o que não significa que seja efetiva.

²²⁸ RASEIRA, Marcelo Bassols. Monitoramento participativo dos acordos de pesca: como avaliar a captura de pescado. Manaus: Ibama/ProVárzea, 24p. 2007.

desde a instituição da reserva, ali permanecem sob regime de manejo, com objetivos básicos de proteger tanto os meios de vida e a cultura dessas populações, quanto assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade²²⁹.

Também a criação de *reservas de desenvolvimento sustentável*, área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica²³⁰, e os **fóruns de pesca** que existem em maior proporção no sul do país, onde são espaços de negociação entre diversos grupos de interesse²³¹.

A maneira como as reuniões, o envolvimento com o grupo varia de acordo com o sistema de gestão compartilhada, além de depender do grau de participação e interesse das comunidades, bem como do grau de devolução do poder do governo para as comunidades locais no processo de tomada de decisão.

Hoje, na comunidade de Canto dos Ganchos, o processo organizativo político participativo está basicamente atrelado ao envolvimento com a colônia de pescadores. A atual colônia Z-10 de Governador Celso Ramos tem sua fundação há 100 anos, denominada inicialmente de Z-9 Colônia de Pescadores de Canto dos Ganchos, mas com o Decreto Legislativo nº 815 de 2013, instituindo a unificação das colônias de um mesmo município. A função das colônias, das Federações Estaduais, e das Confederações Nacionais é reconhecida como órgão de classe dos trabalhadores da pesca. No entanto, é um órgão representativo, e em Ganchos, se limita ao fornecimento de documentação, informações, combustível entre outros. São 408 associados, ligados à pesca em pequena escala, e que não corresponde ao total de pescadores do município de Ganchos. A grande maioria está associada em outras colônias, como Itajaí, Navegantes, por estarem vinculados à pesca industrial.

O espaço físico da colônia é livre. A comunidade sente-se à vontade em entrar e sair, como um lugar conhecido e de todos. Por outro

²²⁹ Art. 18 lei 9985/2009 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.

²³⁰ Ibid, artigo 20.

²³¹ SEIXAS, Cristiana. Et al. Gestão compartilhada do uso de recursos pesqueiros no Brasil: elementos para um programa nacional. Ambiente & SociedadeCampinas v. XIV, n. 1. p. 23-44 jan.-jun. 2011

lado, este espaço não é utilizado para discutir decisões acerca da atividade. Segundo o presidente da Colônia, Sr. Manuel dos Santos, “ninguém aparece nas reuniões”. No entanto, estas reuniões as quais o presidente da colônia se refere, são organizadas por instituições ICMBio, Epagri, que muitas vezes não trazem em pauta temas que a comunidade considere do seu interesse. Aqui se revela a fragilidade no processo participativo em Ganchos

Nesse processo, outro fato de suma importância é o grau de abertura do governo para a participação da sociedade²³². Ou seja, o quanto e o que o governo proporciona para favorecer a efetiva participação da sociedade nos procedimentos deliberatórios. Mesmo que haja uma iniciativa da própria comunidade, ou grupo em realizar ações participativas, do outro lado da esfera social estão as ações governamentais que podem normatizar e legitimar os feitos participativos.

De fato, as iniciativas institucionais não dão espaço para uma efetiva participação para a população local de Ganchos. O entendimento de participação política é amplo. Podemos referir desde a difusão de informações, reuniões, protestos e marchas que reconhecem as diversas formas de expressão coletiva. No entanto, em se tratando do fortalecimento de uma gestão que considere a participação da comunidade, é importante avaliar como se orienta a sua efetividade, ou seja, de que forma essa participação revela resultados positivos em relação aos seus propósitos, e em que grau são administrados os conflitos.

Na década de 1960, foi fundada a Fecopesca – Federação de Cooperativas de Pesca - em decorrência de dados estatísticos que denunciavam o estado das condições de vida, que incluem trabalho e necessidades básicas de pescadores e pescadoras na região de Santa Catarina.

A situação dessas pessoas não poderia ser mais “precárias e aviltantes, vivendo com suas famílias num regime de absoluto desequilíbrio social, insegurança e total desorganização das atividades relacionadas com o aproveitamento do fruto do seu trabalho”²³³. De acordo com a Fecopesca, a maioria das famílias não tinha acesso à

²³²SOUZA, Marcelo Lopes. Mudar a Cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 7ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

²³³FECOPESCA, projeto de financiamento: Santa Catarina, 1962.. [S.L.]: [s.n.], [19-].p. 01

energia elétrica, e poucos tinham disponibilidade de água potável. A defasagem escolar era progressiva, e o que se observava era a responsabilidade de crianças adolescentes no contributo do sustento familiar.

Foram 27 cooperativas que incluem os núcleos de pesca de Canto dos Ganhos, Ganchos do Meio e Ganchos de Fora:

Cooperativa dos Pescadores de Canto dos Ganchos Ltda.²³⁴

Sede em canto dos Ganchos, no Município de Biguaçu, na comarca de Biguaçu. Fundada em 23-07-1961.

N. de Registro no S.E.R 6851 de 21 de fevereiro de 1962.

Presidente – Deodato Júlio Alves.

Gerente – José Hipólito Azevedo

Secretário – Belarmino Hipólito de Azevedo.

Conselho de Administração: Deodato Júlio Alves, Policarpo Pinto de Melo, Ari Euzébio Alves, Alcebiades João Simão, Aristide Pedro dos Santos, Idalício Adolfo Alves e Osnildo João da Silva.

Nº de sócios fundadores 194. Capital mínimo de fundações Cr\$ 1.940.000,00 Nº de pescadores na área 320. Nº de famílias 410. Produção de pescado 1.177 ton. Valor atual da produção Cr\$ 33.155.000,00. Nº de proprietários 24. Nº de canoas 4; Nº de espinhéis 3; Nº de salgas 8; Nº de ranchos 14; Nome dos núcleos: Jordão Áreas e Tijuquinhas.

Cooperativa dos Pescadores de Ganchos do Meio Ltda.

Sede em Ganchos do Meio, Município de Biguaçu, na Comarca de Biguaçu, Fundada em 24 -7-1961.

N. registro do S.E.R 6855 de 22 de fevereiro de 1962.

Presidente – Joaquim Pinto Filho

Gerente – Manoel Sebastião Miranda

Secretário – Alamiro Hermógenes dos Santos

Nº. de sócios fundadores 37 capital mínimo de fundação Cr\$ 370.000,00 Nº de pescadores na área 255 Nº de famílias 360. Produção de pescado 3.094 toneladas valor atual da produção Cr\$ 37.520.000,00 Nº. de proprietários 73 valor do equipamento em uso Cr\$ 17.070.000,00 Nº de baleeiras 58; Nº de canoas 9; Nº de botes 8; Nº de redes 83; Nº de salgas 20; Nº de ranchos 70, nome dos núcleos Calheiro

²³⁴FECOPESCA, Op. Cit. 1962

Cooperativa de pescadores Ganchos de Fora Ltda.

Sede em Ganchos de Fora, no Município de Biguaçu, na Comarca de Biguaçu,

Fundada em 21-08-1961

N. de Registro no S.E.R 6849 de 20 de fevereiro de 1962.

Presidente – Adílio Alves do Nascimento

Gerente – Domício Jacinto Alves

Secretário – Maurílio Júlio Azevedo

Nº de sócios fundadores 20; capital de fundação Cr\$ 200.000,00
 Nº de pescadores na área 110 Nº de famílias 110. Produção de pescado 1335 toneladas valor atual de produção Cr\$ 22.200.000,00 Nº de proprietários 14; valor do equipamento em uso Cr\$ 2.754.000,00 Nº de baleeiras 12; Nº de redes 23; Nº de ranchos 6. Nome dos núcleos: Palmas.

A finalidade estatutária era de reunir os pescadores para encorajar o desenvolvimento da pesca artesanal, e uma vida digna para os pescadores e pescadoras. As fontes de financiamento eram do Banco da Noruega, The National Fisheries Bank, A Diretoria da Pesca, Organização Norueguesa de Peixe Fresco, as Cooperativas de consumidores.

No processo de industrialização do pescado, inseria-se a salga, a prensagem de ovas, congelamento de camarão para exportação. Além da farinha de peixe, óleo (extração a frio), proteína purificada e adubo. Fabricação de conservas, filetagem de pescado para venda em embalagens especiais devidamente congelados, fabricação de “fish-stick”.²³⁵

O projeto era político, reunindo esses pescadores para que pudessem se organizar e atribuir valoração e valorização²³⁶ à atividade

²³⁵FECOPESCA: projeto de financiamento: Santa Catarina, 1962.. [S.L.]: [s.n.], [19-].

²³⁶ Destaco a diferença entre valoração e valorização. Valoração: *s.fato* ou efeito de valorar, de determinar a qualidade ou o valor de algo. 2. Juízo crítico avaliativo expresso por alguém sobre algo. Valorização:*s.f* ato ou efeito de valorizar (-se) 1. Aumento do valor ou do preço de algo, em virtude de ter recebido aperfeiçoamento ou melhoria, em virtude de suas qualidades intrínsecas ou raridade, ou em virtude de star em alta o valor ou o preço de seus similares. 2. Aumento fictício de preço de um produto no mercado, para possibilitar a realização de uma política ou manobra econômica. Houaiss, Antonio; Villar, Mauro de Salles; Franco, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*: [com nova ortografia da

pesqueira realizada de maneira artesanal, ou seja, em pequena escala. Mas além do aspecto político também respondia a uma natureza religiosa.

Um dos fortalecedores da Fecopesca foi Paulo Wright (1933-1973), catarinense de Joaçaba, filho de missionários presbiterianos norte-americanos, que ano de 1973 foi dado como desaparecido político²³⁷, por entre os diversos feitos e envolvimento grupos sociais, ter denunciar o controle de grupos oligárquicos de Santa Catarina sobre a pesca, para passar para pescadores esse controle, o que o fez ser taxado de subversivo e comunista. No mesmo ano em que fundou a Fecopesca, venceu as eleições para Deputado Estadual em Santa Catarina, pelo partido PSP, mas em 1964 teve seu mandato cassado pela Assembleia Legislativa do Estado²³⁸.

Na leitura do livro da Fecopesca se percebe o quão visceral são os objetivos do projeto, aduzindo às preocupações no campo social. As constatações de degeneração da categoria da pesca no Brasil foram também baseadas em um quadro comparativo com países da Europa, principalmente a Noruega, que outras obras também apontam como ícone de organização pesqueira²³⁹.

A convocação para a organização dos pescadores e pescadoras tinha cunho assistencialista, e de preocupação com os problemas sociais constatados, além de retirar a figura do atravessador, o intermediário que revende e repassa o pescado, mas que muitas vezes mantém uma relação de exploração do trabalho do pescador. A igreja, como instituição próxima à comunidade, detinha estratégia de aproximação com os grupos de pescadores e pescadoras, que se sentiam reconhecidos como cidadãos.

Mesmo a organização sendo exógena, advinda de um pastor da igreja, não era imposta e sim dialogada, observando as principais

língua portuguesa]. 1.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. LIX, 1986p. ISBN 9788573029635.

²³⁷ <http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/359>

²³⁸ PAEGLE, Eduardo Guilherme de Moura. Entre a Cruz e a Espada: os aspectos biográficos da vida de Paulo Stuart Wright. Protestantismo em Revista São Leopoldo, RS, v. 26, set-dez, 2011.

²³⁹ Para este tema, v. DEBANE, Nicolau Jose. A pesca e os pescadores no Brasil: no ponto de vista econômico e social: subsídios para o estudo da Economia Nacional Brasileira. Rio de Janeiro: Imp. Brasileira, 1924 e BOITEUX, Lucas Alexandre. *A pesca em Santa Catharina*. Florianópolis: Federação das Colônias Cooperativas de Pescadores do Estado de Santa Catarina. 1934.

demandas da comunidade, como as suas necessidades básicas. O acompanhamento desse processo organizativo também é um elemento de grande importância para o desenvolvimento do vínculo de confiança entre instituição e comunidade. No entanto, após a morte de Paulo Wright, a idealização das cooperativas através da federação não se manteve.

Sherry Arnstein²⁴⁰ em sua emblemática obra *A Ladder of Citizen Participation*, propõe oito níveis de participação através de uma escala de participação popular, que hoje se percebe o quanto compatível é com a realidade da gestão das zonas pesqueiras. A autora admite ser um quadro simplificado, mas ilustra muito bem o significado da participação social, e como esta vem sendo realizada quase quatro décadas depois.

A escala consiste nas oito tipologias de participação, sejam elas: 1 - *Manipulation* (Manipulação), 2 - *Therapy* (Terapia), 3 - *Informing* (informação), 4 - *Consultation* (consulta), 5 - *Placation* (aplaçar, apaziguar), 6 - *Partnership* (parceria), 7 - *Delegated Power* (poder delegado), 8 - *Citizen control* (controle cidadão). Arnstein (1969) ainda divide esta escala em três formas de participação, ou não-participação: 1, 2 não são participação, 3, 4 e 5 são uma falsa participação, e apenas 6, 7 e 8 são formas efetiva participação.

Manipulation (Manipulação), é uma distorção de participação. É criada uma participação ilusória, ou seja, desenvolvem-se subterfúgios para que os então “tomadores de decisão” acreditem que estão fazendo parte do processo deliberativo. De fato não há qualquer envolvimento nas decisões por parte da sociedade, e a forma como é apresentada essa esse instrumento político tem poucas chances de desenvolver um diálogo, o que resulta em estratégias propagandistas e “políticas compensatórias e intervenções pontuais com o objetivo imediato de dar a impressão de que os governantes estão “fazendo a sua parte”²⁴¹.

Therapy (Terapia) é uma categoria interessante. A proposta de Arnstein é de apresentar esta categoria com uma forma de retratar as ações absolutas do poder público, que mascara o empoderamento da sociedade. De acordo com Marcelo Souza, pode ser uma variante da

²⁴⁰ARNSTEIN, Sherry R. *A Ladder of citizen participation*. Jaip, vol. 35.N. 4. July 1969.

²⁴¹SOUZA, Op. cit. 2010, na sua interpretação do quadro de Arnstein (1969) refere-se ao Estado como figura que manipula a gestão participativa. No entanto, entendo que sejam formas de aplicar, manifestar a gestão participativa como instrumento político, e não personificar na figura do Estado.

manipulação. Mas entendo que pode ser extensível ao tratamento dado às comunidades tradicionais quando se privilegia os estudos científicos em detrimento do modo de vida e saber local dessas populações. Arnstein exemplifica essa categoria retratando a criação de grupos terapêuticos específicos que prestam serviços assistencialistas, mas desempoderam os atores.

Em comunidades pesqueiras, a abordagem realizada em pesquisas em muitos casos se vitimiza a população local, cria-se estereótipos, e pouco dos desejos do grupo são levados em consideração, tendo em vista que outros interesses, que não o da população local, prevalecem face aos da comunidade. Esse cenário é explicitado no descrédito que essas pesquisas têm na comunidade²⁴², sem devolução e quaisquer benefícios diretos à população local.

Informing (Informação). O projeto político já tem um planejamento de suas ações e apenas informa a população de suas intervenções. Esta categoria varia o nível de participação, ou falsa participação, de acordo com a forma como estas informações serão repassadas para a comunidade. O resultado pode ser pacífico, mas muitas vezes pode gerar conflitos.

No caso de criação de Unidade de Conservação, como uma RESEX – Reserva Extrativista- existe a necessidade de preservação de determinada área, mas na minoria das vezes já existem populações que vivem naquele local, ou sobrevive da extração dos seus recursos naturais. Nas RESEX, as populações permanecem na área da reserva, mas também são inseridos num regime de restrições, o que gera conflitos em as comunidades e o Estado, principalmente pela implementação de políticas que são distantes da realizada de desses grupos²⁴³. A lei 9985/2009 – SNUC, Sistema de Unidades de Conservação, é uma norma que institui a iniciativa do empoderamento cidadão, no entanto falha por realizar uma falsa participação.

Consultation (consulta). A sociedade não é apenas informada, mas também consultada. Contudo, a problemática reside na inexistência de garantia que o resultado dessa consulta será levado em consideração na formulação de políticas públicas. A sociedade acredita estar cumprindo seu papel participativo, mas nem sempre recebe uma devolutiva de seus intentos expressados nas consultas.

²⁴² SILVEIRA, Op. cit., 2009.

²⁴³ VIVÁQUA, Op. cit. 2012.

Placation (aplar, apaziguar). Indivíduos com maior visibilidade de liderança são convidados a ocuparem instâncias participativas. Marcelo Souza denominou de *cooptação*, onde a população por meio de líderes selecionados é ouvida²⁴⁴. No entanto, a institucionalização de meio de participação pode distorcer, ou mesmo restringir a real intenção desses grupos anulando o poder decisório do coletivo.

Partnership (parceria). De acordo com Arnstein, a parceria é uma forma real de participação. Nesta categoria, é efetivado o diálogo, e a viabilização de influência que o interesse do grupo incide sobre os interesses governamentais. Dá-se início com a organização da comunidade. Talvez este seja o modelo de participação mencionada na normatização na legislação vigente. Um panorama em que existe uma congruência de um interesse comum, discutido para a formulação de uma política que beneficie o coletivo.

Delegated Power (poder delegado). Esta categoria se preza dentro da cogestão, da descentralização dos poderes do Estado remetendo suas atribuições à sociedade. De acordo com Souza²⁴⁵, tanto a parceria como a delegação de poderes são modos de cogestão. Na gestão pesqueira, também trata da gestão compartilhada.

Citizen Control (controle cidadão). Souza classifica alternativamente esta categoria como autogestão²⁴⁶. Não há intermediário, ou uma instância superior de poder acima da sociedade, e é preconizada a autonomia do grupo. Ostrom e Feeny²⁴⁷ tratam da constatação do sucesso de autogestão de comunidades locais. Neste caso em específico, é o modo ideal de permanência das populações e conservação dos recursos naturais.

Em grupos, existem um controle e fiscalização local dos próprios habitantes, tendo em vista que a ação de um interfere nos resultados do outro pescador. É um modelo utópico nas comunidades pesqueiras atuais, em razão da intervenção do Estado já instalada através de normas e projetos voltados para pesca. No entanto, mesmo com a presença do poder estatal, ainda há os códigos e modos próprios de comunicação e lida com os recursos naturais dos e entre os pescadores, demonstrando que o que é preciso, é estimular, incentivar a sua auto-organização.

²⁴⁴SOUZA, Op. cit. 2010, p.

²⁴⁵Ibid, p.

²⁴⁶Ibid, p.

²⁴⁷OSTROM, Op. cit. 1995 e FEENY, Op. cit. 1990.

No mesmo ano em que Arnstein escreveu sobre os 8 (oito) tipos de participação, Hardin também publicada a tragédia dos *commons*, onde afirma que a autogestão poderia levar à falência dos recursos naturais. 20 anos mais tarde, Feeny observa que “o argumento do autor negligencia o importante papel de arranjos institucionais que geram exclusão e regulação de uso”²⁴⁸, bem como fatores culturais, desmistificando que apenas a presença do Estado ou a privatização poderiam salvar os recursos naturais de uma escassez inevitável.

Entretanto, a isenção de tomada de decisão do governo, ou a delegação total de atribuições às comunidades locais é uma iniciativa distante. No Brasil, a legislação é clara ao tratar da participação da sociedade civil nas tomadas de decisão, como podemos observar na SNUC, Lei 9985/90, por exemplo. Mas não há a efetividade de cogestão ou gestão compartilhada,

embora no Brasil não tenha havido uma devolução legal total de poder às comunidades através de sistemas de cogestão ou gestão comunitária, identifica-se um reconhecimento e uma legitimidade, em níveis federais de tomada de decisões, de algumas práticas locais e tradicionais efetuadas por muitas comunidades de pescadores no território nacional²⁴⁹.

Para um cenário de sucesso na gestão participativa é necessária uma relação de igualdade entre Estado e Sociedade. Segundo Billaud, a ideia de participação é inseparável da ideia da relação entre iguais. Mas um dos grandes desafios é justamente a composição dos atores, que

não são iguais em termos de recursos sociais (os custos de participação não são os mesmos conforme as situações profissionais), de competências (por exemplo, a maior ou menor facilidade para falar em público), de posições sociais (em particular, o lugar na hierarquia social, etc.)²⁵⁰.

²⁴⁸ FEENY, David et al. A tragédia dos comuns 22 anos depois. In DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA, A.C. (org). Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001, p.32.

²⁴⁹SEIXAS, Op cit, 2009.

²⁵⁰ BILLAUD, Op. cit. 2014, p. 145.

Em alguns projetos e pesquisas realizadas não apenas em Ganchos, mas também as percepções que obtive em Portugal, a inserção em campo tem como escopo uma atitude de assistencialismo, de modificação do atual do estado dessas comunidades com a justificativa das dificuldades que encontramos na organização desses grupos, e a correspondente degradação dos recursos pesqueiros.

O olhar é externo, um olhar de fora dessas comunidades. Pesquisados utilizando suas pastas e questionários para obter dados quantitativos, e as crescentes pesquisas que não resultam em uma devolução para esses grupos. Apesar de um discurso, uma teoria, em que para uma gestão participativa ser legitimada é necessária a cogestão entre o Estado, e as comunidades, esta relação de fato não é igualitária até o momento em que percebermos que para estar em pé de igualdade é necessário manter um diálogo entre os iguais, sem tentar inserir os conceitos universais, ou externos à realidade da comunidade nos projetos de gestão participativa.

Segundo Elinor Ostrom, a aplicação de soluções prontas e universais, para o enfrentamento da crise da governança de recursos de uso comum, que não considera a importância de um processo de aprendizagem institucional, que envolve a complexidade dos sistemas socioecológicos, é fadado ao fracasso. É preciso reconhecer e entender essa complexidade para desenvolver métodos de diagnóstico para identificar as combinações de variáveis que afetam os incentivos e ações de atores sob diversos sistemas de governança²⁵¹.

Este processo de entendimento da complexidade que envolve as comunidades tradicionais só é possível quando estamos inseridos no mesmo contexto, seja este social ou econômico. A questão está em não perceber essas comunidades como apenas objeto de pesquisa. Por isso, uma gestão que parte de uma forma endógena, a partir dos anseios da própria comunidade, e sua própria organização tem uma maior garantia de um sucesso prolongado.

Em um dos maiores projetos no âmbito da gestão participativa na região de Ganchos, foi a o *Pesca Responsável na Baía de Tijucas*²⁵², concluído no ano de 2008, realizado por um grupo de pesquisadores da Univali, financiado pelo Governo Federal através do Fundo Nacional do Meio Ambiente, reconhece que um dos maiores desafios foi a efetivação

²⁵¹ OSTROM, Elinor. A diagnostic approach for going beyond panaceas. PNAS. Vol. 104, no. 39, 2007, pp. 15181–15187.

²⁵² UNIVALI, op.cit. 2008.

de monitores, desinformação, desconfiança em relação à finalidade das informações prestadas, e falta de motivação por parte da comunidade inserida no projeto:

A principal dificuldade se referiu ao desinteresse, por parte de muitos pescadores, em reportar a sua produção após cada viagem de pesca. Esta resistência pode ser relacionada a dois fatores: desconfiança quanto ao uso da informação, pois muitos pescam de forma irregular; e incredulidade em relação aos benefícios do Projeto, pois muitos esperavam por alguma “solução” imediata para os seus problemas. Outra dificuldade, ocorrida principalmente com os monitores de Governador Celso Ramos, foi o pouco envolvimento com a proposta do Projeto e a desistência prematura por frustração em relação ao trabalho, principalmente pela própria resistência dos pescadores²⁵³.

Da mesma forma, numa compilação de dados publicados em 2009 por Seixas, onde foram analisados os principais trabalhos acadêmicos no campo da gestão participativa nas pescas no Brasil, mostrou que há mais iniciativas participativas na região norte do que nas outras regiões do Brasil; e há pouquíssimas iniciativas nas regiões centro-oeste, sul e sudeste e na sua maioria fora de unidades de conservação (por exemplo, em fóruns) e na região nordeste, os processos estão ocorrendo quase que exclusivamente na área costeira²⁵⁴.

As hipóteses para tais resultados, segundo os/as autores/as, é de que as comunidades da região norte são mais organizadas, além da mobilização comunitária através da igreja católica. Esses dois fatores têm algo em comum: reconhecimento nas relações de participação. O fato de a igreja estar presente nas relações sociais das comunidades da região norte, são desenvolvidos laços de confiança entre a instituição religiosa, que é duradoura e legítima, e os habitantes locais, que conferem um diálogo igualitário, e uma maior recepção ao propósito de benefícios à comunidade.

O trabalho desenvolvido por instituições religiosas tem um caráter humanitário e incentivo de luta através do fortalecimento de movimentos sociais, como no caso do conselho pastoral da pesca (CPP),

²⁵³ Ibid. 2008. P. 22. Encarte 1.

²⁵⁴ SEIXAS, Op. cit, 2009.

que tem como princípio a valoração do trabalho pesqueiros, enriquecendo a autoestima de pescadores e pescadoras, e sua relação com o meio ambiente, que de acordo com reconhecer o setor artesanal em suas “especificidades política, social e cultural, ou seja, elementos que forneçam a construção de sua identidade pesqueira”²⁵⁵. O papel articulador dessas instituições favorece o empenho na organização de grupos de pescadores e pescadoras, como ocorreu na articulação com as comunidades de gancheiras e Paulo Wright, mencionado anteriormente.

Outros elementos importantes apontados na pesquisa de Seixas que obstaculizam uma gestão participativa efetiva seguem no quadro 2:

Quadro 2 - Fatores que dificultam o avanço da gestão pesqueira

Fatores que dificultam o avanço de sistemas de gestão compartilhada e comunitária no Brasil	256	Referências bibliográficas Λ (exemplos)
Conflitos Interestaduais	31	Kalikoski, 2002; Kalikoski e Satterfield 2004
Sobre-exploração dos recursos	24	Camargo e Petrere Jr, 2004; Kalikoski e Satterfield 2004; Seixas e Troutt, 2004
Delegação de pouco poder à população	23	Benatti; McGrath; Oliveira, 2003; Kalikoski e Satterfield 2004
Falha na atuação de instituições responsáveis	22	Kalikoski e Satterfield 2004

²⁵⁵POTIGUAR Júnior, Petrônio Lauro Teixeira. Os Movimentos Sociais em Comunidades Pesqueiras na Amazônia: um estudo na Ilha de Caratateua, Belém, PA. Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002, p.6. http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MA_ST5_Potiguar_texto.pdf

²⁵⁶Indica o número de vezes de referências bibliográficas em que o fator é mencionado.

Falta de união/organização local	de 22	Camargo e Petrere Jr, 2004; Kalikoski e Satterfield 2004
Dificuldades de fiscalização e/ou fiscalização injusta	de 20	Almudi, 2005; Seixas e Troutt, 2004
Práticas de exploração inadequadas (algumas, devido a pressões externas)	20	Almudi, 2005; Araújo-Lima e Ruffino, 2004; Kalikoski e Vasconcellos, 2005.
Poluição/degradação de habitats	de 19	Araújo-Lima e Ruffino, 2004; Begossi, 2004; Cappato, 2004
Exploração industrial e/ou comercial indevida	19	Almudi, 2005; Kalikoski e Satterfield, 2004; Seixas e Troutt, 2004
Baixa qualidade de vida da população ou alta limitação das fontes de renda	17	Dias et al., 2002; Kalikoski, 2002
Não legitimação das regras e instituições comunitárias informais	17	Castro e McGrath, 2001; Kalikoski e Satterfield 2004;
Conflitos entre os usuários locais	14	Kalikoski, 2002; Seixas, 2000; Seixas e Troutt, 2004
Falta de restrição de uso e acesso aos recursos	14	Benatti; McGrath; Oliveira, 2003; Castro e McGrath, 2001; Seixas, 2000
Restrições de atividades e de mercado	13	Cardoso, 2004; Krause e Glaser, 2003; Gomes-Filho et al., 2004
Falta de suporte técnico/científico no manejo e na conservação dos recursos	12	Benatti; McGrath; Oliveira, 2003; McGrath et al., 2005
Baixa autoestima da população e/ou marginalização da mesma	11	Glaser et al., 2003; Gutberlet; Seixas; Thé, 2004
Políticas públicas inadequadas	11	Kalikoski, 2002; Kalikoski e Vasconcellos, 2005; Seixas e

Troutt, 2004

Pouca iniciativa de participação popular	10	Gutberlet; Seixas; Thé2004; Kalikoski e Satterfield 2004
Não legitimação das regras pelos usuários (regras não congruentes à realidade)	10	Dias et al., 2002; Ferreira et al., 2004
Recursos ou ambientes com características que dificultam seu manejo	10	Almeida; Lorenzen; McGrath, 2002; Almudi, 2005; Kalikoski, 2002
Restrições de financiamento a projetos	10	Fearnside, 2003; Medeiros, 2004
Falta de confiança da população nas instituições de fora	8	Kalikoski, 2002; Kalikoski e Satterfield 2004
Falta de apoio de instituições de fora e dos órgãos governamentais; e oposição de importantes tomadores de decisões políticas	6	Dias et al., 2002; Toni, 2004
Limitações ambientais que atuam sobre recursos importantes	5	Almudi, 2005; Hartmann e Campelo, 1998; Kalikoski, 2002
Projetos pouco ou não rentáveis	5	Benatti; McGrath, D. G.; Oliveira, 2003; Castro e McGrath, 2001
Excesso de usuários dos recursos	4	Kalikoski e Satterfield, 2004; Seixas e Troutt, 2004
Falta de regras claras e apropriadas	4	Gomes-Filho et al., 2004; Silva, 2004 ^a
Não envolvimento dos usuários dos recursos nas pesquisas científicas	3	Macedo, 2000; Ruffino, 2003b

Fonte: SEIXAS, Cristiana. Et al. Gestão compartilhada do uso de recursos pesqueiros no Brasil: elementos para um programa nacional. Ambiente & Sociedade. Campinas v. XIV, n. 1 p. 23-44 jan.-jun.

Em análise a esses pontos que são comuns em gestão das zonas pesqueiras em diferentes partes do país - excluindo as questões de foro ambiental, como poluição, Exploração industrial e/ou comercial indevida, que dizem respeito a práticas que não se restringem apenas ao setor artesanal -, as demais motivações para a ineficiência de projetos e políticas públicas voltadas à pesca, se constituem de uma atuação que implica em uma não-gestão, ou falsa gestão, conforme a escala de participação desenvolvida por Arnstein²⁵⁷.

Timothy O’Riordan²⁵⁸, refere que o fortalecimento político, o que ele chama de *empowerment*, esbarra na resistência em dividir de forma plena as decisões políticas dentro da comunidade, divisão esta que seria um favorecimento ao estímulo de uma gestão em que a própria comunidade se reconheça como um grupo, sentindo-se inserida no debate de divisão de suas responsabilidades e direitos frente às políticas formuladas.

Isso se estabelece a partir de um fortalecimento político dentro das comunidades, de onde vêm as reivindicações, e a construção de movimentos sociais, ou por meio de instituições com as quais eles se identifiquem, como as instituições religiosas, conforme ocorre principalmente no norte do país. A participação se torna legítima se esta nasce da vontade do grupo.

A organização dos grupos deve ser motivada de forma espontânea. A agregação de núcleos populacionais em prol de um mesmo interesse podem ser dar através de associações, que é uma maneira de expressar uma vontade, o seu empoderamento. Na pesca, em muitos casos, os pescadores e pescadoras utilizam a colônia de pesca como ambiente de reunião.

As colônias são orientadas por um processo organizativo que a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 assume a forma de associativismo civil, que tem prerrogativa de associação como cláusula pétrea da constituição em seu artigo 5º-Dos direitos, garantias individuais e coletivas, assim como as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores.

²⁵⁷ARNSTEIN, Op. cit. 1969.

²⁵⁸O’RIORDAN, T. Deliberative democracy and participatory biodiversity. In: O’RIORDAN, T.; STOILL, S. Biodiversity, human livelihoods and sustainability: protecting beyond the protected. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 87-112

No entanto, desde a criação da primeira colônia na segunda década do século XX, seus interesses não contemplavam a representatividade de trabalhadores da pesca, tampouco reconhecimento de direitos e lutas sociais por necessidade de uma categoria. Pelo contrário, é fruto de uma política que tinha como objetivo deter o domínio sobre os recursos pesqueiros, com uma mão de obra, muitas vezes qualificada em experiência, mas sem custar exorbitâncias aos cofres públicos.

O intuito era a preservação dos interesses econômicos do Estado, e diferente do discurso de como é definida hoje, engessava qualquer articulação social dos pescadores, além de serem “dirigidas por pessoas alheias à categoria dos pescadores durante décadas, aspecto que repercutiu, negativamente, na configuração sociopolítica dos pescadores brasileiros”²⁵⁹.

O exame desse percurso histórico na formação dos processos participativos, que nos dias atuais alimentam o “lema” das colônias, é fundamental para a proposição de políticas públicas efetivas na pesca, e para compreender o funcionamento organizativo das comunidades locais.

Diante do atual cenário em que se exige a participação de atores envolvidos no processo político-que se consagram desde legislações que contemplam o incentivo da participação da população em cooperação para a manutenção de áreas de conservação (SNUC), e mesmo as iniciativas que advêm da própria vontade popular -, as colônias por seu turno, também respondem a esse processo participativo.

Elas representam um apoio tanto para a agregação de pescadores e pescadoras, auxiliando no repasse de informações e registros burocráticos, bem como na orientação para emissão de carteiras para permitir a atividade pesqueira, como o ocorre na “Colônia de Pescadores Z-10” em Canto dos Ganchos. Neste contexto, a questão a ser analisada é em que grau as colônias de pescadores e pescadoras conseguem atingir no que concerne à participação.

Através do decreto 9.672 de 17 de julho de 1912, foi criada a *Inspetoria da Pesca*, que tinha como fim o estudo e divulgação de recursos naturais das águas brasileiras, bem como a sua regulação da sua utilização. No mesmo documento normativo, em seu artigo 53, é

²⁵⁹CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Povos do mar: herança sociocultural e perspectivas no Brasil. *Cienc. Cult.* [Online]. 2010, vol.62, n.3, pp. 45-48. ISSN 2317-6660. P. 47

mencionada a criação e colônias, que também faziam parte deste projeto de expansão e incremento das atividades pesqueiras, bem como a melhor maneira de usufruir desses recursos:

Art. 53. de accôrdo com os recursos que forem decretados pelo congresso nacional e com os regulamentos especiaes que forem expedidos pelo governo, serão creados, nos logares mais convenientes, colonias de pescadores, postos de piscicultura, portos de pesca e frigoríficos²⁶⁰

A primeira colônia em Santa Catarina instalou-se no ano de 1919 na Enseada das Garoupas, na região de Porto Belo, sob o discurso de defesa nacional, regulada pela Marinha do Brasil resguardando os interesses econômicos do Estado. Apenas após a promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu artigo 8º, parágrafo único, as colônias são equiparadas a organizações sindicais rurais, em que pese serem registráveis no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais, adquirindo sua legitimidade e independência em termos de entidade representativa.

A aplicabilidade das disposições do artigo 8º às colônias de pesca resulta num avanço jurídico e administrativo na defesa dos direitos de pescadores e pescadoras, como a não obrigatoriedade de associação e representação nas negociações sindicais, procedimento inviável até então.

Na legislação que regulamenta a pesca através do Decreto nº 16.184 de 25 de outubro de 1923, determina a necessidade da presença de um capataz, ente responsável por cada área em que se situava as colônias, vinculado à Capitania dos Portos, e com poder coercitivo, com cobrança de taxas relativa às embarcações, bem com a obrigatoriedade de sua associação:

Art. 144. Os capitães dos portos nomearão capatazes para exercerem a vigilancia da pesca nas localidades que julguem convenientes, ouvindo a esse respeito a Inspectoria de Portos e Costas.

I - Esses capatazes deverão ser escolhidos de preferencia entre os maritimos matriculados;

²⁶⁰ Decreto 9.672 de 17 de julho de 1912.

II - Os ditos capatazes poderão ser remunerados por conta da verba pesca e saneamento do littoral, a juízo da Inspectoria de Portos e Costas²⁶¹.

Assim, a colônia de pescadores surge como um instrumento de controle social, e de opressão, para implementar suas políticas de forma sutil, diferente do movimento sindical que nasce de uma luta e conquista de categorias trabalhistas (Ramalho, 2014). Os associados, compulsoriamente, passavam a pertencer à reserva da Marinha de Guerra, descaracterizando a autonomia no modo de trabalho pesqueiro artesanal, que naquela conjuntura atendiam a interesses militares. Em contraponto, as comunidades usufruíam de escolas de pesca e primárias, atendimento médico, entre outros benefícios oferecidos pela marinha, o que para Callou²⁶², era o momento em que se estabelecia o controle sobre as comunidades pesqueiras, em que ao receberem serviços básicos não contestavam as políticas implementadas. De acordo com Ramalho,

a Colônia de Pesca, mais do que uma necessidade de uma categoria foi, de fato, um instrumento do poder público, que condenou durante décadas o processo de participação popular. O mesmo se dando com as federações estaduais e confederação nacional dos pescadores²⁶³.

O recrutamento nem sempre era direcionado para pescadores, mas era dada preferência a estes por entenderem que eles tinham conhecimento adquirido através da prática, e essa familiaridade com as águas marinhas favorecia o serviço em mar. Por outro lado, os pescadores muitas vezes se rebelavam, sendo recorrente a resistência a essa obrigatoriedade, que não apenas limitava o seu trabalho, mas o modificava, o figurava em outro ofício diverso da pesca artesanal. Já não eram mais pescadores, mas membro da força armada da marinha. Silva explica que,

Além desse caráter duplamente militar e consensual, as colônias também revelam

²⁶¹ Decreto nº 16.184 de 25 de outubro de 1923.

²⁶² CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Povos do mar: herança sociocultural e perspectivas no Brasil. Cienc. Cult. [Online]. 2010, vol.62, n.3, pp. 45-48. ISSN 2317-6660.

²⁶³ RAMALHO, Op.cit. 2014, p. 39.

características corporativistas e modernizadoras. Em primeiro lugar, a modernização instituída através das colônias se refere ao fato de que se fazia necessário adestrar os pescadores numa ética militar e uma nova ética do trabalho, posto que, por lado, algum treinamento militar era imprescindível aos reservistas navais (e a criação dos grupos de “escoteiros do mar” é uma prova disso) e, por outro lado, tencionava-se destruir os modos de vida tradicionais antes descritos à medida que se fomentasse uma campanha pela industrialização do Brasil. Garantia-se, assim, e com poucos recursos, a existência de uma mão de obra mais ou menos afeita às lides marítimas para empresas nascentes e de braços armados para a Marinha de Guerra²⁶⁴.

Esta entidade não nasceu como o intuito de se assumir como órgão de classe, e como já mencionado anteriormente, a atividade era a pesca, mas era destinado a qualquer pessoa que se matriculasse como profissional deste setor. Com o código de caça e pesca de 1934 instituído através do decreto nº 23.672 de 2 de janeiro, são descritos minuciosamente o que viria a ser uma colônia, bem como a punição pela não inscrição em tal organização.

E assim fica instituída em norma a obrigatoriedade à associação em colônia de pesca da zona da residência do pescador: “todo o pescador profissional é obrigado a fazer parte da colônia em cuja zona reside”²⁶⁵, pois, do contrário, os pescadores seriam proibidos de entrar nas águas para pescar.

É nesta norma que é publicizada a designação das colônias de pesca pela letra “Z” seguido do número de ordem que lhes couber e terão suas zonas estabelecidas pelo diretor do Serviço de Caça e Pesca:

Art. 13. Colonia de Pescadores é todo agrupamento formado no minimo por 150 individuos que legalmente exerçam a profissão de pescador.

²⁶⁴SILVA, Luis Geraldo Santos da. Caiçaras e jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil. CEMAR. Centro de Culturas Marítimas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993, p. 87.

²⁶⁵Artigo 12 do Decreto 23.672 de 1934.

Paragraphe unico. As colonias serão designadas pelo prefixo Z" seguido do numero de ordem que lhes couber no seu respectivo Estado e estabelecer-se-hão em zonas limitadas pelo Serviço de Caça e Pesca por proposta da Confederação dos Pescadores do Brasil²⁶⁶.

É importante, nesse caso, lembrar que os pescadores têm sua principal renda econômica na atividade de pesca e a localização da colônia é estratégica para eles, tanto do ponto de vista físico, pois está em uma pequena baía o que facilita sua saída ao mar, quanto economicamente, pois vendem seus peixes diariamente, por décadas no mesmo lugar. Mas mais que isso, é estratégica para o Estado que tenta favorecer a associação nessa entidade, haja vista que os pescadores eram obrigados a prestar contas à colônia de todo o quantitativo de pescado capturado, informando também o qualitativo dos mesmos, e quanto mais próximas as colônias mais agilizado ficaria esse processo.

O papel das colônias atualmente é equiparado aos órgãos associativos, contudo não atende a esta expectativa. Na prática, é um órgão representativo. Dos associados, em torno de quarenta por cento são mulheres. Os associados e associadas tem como objetivo obter benefícios, como seguro defeso, aposentadoria, e seguro saúde e por invalidez. A colônia facilita a comunicação entre a comunidade e os órgãos institucionais, através de uma declaração para constatar de que se trata de pescador de pequenas embarcações. Da mesma forma, as mulheres se associam para em algum momento poderem se aposentar, além de usufruírem o direito de salário maternidade, quando necessário.

Apenas o representante da colônia, o presidente, participa de reuniões deliberativas, que se restringe ao repasse de informações aos demais pescadores e pescadoras, além de defesa de interesses, como a obtenção de tratores para utilização da comunidade. O episódio de maior movimentação na comunidade foi na década de 60 com Paulo Wright, onde existia uma mobilização e uma motivação para melhorar as condições de vida dos núcleos pesqueiros. O que se revela hoje é uma carência em incentivos para a auto-organização dessas comunidades, e interesse em que se efetive uma participação dos pescadores nos processos deliberativos nas políticas de pesca.

²⁶⁶Código de Caça e Pesca – Decreto nº 23.672 de 2 de janeiro de 1934.

6. A GESTÃO PARTICIPATIVA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE

Neste último capítulo quero evidenciar a principal ideia traçada durante os escritos deste trabalho: de que uma - dentre várias - perspectiva para entender as falhas no processo e implementação formal da gestão participativa nas pescas está associada a um modelo intrínseco à racionalidade construída na forma de organização do Estado, e não só a ele, de manter o controle sobre os recursos naturais e sobre a população local.

O discurso da participação como instrumento político favorece a criação de um cenário que apresenta ferramentas que possibilita a idealização de uma relação que configure num processo decisório descentralizado, mas falha por não renunciar o seu ideal de monitoramento e regulação.

Isso se traduz na imposição de formas organizacionais de acordo com os interesses de programas governamentais, como o incentivo à aquicultura e maricultura como no Plano Safra da Pesca e Aquicultura²⁶⁷, que também ocorre em Ganchos²⁶⁸ e arredores, com a posição estratégica para aumento da produção nacional de produtos

²⁶⁷ <http://www.mpa.gov.br/acoes-e-programas>

²⁶⁸Na região de Ganchos e arredores, ocorre a maricultura, produção incentivada desde o início da década de 80, que inicialmente teve pouca aceitação por parte dos pescadores e pescadoras locais, conforme Custódio: “Para o pescador artesanal, o marisco encontrava-se disposto a qualquer momento e hora, em quantidade, nos costões. Conforme expressão usada pelo pescador local, não havia necessidade de “plantá-los”. Eles não acreditavam que seria possível cultivar algo que a natureza benevolmente os dispunha. Assim não seria necessária a intervenção humana”. (Custódio, 2006: 80). No entanto, em termos produtivos, hoje a produção chega a 22 toneladas, conforme dados da Epagri. http://www.epagri.sc.gov.br/wp-content/uploads/2013/08/Sintese_informativa_da_maricultura_2013.pdf. Em termos ambientais, segundo estudos do ICMBio, o problema recorre na falta de informações a cerca de áreas de preservação ambiental, que trazem insegurança para os maricultores, que ficam sem saber onde plantar as sementes. Outro fator, aliado ao mencionado, é ao crescimento desordenado da maricultura, carente em planejamento, que entra em conflito com a complexidade do ecossistema marinho. Plano de Manejo. Área de Preservação Ambiental Anhatomirim. Encarte 2. Julho, 2013. Icmbio.

pesqueiros, beneficiando produtores do agronegócio, e marginalizando a captura artesanal.

Do outro lado, também restringe e categoriza²⁶⁹ grupos de pescadores e pescadoras que realizam pesca em pequena escala, definindo quem é o “verdadeiro pescador”²⁷⁰. Nestes casos, a gestão participativa se revela como mero informativo para esse setor profissional, ou seja, a definição dessas estratégias é realizada apenas por um dos polos, no caso, aquele ligado às ações governamentais.

A participação camufla uma estratégia de controle, e ameniza os conflitos entre as partes, através de uma aparente decisão consensual, como se tratasse de deliberações entre iguais. No entanto, nessas relações participativas o que tem é a captura de saberes locais, bem como do modo de vida das populações pesqueiras que servem para beneficiar os interesses governamentais, sem darem oportunidade dos indivíduos da comunidade se organizar e serem responsáveis por suas próprias condutas.

Dessa forma, o que presenciamos em fóruns, reuniões, e outros meios de “discussões”, são formas deliberativas que enfraquecem o processo de autonomia das comunidades de pesca. Haja vista que, no momento em que existe uma abertura exógena que demarca, limita, delinea como deve ser realizado o procedimento do ofício que essas comunidades há muitos anos (através de gerações) vem desempenhando, é um convite ao fracasso dos projetos, já que esta forma não é compatível com a realidade dessas comunidades. A “participação, de fato, exige trabalho duro, embate de opiniões, defesa de argumentos e, certamente, algum conflito. Na produção do espaço isso implicaria a

²⁶⁹<http://www.mpa.gov.br/index.php/ultimas-noticias/2712-conheca-as-novidades-no-registro-geral-da-atividade-pesqueira>

²⁷⁰ “O ministro da Pesca e Aquicultura (MPA), Helder Barbalho, disse hoje (10), no Encontro de Segurança Alimentar e Nutricional da Amazônia, realizado no Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), em Belém, que as ações do governo federal em relação ao seguro-defeso garantem a proteção do verdadeiro pescador: “Aqueles que dependem do benefício são a prioridade do governo, não vamos admitir fraudes”, garantiu” <http://www.mpa.gov.br/ultimas-noticias/53-noticia-em-destaque/2672-seguro-defeso-e-para-verdadeiros-pescadores-afirma-helder-barbalho>. Acesso em 11 de junho de 2015.

criação de instrumentos de conteúdo não determinado (não positivo), agora rumo à autonomia”²⁷¹.

E assim, o processo participativo da gestão pesqueira revestido do discurso de democracia participativa, se mantém, mas com resultados ineficazes, e com a promoção da marginalização do setor pesqueiro local. Desta maneira, a reestruturação organizacional das comunidades de pesca local é impelida a se adaptar aos moldes de decisões nada descentralizadas. É também um processo histórico. Desde quando se percebeu o potencial pesqueiro no Brasil, tanto do ponto de vista econômico, quanto ao acesso a um produto alimentar, que para aquele período era observado sob uma infinidade exploratória, bem como a mão de obra a custos baixíssimos, além do recrutamento para ingresso na Marinha de Guerra de homens que detinham conhecimento específico sobre os mistérios marítimos, controlar e fiscalizar tanto as *gentes do mar*, quanto os recursos obtidos do trabalho dos mesmos, se configurou num modo de gestão.

Dentro deste cenário é preciso esclarecer alguns pontos. A gestão participativa que nasce tanto da vertente de movimentos sociais e de reivindicações locais, quanto do esforço de pesquisadores para solucionar o fracasso de modelos centralizadores de gestão, no âmbito dos recursos naturais, teve grande avanço, principalmente no que diz respeito à recuperação e conservação de inúmeras áreas degradadas ou em processo de degradação, como no caso das Unidades de Conservação, tanto aqui no Brasil quanto em outros países²⁷². No entanto, o aspecto social nem sempre acompanha o avanço que se empenha na preservação do meio ambiente.

Neste sentido, a grande questão sempre está envolta em aliar a preservação tanto das comunidades locais, onde se sustentem os aspectos econômicos e culturais, quanto dos recursos naturais. A gestão participativa nas pescas tem esse olhar: de dividir; reconhecer o uso e responsabilidades desses grupos; e descentralizar a gestão que até então estava apenas nas mãos do Estado. Mas na prática essa concepção não se concretiza efetivamente, mesmo com a aplicação de normas específicas, projetos, entre outras formas institucionais de gerir.

²⁷¹LOPES, João Marcos de Almeida. Por Partes: o novo fundamentalismo participacionista nos programas de moradia para os pobres. 2010. Simpósio Ibero Americano “Cidades e Cultura: novas espacialidades e territorialidades urbanas. UFMG.

²⁷²SILVEIRA, Op. cit, 2009.

O ponto chave, e problemático, para este tema está justamente em os gestores externos à comunidade, visualizarem todo este quadro a partir da sua realidade, implementando políticas que são incapazes de atender às demandas sociais de determinados grupos.

O que agrava essa questão, também se refere ao grau de compartilhamento decisório, que na prática, repercute em discussões traduzidas em meros informativos, mas consideradas no processo participativo, tendo em vista que as “estratégias participativas em políticas públicas podem proporcionar uma gama variada de interações políticas que vão desde formas ‘arcaicas’ (clientelismo, populismo) até a negociação democrática na presença de movimentos sociais organizados”²⁷³.

Estas variações podem resultar na incongruência de uma realidade que não está presente na vida de populações tradicionais que podem sim, desenvolver um processo próprio de gestão, como demonstraram os estudos de Ostrom²⁷⁴ e Feeny²⁷⁵.

Isso implica em entender o real funcionamento dos grupos, sejam eles quais forem. O processo de identificação com o ambiente e as relações sociais, o pertencimento com o espaço significado e o seu ofício. Isso também pode ser considerada uma estratégia política por parte de ativistas sociais, e dos próprios grupos, para a sua autopreservação.

Mas do contrário, é uma estratégia que visa criar, proporcionar uma plasticidade social, em que as comunidades locais se sintam identificadas com o seu próprio modo de gerir, e assim manter íntegro o ofício ora desenvolvido e instrumentalizado pelo grupo, bem como os recursos naturais, já que são esses grupos que os manuseiam e lidam com eles no seu cotidiano. Na comunidade, são criadas regras próprias, que dentro do seu nicho são respeitadas. Enquanto as regras que são instituídas externamente à realidade das populações – e digo isso não apenas para as tradicionais – estão sujeitas a diferentes interpretações e

²⁷³SILVEIRA, Caio Márcio. Trabalho e renda: ações institucionais de fomento no Brasil. Rio de Janeiro: FASE/GTZ/NAPP/SACTES, 1995.p.3.

²⁷⁴OSTROM, Elinor, Walker, James & Gardner, Roy. Covenants Without a Sword: Self Governance is Possible. *American Political Science Review*, Vol.86, No. 2, pp. 404 - 417, June 1992.

²⁷⁵ FEENY, David; BERKES, Fikret; McCay, BONNIE J.; ACHESON, James M. The Tragedy of the Commons: twenty-two years later. *Human Ecology*, v. 18, n. 1, 1990

rejeições, levando a sua ineficácia social. Em meu diário de campo de Canto dos Ganchos registrei a seguinte situação:

Chega outro pescador, André. Todo alvoroçado falando sobre a fiscalização do IBAMA. Os pescadores estavam agitados, pois acharam que tinham visto o barco do IBAMA, e que provavelmente seria denúncia de algum pescador. Por aquelas redondezas o uso de rede de arrasto é proibido, precisando de autorização para usá-la, observando também os locais de pesca, devido ao impacto que ela causa, levando junto com a rede grande parte da vida marinha, que para o/a pescador/a não tem valor econômico, então é descartada.

Seu Valdir disse que era contra a rede de arrasto, que tinha que ser mesmo proibida porque levava tudo com a rede! “Eu até briguei com um pescador esses dias. Ele ficou brabo comigo, tô nem aí, cada um tem a sua opinião, e eu acho errado a rede de arrasto”.

Perguntei o que aconteceria se o IBAMA parasse a embarcação. Naca disse que o problema é a documentação que tem que estar em dia²⁷⁶.

Não são todos os pescadores e pescadoras da comunidade gancheira que utilizam a rede de arrasto, e aqueles/as que usam são denunciados/as pelos/as demais do grupo. A presença do IBAMA, por exemplo, é um fator que coíbi essa prática. Mas, na fala do seu Valdir se percebe que existe o conhecimento de que tal uso da rede de arrasto é insustentável por “levar tudo com a rede”.

O amparo em órgãos de fiscalização permite que eles/as próprios/as se sintam fazendo parte do processo de preservação da sua atividade através da denúncia, que em alguns casos, como este, reflete a vontade da comunidade, que é a permanência de um mar saudável, para que eles/as continuem a pescar. Vê-se que este nível de participação envolve os integrantes dos grupos, permitindo que eles se sintam responsáveis por seus atos. Não existe uma regra que imponha tal vigia, mas eles e elas reconhecem que existem mecanismos para tal, e a organização advém da própria vontade de determinado grupo. Além

²⁷⁶Diário de Campo, dia 31 de outubro de 2012

disso, existe a ideia de deslealdade em relação à utilização de um apetrecho que pode prejudicar a atividade de toda a comunidade em longo prazo.

De acordo com Ollaik e Medeiros, a “efetividade de uma ação pública mede o quanto ela atinge seu objetivo. Nesse critério, o instrumento de ação pública mais efetivo é aquele cuja utilização dá ao programa governamental a maior probabilidade de sucesso”²⁷⁷. Se sucesso de um programa está atrelado à efetividade da ação pública, é importante entender como se dá essa efetividade.

As políticas públicas são diretrizes, princípios que norteiam as ações do poder público, manifestadas por meio de leis, programas, planos, linhas de financiamento que orientam ações financiadas com recursos públicos²⁷⁸. A gestão participativa como instrumento de política pública, é utilizada como meio para atingir determinado propósito, que em princípio é o bem comum.

Em se tratando de norma, um dos grandes dilemas da gestão das zonas costeiras é em relação a sua eficácia social, ou efetividade. A maneira como formulam a legislação não está de acordo com a realidade pesqueira, e isso está relacionado a sua eficácia. Ou seja, pode ter eficácia jurídica, mas carece de eficácia social.

No que tange à *eficácia* da norma jurídica, em sentido genérico, analisa-se prioritariamente a questão da possibilidade da aplicação e execução da norma. Terá eficácia jurídica se ela tiver condições de aplicabilidade, podendo produzir concretamente seus próprios efeitos de direito. Nesta parte do mundo jurídico, os fatos produzem seus efeitos, onde criam situações e relações jurídicas.

A eficácia normativa pode ser considerada como um dos aspectos mais importantes e mais questionados no mundo jurídico, trazendo grandes discussões a respeito dos vários sentidos que ela concentra.

²⁷⁷Ollaik, Leila Giandoni e Medeiros, Janann Joslin. Instrumentos governamentais: reflexões para uma agenda de pesquisas sobre implementação de políticas públicas no Brasil. *Rev. Adm. Pública* [online]. 2011, vol.45, n.6, pp. 1943-1967. ISSN 0034-7612. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122011000600015>, p. 1951.

²⁷⁸TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. *Revista políticas públicas*, 2002 - AATR-BA

Eficácia significa ter efeito, próprio de sua etimologia *efficax*²⁷⁹, aquilo que opera, executa.

A eficácia é uma consequência da validade, é a força da norma para produzir os efeitos desejados. Somente o ato válido, revestido de todos os elementos essenciais, tem força para alcançar os seus objetivos. O ato nulo, inválido, que nasceu defeituoso, com falta de um dos seus elementos, não tem essa força, não produz efeitos, sendo, portanto ineficaz. Eficácia é a capacidade de atingir objetivos previamente fixados como metas. Tratando-se de normas jurídicas, eficácia consiste na capacidade de atingir os objetivos nela traduzidos, que vem a ser a realização dos ditames jurídicos objetivados pelo legislador.

Quando se fala em eficácia da norma, deve-se tomar a expressão em dois sentidos, que são a eficácia social e a eficácia jurídica. O doutrinador que melhor explica essa distinção é o professor José Afonso da Silva. Segundo ele, os dois sentidos da palavra eficácia, são diversos um do outro. Uma norma pode ter eficácia jurídica sem ser socialmente eficaz, isto é, pode gerar certos efeitos jurídicos, como por exemplo, o de revogar normas anteriores, e por outro lado, não ser efetivamente cumprida no plano social²⁸⁰.

Assim, eficácia jurídica refere-se à capacidade de produção de efeitos. Nesse sentido, a eficácia diz respeito à aplicabilidade, exigibilidade ou executoriedade da norma, mas apenas quanto à sua capacidade de produção de feitos, e não quanto a sua efetividade. Diante disso, a norma válida e em vigor pode permanecer no mundo jurídico de forma autônoma, sem depender de sua efetividade, ou seja, do fato de ser efetivamente aplicada e observada socialmente²⁸¹.

Nesse caminho, pode-se entender que a eficácia jurídica da norma seria a sua aptidão técnica de irradiar efeitos jurídicos, ou seja, ter condições de aplicabilidade, podendo produzir concretamente seus

²⁷⁹ Eficácia deriva do latim *efficax*. Eficácia, *sf.* vis. *efficacitas, f. efficientia*. C.// ter eficácia, posse valere, proficere, prodesse. Eficaz, *adj*præsens, *efficax*, Cic, potens (contra adversus). *Plin.//rogos eficazes, efficaces preces*, Cic.//remédio eficaz, *remediumpræsens*, *prætans medicina*. *Plin//ser eficaz, posse valores, prodesse, proficere*. Cic, (fal. De um remédio) *respondere, commo de facere*, cels. Ferreira, Antônio Gomes. Dicionário de português –latim. Coimbra:Porto Editora, 2000. P 308.

²⁸⁰Silva, José Afonso da. Aplicabilidade das normas constitucionais. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

²⁸¹Silva, op.cit. 2012

próprios efeitos de direito. Seria a possibilidade, capacidade de atingir a finalidade da norma.

No âmbito constitucional, todas as normas possuem eficácia jurídica, e são aplicáveis nos limites objetivos de seu teor normativo. Nesse aspecto, o professor José Afonso da Silva afirma:

Não há norma constitucional alguma destituída de eficácia. Todas elas irradiam efeitos jurídicos, importando sempre uma invocação da ordem jurídica preexistente à entrada em vigor da constituição a que aderem e a nova ordenação instaurada. O que se pode admitir é que a eficácia de certas normas constitucionais não se manifesta na plenitude de seus efeitos jurídicos pretendidos pelo constituinte enquanto não se emitir uma norma jurídica ou complementar executória, prevista ou requerida²⁸².

No que concerne à eficácia social, ela se configura por designar uma conduta harmônica com a prevista pela norma, ou seja, se refere ao fato de que a norma é realmente obedecida e aplicada. Quando se fala que uma norma é eficaz socialmente, significa que esta norma é dotada de efetividade.

Sob esse ângulo social, a eficácia seria a norma que se encaixa efetivamente à realidade fático-social, sendo aplicada concretamente. Dessa maneira, a finalidade da norma constitui a efetividade. Esta é, portanto, a medida da extensão em que o objetivo é alcançado, relacionando-o ao produto final. Por isso é que, em se tratando de normas jurídicas, fala-se em eficácia social e efetividade, porque o produto final objetivado pela norma se consubstancia no controle social que ela pretende, enquanto a eficácia jurídica é apenas a possibilidade de que isso venha a acontecer²⁸³.

Dentro desse raciocínio, pode-se constatar que a norma realmente observada e aplicada tem antes eficácia jurídica para, em um segundo momento, adquirir eficácia social, o que leva à identificação em relação ao fenômeno eficaz de dois momentos e distintos: um relacionado à possibilidade de produção de efeitos e outro à sua efetiva obediência.

²⁸² Silva, Op.cit., 2012.

²⁸³ Ibid., p. 81.

Podemos ver que a *efetividade* tem a mesma condição da *eficácia social*, contudo se confundem com a *aplicabilidade* da norma.

Quanto à distinção de efetividade e aplicabilidade, de acordo com os juristas italianos Meneghelli e Bertolissi²⁸⁴, um ordenamento jurídico é efetivo quando é eficaz juridicamente e socialmente, isto é, quando na maior parte dos casos a norma é observada e aplicada.

Verificar que a norma é eficaz juridicamente, não é suficiente para sua efetividade. É imprescindível que essa eficácia tenha certa qualidade, que seja fruto de uma combinação favorável, com certo número de elementos, e que estes sejam capazes de causar alterações e reações na sociedade, ou seja, constatar a atuação prática da norma, ensejar a concretização do direito que na norma se substancia, propiciando assim o desfrute real do bem jurídico tutelado. A efetividade está diretamente conectada à aplicação social do direito, à realização do direito, o desenvolvimento concreto de sua função social.

A efetividade é a concretização da norma, sua força operativa no mundo dos fatos. Aqui se tem a materialização do mundo fático, dos preceitos legais e simbolizando a aproximação entre o *dever-ser* normativo e o ser da realidade social²⁸⁵.

Ao contrário, quando se fala em *aplicabilidade normativa*, se analisa primeiramente a eficácia jurídica da norma, tendo em vista que esta constitui base de sua aplicabilidade. A aplicabilidade é o valor que a eficácia jurídica tem em vários graus²⁸⁶. Essa capacidade da norma jurídica de produzir efeitos possui larga faixa de incidência, podendo ser total, parcial e, ainda, cabendo falar-se em normas que são apropriadas a produzir efeitos mais ou menos intensos e relevantes.

Desta forma, se uma norma relacionada à pesca é vigente, ela tem eficácia jurídica, e neste caso, é preciso observar a sua relação com a eficácia social, ou seja, se ela tem capacidade de atingir seus objetivos. A gestão participativa é um importante aparato para a efetividade normativa.

O próprio adjetivo “participativo” ligado à gestão, ou mesmo o prefixo “co” em cogestão, remete a um teor de inclusão dos atores

²⁸⁴MENEGHELLI, Ruggero. Il Problema dell'effettività nella teoria della validità giuridica. Padova. Cedam; Ristampa anastatica dell'edizione 1964 edizione (1975)

²⁸⁵BARROSO, Luís Roberto. O direito constitucional e a efetividade de sua norma: limites e possibilidades da Constituição Brasileira. 5ª ed. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

²⁸⁶SILVA, Op. cit. 2012.

sociais, que neste caso, são o objetivo final a ser atingido. Ou seja, esse instrumento político, que se refere ao princípio participativo, “caracteriza-se pela participação direta e pessoal da cidadania na formação dos atos do governo”²⁸⁷.

Embora produza um efeito polissêmico, por assumir diferente significados, de acordo com Carvalho, o conceito de participação se molda conforme o contexto em que operou a concepção vigente do processo, bem como as relações existentes entre o Estado e a sociedade²⁸⁸. O processo de participação é uma conquista, não uma concessão. É um direito adquirido, que surge de reivindicações de grupos ou indivíduos de uma sociedade civil emergente²⁸⁹.

Contudo, se o que se tem observado são as falhas existentes no processo de gestão participativa do setor pesqueiro, tendo em vista que não satisfazem às demandas das comunidades de pesca local, e ao contrário, geram ainda mais conflitos diante da amplitude restritiva e punitiva das normas, além de afetar todo o complexo sistema do modo de vida, e da relação de pertencimento com o ofício, isso significa que essas normas-regras²⁹⁰ não estão atendendo à eficácia social, ou seja, elas não estão sendo efetivas.

²⁸⁷ SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional positivo. 24ª edição. Editora Malheiros. São Paulo. 2005, p.141.

²⁸⁸ CARVALHO, B. G. P.; Airton, J.; Turini, B. Controle social em saúde. In: Andrade, S. M.; Soares, D. A.; Cordoni Junior, L. (Org.). Bases da saúde coletiva. Londrina: UEL, 2001. p. 93. Apud Oliveira, Milca Lopes de, e Almeida, Eurivaldo Sampaio de. Controle social e gestão participativa em saúde pública em Unidades de Saúde do Município de Campo Grande, MS, 1994-2002. Saúde Soc. São Paulo, v.18, n.1, p.142, 2009

²⁸⁹ VIEIRA, Liszt. Cidadania e Globalização. Rio de Janeiro. Editora Record 6ª edição. 2002, p. 55.

²⁹⁰ Norma e regra são terminologias complementares, mas distintas. De acordo com Hans Kelsen (1999), a norma funciona como esquema de interpretação, é o dever-ser, ou seja, indica que determinada conduta humana deve acontecer de dado modo, orientando como um processo deve ser efetuado, como por exemplo, determinando que todos temos direito a um ambiente ecologicamente equilibrado, conforme o *Caput* do artigo 225 da Constituição Federal de 1988: “*Todos têm direito a um ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações*”. Ainda com Kelsen (1999), “a norma é um dever-ser e o ato de vontade de que ela constitui o sentido é um ser” (p.6). Normas não são textos nem o conjunto deles, mas os sentidos construídos a partir da

Não obstante a eficácia social de uma norma ser o propósito da mesma, a sua ineficácia social não é requisito para a sua invalidez. A norma continua a existir juridicamente, mas o ato não cumpre sua função, qual seja o envolvimento efetivo longo prazo das comunidades de pesca na gestão dos recursos pesqueiros.

Por outro lado, a gestão participativa representa o fortalecimento nas decisões políticas das comunidades locais. E se este instrumento atingir o seu fim, o Estado não terá mais o controle sobre esse setor, por isso dizer que a gestão participativa é uma estratégia política de controle e fiscalização sobre os recursos naturais e as comunidades.

Como arcabouço teórico para esta análise me debruço na ideia de dispositivo (*Dispositif*) de Michel Foucault, e também Giorgio Agamben. O termo dispositivo foi conceituado por Foucault em uma entrevista dada a Alain Grosrichard em 1977²⁹¹. Este termo está acompanhado de instâncias como o saber, o poder e a subjetividade. É o que Deleuze²⁹² chama de emaranhado heterogêneo, que não possui um contorno definitivo.

Parto da relação entre as políticas de pesca e o instrumento de gestão participativa; e os processos de subjetivação das comunidades pesqueiras, a partir de dados dispositivos, com o intuito de explicar a forma de assujeitamento. Mostra-se, de certa maneira, óbvia a constituição de uma política como dispositivo, tendo em vista que existe uma captura desses sujeitos, e os alocando em outras formas de reconhecimento do seu ofício.

Mas, a gestão participativa emprega outro modo de captura e assujeitamento, onde se investe num “envolvimento” de grupos locais, e o que se tem como devolução aos mesmos, são informações, em troca

interpretação sistemática de textos normativos (Ávila, 2009:30) - Ávila, Humberto. *Teoria dos Princípios*. 9ª ed. Editora Malheiros. São Paulo, 2009. A regra é um tipo de norma (a outra é o princípio) que deve ser aplicada. O espectro da regra é restrito, são proibitivas, ou permissivas. Não há margem para interpretação. Elas refletem os efeitos que pretendem produzir, e suas premissas devem ser executadas. As regras têm caráter de mandado definitivo (Alexy, 1997:162) - Alexy, Robert. *El concepto y la validez del derecho*. 2. ed. Barcelona: Gedisa, 1997. 208p.

²⁹¹FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade In: Machado, Roberto [Org. Trad.] *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 24ª Ed. 2007.

²⁹²DELEUZE, Gilles. Que é dispositivo? In: Michel Foucault, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1990.

do controle e fiscalização daquelas comunidades, e dos recursos naturais que contempla a forma de ser da atividade local.

Entendo que as transformações nos aspectos organizativos da comunidade, bem como na estruturação da atividade pesqueira, como adaptação a novas formas de pesca, utilização de apetrechos, e até mesmo as ações restritivas sem diálogo com os grupos, introduzem agenciamentos coletivos que fazem emergir novas subjetividades, assim como novos modelos de representação.

Muito embora tenha sido usado com frequência por Foucault, ele nunca o definiu por completo, e em princípio é generalizado, somando, não substituindo, mas sobrepondo a outro termo utilizado por Foucault, a episteme (*épistémè*)²⁹³, só que mais geral, não se fixando apenas nos discursos, mas nos regulamentos, soluções arquitetônicas, decisões administrativas, proposições filosóficas e morais, tecnologia²⁹⁴. E desta forma, aloca dispositivo como

“[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos”²⁹⁵.

O dispositivo se entrega à trama tecida de relações que podem ser constituídas a partir de, e entre esses elementos. Também pode ser entendido como associado aos operadores materiais de poder, como estratégias e formas de subjetivação, e objetivação do sujeito, em que pese o modo como o sujeito é colocado nas suas formas de significação e produção.

²⁹³ “Em As Palavras e as Coisas, querendo fazer uma história da episteme, permanecia em um impasse. Agora, gostaria de mostrar que o que chamo de dispositivo é algo muito mais geral que compreende a episteme. Ou melhor, que a episteme é um dispositivo especificamente discursivo, diferentemente do dispositivo, que é discursivo e não discursivo, seus elementos sendo muito mais heterogêneos”. Foucault, Michel. Op. Cit., 2007:246.

²⁹⁴CHIGNOLA, Sandro. Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze. Instituto Humanitas Unisinos. Ano 12, n° 214, vol. 12, 2014.

²⁹⁵FOUCAULT, 2007:244

Este assujeitamento pode nascer das coerções sofridas de uma formação ideológica e discursiva, ou da sua própria natureza inconsciente, que levado a crer que prevalece a sua vontade, e assim seja levado a ocupar seu lugar em um dos grupos ou classes de uma determinada formação social. Mas para Foucault, o indivíduo não é dado sobre o qual se exerce e se abate o poder “O indivíduo, com suas características, sua identidade, fixado a si mesmo, é o produto de uma relação de poder que se exercem sobre os corpos, multiplicidades, movimentos, desejos, forças. Além disso, sobre os problemas da identidade regional e sobre todos os conflitos que podem ocorrer entre ela e a identidade nacional”²⁹⁶.

Para além do assujeitamento, da rede estabelecida entre os elementos heterogêneos, discursivos, ou não, Foucault entende que o dispositivo, em determinado momento histórico, nasce, ou teve como finalidade de atender uma urgência, e posteriormente segue como dispositivo de controle-dominância²⁹⁷. Ou seja, há sempre um imperativo estratégico funcionando como matriz de um dispositivo, que tem em sua gênese uma questão histórica urgente.

Na pesca do século XIX, a ideia de recrutamento de pessoas, aliado ao controle do pescado, e nacionalismo dos recursos naturais teve um caráter de urgência que posteriormente tomou novas formas, e passou criar sujeitos, territórios, discursos e demais elementos heterogêneos que hoje compõem o setor pesqueiro em pequena escala. A absorção de pescadoras e pescadoras para desenvolver uma atividade que fica sob o domínio e fiscalização do Estado.

As políticas públicas em si são forjadas por regulamentações e discursos que influenciam o comportamento dos cidadãos, com vistas ao alcance dos objetivos propostos por essas políticas²⁹⁸. Os efeitos produzidos pelas políticas públicas são congruentes, ou não, independente de seus objetivos. Cria uma relação de ressonância ou de contradição com os outros, de que fala Foucault. Na análise da atual gestão das zonas costeiras, o uso da gestão participativa, objeto desta tese, é um instrumento que se respalda em escolhas políticas para a

²⁹⁶ FOUCAULT, Op.cit, 2007, p.163

²⁹⁷Ibid, p. 244.

²⁹⁸SALOMON, Marlon. O saber do espaço. Ensaio sobre a geografização do espaço em Santa Catarina no século XIX. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Sc. 2002. 2009 p.

solução de conflitos entre os Estado e comunidades tradicionais, tendo em vista, à primeira vista, a oposição de interesses entre os dois polos.

Como já tratado em capítulos anteriores, a gestão participativa tem um caráter de envolvimento dos *stakeholders*, mas um envolvimento que se restringe às conveniências do Estado, como meras discussões informativas e educativas. Em se tratando do processo decisório, este fica a cargo do Estado. Para Foucault, o dispositivo está “sempre inscrito num jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam” (2007:246). E desta maneira, se insere numa análise dos mecanismos de dominação.

Neste caso, a gestão participativa toma uma forma diferente do seu discurso, pelo Estado não “abrir mão” de seu status de poder. Cria novos sujeitos, através de categorias que descaracterizam o modo de vida desenvolvido por determinados grupos. A categoria pesca artesanal, ou pescador/pescadora artesanal, que utilizo algumas vezes na tese, é um exemplo de subjetivação em que o assujeitamento tem como objetivo criar um ente dentro dos padrões estipulados pela legislação em que seja possível reconhecer nele características propostas pelo Estado.

De acordo com Agamben, “O termo dispositivo nomeia aquilo em que e por meio do qual se realiza uma pura atividade de governo sem fundamento no Ser. Por isso os dispositivos devem sempre implicar um processo de subjetivação, isto é, devem produzir o seu sujeito”²⁹⁹. E assim, o dispositivo se justifica na sua própria necessidade de existência, ignorando a fundamentação no ser.

Nas comunidades de pesca, esta “categoria nativa” já está internalizada, seja pela recorrente utilização na legislação, seja pelo uso por pesquisadores com abordagem em campo sob esta nomenclatura. Isso se reflete principalmente desde o momento em que esta categoria passa a ser referida lei, que só tem só começa a ser mencionado a partir de 2009, em que se regulamentou a atividade da pesca artesanal pela lei n. 11.959/2009, admitindo-se a realização pelo sistema de economia familiar³⁰⁰.

²⁹⁹ AGAMBEN, Op. cit. 2009, p. 38.

³⁰⁰ SILVA, Vera Lúcia e LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima de Andrade. A regulação jurídica da pesca artesanal no Brasil e o problema do reconhecimento do trabalho profissional das pescadoras. 17º Seminário Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a mulher e relações de gênero – REDOR. 14 a 17 de novembro de 2012. João Pessoa. Paraíba.

O mesmo ocorre com comunidades tradicionais de que trata a convenção internacional do trabalho OIT 169, que ao lidar com pescadores e pescadoras artesanais, merece interpretação, pois no documento o que se explicita são as comunidades tradicionais, e nesse debate requer uma definição do que o Estado entende por tradicional, incorrendo muitas vezes em generalizações entre grupos que são constituídos por singularidades.

Figura 8 - Categorias de pescadores e pescadoras³⁰¹



Fonte: Publicidade do Ministério da Pesca e Aquicultura, referente ao Decreto 8.425 de 31 de março de 2015 que estabelece critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira. <http://www.mpa.gov.br/index.php/ultimas-noticias/2712-conheca-as-novidades-no-registro-geral-da-atividade-pesqueira>

De acordo com o novo decreto, a única categoria a receber o benefício do seguro defeso é a categoria exclusiva, destina aos

³⁰¹No teor do texto normativo é referido tanto pescador quanto pescadora.

pescadores e pescadoras que exercem a atividade pesqueira como única profissão. Entretanto, existe aqui outro equívoco em relação às generalidades, tendo em vista que na maioria das vezes os pescadores e pescadoras exercem pluriatividades, e poucos se restringem à pesca como única fonte de renda. Os pescadores e pescadoras são categorizados para conveniência da administração pública, mas os efeitos dessa subjetivação vão ao encontro de novos conflitos que podem ser gerados.

Os instrumentos³⁰² de políticas públicas são instituições não no sentido de serem organizações ou órgãos do governo, mas no sentido de que dão estrutura às políticas públicas e as influenciam³⁰³. A experimentação de criação de novas abordagens de governança, e aplicação de diferentes instrumentos, também é uma urgência.

Giorgio Agamben explora a partir de Foucault a gênese e o significado de dispositivo:

Generalizando posteriormente a já bastante ampla classe dos dispositivos foucaultianos, chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o Panóptico, as escolas, a confissão, as fábricas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder é num certo sentido evidente, mas também a caneta, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – por que não – a própria linguagem, que talvez seja o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata – provavelmente sem se dar

³⁰²“Instrumentos poderiam ser vistos como instituições, no significado sociológico do termo, onde “instituição” é usado para significar um grupo de regras e procedimentos mais ou menos coordenados que governam as interações e os comportamentos dos atores e das organizações“ (Olaik e Medeiros, 2014 *apud* Powell e Di Maggio, 1991).

³⁰³LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. Introduction: understanding public policy through its instruments – from the nature of instruments to the sociology of public policy instrumentation. *Governance*, n. 20, 2007, p. 8.

conta das consequências que se seguiriam – teve a inconsciência de se deixar capturar³⁰⁴.

Dessa forma, para explicar a ineficácia social da gestão participativa, utilizo esse conceito tanto referido por Foucault quanto por Agamben, não como uma via única e taxativa da verdade, mas como uma possibilidade de discussão no exame das falhas desse modelo de gestão.

As políticas públicas de pesca que tem como instrumento a gestão participativa apresentam em seu discurso o envolvimento de diferentes atores no processo decisório, o que também implica em divisão de direitos e obrigações. A própria palavra participativa remete à integração. Em inglês o *empowerment* corresponde ao empoderamento de atores sociais que dividem responsabilidades.

Estes são termos utilizados pela administração pública, que em comunidades locais resultam numa eficácia social deficiente, ou seja, em muitos casos, se dissipam a longo prazo. Mas estas políticas têm como estratégia,

a ideia subjacente de que qualquer política pública é composta de uma série de meios através dos quais o Estado age, exerce seu poder ou o limita, tais como o uso de regulação, subsídios, campanhas de informação, entre outros, para influenciar o comportamento dos cidadãos e alcançar os objetivos da política pública, resolvendo os problemas sociais identificados e proporcionando ao cidadão os bens e serviços adequados³⁰⁵.

Leila Ollaik e Janann Medeiros falam de uma ação do Estado. Mas para Foucault, esse enquadramento do dispositivo se refere ao seu discurso, esse conjunto de enunciados que obedecem a uma regra de

³⁰⁴ AGAMBEN, Op. cit. 2009, p. 41.

³⁰⁵ OLLAIK, Leila Giandoni and MEDEIROS, Janann Joslin. Instrumentos governamentais: reflexões para uma agenda de pesquisas sobre implementação de políticas públicas no Brasil. *Rev. Adm. Pública* [online]. 2011, vol.45, n.6 [cited 2015-06-26], p. 1945.

funcionamento³⁰⁶. E esta estratégia do discurso é normativa e reguladora.

Nos dispositivos de autoria, por exemplo, Foucault aponta que sua função primordial seria impedir a livre circulação de discursos³⁰⁷. Em relação à função estratégica do discurso da gestão participativa seria regular a livre circulação de saberes e a gestão das comunidades. Mauro Baptista, que faz uma leitura de Agamben, diz que “em meio aos velamentos e mascaramentos do dispositivo, existe uma negação de informação, que exclui a participação integral de todos no processo de constituição do dispositivo e, sobretudo, nas indicações de qual será o caminho adotado pelo dispositivo”³⁰⁸.

À exemplo dos saberes tradicionais, a lei 11.959 de 29 de junho de 2009, em seu art. 5º, inciso II, remete à proteção das populações com saberes tradicionais:

Art. 5º O exercício da atividade pesqueira somente poderá ser realizado mediante prévio ato autorizativo emitido pela autoridade competente, asseguradas:

II – a busca de mecanismos para a garantia da proteção e da seguridade do trabalhador e das populações com saberes tradicionais;

Se pensarmos que esses saberes já estão presentes na comunidade, e fazem parte de uma transmissão geracional de conhecimento, a captura de esses saberes para a formulação de políticas públicas é imbuída de uma estratégia, que resulta num benefício em proveito próprio, que a partir de agora conhece o funcionamento dessas populações. Em termos de participação é importante indagarmos até que ponto tem espaço para se levar em consideração o saber local, bem como o modo de vida das comunidades.

A relação “criada” para ser desenvolvida entre as comunidades de pesca e o tipo de gestão instituída para as pescas, está sustentada por

³⁰⁶ FOUCAULT, Michel. Ditos e escritos, vol 2. Texto n. 139 a verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: nau editora 1999.

³⁰⁷ Foucault, Michel. O que é um autor? In: Ditos & Escritos, Vol. III, op. cit., p. 264-298.

³⁰⁸ BAPTISTA, Mauro Rocha. A profanação dos dispositivos em Giorgio Agamben. *Revista Estação Literária*. Londrina, Volume 13, p. 10-23, jan. 2015, p. 14.

níveis desiguais de transformação. Ou seja, o contexto em que as políticas são formuladas, se ampara numa visão de subestimação da atividade, tratando as comunidades de pescadores e pescadoras como aqueles que precisam ser instruídos, ensinados, e seguidores/as das regras impostas. As reuniões e fóruns participativos desempenham o papel apaziguador, mas com vistas a manter essas populações sob controle através dessas políticas.

Devido aos dispositivos terem em sua gênese uma urgência histórica que os embasem, com esta urgência vem a função de orientação. Mas esta orientação que produz algo maior, uma modelagem que permite incidir no controle sem que haja resistência³⁰⁹. É a naturalização das ações, o que reflete muito bem o que ocorre nos acordos de pesca, em que a principal função é dirimir conflitos e entrarem num consenso, que faz com que as comunidades pensem estarem as suas demandas sendo atendidas.

Desta forma, é preciso que haja um rompimento desse dispositivo através do fomento da autogestão já fundamentada nos estudos de Elinor Ostrom et al³¹⁰, Feeny et al.³¹¹, que destacam as conveniências de uma integração, uma complementariedade entre as ações do governo e as ações populares para o fortalecimento da democracia, que incorpora também as condições atinentes a esta forma de organização, com responsabilização tanto na formulação como na implementação da gestão.

Este processo de autogestão é aplicado em diversos setores, como fica demonstrado no trabalho, na área de arquitetura, de João Marcos Lopes e Cibele Rizek³¹², ao tratar da construção de habitações populares. Neste estudo, o usuário é administrador autônomo dos meios de produção de sua casa, o que denominam como mutirão autogerido.

Para se configurar em autogestão, coletivamente, os usuários se investirão como agentes habilitados e estruturalmente legitimados no

³⁰⁹BAPTISTA, op.cit. 2015.

³¹⁰OSTROM, Elinor. Collective Action and the Evolution of Social Norms. *Journal of Economic Perspectives*, Vol. 14, No. 3, pp. 137-158, Summer 2000.

³¹¹FENNY, op. cit. 1990.

³¹²LOPES, João Marcos de Almeida; RIZEK, Cibele Saliba. O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica. In: Adauto Lucio Cardoso; Alex Kenia Abiko. (Org.). *Procedimentos de gestão habitacional para população de baixa renda (Coletânea Habitare; v.5)*. 1ed.Porto Alegre: ANTAC, 2006, v. 1, p. 52-83.

processo de negociação com os órgãos de financiamento da moradia – e proprietários – “subsumindo não só as obrigações como responsável pelas decisões administrativas para produção de sua casa como também, por vezes, até o comportamento idiossincrático de um ‘dono da casa’: ali, quem manda é ele”³¹³.

Neste sistema, o que é proposto não é uma retração das funções estatais, a ponto de resultar num esvaziamento de suas funções. Mas alterar a sua postura prática de suas ações, “assim, a nova geração de políticas não será baseada em programas governamentais, no sentido convencional, mas em programas autodeterminados, auto organizados e auto administrados pelas pessoas que precisam dos bens e serviços que realmente demandam”³¹⁴.

Na gestão das pescas, Ostrom, Walker e Gardner, da Escola de Indiana, no artigo *Covenants with and without a Sword: Self-Governance is possible*³¹⁵, resultado do estudo sobre a possibilidade de auto governança. As pesquisas com base empírica revelam que as chances de uma gestão pautada em regras e estratégias orientadas pela organização dos usuários desses recursos intensifica as interações no grupo e no resultado da gestão. Por outro lado, isso não significa a abstenção do Estado.

Desta forma, é reconhecido que grupos de pesquisadores se posicionam positivamente sobre experiências que de fato é percebida a possibilidade efetiva de uma autogestão dos recursos pesqueiros, como Bromley et al.³¹⁶; Berkes et al.³¹⁷; Feeny et al.³¹⁸; Netting, 1981³¹⁹;

³¹³Ibid, 2006, p. 58

³¹⁴ TURNER, John F. C. “Da provisão centralizada à autogestão local – novas direções para a política habitacional” (artigo para a revista *The Courier* – 1983) in Mascaró, Lúcia (coord) *Tecnologia e Arquitetura*. Editora Nobel, São Paulo, 1989, p. 91 *apud* LOPES, João Marcos de Almeida; RIZEK, Cibele Saliba . O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica. In: Aduato Lucio Cardoso; Alex Kenia Abiko. (Org.). *Procedimentos de gestão habitacional para população de baixa renda (Coletânea Habitare; v.5)*. 1ed.Porto Alegre: ANTAC, 2006, p.9

³¹⁵OSTROM, Elinor; Walker, James; Gardner, Roy. *Covenants With and Without a Sword: Self-Governance is Possible*. *The American Political Science Review*, Vol. 86, No. 2. (Jun. 1992), pp. 404-417.

³¹⁶BROMLEY, D.W.; et al. (Org.) *Making the Commons Work: Theory, Practice, and Policy*. San Francisco: ICS Press, 1992.

³¹⁷BERKES, Fikret.et al.. *The Benefits of the Commons*. *Nature*, v. 340, 1989

³¹⁸FEENY, David. Et. al. *The Tragedy of the Commons: twenty-two years later*. *Human Ecology*, v. 18, n. 1, 1990.

Sengupta, 1991³²⁰; Wade, 1988³²¹; Lansing, 1991³²²; Baland e Platteau, 1996³²³, entre outros.

No entanto, sob a justificativa de que em algum momento irá sobressair a necessidade de obter lucro, e assim exceder a extração dos recursos naturais de forma sustentável, o discurso imperativo é de que uma autogestão não funcionaria, a não ser sob supervisão e reconhecimento através de programas governamentais.

O que de fato ocorre é que não há interesse de se fomentar uma organização neste formato. O modelo de gestão ora instaurado, desenvolvido e embasado historicamente não permite que as comunidades sejam vistas em sua totalidade, observando que cada movimento é compassado, é sentido por cada pescador e pescadora, de acordo com sua vivência, que faz dessa atividade uma parte do seu próprio ser. E assim, essa racionalidade concentrada no controle e fiscalização já é institucionalizada e passa a ser vista como normalidade no cotidiano.

³¹⁹ NETTING, R.M. Balancing on an Alp: ecological change and continuity in a swiss mountain community. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

³²⁰ SENGUPTA, N. Managing Common Property: irrigation in India and the Philippines. New Delhi: Sage, 1991.

³²¹ WADE, R. Village Republics: economic conditions for collective action in South India. San Francisco: ICS Press, 1998.

³²² LANSING, J. S. Priests and Programmers: technologies of power in the engineered landscape of Bali. Princeton: Princeton University Press, 1991.

³²³ BALAND, J. M.; PLATTEAU, J. P. Halting Degradation of Natural Resources: Is There a Role for Rural Communities?. Oxford: Clarendon, 1996.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

7. ORGANISMO SISTÊMICO: A CONTRIBUIÇÃO INTERDISCIPLINAR NO DEBATE PARA A GESTÃO DA PESCA

Fui visitar a Dona Maria. Ficamos conversando uns 15 minutos e voltei para o rancho. Na beira da praia encontro Neusa tirando os peixes da rede da Naca, então resolvi ajudá-la. Na rede havia mais siris que peixe. Muito dos peixes eram descartados, e entregues para as gaivotas que já esperavam pelo banquete. Fiquei um pouco impressionada com a forma como se retira o siri da rede. O ideal é preservar a rede sem rasgá-la, por isso arranca-se as patas do siri. Mesmo que ele seja pequeno que tenha que ser colocado de volta no mar. Achei cruel com o bichinho, e Neusa percebeu. Ela disse que as patas voltam, assim como nosso fígado. Incrédula, tentei tirá-los da forma mais delicada possível da rede. Criei minha própria técnica: ia abrindo a rede jogava água, e aos poucos eles iam desgrudando. Quando caíam no bote, os colocava dentro do baldinho (pois eles estavam muito agitados e saíam picando tudo com suas garras) para depois serem descascados e consumidos. Outros, eu colocava de volta ao mar. Conseguí salvar uns 10 pequeninos. Um maior também coloquei no mar sem que Neusa percebesse. Os peixes já estavam todos mortos, eram sardinhas e bagrezinhos. Mas também era preciso muita destreza para não rasgar a rede. A maioria serviu de comida para as gaivotas. Neusa ensinou-me como identificar o siri macho da fêmea, de acordo com o desenho do abdômen. Uma das siris estava repleta de ova. Pedi para colocar

de volta no mar, mas ela respondeu rindo que não... acatei³²⁴

Figura 9 - As Siris



Fonte: Acervo da autora.

A crise no setor pesqueiro a qual me referi na introdução deste trabalho, tem diferentes influências, e dentre estas, a exploração excessiva dos recursos naturais. A gestão criada e desenvolvida durante séculos no Brasil, desde quando era designado “Estado do Brasil” e “Reino do Brasil”, no período colonial, sempre teve como fulcro o domínio dos mares e seus frutos.

Este é um desejo humano desde os primórdios de sua existência: navegar o desconhecido, e dele extrair seus ‘mistérios’ - seja os próprios peixes, ou outras formas de dominação - mesmo que isso custasse a morte de muitos homens e mulheres. Este cenário é figurado nas emblemáticas ilustrações da pesca da baleia do século XVIII em Santa Catarina (e também em outras regiões do país), e posteriormente registros em fotografias, a despeito dos relatos dos viajantes

³²⁴Diário de Campo dia 03 de março de 2015 – Canto dos Ganchos

oitocentistas, que revelam em detalhes a dura batalha entre os animais marinhos e os humanos.

A pesca em grande quantidade não é uma tarefa fácil. Retirar o máximo possível, modernizar as frotas e maquinários, sem ao menos aproveitar grande parte do que foi extraído do mar, é incorrer num erro irreparável, como a extinção de determinadas espécies, além do aumento dos riscos daqueles que trabalham com a captura desses animais.

A baleia Cachalote tão caçada nos seus tempos áureos em Santa Catarina, já não nada pelas águas da Armação da Piedade. Essa racionalidade do Estado em gerir exercendo o controle dos recursos naturais, e seu uso até a exaustão, é um dos grandes problemas ambientais, e não apenas na pesca. O modelo de gestão, que persiste nos dias de hoje, implica numa cadeia de reações que atinge a sociedade como um todo, simplesmente por fazermos parte de um mesmo sistema, que detém uma complexidade, concebida no entendimento de ser “aquilo que é tecido em conjunto”³²⁵.

Nesta tese, o objetivo foi tecer uma rede de pensamentos, diferentes saberes, formas organizacionais para a gestão da pesca sob interpretação interdisciplinar. Também está presente a importância da participação, que tem sua essência no envolvimento, no conjunto, o que corresponde em entender o outro e valorar o seu modo de vida, como os pescadores e pescadoras de Ganchos.

A diminuição drástica nos estoques pesqueiros, poluição, e perda da diversidade marinha, reflete em nossas vidas, população em geral, através da dificuldade de encontrar determinado peixe, de consumir elementos venenosos como o mercúrio contido na carne do pescado, entre tantas outras formas de contaminação.

Mas, para as comunidades que vivem da pesca, significa a diluição de uma atividade que é expressa para além da subsistência, e está muito mais ligada à vivência e maritimidade, no fazer, reconhecer e repassar saber. O fazer a rede, costurar, armar o bote e confeccionar um barco. Reconhecer o mar, seu fluxo e refluxo, o vento e os animais que capturam. Repassar esse saber para ser valorizado.

Ao chegar a uma comunidade pesqueira e perguntar como é realizar “ir pro mar”, a resposta sempre virá vinculada às dificuldades, sejam de mares revoltos, falta de peixe, ou problemas enfrentados acerca das tempestades. E também à necessidade de força. Não é à toa. De fato,

³²⁵MORIN, Edgar. O Paradigma perdido: a natureza humana, Publicações Europa América, Sintra/Portugal 1990.p.20.

é um trabalho que exige muito do corpo humano e da coragem. Mas também está nas entrelinhas, a necessidade de ser visto como alguém que realiza uma tarefa muito importante, e que detém um conhecimento peculiar.

Quando ajudei Neusa a retirar os peixes e siris da rede, e todo o meu desconforto em mutilar os siris, ela me “confortou” ao dizer que as patas crescem novamente, assim como nosso fígado. Ao chegar em casa pesquisei para saber se realmente os “siris iriam voltar a andar”. E de fato, as garras se regeram porque na maioria dos confrontos entre eles e outros animais, há grandes chances de se “perder uma perna”. Saber distinguir o macho da fêmea advém do cotidiano, do contato com os animais, e das lições repassadas pelos membros da comunidade.

Outra questão que surgiu em campo foi em relação aos animais que são capturados com ova, e não são devolvidos ao mar. Existe um mercado que demanda o consumo dessa iguaria, além de ser preciso vendê-los em quantidade para obter uma renda diária, semanal ou mensal. Para os pescadores e pescadoras, não tem significado de infração, ou maldade. Faz parte do seu dia-a-dia, e a venda de peixes constitui o seu sustento. Por outro lado, existe um cuidado no uso das redes, umas mais finas, outras mais largas, de acordo com o peixe que se pretende pescar. Nem todos utilizam a rede de arrasto, que “varre” o fundo marinho.

A relação aqui existente é de uso, de dominação sobre os recursos pesqueiros, que alimenta as famílias, e com a venda que permite que tenham poder compra. Mas também de devolução, o mar é receptáculo das sobras dos peixes filetados, e daqueles que não tem serventia, mas que serve de alimento a outros animais. Este é um ciclo que faz parte do curso diário dessas comunidades.

Em determinadas épocas do ano alguns pescadores, homens, realizam a pesca do polvo, que consiste em embarcar por cerca de 15 dias em mar aberto, em embarcações grandes. O modo de pesca é de média a grande escala, em alguns casos industrial, onde são empregados por empresas do ramo pesqueiro. Muitos aliam a pesca local com a pesca industrial pela dificuldade de captura de peixes, e pela “vida castigada” que está presente nesta atividade.

O histórico da atividade pesqueira no Brasil se entrelaça com as histórias de Ganchos. Principalmente no que diz respeito à forma de gerir os recursos naturais, e o setor, onde também se incluem trabalhadores e trabalhadoras. As regras que uniformizam um ofício repleto de especificidades tende a compor um cenário de difícil

reparação, seja pelo uso insustentável dos recursos marinhos, seja pela desvalorização do ramo, que concorre para o fim da continuidade da atividade pesqueira, que cada vez menos capta o interesse dos jovens.

Assim, desenvolvi esta tese a partir da análise do modelo de gestão participativa na pesca, que é considerada uma das principais ferramentas para a efetividade de políticas públicas no setor pesqueiro. Mas diante do resultado de diversos trabalhos que constata os problemas que envolvem esta forma de gerir, e as lacunas que persistem, minha pergunta central focou-se em responder por que a gestão participativa, que tem com pressupostos o envolvimento de pescadores e pescadoras, e demais *stakeholders*, no processo de formulação e implementação nas políticas de pescas, não tem eficácia social.

Foi, então, no decorrer da escrita da tese que constatei que pode haver diferentes formas de responder a esta questão. Uma delas é a partir do enfoque sociopolítico, onde através do desenvolvimento do processo histórico na forma de gerir os recursos naturais, existe uma estratégia política desenvolvimentista nacional, baseada no aumento de produção, e no controle tanto dos bens pesqueiros, como das populações em questão. Trata-se de uma racionalidade institucional.

Uma importante medida seria o fortalecimento da organização dos pescadores, sendo as ações do governo subsidiárias, e não manipuladoras dos desejos da comunidade. O contexto se exprime através da análise do que se trata a gestão participativa. É um termo amplo. Desta forma, ao verificar o funcionamento deste modelo em diferentes estudos, e em Ganchos, foi possível verificar que existem diferentes graus e nuances a despeito de sua aplicação.

Em Ganchos, se pautam a partir de reuniões esporádicas, e poucos pescadores e pescadores interessados em reunir-se. Os órgãos de gestão ambiental convocam os presidentes das colônias para representarem a comunidade em encontros, mas esta participação se limita apenas ao representante da população.

Por isso, um dos pontos apontados foi em relação à organização do grupo. Dentro desta gama de relações entre espaço, lugar, paisagem, fauna, ofício e pertencimento, existe uma qualidade intrínseca à comunidade, que diz respeito à solidariedade do grupo, apesar da concorrência. A ajuda na costura das redes; emprestar apetrechos, e o rancho; a puxar barcos; e até mesmo na confecção dos mesmos. Existe um exercício de cooperação que faz parte dos pescadores e pescadoras de Ganchos.

Esta também é uma forma organizacional invisibilizada pela gestão política dos recursos pesqueiros. Consoante a este retrato, posso dizer que existe um nível de autogestão presente nas relações do grupo. Como demonstrei no capítulo 5, a autogestão trata-se de um nível de participação que vai além dos demais. Desenvolve motivação e senso de responsabilidade.

No caso das comunidades pesqueiras, entendo que elas estão conectadas como ofício, com o mar, os peixes. Elas se comunicam como se fossem um único sistema. E isso está presente no olhar dos vigias (observadores do mar) quando veem os peixes a saltar, ou percebem o que o mar tem a dizer quando está revolto, ou os convida para a nevegação. Até mesmo na devolução ao mar das vísceras dos peixes filetados para que outros animais possam se alimentar.

Pescadores e pescadoras acreditam exercer soberania sobre o território marítimo legitimado na comunidade pela detenção do conhecimento empírico obtido através do trabalho no mar. Por sua vez, o Estado exerce o controle social (por meio dos dispositivos de segurança) através da institucionalização dos modelos de gestão.

No quinto e último capítulo, que parece derradeiro, recorri ao desenvolvimento da ideia de “dispositivos” em Foucault e Agamben, para explicar o processo de racionalidade presente nas instituições governamentais, pois ambos autores alcançam a complexidade existente na relação entre os/as pescadores/as e o modelo de gestão ora implementado. Para Foucault, o problema está tanto na natureza dos diferentes dispositivos que ele encontra, quanto na sua função estratégica. Por isso, ficou evidente indagar o que existe por trás da gestão participativa, e qual sua função estratégica.

Entretanto, não se trata de uma tese sobre os dispositivos em Foucault e Agamben. Mas um diálogo com esses autores que expressam teoricamente um fenômeno social, que poderá ser melhor explorado em artigos futuros. O intuito foi dar um corpo teórico para uma ideia, que para mim, não parecia óbvia nas relações “participativas”. De fato, não há uma solução evidente para a efetividade da gestão das pescas, tampouco fórmulas prontas que possam dirimir de imediato os problemas relativos tanto aos recursos pesqueiros, quanto à articulação e permanência saudável do ofício pesqueiro das comunidades locais de pesca. Mas sim, pensar em caminhos que possam fazer sentido em congruência com novas formas de organização e gestão para a pesca. E assim, dar margem, oportunidade ao desenvolvimento da autogestão das comunidades de pesca, como uma experiência rica que pode beneficiar

tanto as comunidades como os recursos marinhos. Não se trata de exclusão ou omissão das ações governamentais, mas que essas ações proporcionem uma estrutura para que a autogestão possa ser desenvolvida.

Quando se está imerso em um ofício, criam-se maneiras de lidar com a sua atividade. Pensei nesta situação quando desenvolvi minha própria maneira de retirar os siris da rede. Eu tinha duas restrições: não rasgar as redes, e a minha própria: não “arrancar” as patas dos crustáceos. Após algumas tentativas, identifiquei técnicas que pudessem me auxiliar naquela atividade. E assim se sucede com os pequenos grupos de pescadores e pescadoras aos quais me reuni, conversei, e vivenciei alguns momentos de trabalho. De acordo com as adversidades, bem como com as situações propícias, as maneiras de gerir o trabalho vão se moldando, seja através da troca de determinado apetrecho por outro que seja mais eficaz, ou capturar outras espécies em substituição a outra.

Reconheço que alguns pontos que considero importante poderiam ter sido contemplados nesta tese, com uma maior abrangência nas regiões de Ganchos, que compreende Ganchos de Fora, Ganchos do Meio, e Ganchos de Dentro, ou mesmo ter contemplado uma perspectiva do ponto de vista institucional, por meio de entrevistas com funcionários públicos ligados a programas governamentais, e discutir os processos participativos. Mas muitas propostas novas foram surgindo no decorrer da escrita, e tornou-se inviável desenvolvê-las todas nesta tese principalmente pela questão do tempo, tanto para o campo, quanto para a própria articulação dos dados, tendo em vista que privilegiei evidenciar a complexidade, a interação existente entre o ofício do/a pescador/a e o ambiente que ele/a vive para dar corpo à importância desses elementos no enfrentamento de formas possíveis de gestão no âmbito das pescas.

Por fim, quero tratar de um tema de suma importância: a devolução à comunidade pesquisada. Pensei nas diferentes formas em devolver a esse grupo toda a confiabilidade, e a disposição nas conversas, e declarações. Sem dúvida, sempre fui uma intrusa, uma “forasteira” na comunidade. O meu papel como pesquisadora em alguns momentos não pareceu fazer diferença na minha relação com a população local, em outras fez. Capturei as informações que me foram cedidas, e dela organizei esta tese, e indubitavelmente sinto-me além de agradecida, obrigada a dar-lhes satisfações. Muito pensei de forma restituí-los, a restituição da antropologia compartilhada com os

interlocutores, como trata Carmen Rial, essa devolução aos que tornaram possível a pesquisa³²⁶. Mesmo que eu entregue a eles esta tese em forma de livro, não acredito que se trata de uma devolução, e nem saberia como o fazê-la. Em um dos seus ensaios, Carmen Rial diz o seguinte:

O que gostaria de defender aqui é a impossibilidade desta restituição. Assim como um mesmo leitor não lê o mesmo livro duas vezes, pode-se oferecer de volta as falas, mas elas já não serão as mesmas – portanto, não serão res-tituídas. E não apenas porque as águas do rio não cessam de mudar, mas porque o artigo ou o filme serão percebidos de um modo que não dominamos e que podem ter pouca relação com o que foi antropológicamente realizado³²⁷.

E é exatamente isso que quero expor: não vejo possibilidade de devolver-lhes as horas conversadas, tampouco todas as experiências que me foram proporcionadas por eles e elas. Essa tese é dedicada à comunidade de Ganchos, mas não sei se algum dia fará alguma diferença a eles/elas tê-la em mãos. O que fica aqui, e o que posso devolver-lhes, é toda a amizade e gratidão que foi trocada entre nós. O seu João pediu a foto da tartaruga (fig.1), e eu dei. Mas esta é uma foto de recordação daquele dia em que eu achei que a tartaruga ia ser comida, e para ele, uma foto com a tartaruga que apareceu por ali,

³²⁶RIAL, Carmen Silvia de Moraes. Roubar a alma: ou as dificuldades da restituição. *Tessituras, Pelotas*, v. 2, n. 2, p. 201-212, jul. /Dez. 2014

³²⁷ RIAL, Op. Cit. 2014, p. 207.

REFERÊNCIAS

Fontes

APEBa, Polícia do Porto, 3142, “Correspondência do capitão do porto ao presidente da província da Bahia”, 20/[rasgado]/1848 In: PORTELA, Rafael Davis. Pescadores na Bahia do século XIX. 127 f. il. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012, p.34.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Anos 1960-1985. <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=720>. Acesso em 7 de março de 2014.

BIBLIOTECA VIRTUAL DA CARTOGRAFIA HISTÓRICA DO SÉCULO XVI AO XVIII. Biblioteca Nacional. http://consorcio.bn.br/cartografia/cart_colonial.html

BRITTO, Paulo Jozé Miguel de. **A memória política sobre a capitania de Santa Catarina**. Lisboa, 1829. Arquivo digitalizado disponível em: <https://ia600801.us.archive.org/1/items/memoriapoliticas00brit/memoriapoliticas00brit.pdf>

COELHO, Manoel Joaquim D'Almeida (Major). Memória Histórica da Província de Santa Catarina. Desterro [Florianópolis]: Tipografia Desterrense de J. J. Lopes, 1856.

COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1846, tomo 9º. Parte 2ª, sessão 4ª, decreto nº 447 de 19 de maio de 1846. <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimpério/>, acesso em 22/02/2014.

COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1846, tomo 9º. Parte 2ª, sessão 4ª, decreto nº 447 de 19 de maio de 1846. <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/>, acesso em 22/02/2014.

COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL - 1820, Página 49
Vol.I

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/antioresa1824/decreto-38868-13-julho-1820-567998-publicacaooriginal-91357-pl.html>. Acesso em 23/02/2014

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS
POLÍTICOS. Disponível em:
<http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/359>

COMISSÃO EUROPEIA. A pesca e aquicultura na Europa. **Revista da Direção-geral dos Assuntos Marítimos e da Pesca da Comissão Europeia**. N. 44. Agosto de 2009.

CONDIÇÕES Sociais e economicas do pescador artesanal e aspectos da evolução da atividade pesqueira Florianópolis: [s. n.], 1967.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (SC).; DALLANHOL, Wilmar. **A Realidade pesqueira em Santa Catarina**. Florianópolis: CODESUL, 1968. 139p.

DEBANE, Nicolau Jose. A pesca e os pescadores no Brasil: no ponto de vista economico e social: **subsídios para o estudo da Economia Nacional Brasileira**. Rio de Janeiro: Imp. Brasileira, 1924 e BOITEUX, Lucas Alexandre. *A pesca em Santa Catharina*. Florianópolis: Federação das Colônias Cooperativas de Pescadores do Estado de Santa Catarina. 1934.

DECRETO 9.672 de 17 de julho de 1912 - Crêa a Inspectoria de Pesca e approva o respectivo regulamento.

DECRETO nº 9802 de 9 de outubro de 1912 - Fixa o número de zonas de pesca, com as respectivas estações, e estabelece os seus limites.

DECRETO nº 16.184 de 25 de outubro de 1923 - Approva e manda executar o Regulamento da Pesca.

DECRETO nº 23.672 de 2 de janeiro de 1934 - Approva o Código de Caça e Pesca.

DECRETO-LEI nº. 794 de 19 de outubro de 1938 - Aprova e baixa o Código de Pesca.

DECRETO nº 8.425 de 31 de março de 2015 - Estabelece critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira.

DIÁRIO DE CAMPO dia 16 de outubro de 2012 – Canto dos Ganchos/Governador Celso Ramos.

DIÁRIO DE CAMPO dia 31 de outubro de 2012 – Canto dos Ganchos/Governador Celso Ramos.

DIÁRIO DE CAMPO dia 04 de novembro de 2012 – Canto dos Ganchos/Governador Celso Ramos.

DIÁRIO DE CAMPO dia 05 de novembro de 2012 – Canto dos Ganchos/Governador Celso Ramos.

DIÁRIO DE CAMPO dia 04 de dezembro de 2012 – Canto dos Ganchos/Governador Celso Ramos.

DIÁRIO DE CAMPO dia 16 de abril de 2014 – Canto dos Ganchos/Governador Celso Ramos.

DIÁRIO DE CAMPO 07 de junho de 2014 – Canto dos Ganchos/Governador Celso Ramos.

DIÁRIO DE CAMPO dia 11 de junho de 2014 – Canto dos Ganchos/Governador Celso Ramos.

DIÁRIO DE CAMPO do dia 03 de março de 2015 – Canto dos Ganchos/Governador Celso Ramos.

DIÁRIO DE CAMPO dia 10 de novembro de 2015 – Canto dos Ganchos/Governador Celso Ramos.

DIÁRIO DE CAMPO do dia 20 de março de 2015 – Canto dos Ganchos/Governador Celso Ramos.

DIÁRIO DE CAMPO do dia 18 de junho de 2015 – Canto dos Ganchos/Governador Celso Ramos.

FORAIS DE SESIMBRA. In: CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte. (Org). Forais de Sesimbra: memórias de um concelho. Câmara Municipal de Sesimbra. 2001. p. 96.

FORAL DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO, 1534. In: *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. Tomo XVIII. Rio de Janeiro 1855. Item 4.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. <http://www.cidades.ibge.gov.br/>

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. MMA. Ministério do Meio Ambiente. Plano de Manejo. Área de Proteção Ambiental do Anhatomirim. **Encarte 2. Diagnóstico da APA do Anhatomirim**. Florianópolis. Julho, 2013.

KNIVET, Antony. **Notavel viagem que, no anno de 1591 e seguintes, fez Antonio Knivet, da Inglaterra ao mar do sul, em companhia de Thomas Candish.** *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brazil*. Tomo XLI, parte I, p. 183-272. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & C. Traduzido do holandês e anotado por J. H. Duarte Pereira. Biblioteca Digital Curt Nimuendajú. <http://www.etnolinguistica.org/biblio:knivet-1878-notavel>. Acesso em 26/01/2015.

MAWE, John. Viagens ao interior do Brasil. Tradução de Selma Benvides Viana. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1978, p. 55.

PNUD. Gestão da pesca precisa ouvir pescadores. Experiências de projeto do IBAMA na várzea amazônica mostram que a imposição de regras aos ribeirinhos não funciona e gera conflitos. **Notícia PNUD**. 2006. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=662> Acesso em: fev. 2012.

UMA VISITA A SANTA CATARINA EM 1803-1804. **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. Vol. IV. I a IV trimestres. Florianópolis, 1915. Download em www.fortalezas.org/arquivos em 19 de outubro de 2013.

VISCONTE DE ABRANTES [Miguel Calmon Du Pin e Almeida]. **Memórias sobre os meios de promover a colonização**. Berlim. Tipografia de Unger Irmãos. 1946. http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/00029800/000298_COMPLETO.pdf

VOCABULARY OF COMMONS. **Foundation for Ecological Security**. The Internacional Association for the Study of the Commons (IASC).Url:<http://www.iasc-commons.org/content/vocabulary-commons>. Acesso em: 10/09/2014.

WFT/CIDA/UFSCAR – World Fisheries Trust (WFT), Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (CIDA) e Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). **Projeto Peixes Pessoas e Água**. Brasil-Canadá, 2003. Disponível em: <<http://www.worldfish.org/PPA/Projeto.htm>>. Acesso em: fev. 2006

Bibliografia

ABDALLAH, Patrícia Raggi; BACHA, Carlos José Caetano. Evolução da atividade pesqueira no Brasil: 1960-1994. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v.7, n.13, p. 9-24, nov. 1999.

ABREU, Alcides. **Pesca, realidade e perspectivas econômicas em Santa Catarina. Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, 1968.

AGAMBEN, Giorgio. O que é dispositivo? In: A excessão e o excesso. Agamben e Bataille **Outra Travessia**. Revista de Literatura n° 5. Ilha de Santa Catarina, 2º semestre de 2005.

_____. **Profanações**. Editora Boitempo. Tradução: Selvino Assmann. 1ª edição. São Paulo, 2007.

AGRAWAL, Arun. e GIBSON, Clark. C. Enchantment and disenchantment: the role of community in natural resource conservation. **World Development** 27 (4): 629-64, 1999.

AINSWORTH, Cameron H., PITCHER, Tony J., Rotinsulu, Christovel. Evidence of fishery depletions and shifting cognitive baselines in Eastern Indonesia. **Biol. Conserv.** 141, 848-859, 2008.

ALBERTI, Verena. Fontes Orais. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto. p.155-202, 2006.

ALEXY, Robert. **El concepto y la validez del derecho**. 2. ed. Barcelona: Gedisa, 1997, 208p.

ALMEIDA, Dyego de Almeida; SILVA-OLIVEIRA, Erica Caldas; ALVES, Rômulo Romeu Nóbrega. Ethnoichthyology of fishermen community from the Praia da Penha, in João Pessoa City, Paraíba. Brazil. **Brazilian Journal of Biological Sciences**. Vol. 1.Nº 2, p.39-49, Dec. 31, 2014.

ALMUDI, Tiago. Adequação do modelo de unidade de conservação: **populações humanas**, convivências e conflitos nos arredores da Lagoa do Peixe (RS). Rio Grande, 2005. 188 p. Monografia (Graduação em Oceanologia) – Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Zimbabwe.

_____ ; KALIKOSKI, Daniela Coswig; CASTELLO, Jorge P. Territorial control as a fisheries management instrument: the case of artisanal fisheries in the estuary of Patos Lagoon, Southern Brazil. In: NIELSEN, J. L. et al. World Fisheries Congress – WFC, 4, 2008. **Proceedings...** Maryland: American Fisheries Society, 2008.

ANTAS JR., Ricardo M. **Território e Regulação. Espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito.** São Paulo, Associação Editorial Humanas: FAPESP, 2005.

AQUINO, Azenildo. S.; LIMA, Natália de Souza. Acordos de Pesca e Agentes Ambientais Voluntários constroem caminho para o ordenamento pesqueiro em Parintins. **Revista Jirau (Informativo do Pró-Várzea/Ibama)**, v. 5, p. 11-12, 2004.

ARAÚJO-LIMA, Carlos A. R. M.; RUFFINO, Mauro Luís. Migratory fishes of the Brazilian Amazon. In: Carolsfield, J. et al. (Ed.). **Migratory fishes of South America. Biology, fisheries, and conservation status.** Ed. Victoria, Alaris Design, World Fisheries Trust, IDRC and World Bank, 2004. p. 233-301.

ARMITAGE, Derek., PLUMMER, Ryan., BERKES, Fikret., ARTHUR, Robert I., CHARLES, Anthony T., DAVIDSON-HUNT, Iain., DIDUCK, Alan P., DOUBLEDAY, Nancy, JOHNSON, Derek S., MARSCHKE, Melissa, MCCONNEY, Patrick., PINKERTON, Evelyn W., and WOLLENBER, Eva K. 2009. Adaptive co-management for social–ecological complexity. **Frontiers in Ecology and Environment**; 7(2): 95–102.

_____ ; BERKES, Fikret and DOUBLEDAY, Nancy (Eds). **Adaptive Co-Management: Collaboration, Learning, and Multi-Level Governance**. Vancouver: University of British. Columbia Press, 2007.

ASSAD, Luís Tadeu. **Tradição-Modernidade-Sustentabilidade: Icapuí/CE: os desafios do desenvolvimento de uma comunidade diante do imperativo da sustentabilidade**. Tese (Doutorado) - UnB, Brasília. 200 p. Brasília, 2002.

ASWANI, Shankar. and LAUER, Matthew. Incorporating fishermen's local knowledge and behavior into geographical information systems (GIS) for designing protected areas in Oceania. **Human organization** 65(1): 81-100, 2006.

AUBÉ, Léonce. **La province de Saint-Catherine et la colonisation au Brésil**. Rio de Janeiro. Imprimerie Française de Frédéric Arfvedson. 1861.

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos Princípios**. 9ª ed. Editora Malheiros. São Paulo, 2009.

AZEVEDO, Cleidimar Ribeiro; APEL, Marcelo. **Cogestão: Um processo em construção na várzea amazônica**. **Ibama/ProVárzea, Documentos Técnicos**, v. 4, 100p, 2004.

BAIRD, Ian.G. Local ecological knowledge and small-scale freshwater fisheries management in the Mekong River in southern Laos. In: Haggan. N., B. Neis and I.G. Baird (Eds.), **Fishers knowledge in fisheries science and management**, UNESCO, Paris, France, 2006.

BALAND, J. M.; PLATTEAU, J. P. **Halting Degradation of Natural Resources: Is There a Role for Rural Communities?** Oxford: Clarendon, 1996.

BAPTISTA, Mauro Rocha. A profanação dos dispositivos em Giorgio Agamben. **Revista Estação Literária**. Londrina, Volume 13, p. 10-23, jan. 2015.

BARBOSA, Francisco Ivo.; HARTMANN, Wolf. D. **Participatory management of reservoir fisheries in North-Eastern Brazil**. Rome: *FAO*. p. 427-445, 1998.

BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. Et al. Fontes Repatriadas. Anotações de história colonial. Referências para pesquisa. **Índices de catálogo da capitania de Pernambuco**. Editora UFPE. Recife, 2006. 584 p.

BORGES, Julio César Lopes. Pesca em Santa Catarina/Brasil: regime jurídico estrutura administrativa entre 1912 a 1989. II Encontro de Economia Catarinense Artigos Científicos Área Temática: Economia Rural e Agricultura Familiar. Unesc. Chapecó. 2008.

BARROSO, Luís Roberto. A proteção do meio ambiente na Constituição Brasileira. Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política, São Paulo: **Revista dos Tribunais**, ano 1, n.º 1. P. 115 – 140, out/dez 1992.

_____. *O direito constitucional e a efetividade de sua norma: limites e possibilidades da Constituição Brasileira*. 5º ed. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

BEGOSSI, Alpina. Resilience and neo-traditional populations: the *caiçaras* (Atlantic Forest) and *caboclos* (Amazon, Brazil). In: BERKES, Fikret; FOLKE, Carl. (Ed.). Linking social and ecological systems: **management practices and social mechanisms for building resilience**. Cambridge: Cambridge University Press. p. 129-157, 1998.

_____. Scale of interactions of brazilian populations (caiçaras and caboclos) with resources and institutions. **Human Ecology Review**, v. 6, n.1, p. 1-7, 1999.

_____. Latin America Fisheries: Local organization and management. In: **Conference of the international society for ecological economics (ISEE)**, 7. Tunísia. Anais.2002. Disponível em: <<http://neptune.c3ed.uvsq.fr/eee/pages2002isee/paper/p289.pdf>> Acesso em: jan.2011.

_____. Local knowledge and training towards management. *Environ. Dev. Sustain.* 10:591 – 603, 2008.

_____. The ethnoecology of Caiçara metapopulations (Atlantic Forest, Brazil): ecological concepts and questions. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 2, n. 40.P. 1-9, 2006. Disponível em: <http://www.ethnobiomed.com/content/2/1/40>.

_____. Artisanal fisheries in the SE Brazilian coast: using fisher information towards local management. In: Pineda, F. D.; Brebbia, C. A. (Eds). **Sustainable Tourism**. Southampton: WIT Press, 2004. p. 239-245.

BENATTI, José Heder; MCGRATH, David G.; OLIVEIRA, Ana Crisitna. Mendes de Políticas públicas e manejo comunitário de recursos naturais da Amazônia. **Ambiente e Sociedade**, v. 6, n. 2, 2003. p. 137-154

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976. p. 230.

BERKES, Fikret (b). Sistemas sociais, sistemas ecológicos e direitos de apropriação de recursos naturais. In: Vieira, Paulo Freire; Berkes, Fikret; Seixas, Cristiana. Gestão integrada e participativa de recursos naturais: **conceitos, métodos experiências**. Florianópolis: Secco/APED. P. 47-72, 2005.

_____ (ed.) **Common property resources: Ecology and community-based sustainable development**. London:Belhaven, 1989.

_____. Cross-scale institutional linkages for commons management: perspectives from the bottom up. In: OSTROM, E. et al. (Ed.). **The drama of the commons**. Washington: National Academy Press. . 2002. p. 293-321.

_____. et al. Cross-scale institutions and building resilience in the Canadian North. In: BERKES, F. et al. **Breaking ice:renewable resource and Ocean Management in the Canadian North**. Calgary: University of Calgary Press, 2005. p. 225-247.

_____. Evolution of co-management: Role of knowledge generation, bridging organizations and social learning. **Journal of Environmental Management** 90: 2009. 1692–1702.

_____. From community-based resource management to complex systems: the scale issue and marine commons. **Ecology and Society**, v. 11, n. 1, p. 45, 2006. Disponível em: <<http://www.ecologyandsociety.org/vol11/iss1/art45/>>. Acesso em: Dezembro 2012.

_____. Social Systems, ecological systems and property rights. In: HANNA, S. S.; FOLKE, C.; MALER, K. G. (Eds.). **Rights to nature: ecological, economics, cultural and political principles of institutions for the environment**. Washington: Island Press. 1996.

_____.; FOLKE, Carl. **Linking Social and Ecological Systems: Management Practices and Social Mechanisms for Building Resilience**. Cambridge University Press, Cambridge. 1998. 459 p.

_____.; Mahon, R.; McConneY, P.; Pollnac, R. C.; Pomeroy, R. S **Managing small-scale fisheries: alternative directions and methods**. Ottawa: International Development Research Center, 2001. 308 p.

_____.; SEIXAS, Cristiana (2005). Building resilience in lagoon social-ecological systems: a local-level perspective . **Ecosystems**, v. 8, n. 8, p. 967-974.

BERLIN, Brent. Ethnobiological classification: principles of categorization of plants and animals in traditional societies. *In*: **Ethnobiological classification** (Vol. 43, pp. 293-295) Berlin, B. (ed.). Princeton University Press, 1992.

BOLLIER, David. Os bens comuns: um setor negligenciado da criação de riqueza. Lugar Comum. Nº 31. Pp. 43-54. LABTeC/UFRJ. Rio de Janeiro. 2011.

BOWLBY, John. **Apego e perda. A natureza do vínculo**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BROMLEY, D.W.; et al.(Org.) **Making the Commons Work: Theory, Practice, and Policy**. San Francisco: ICS Press, 1992.

BRONDÍZIO, Luciana. S. **Gestão de recursos pesqueiros no âmbito do programa de desenvolvimento sustentável do Amapá.** Dissertação(Mestrado) – USP. 148p. São Paulo, SP, 2003.

BROWN, Katrina; ROSENDO, Sergio. **The institutional architecture of Extractive Reserves in Rondônia, Brazil.** Norwich, UK: School of Development Studies, University of East Anglia, CSERGE. Working Paper GEC. 31 p. 1998.

BRUTTO, Luís. Fernando Guimarães. Ecologia humana e etnoecologia em processos participativos de manejo: **o caso do parque de Itapuã, RS e os pescadores artesanais.** Dissertação (Mestrado) - UFSCar.109p. São Carlos, SP, 2001.

BUREL, Françoise et BAUDRY, Jacques (1999). **Écologie du paysage, concepts, methods et applications.** Éd.Tec. Et doc. Paris, 1999.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Povos do mar: herança sociocultural e perspectivas no Brasil. **Cienc. Cult.** [online]. 2010, vol.62, n.3, pp. 45-48. ISSN 2317-6660. p. 47.

CÂMARA, E. P. L . Projeto Piracema acelera ordenamento pesqueiro. **Revista Jirau**(Informativo ProVárzea/Ibama), v. 7, p. 10-11, 2004.

CAMARGO, Serguei. Aily Franco.; PETRERE Jr., Miguel. Risk analysis applied to the precautionary management of artisanal fisheries in the region of Tucuruí reservoir (Pará, Brazil). **Acta Amazonica**, v. 34, n. 3, p. 473-485, 2004.

CAMINHA, Carlos Augusto. **A pesca na Freguesia da Lagoa,** Florianópolis. Faculdade Catarinense de Filosofia. 32 p, 1985.

CAMPOS, Nazareno José de. **Açorianos do litoral catarinense: da invisibilidade à mercantilização da cultura.** Arquipélago História, XIII, 177- 201. 2009.

CAPELARI, Mauro Guilherme Maidana; ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de; CALMON, Paulo Carlos Du Pin. Governança de Recursos de Propriedade Comum: uma aproximação preliminar entre Vincent e Elinor Ostrom. **Série textos de discussão CEAG/UnB 002/2015**. Centro de Estudos Avançados de Governo e de Administração Pública – CEAG. Brasília, 2015.

CAPPATO, Jorge. (Coord.). Coalizão Rios Vivos. Projeto **Pesca Fluvial e Áreas Úmidas, Conservação e uso sustentável dos pesqueiros - Rio Paraná, Argentina**. 2004. Disponível em: <<http://www.riosvivos.org.br/canal.php?canal=186>>. Acesso em fevereiro 2012.

CARCIOFI, Ignácio. Territorio, desarrollo tecnológico y gestión de recursos naturales renovables: El caso de la pesca **Source:** Investigaciones regionales [1695-7253] Carciofi, Ignacio yr:2012 iss:23 pg:145, 2012.

CARDOSO, A. M. Sucesso do Projeto Piracema depende de articulação e capacitação das Colônias de Pescadores. *Revista Jirau (Informativo ProVárzea/Ibama)*, n. 7, p. 12, 2004.

CARDOSO, Eduardo S. Geografia e pesca: aportes para um modelo de gestão. *Revista do Departamento de Geografia/USP*, v. 14, p. 79-88, 2001. 136 Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 20, p. 119-139, jul./dez. 2009. Editora UFPR.

_____. **Pescadores artesanais, natureza, território e movimento social**. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2001.

CARDOSO, R.; Pereira, O.M. & REBELO NETO, J.E. 1981. Anuario estatístico - 1981; controle de desembarque de pescado em Santa Catarina. Florianópolis, SUDEPE/PDP.

CARDOSO, T. A. **Subsídios para o Manejo Participativo da Pesca da Manjuba em duas Comunidades do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, SP**. São Carlos. 101 p. Tese (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) – Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, 2004.

CARLSSON.L. e BERKES, Fikret. Co-management: concepts and methodological implications. **Journal of Environmental Management** 75: 65–76, 2005.

CARVALHO, B. G. P.; Airton, J.; Turini, B. Controle social em saúde. In: Andrade, S. M.; Soares, D. A.; Cordoni Junior, L. (Org.). **Bases da saúde coletiva**. Londrina: UEL, 2001. p. 93.

CARVALHO Gaspar, Natasha Dente de. **Sea to Shore: an economic evaluation of the Azorean commercial fisheries**. (Tese de Doutorado) Universidade dos Açores. Departamento de Oceanografia de Pescas. Horta, 2010.

CASTELLA, Agostinho Carlos O. A pesca no pantanal de Mato Grosso do Sul, Brasil:**descrição, nível de exploração e manejo (1994-1999)**. Tese (Doutorado) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia(INPA). 2002. 343 p. Manaus, AM.

CASTELLO, Leandro. A method to count pirarucu*Arapaima gigas*: fishers, assessment, and management. **North American Journal of Fisheries Management**, v. 24, n. 2, p. 379-389, 2004.

_____ et al. Problemas en el estudio y manejo de pescarias tropicales. **Gaceta Ecológica**, Julio-Diciembre, Número Especial 84-85. Secretaria de Medio Ambiente y Recursos Naturales. Distrito Federal, México. 2007. Pp. 65-73.

CASTRO, Fábio de. Monitoramento da pesca no Pantanal do MS. **Embrapa Pantanal ADM – Artigo de Divulgação naMídia**, n. 7, p. 1-4, 2001.

_____. Fishing accords: **the political ecology of fishing intensification in the Amazon**. Bloomington. 2000. p. 106. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Indiana University – IU.

_____ ; MCGRATH, David (2001). Manejo comunitário de lagos na Amazônia. **Parcerias Estratégicas**, n. 12. p. 112-126.

_____. MCGRATH, David (2003). Moving toward sustainability in the local management of floodplain lake fisheries in the Brazilian Amazon. **Human Organization**, v. 62, n. 2, p. 123-133, 2003.

CEAG/SC. Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais (século XVII-1960). Florianópolis: CEAG/SC, 1980.

CERDEIRA, Regina Glória Pinheiro. Acordos de Pesca, alternativa para manejo de recursos pesqueiros. **Relatório de Atividades do Projeto**. Instituto Amazônico de Manejo Sustentável dos Recursos Ambientais (IARA), Santarém, PA. 2002. Disponível em: <<http://idrinfo.idrc.ca/archive/corpdocs/117887/p-100.pdf>>. Acesso em: jan. 2006.

CHAMBERS, Robert. Shortcut and participatory methods for gaining social information for projects. In: Cernea, Michel M. (ed). Putting people first: **Social variables in rural development**, 2ª ed. Oxford University Press, 1991. pp. 515-537.

CHIGNOLA, Sandro. Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze. **Instituto Humanitas Unisinos**. Ano 12, nº 214, vol. 12, 2014.

CINTRA, Jorge Pimentel. Reconstruindo o mapa das capitânicas hereditárias. **An. mus. paul.**[online]. 2013, vol.21, n.2, pp. 11-45. ISSN 0101-4714. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142013000200002>

CLAUDINO, Carlos Alberto. **O patrimônio público da paisagem litorânea de Santa Catarina**: estudo de caso Ganchos e as tendências turísticas. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina. 2003.

CLAUSEN R, Clark B. The Metabolic rift and marine ecology. An analysis of the ocean crisis within capitalist production. **Org. Env.** 18: 422-444, 2005.

CLÉMENT, Daniel. The historical foundations of ethnobiology. **Journal of Ethnobiology** 18 (2):161-187, 1988.

CLOSE, C.H. and Hall, G.B. (2006) A GIS Based protocol of the collection and use of local knowledge in fisheries management planning. **Journal of Environmental Management** 78: 341-352.

COIMBRA, José de A. A. (2000). Considerações sobre a Interdisciplinaridade. In: Philippi Jr. A., Tucci, C. E. M., Hogan, D. J. Navegantes, R. **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo, Signus Editora, P. 52- 70.

COLCHESTER, M. (1997). Guyana's fragile frontier: **loggers, miners and forest peoples**. London: Latin America Bureau, 1997. p. 102.
CORAGGIO, Jose Luis. (1987) **Territorio em transición**, Quito, Ciudad.

CORBIN, Alain. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 385p.

COSTA, Rogério da Haesbaert (2007). O mito da desterritorialização: **do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CUNHA, Idaulo José. Evolução econômico-industrial de Santa Catarina. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

CUSTÓDIO, Jonas Simas. Caminhos da produção familiar artesanal em governador Celso Ramos/SC: da pesca à maricultura. **(Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina. UFSC. 2006. Pp.155.**

D'INCAO, F.; REIS, E. G. (2002). Community-based management and technical advice in Patos Lagoon estuary (Brazil). **Ocean & Coastal Management**, v. 45, n. 8, p. 531-539.

DAMASCENO, J. M. B. (2004). Os desafios para a implantação do manejo comunitário do pirarucu. **Revista Jirau (Informativo ProVárzea/Ibama)**, v. 7, p. 3.

DE OSTOS, Natascha Stefania Carvalho. O Brasil e suas naturezas possíveis (1930-1945). **Revista de Índias**, volume 72, n.255, 2012.

DIAS, A. S. et.al.(2002). Manejo florestal diversificado en una comunidade ribereña de la Amazonía brasileña: consideraciones sociales y silviculturales. **Revista Florestal Centro americana**,n. 38, p. 78-84.

DIAS, T. C. A. C. (2003). Gestão participativa: **uma alternativa de ecodesenvolvimento para a Reserva Biológica do lago Piratuba/ Amapá**. Dissertação (Mestrado) – UnB. 144p. Brasília, DF.

DIAS-NETO, José. Políticas Públicas – A atividade pesqueira nos últimos 40 anos. Trabalho apresentado para avaliação de conhecimento na disciplina Políticas Públicas e Meio Ambiente do Mestrado em Desenvolvimento Sustentável – **UnB/CDS**. 1999. 13 p. Mimeo.

_____ ; DORNELLES, Lia Drummond. C., **Diagnóstico da Pesca Marítima do Brasil**.Brasília:IBAMA, 1996. Pp. 163.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**.São Paulo: Hucitec, p. 161.167, 1996.

_____. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ática (Ensaio 94), 1983: 287 pmar. 1984. p.287.

_____. **A sócio-anthropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil**.Etnográfica, Vol. III (2), 1999, pp. 361-375.

_____ ; MOREIRA, André de Casto c. (orgs). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. NUPAUB – USP. São Paulo. 2001.

_____. Ciências Sociais e o Mar no Brasil. In: **Coletânea do III Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil**. São Paulo, NUPAUB-USP, 1989.

_____. **A Pesca no Litoral Sul de São Paulo**. São Paulo. Dissertação (Mestrado), FFLCH/USP, 1973.

_____. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo, Ática. (Ensaio; 94), 1983.

_____. Populações Tradicionais em Unidades de Conservação: **o Mito. Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo, NUPAUB-USP, 1993.

_____. Ilhas e Mares: **simbolismo e imaginário**. 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998. v. 1. 272 p.

_____. Arruda R.S.V., Silva, V. C.F. da, Figols, F.A.B e Andrade, D. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: MMA, 2000.

_____. (org.) Ciências Sociais e o Mar no Brasil. In: **Coletânea do III Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil**. São Paulo, NUPAUB-USP. 14, 1989.

DIELE, K.; KOCH, V.; SAINT-PAUL, U. Population structure, catch composition and CPUE of the artisanally harvested mangrove crab *Ucides cordatus* (Ocypodidae) in the Caete estuary, North Brazil: indications for overfishing? **Aquatic Living Resources**, v. 18, n. 2, 2005. p. 169-178.

DIETZ et al (2003): The Struggle to Govern the Commons, **Science**, Vol. 302 no. 5652 pp. 1907-1912.

_____. *et al*. The drama of the commons. In: E. Ostrom et al. (Eds) **The drama of the commons**. Washington, D.C: National Academy Press, 2002.

DREW, Joshua A. (2005). Use of traditional ecological knowledge in marine conservation. **Conservation Biology** 19: 1286-1293.

ECKERT, Cornelia e ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. “Imagens do tempo nos meandros da memória: por uma etnografia da duração”. In: Koury, Mauro G P. (org.). Imagem e Memória: **Estudos em Antropologia Visual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

_____. As variações “paisageiras” na cidade e os jogos de memória. **Revista Iluinuras**. V.9, n. 20, 2008.

ELIAS, Nobert e SCOTSON, John, L. Os estabelecidos e os outsiders: **sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Editor, 2000.

ELLIS, Myriam. Escravos assalariados na antiga pesca da baleia. (Um capítulo esquecido da história do trabalho no Brasil colonial). **Anais do VI Simpósio Nacional dos professores universitários de história**. Trabalho Livre e Escravo. Volume I. São Paulo – Brasil, 1973.

_____. **A Baleia no Brasil Colonial**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

EPAGRI, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. Governo do Estado de Santa Catarina Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca. **Síntese Informativa da Maricultura 2013**. http://www.epagri.sc.gov.br/wp-content/uploads/2013/08/Sintese_informativa_da_maricultura_2013.pdf.

FAILLER, P. and P. Haoran (2007). Global value, full value and societal costs: **capturing the true cost of destroying marine ecosystems**. 46: 190-134.

FAUCHEUX, Sylvie e NÖEL, Jean-François. Economia dos recursos naturais e do meio ambiente. Instituto Piaget. Lisboa. 1995.

FEARNSIDE, P. M. (2003). Conservation policy in amazonia: understanding the dilemmas. World development. **Elsevier**, v. 31, n. 5, p. 757-779.

FECOPESCA, **projeto de financiamento**: Santa Catarina, 1962.. [S.L.]: [s.n.], [19-].

FEENY, David et al. (1990). The Tragedy of the Commons: Twenty-Two Years Later. **Human Ecology**, Vol. 18, No. 1.

_____. et al. A tragédia dos comuns 22 anos depois. In DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA, A.C. (org). Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001, p.32.

FEIO, Paulo A. (1998). Território e competitividade: **uma perspectiva geográfica do processo de internacionalização do sector cerâmico**. Colibri. Lisboa.

FERNANDES, Valdir (2010). Interdisciplinaridade: a possibilidade de reintegração social e recuperação da capacidade de reflexão na ciência. In: **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, PPGICH, UFSC, Florianópolis, v.7, n.2, p.65-80, jul/dez.

FERREIRA I. V.; PRATES, A. P. L.; KARAM, K. F.; COELHO, B. H. (2004). Mosaicos de unidades de conservação no Brasil: os casos de Santa Catarina, Rio de Janeiro e São Paulo-Paraná. In: **Congresso brasileiro de unidades de conservação**,4. Curitiba. Anais, CD-ROM.

FERREIRA, Leda Leal, DONATELLI, Sandra e REIS JR., Francisco Alves dos. Análise Coletiva do Trabalho de pescadores-mergulhadores de lagosta brasileiros. Ministério do Trabalho e Emprego. São Paulo. 2003.

FONSECA, Luís Adão da. O imaginário dos navegantes portugueses dos séculos 15 e 16. **Estudos Avançados**6(16), 1992.

FONSECA, R. A. A. (2003). Atividade pesqueira artesanal na Lagoa de Saquarema, RJ: **uma investigação junto aos pescadores como subsídio para um plano de gestão participativa**. Dissertação (Mestrado) – UFF. 121p. Niterói, RJ.

FORMAN, Shepard. The Raft Fishermen: **Tradition and Change in the Brazilian Peasant Economy**. EUA, Indiana University Press, 1970. FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: **Ditos & Escritos**, Vol. III, op. cit., p. 264-298.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade In: Machado, Roberto [Org. Trad.] **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 24ª Ed.

FREIRE, R. M. (2003). Sistemas locais de apropriação dos recursos e suas implicações para projetos de manejo comunitário: **um estudo de caso numa comunidade tradicional da Floresta Nacional do Tapajós - PA**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2003.

FUNDAÇÃO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Estatística da Pesca de 1989. Brasil – Grandes Regiões – Unidades da Federação. **Estat. Pesca**. Rio de Janeiro. V. 10. N. 1. P 1-70. Jan/jun 1989.

GALVÃO, L.G. 1971. A pesca no Estado de Santa Catarina. Florianópolis, **ACARPESC**. 116 pp.

GARCIA, T. R. Impactos da implantação de uma cooperativa de produção de ostras junto a comunidades extrativistas caíçaras do litoral Sul/SP: **um estudo de caso. Pirassununga**, 2005. 103 p. Tese (Mestrado em Zootecnia) – Universidade de São Paulo – USP.

GEERTZ, Clifford (1978). **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar.

GEISTDOERFER, Aliette. “Recherches et Documentations”. In: *Anthropologie Maritime*. Paris; 1988.

GERHARDINGER, L. C. et al. Conhecimento ecológico local e biodiversidade marinha no planejamento de áreas marinhas protegidas: uma análise crítica. In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação – CBUC, 4, 2004. **Anais...** Curitiba: MMA, 2004. p. 500-509.

GERMANN, Carmen Lúcia H. (2005). **O Canto dos Ganchos, Ganchos do Meio e Ganchos de Fora narram o roubo da noiva**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. UFSC.

GLASER, M.; KRAUSE, G. User-based mangrove comanagement in Brazil. In: *Conservation and Sustainable Use of Agricultural Biodiversity: A Sourcebook*. CIP-UPWARD, p.559-363, 2003. Disponível em: <[http://www.esiap.cipotato.org/upward/Publications/Agrobiodiversity/pages%20559%20563%20\(Paper%2067\).pdf](http://www.esiap.cipotato.org/upward/Publications/Agrobiodiversity/pages%20559%20563%20(Paper%2067).pdf)>. Acesso em: jan. 2012.

_____.; OLIVEIRA, R. D. Prospects for the co-management of mangrove ecosystems on the North Brazilian coast: Whose rights, whose duties and whose priorities? **Natural Resources Forum**, v. 28, n. 3, p. 224-233, 2004.

GOMES-FILHO, A. et al. Caracterização socioeconômica da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, AC. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – CBUC, 4, 2004. **Anais...** Curitiba: MMA, 2004. p. 491-499.

GOULARTI FILHO, Alcides. Formação econômica de Santa Catarina. Florianópolis: **Cidade Futura**, 2002.

GUTBERLET, Jutta.; SEIXAS, Cristiana. S.; THÉ, Ana Paula Glinfko. Challenges in managing fisheries in the São Francisco watershed of Brazil. In: Biennial Conference International Association for the Study of Common Property- IASCP, 10, 2004. **Proceedings...** Oaxaca: Centro Cultural Santo Domingo, 2004.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização. **Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2ª edição. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Editora Centauro: São Paulo, 2011.

HALME, K.J.,e Bodmer, R.E. 2007. Correspondence between scientific and traditional ecological knowledge: **rain forest classification by the non-indigenous ribereños in Peruvian Amazonia**. *Biodiversity and Conservation* 16: 1785-1801.

HANZAKI, Natalia; HERBST, Dannieli Firme; SIMIONATO, Mel Marques; VANDEBROEK, Ina. Evidence of the shifting baselines syndrome in ethnobotanical research. *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine* 2013, **9**:75 The electronic version of this.

HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. **Science**, v. 162, p. 1243-1288, 1968.

HARTMANN, W. D.; CAMPELO, C. M. F. Ambivalent Enforcers. Rules and Conflicts in the Co-Management of Brazilian Reservoir Fisheries. Crossing Boundaries. In: COMMON PROPERTY CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR THE STUDY OF COMMON PROPERTY – IASCP, 7, 1998. **Proceedings.**

HAY, I. **Qualitative Research Methods in Human Geography.** 2nd Edition, Oxford, UK: Oxford University Press, 2005.

HEIDEGGER, Martin. Ser e Tempo. **Coleção Pensamento Humano.** Editora Vozes. 5^o edição. 2006. p. 93.

HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar, pensar. [*Bauen, Wohnen, Denken*] (1951) Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback conferência pronunciada por ocasião da "Segunda Reunião de Darmstadt", publicada em **Vortäge und Aufsätze**, G. Neske, Pfullingen, 1954, p.8.

HERÁCLITO. **Fragmentos:** origem do pensamento. Trad. Emmanuel Carneiro Leão. Coleção Diafragma. Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro, 1980, p. 91.

HERLFRICH, Silke. Genes, Bytes e emisiones: **bienes comunes e ciudadanía.** Fundación Heinrich Böll. México. 2008.

HESS, Charlotte; OSTROM, Elinor (2007): **Understanding Knowledge as a Commons, From Theory to Practice,** The MIT Press, Cambridge, Massachusetts Institute of Technology, London, England.

HILBORN, Ray. (2007). Managing fisheries is managing people: what has been learned? **Fish and Fisheries.** Vol. 8.Issue 4.pp285- 296.

HOLZER, Werther. O lugar na geografia humanista. **Território,** Rio de Janeiro, n.7, p.7-78, jul./dez. 1999, p. 49.

HOMEM, Ivana Dolejal e Dellagnelo, Eloise Helena Livramento. Novas Formas Organizacionais e os desafios para os expatriados. **RAE-eletrônica**, v. 5, n. 1, Art. 8, jan./jun. 2006. Acesso em 23 de março de 2015.

IARA (Instituto Amazônico de Manejo Sustentável dos Recursos Ambientais). **Towards Fisheries Co-management in the São Francisco River Valley**. Projeto International Development Research Centre. (IDRC). 2005. Disponível em: <http://www.idrc.ca/pt/ev-69633-201_101598-1-IDRC_ADM_INFO.html>. Acesso em: jan 2012.

INGOLD, Tim. (2000). **The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. Londres e Nova Yorque; Routledge.

ISAAC, V. J.; CERDEIRA, R. G. P. Avaliação e monitoramento de impactos dos acordos de pesca na região do Médio Amazonas. **Ibama/PróVárzea, Documentos Técnicos**, v. 3, 64 p., 2004.

ITO, M. et al. Fortalecimento do protagonismo e participação de grupos comunitários e organizações locais na conservação do remanescente de mata atlântica na RPPN Mata do Sossego e seu entorno, Simonésia, Minas Gerais, Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – CBUC, 4, 2004. **Anais**.

JACKSON, Jeremy et al. Historical overfishing and the recent collapse of coastal ecosystems. **Science** 293, 629-638, 2001.

JESUS, Giselli V. (2008). A importância dos açorianos em Santo Antônio de Lisboa e Sambaqui: **marcando um processo de urbanização**. Comunicação. Colóquio de 260 anos de herança açoriana. Núcleo de Estudos Açorianos. UFSC.

JOLLIVET, Marcel. Le developpement local, mode ou movement social? Paris: **société française d'économie rurale**, 1984.

KALIKOSKI, Daniela Coswig; SATTERFIELD, Theresa. On crafting a fisheries co-management arrangement in the Estuary of Patos Lagoon (Brazil): opportunities and challenges faced through implementation. **Marine Policy**, v. 28, p. 503-522, 2004.

KALIKOSKI, Daniela. C.; ALMUDI, Tiago; QUEVEDO, P. 2008. Building adaptive capacity to weather variability: the case of artisanal fisheries in two Southern Brazilian lagoons. Governing shared resources: connecting local experience to global challenges. In: KALIKOSKI, D. C. **The Forum of the Patos Lagoon: an analysis o co-management arrangement for conservation of coastal resources in Southern Brazil.** Vancouver, 2002. 257 p. Tese (Doutorado em Gestão Ambiental e de Recursos Naturais) – University British Columbia – UBC.

_____.; VASCONCELLOS, Marcelo. (2007) The role of fishers' knowledge in the comanagement of small-scale fisheries in the estuary of Patos Lagoon, Southern Brazil. In: HAGGAN, N.; NEIS, B; BAIRD, I. G. (Eds). **Fishers' Knowledge in Fisheries Science and Management.** UNESCO Publishing, Paris. p. 289–312.

_____.; SEIXAS, Cristina. S.; ALMUDI, Tiago. Gestão compartilhada e gestão comunitária da pesca no Brasil. Avanços e desafios. **Ambiente e Sociedade.** Campinas n. 1 V. XII. P. 151-172. Jan-Jun. 2009.

_____.; VASCONCELLOS, Marcelo; LAVKULICH, Les. Fitting institutions and ecosystems: the case of artisanal fisheries management in the Patos lagoon. **Marine Policy**, v. 26, n. 3, p. 179-196, 2002.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito.** Tradução João Baptista machado. 6. Edição. 3. Tiragem. Ed. Matins Fontes. São Paulo. 1999.

KOTTAK, Conrad Phillip. **The Structure of Equality in Brazilian Fishing Community.** Columbia, Univ. Press, 1966.

LAGO, Paulo Fernando de Araújo. Contribuição geográfica ao estudo da pesca no litoral de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Geografia.** Ano XXIII. Janeiro-Março de 1961. Nº 1.

LANSING, J. S. **Priests and Programmers: technologies of power in the engineered landscape of Bali.** Princeton: Princeton University Press, 1991.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. Introduction: understanding public policy through its instruments – from the nature of instruments to the sociology of public policy instrumentation. p. 8. **Governance**, n. 20, 2007.

LIMA, J. H. M.; NETO, J. D. O ordenamento da pesca marítima no Brasil. **Boletim Técnico-Científico CEPENE**, v. 10, n. 1, 2002.

LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: **Por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia. Departamento de Antropologia Universidade de Brasília. DF. 2002.

LOPES, Jecson Girão. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 16, n.2 p. 23 - 30, maio/ago. 2012.

LOPES, João Marcos de Almeida; RIZEK, Cibele Saliba. O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica. In: Adauto Lucio Cardoso; Alex Kenia Abiko. (Org.). Procedimentos de gestão habitacional para população de baixa renda (**Coletânea Habitare; v.5**). 1ed. Porto Alegre: ANTAC, 2006, v. 1, p. 52-83.

_____. Por Partes: o novo fundamentalismo participacionista nos programas de moradia para os pobres. 2010. **Simpósio Ibero Americano** “Cidades e Cultura: novas espacialidades e territorialidades urbanas. UFMG

LORENZEN, K.; ALMEIDA, O. T.; AZEVEDO, C. Bio- economic analysis of fisheries management policies for the lower Amazon. **Ocean and Shoreline Management (Submetido)**, 28 p., 2005.

LOURENÇO, Fernando Antonio. **Agricultura ilustrada: liberalismo e escravidão nas origens da questão agrária brasileira**. Campinas: Unicamp, 2001, p. 31.

LUDICELLO, S., M. Weber and R. Wieland (Eds.) (1999). **Fish, Markets and Fishermen. The Economics of Overfishing**. Earthscan Publications Ltd. 192pp.

MACEDO, D. S. Manejo florestal comunitário: **III oficina de manejo florestal comunitário**. Manaus: Ibama, 2000. 46 p.

MACHADO, Roberto (org). **Microfísica do Poder**. 24ª edição. Editora Graal. São Paulo, 2007.

MAIA, Natassha Moresco. **Pescadores artesanais na Costeira da Armação. (Governador Celso Ramos-SC). Passado e Presente**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Ciência Sociais, ênfase em Gestão Pública. Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí, 2011.

MALDONADO, Simone C. Mestre e mares. **Espaço e indivisões na pesca marítima**. 2ª Edição. Ed. Annablume: São Paulo. 1994.

MATEUS, L. A. F.; CATELLA, A. C.; PENHA, J. M. F. Considerações sobre o manejo da pesca no estado de MT. **Embrapa Pantanal: ADM – Artigo de Divulgação na Mídia**, 1-3. 2002.

MATOS, Ralfo Edmundo da Silva. Território, ambiente e gestão. In: Hissa, Cássio Eduardo Viana (org.). **Saberes Ambientais. Desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte. Editora UFMG. 2008. Pp. 141-157.

McCAY, Bonnie J. and FINLAYSON, Alan Christopher. The Political Ecology of Crisis and Institutional Change: The Case of the Northern Cod. **Paper presented to the Annual Meetings of the American Anthropological Association**, Washington, D.C., 15-19 Nov. 1995. Typescript.

McGOODWIN, James R. (1990). **Crisis in the world's fisheries. People, problems and policies**. Stanford, California: Stanford University Press, 235p.

MCGRATH, David. G. CASTRO, F.; CÂMARA, E.; FUTEMMA, C. Manejo comunitário de lagos de várzea e o desenvolvimento sustentável da pesca na Amazônia. **Paper do NAEA, 58, 1996. 138 Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, p. 119-139, jul./dez. 2009. Editora UFPR.

_____. et.al. Working towards community-based ecosystem management of the Lower Amazon flood plain. **PLEC News and Views**, n. 6, p. 3-23, 2005.

_____; CARDODO, A; SÁ E. P. Community Fisheries and Co-Management on the Lower Amazon Floodplain of Brazil. IN: **International Symposium on the management of large riovvers for fisheries, 2, 2004**, Proceesings. Volume II. WELCOMME, R.; PETR, T. (Eds)., FAO Regional Office for Asia and the Pacific. Bangkok, Thailand, RAP, Publication, 17, 2004.

MCNEILL, John Robert. **Observations on the Nature and culture of environmental history**. History and Teory, v., p. 5-43. Dec. 2003.

MEDEIROS, Rodrigo Pereira. **Possibilidades e obstáculos à co-gestão adaptativa de sistemas pesqueiros artesanais: estudo de caso na área de Baía de Tijucas litoral centro-norte do Estado de Santa Catarina no período de 2004 a 2008**. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Sociologia Política. Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

MESQUITA, Z. Cotidiano ou quotidiano? In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. (Org.). **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995. p. 22-26.

MELLO, Marcos Bernardes. **Teoria do Fato Jurídico Plano da Existência**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MENEGHELLI, Ruggero (1992) **Analisi critica Del concetto di validità giuridica**, Cedam.Padova. Pp. 112.

_____. **Il Problema dell'effettività nella teoria dela validità giuridica**. Padova. Cedam; Ristampa anastatica dell'edizione 1964 edizione, 1975.

MERRY, F. et al. Overcoming marginalization in the Brazilian Amazon through community association: **case studies of forests and fisheries**. Edinburgh, UK: International Institute for Environment and Development, 2004. 78 p.

MESQUITA, Zilá. Cotidiano ou quotidiano? In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. (Org.). **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995. p. 22-26.

MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). **Pesquisa Social, Teoria, Método e Criatividade**. Coleção Temas Sociais. 26ª Edição. Ed. Vozes: RJ, 2007.

MIRANDA, Pontes de (1999). **Tratado de Direito Privado**. Atualizada por Wilson Rodrigues Alves. Vol. 1 Ed. atualizada. Bookseller. Campinas – SP.

MONTEIRO, S. M. M.; CALDASSO, L. **Análise institucional da pesca artesanal no município de Rio Grande/RS**. Centro de Estudos em Economia e Meio Ambiente (CEEMA) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, 2004.

MONTENEGRO, S. C. S. A conexão homem/camarão (*Macrobrachium carinose M. acanthurus*) no Baixo São Francisco alagoano: **uma abordagem etnoecológica**. Tese (Doutorado) - UFSCar. 209p. São Carlos, SP, 2002.

MORAES, Antônio Carlos R. Território. **Orientação**. São Paulo. Instituto de Geografia. USP, n. 5, 1984.

MORETTI, Juliana Azevedo. Reformulação da teoria do uso comum (*commons*) para a terra urbana como perspectiva de ampliação do acesso à terra. II Seminário Nacional sobre áreas de preservação permanente em meio urbano: abordagens, conflitos e perspectivas nas cidades brasileiras. Natal. **Anais**. Rio Grande do Norte. 2012.

MORIN, Edgar. **A cabeça feita**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand. 2000.

MOURÃO, Fernando. **Pescadores do Litoral Sul do Estado de São Paulo**. São Paulo. (Tese de doutorado), USP, 1971.

_____. A Pesca no Litoral Sul do Estado de São Paulo: **O Pescador Lagunar de Iguape-Cananéia**. São Paulo. Mestrado (Dissertação), USP, 1967.

_____. Os pescadores do Litoral Sul de São Paulo. **Um Estudo de sociologia Diferencial**. Editora HUCITEC. São Paulo, 2003. 264 p.

_____. A Pesca no Litoral Sul do Estado de São Paulo: **O Pescador Lagunar de Iguape-Cananéia**. São Paulo. Mestrado (Dissertação), USP, 1967.

MUÑOZ, Juan Manuel B. **Ordenación, planificación y gestión de espacio litoral**.1. Edição. Ed. Oikos-Tau: Barcelona. 1994.

_____. The Brazilian National Plan for Coastal Management (PNGC). **Coastal Management**, v. 29, n. 3, p. 137-156, 2001.

MUSSOLINI, Gioconda. O Cerco da Tainha na Ilha de São Sebastião. In: **Revista de Sociologia**, 7(3), 1945.

NDM/UFSC. Partial Project Report. Avaliação local participativa de ecossistemas litorâneos no sul do Brasil: **Projeto piloto de criação de uma Agenda 21 Local na área da Lagoa de Ibiraquera, municípios de Imbituba e Garopaba, Estado de Santa Catarina**, 2004.

NETTING, R.M. Balancing on an Alp: ecological change and continuity in a swiss mountain community. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

NETO, M. A. **Relatório da VI oficina de manejo florestal comunitário**. Alter do Chão: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2002. 24 p.

NETO, Paulo Alexandre (Coord). Território e desenvolvimento económico. Instituto Piaget. Lisboa. 2006.

O'RIORDAN, T. Deliberative democracy and participatory biodiversity. In: O'RIORDAN, T.; STOILL, S. Biodiversity, human livelihoods and sustainability: **protecting beyond the protected**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 87-112.

OKSALA, Johanna. **Como ler Foucault**. Editora Zahar. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira; SALOMON, Marlon. **A decadência de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2010. 107 p.

OLIVEIRA, R. S. Reserva extrativista marinha: **um processo em discussão (comunidade de Porto do Campo-Augusto, Corrêa-Pará)**. Dissertação (Mestrado) - UFPA. 89p. Belémdo Pará, PA, 2003.

OLIVEIRA, Rogerio R. Environmental History, Tradicional Populations and Paleo-territories in the Brazilian Atlantic Coastal Forest. **Global Environment**, v. 1, p. 176-191, 2008.

OLIVEIRA, Vânia Aparecida R. de; Cançado, Airton Cardoso; Pereira, José Roberto. Gestão social e esfera pública: aproximações teórico-conceituais. Cad. EBAPE.BR [online], v.8, n.4, p. 613-626, 2010, p.622. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v8n4/04.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2015.

OLIVEIRA, V. G. Educação ambiental e manejo de recursos naturais em área de proteção ambiental: **o caso dos extratores de samambaias da Ilha Comprida – São Paulo. Piracicaba**, 2003. 104 p. Tese (Mestrado em Recursos Florestais) – Universidade de São Paulo – USP.

OLLAIK, Leila Giandoni e MEDEIROS, Janann Joslin. Instrumentos governamentais: reflexões para uma agenda de pesquisas sobre implementação de políticas públicas no Brasil. **Rev. Adm. Pública** [online]. 2011, vol.45, n.6, pp. 1943-1967. ISSN 0034-7612. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122011000600015>.

OSTROM E. Governing the commons. **The evolution of institutions for collective action**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1990.

_____. The Performance of Self-Governing Irrigation Systems in Nepal. (with Wai Fung Lam and Myungsuk Lee). **Human Systems Management** 13(3) (1994): 197–207.

_____. Self-Organization and Social Capital. **Industrial and Corporate Change** 4(1) 1995: 131–59.

_____ et. al. Revisiting the Commons: Local Lessons, Global Challenges, **Science**, Vol. 284. no. 5412, 1999. pp. 278 – 282.

_____. et. al. (Ed.). **The Drama of the Commons**. Washington: National Academy Press, 2002. p. 534.

_____ Design principles and threats to sustainable organizations that manage commons. Center for the Study of Institutions, Population, and Environmental Change, **Workshop in Political Theory and Policy Analysis**, Indiana University. 1999.

_____ Policy Analysis in the Future of Good Societies. **The Good Society**, Volume 11, Number 1, 2002, pp. 42-48.

_____ **Understanding Institutional Diversity**, Princeton University Press, Princeton, New Jersey. 2005.

_____ Walker, James; Gardner, Roy. Covenants With and Without a Sword: **Self-Governance is Possible**. *The American Political Science Review*, Vol. 86, No. 2. (Jun., 1992), pp. 404-417.

PADUA, Jose Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. 318p.

PAIVA, M. P., **Recursos Pesqueiros Marinho do Brasil**. Fortaleza: UFC Edições, 1997.

PAULY, Daniel. Anecdotes and the shifting baseline syndrome in fisheries. **Trends Ecol**. Vol. 10, 420. 1995.

PAEGLE, Eduardo Guilherme de Moura. Entre a Cruz e a Espada: os aspectos biográficos da vida de Paulo Stuart Wright. *Protestantismo em Revista* São Leopoldo, RS, v. 26, set-dez, 2011.

PEDROSO-JÚNIOR, N. N.; SATO, M. Ethnoecology and conservation in protected natural areas: incorporating local knowledge in Superagui National Park management. **Brazilian Journal of Biology**, v. 65, n. 1, p. 117-127, 2005.

PEREIRA, C. Proambiente: programa de desenvolvimento sustentável da produção familiar da Amazônia. **Slideshow**. World Bank, Debates Ambientais, Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/rfpp/news/debates/debates.htm>>. Acesso em: fev. 2012.

PEREIRA, H. Modelos de co-gestão implicam mudanças e adaptações. **Revista Jirau**(Informativo ProVárzea/Ibama), n. 8, p. 17, 2004a.

PEREIRA, H. S. Iniciativa de co-gestão dos recursos naturais da várzea. **Ibama/ProVárzea, Documentos Técnicos**, 2, 132 p., 2004b.

PEREIRA, Polyana Faria eSCARDUA, Fernando Paiva. Espaços territoriais especialmente protegidos: conceito e implicações jurídicas. **Ambiente & Sociedade**. Campinas v. XI n. 1. p. 81-97 . jan. - jun. 2008.

PIAZZA, Walter Fernando. **A epopeia açorico-madeirense (1747-1756)**. Florianópolis: Ed. da UFSC: Ed. Lunardelli, 1992. 488p.

PINKERTON, Evelyn. (Ed.). Co-operative management of local fisheries: **new directions for improved management and community development**. Vancouver: University of British Columbia Press, 1989. p. 299.

_____. Toward Specificity in Complexity: Understanding Co-Management from a Social Science Perspective. In: Wilson, D.G., Raakjaer Nielsen, J., Degnbol, P. (Eds.). *The Fisheries Co-management Experience: Accomplishments, Challenges and Prospects*. Kluwer, Dordrecht. 61-76 pp, 2003.

PINTO DA SILVA, P. S. V. (Coord.) **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira.** Manaus: Ibama/ProVárzea, 272 p., 2004.

_____. **Common property to co-management: social change and participation in Brazilians first maritime extractive reserve.** Ph.D. Thesis - London School of Economics. 339 p. London, 2002.

_____. From common property to co-management: lessons from Brazil's first maritime extractive reserve. **Marine Policy**, v. 28, n. 5, p. 419-428, 2004.

_____. Participatory management of fisheries in the Brazilian Amazon. In: International Symposium on the management of large rivers for fisheries, sustaining livelihoods and biodiversity in the new millennium, 2. Phnom Penh, Kingdom of Cambodia. **Book of Abstracts.** Phnom Penh, Mekong River Commission. 2003a. Disponível em: <<http://www.lars2.org/>>. Acesso em: jan. 2006

_____. Provárzea - a natural resource management project for the Amazon floodplains. INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON THE MANAGEMENT OF LARGE RIVERS, 2. Phnom Penh, Mekong River Commission, 2003b. **Book of Abstracts.** Disponível em: <<http://www.lars2.org/>>. Acesso em: fev.. 2012.

PINTO, Daniel Mendes. **O Uso de Recursos de Propriedade Comum em Áreas de Propriedade Estatal por Populações Tradicionais e Assentados da Reforma Agrária.** (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília (PPGA/UnB). Brasília. 2014.

PINTO, Gisseli Cristina. **Biopolítica, saúde e governamentalidade: uma problematização da estratégia saúde da família a partir de breve genealogia das políticas de saúde pública no Brasil.** (Dissertação de Mestrado). Curso de Pós-graduação em psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2010. Pp. 153.

PINTO, J.; MOREIRA, T. Manejo comunitário de camarões. **Ibama/ProVárzea, Cartilha**, 28 p., 2005.

PIVA, Melquíades Pinto. **Recursos Pesqueiros Marinho do Brasil.** Fortaleza: UFC Edições, 1997.

PLUMMER, R. The adaptive co-management process: an initial synthesis of representative models and influential variables. **Ecology and Society** 14(2): 24. 2009. [online] URL: <http://www.ecologyandsociety.org/vol14/iss2/art24>.

POMEROY, Robert S; BERKES, Fikret. Two to tango: the role of government in fisheries co-management. **Marine Policy**, v. 21, p. 465-480, 1997.

_____; Rivera-Guieb, Rebecca. Fishery Co-management: A **Practical Handbook**. Ottawa: IDRC. 2006.

PORTELA, Rafael Davis. **Pescadores na Bahia do século XIX**. 127 f. il. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

PROVÁRZEA/IBAMA. Manejo de Pesca se consolida pela ação comunitária. **Revista Jirau** (Informativo ProVárzea/ Ibama), v. 6, p. 13-14, 2004.

QUEIROZ, H. L. A reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 183-203, 2005.

RABINOW, Paul e DREYFUS. **Michel Foucault. Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução: Vera Porto Carrero. 1º edição. Editora Forense universitária. Rio de Janeiro, 1995.

RAFFESTEIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. Ed. Ática. São Paulo, 1993.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Estado, pescadores e desenvolvimento nacional da reserva naval à aquícola. **Ruris**. volume 8, número 1. Março 2014

_____. Ah, esse povo do mar! **Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana**. Ceres – Centro de Estudos Rurais IFCH – UNICAMP. Ed. Polis: São Paulo, 2006.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 24. ed. São Paulo:Saraiva. 1999. Pp.109-110.

REBELO, G. H. **Quelônios, jacarés e ribeirinhos no Parque Nacional do Jaú (AM)**. Tese (Doutorado) - UNICAMP. 156p.Campinas, SP, 2002.

REIS, E. G.; D'INCAO, F. The present status of artisanal fisheries of extreme Southern Brazil: an effort towards community-based management. **Ocean and Coastal Management**,v. 43, n. 7, p. 585-595, 2000.

RIAL, Carmen Silvia de Moraes.Contatos fotográficos. Manezinho, de ofensa a troféu. **Antropologia em Primeira Mão**. Santa Catarina, n.48, p.1-21. 2001. Disponível: <http://www.cfh.ufsc.br/~antropos/48.%20Contatos%20Fotograficos%20e%20manezinho.pdf>. Acesso em 12 de outubro de 2011.

_____. Roubar a alma: ou as dificuldades da restituição. **Tessituras**, Pelotas, v. 2, n. 2, p. 201-212, jul./dez. 2014.

RICKLEFS, Robert. **A Economia da Natureza**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1996. 470p.

RODRIGUES, Ana Maria T. et al. A exploração do caranguejo *Ucidescordatus* (Decapoda: Ocypodidae) e o processo de gestão participativa para normatização da atividade na região sudeste-sul do Brasil. **Boletim do Instituto de Pesca**, v. 26, n. 1, p. 63-78, 2000.

_____. et al. É correto pensar a sustentabilidade em nível local? Uma análise metodológica de um estudo de caso em uma área de proteção ambiental no litoral sul do Brasil. **Ambiente e Sociedade**, v. 5, n. 2, p. 109-127, 2003.

RUFFINO, Mauro Luís. Strategies for Managing Biodiversity in Amazonian Fisheries. In: Blue millennium: **managing global fisheries for biodiversity**. Canadá, 2001.p. 24.

SACK, Robert. D. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University, 1986.

SALOMON, Marlon. O saber do espaço. **Ensaio sobre a geografização do espaço em Santa Catarina no século XIX.** (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Sc. 2002. 209 p.

SANFELICE, Cátia Franciele. As políticas públicas voltadas ao setor pesqueiro no Brasil: a atuação da Itaipu frente a diminuição da pesca e as formas de resistência dos pescadores profissionais de Guairá/PR. **Anais do 5º Seminário Nacional Estado e Políticas Públicas.** Unioeste. Cascavel. 2011.

SANTANA, Vladimir F. de e FONTES FILHO, Joaquim Rubens. Elementos de Gestão Local: a Perspectiva de Elinor Ostrom Aplicada ao Parque Estadual da Ilha do Cardoso. **ENAPG – Encontro Nacional de Administração Pública e Governança. Vitória/ES – 28 a 30 de novembro de 2010.**

SANTOS, Edirlei Machado dos. Gestão participativa: **estratégia de consolidação do sistema único de saúde.** Semina: Ciências Biológicas e da Saúde, Londrina, v. 30, n. 2, p. 107-112, jul./dez. 2009.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo. Hucitec.1998.

_____. A natureza do espaço. **Técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo. FDUSP, 2009.

_____; SOUZA, Maria Adelia de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação.** 3. ed. São Paulo: HUCITEC: ANPUR, 1996. 332p.

SARTRE, Jean-Paul. **O imaginário.** Tradução Duda Machado. Série Temas. Filosofia e psicologia. Vo. 46. Editora Ática. São Paulo, 1996
SAUER, Carl (1998). A morfologia da paisagem. In: Corrêa, Roberto Lobato; Rosendahl, Zeny (Eds) **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro: UERJ. Pp. 12-74.

SEIXAS, Cristiana.S.; BERKES, Fikret. (2003) Dynamics of social-ecological changes in a Lagoon fishery in Southern Brazil. In: BERKES, F.; COLDING, J.; FOLKE, C. Navigating Social-Ecological Systems: **Building Resilience for Complexity and Change**. Cambridge: Cambridge University Press. p. 271-298

_____. Barriers to local-level, participatory ecosystem assessment and management in Brazil. In: REID, W. et al. Bridging scales and knowledge systems: concepts and applications in ecosystem assessments. Washington: Island Press, 2006. p. 255-274. 169 Gestão compartilhada e comunitária da pesca no Brasil: avanços e desafios. **Ambiente & Sociedade**. Campinas v. XII, n. 1 p. 151-172. jan.-jun. 2009.

_____. TROUTT, E. Socio-economic and ecological feedbacks in lagoon fisheries: management principles for a co-evolutionary setting. **Interciencia**, v. 29, p. 362-368, 2004.

_____. State-property, communal-property or open-access? The case of Ibiraquera Lagoon, Brazil. In: Conference of the International Association for the Studies of Common Property – IASCP, 2000. **Proceedings...** Bloomington: University of Manitoba, 2000.

_____. TROUTT, Elizabeth. Socio-economic and ecological feedbacks in lagoon fisheries: management principles for a co-evolutionary setting. **Interciencia**, v. 29, p. 362-368, 2004.

_____. Abordagens e técnicas de pesquisa participativa em gestão de recursos naturais. In: VIEIRA, Paulo Henrique freire; BERKES, Fikret. SEIXAS, Cristiana Simões. (Orgs.) **Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais. Conceitos, métodos e experiências**; Florianópolis: Secco/APED, 2005.

_____. KALIKOSKI, Daniela Coswig. A Gestão Participativa da pesca no Brasil: propostas, projetos e documentação dos processos. **Revista Meio Ambiente e Desenvolvimento**, v. 20, pp. 119-139, 2009.

SENGUPTA, N. Managing Common Property: **irrigation in India and the Philippines**. New Delhi: Sage, 1991.

SERRANO, Célia Maria de Toledo. **A invenção do Itatiaia**. Universidade Estadual de Campinas- Dissertação de mestrado, Campinas: 1993.

SILVA JÚNIOR, U. L. Gestão participativa fortalece monitoramento e controle. **Revista Jirau (Informativo ProVárzea/ Ibama)**, n. 7, p. 14-15, 2004.

SILVA, Celia Maria e. **Ganchos/SC: ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira**. Florianópolis: Ed. da UFSC: Ed. da UFSC, 1992. 197p.

SILVA, Gláucia Oliveira. Tudo que tem na terra tem no mar. A classificação dos seres vivos entre os trabalhadores da pesca em Piratininga – RJ. In: **A imagem das águas**. Diegues, Antônio Carlos (org:). Editora Hucitec. São Paulo. 2000.

SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

_____. **Curso de direito constitucional positivo**. 24º ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

SILVA, Luiz Geraldo. **A faina, a festa e o rito**. Uma etnografia histórica sobre as gentes do mar. (sécs. XVII ao XIX). (Coleção Textos do Tempo). Papirus: Campinas. São Paulo, 2001.

_____. da. Caiçaras e jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil. CEMAR. Centro de Culturas Marítimas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993, p. 87.

SILVA, M. R. Povos de terra e água: **a comunidade pesqueira Cantos do Mangue, Canguaretama (RN) – Brasil**. Piracicaba, 2004. 126 p. Tese (Mestrado em Ecologia de Agroecossistemas) – Universidade de São Paulo – USP, 2004.

SILVA, P. P. From common property to co-management: lessons from Brazil's first maritime extractive reserve. **Marine Policy**, v. 28, n. 5, p. 419-428, 2004.

SILVA, Vera Lúcia e LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima de Andrade. A regulação jurídica da pesca artesanal no Brasil e o problema do reconhecimento do trabalho profissional das pescadoras. 17º Seminário Nacional da Rede feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a mulher e relações de gênero – REDOR. 14 a 17 de novembro de 2012. João Pessoa. Paraíba.

SILVA-FORSBERG, M. C. Manejo da pesca dos grandes bagres migradores: desafios e possibilidades. **Revista Jirau (Informativo ProVárzea/Ibama)**, n. 5, p. 4-5, 2004.

SILVANO, Renato A. M.; Begossi, Alpina. Fishermen's local ecological knowledge on Southeastern Brazilian coastal fishes: contributions to research, conservation, and management. **Neotrop. ichthyol.** Porto Alegre, v. 10, n. 1, 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167962252012000100013&lng=en&nrm=iso>. Access on 09 Aug. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S1679-62252012000100013>.

SILVEIRA, Caio Márcio. Trabalho e renda: ações institucionais de fomento no Brasil. Rio de Janeiro: FASE/GTZ/NAPP/SACTES, 1995.

SILVEIRA, Cibele Dias da. Terra e mar: **um estudo sobre as políticas e a atividade de pesca artesanal em Sesimbra sob uma perspectiva social**. Dissertação de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa. Portugal. 2009. 135 p.

SIMÃO, Miguel João. **Ganchos. Pesca, Maricultura e Turismo**. Ed. Nova Letra. Governador Celso Ramos, 2012.

SIMMEL, Georg. A Filosofia da Paisagem. Tradução Arthur Morão. LusoSofia: Press. Universidade da Beira Interior. Covilhã, 2009. P.5

SIMONIAN, L. T. L.; GLASER, M. Extractive reserves and the question of sustainability: recent experiences in north of Brazil. In: **German-Brazilian Workshop On Neotropical Ecosystems – Achievements And Prospects Of Cooperative Research**, Hamburg, 2000.

SOLÁRZANO, Alexandro; RIBEIRO DE OLIVEIRA, Rogério; RODRIGUES GUEDES-BRUNI, Rejan. Geografia, história e ecologia: criando pontes para a interpretação da paisagem. **Ambiente e sociedade**. Campinas. V. 12. P. 49-66, 2009.

SOUTO, Henrique. **A pesca artesanal em Portugal no novo contexto comunitário o caso Peniche**. Instituto Nacional de Investigação Científica Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional Universidade Nova de Lisboa: Lisboa, 1991.

SOUZA, M. R. **Etnoconhecimento caiçara e uso de recursos pesqueiros por pescadores artesanais e esportivos no Vale do Ribeira**. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Agricultura Luiz Queiroz. 102p. Piracicaba, 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, Iná Elias; Gomes, Paulo Cesar; Corrêa, Roberto Lobato (Eds). Geografia: **Conceitos e temas**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. **Mudar a Cidade**. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. 7ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SOUZA, Sara Regina S. (1981). **A Presença Portuguesa na Arquitetura da Ilha de Santa Catarina - Século XVIII e XIX**. Florianópolis: FCC Edições e Fundação Catarinense de Cultura.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. Revista políticas públicas, 2002 - AATR-BA.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. (Re)visitando o Conceito de Gestão Social. **Desenvolvimento Em Questão**. Editora Unijuí. Ano 3. Nº 5. jan./jun. 2005. P.

THÉ, Ana. Paula. G. **Conhecimento ecológico, regras de uso e manejo local dos recursos naturais na pesca do alto-médio São Francisco, MG**. Tese (Doutorado) – UFSCar. 185 p. São Carlos, SP, 2003.

TOLEDO José Júlio de. et. Al. Avaliação do impacto ambiental causado por efluentes de viveiros da estação de piscicultura de alta floresta – Mato Grosso. **Revista do Programa de Ciências Agro-Ambientais**, 2003. Alta Floresta, v.2, n.1, p.13-31.

TONI, F. Movimentos Sociais, Governança Ambiental e Desenvolvimento Rural no Brasil. 2004. **Relatório**. Programa Colaborativo de Investigación “Movimientos Sociales, Gobernanza Ambiental Y Desarrollo Territorial Rural”. Disponível em: <<http://www.rimisp.cl/getdoc.php?docid=2537>>. Acesso em: fev. 2006.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: **a perspectiva da experiência**. São Paulo. Difel, 1983.

TURNER, John F. C. “Da provisão centralizada à autogestão local – novas direções para a política habitacional” (artigo para a revista The Courier – 1983) in Mascaró, Lúcia (coord) Tecnologia e Arquitetura. Editora Nobel, São Paulo, 1989, p. 91.

UNIVALI, Projeto Pesca responsável na Baía de Tijucas. Encarte 1. Meta 1 e 2. **Fundo Nacional do Meio Ambiente**, 2008.

VASCONCELOS, M, et al. **Alguns aspectos relevantes relacionados à pesca artesanal costeira nacional**, 2007. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/SEAPRelatorio.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2012.

VIANA, J. P. et al. Community management of fishery resources in the Mamirauá Sustainable Development Reserve, Brazil. In: SILVIUS, K. M.; BODNER, R. E.; FRAGOSO, J. M. V. (Ed.). People in nature: **wildlife conservation in south and Central America**. New York: Columbia University Press. No prelo.

VIEIRA, Liszt. Cidadania e Globalização. Rio de Janeiro. Editora Record 6ª edição. 2002, p. 55.

VIVACQUA, Melissa (2012). Dilemas da conservação e desenvolvimento na gestão compartilhada da pesca artesanal: **conflitos e sinergias nos processos de criação de Reservas Extrativistas Marinho-Costeiras em Santa Catarina**. (Tese de doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. UFSC. Florianópolis. SC. Pp. 365.

WADE, R. Village Republics: **economic conditions for collective action in South India**. San Francisco: ICS Press, 1998.

WAGNER, Roy. A cultura como criatividade. In: **A Invenção da Cultura**. São Paulo: Cosac Naify. Pp. 49-72, 2010.

WEIGAND JR., R. The social context of participation: **participatory rural appraisal (PRA) and the creation of a marine protected area in Bahia, Brazil**. Tese (Doutorado) – University of Florida. 300p. EUA, 2003.

WETZEL, L. B.; POLETTE, M. ICZM and the Integration of Coastal Management and Protected Area Policies in Brazil. In: **The Changing Coast. Eurocoast/EUCC**, Porto, Portugal. 2002. Disponível em: <http://www.io-warnemuende.de/homepages/schernewski/Littoral2000/docs/vol3/Littoral2002_12.pdf>. Acesso em: fev. 2006.

WILSON, D. C.; NIELSEN, J. R.; DENGBOL, P. (Ed.).The fisheries co-management experience: **accomplishments, challenges and prospects**. London: Kluwer Academic Publishers. 2003. p. 348
WORM, B., Barbier, E.B., Beaumont, N., Duffy, J.E., et la. **Impacts of Biodiversity Loss on Ocean Ecosystem Services**. *Science* 314(5800): 787-790, 2006.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**. v. 4, n. 8. 1991.

ZANONI, Magda. Práticas interdisciplinares em grupos consolidados. In: PHILIPPI Jr. A., Tucci, C. E. M., Hogan, D. J. Navegantes, R. **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo, Signus Editor. P. 111- 130, 2000.

ANEXOS**ROTEIRO PARA ENTREVISTAS**

Pontos importantes a suscitar:

- Que espécies de conflitos são encontradas naquelas comunidades
- Qual o futuro da pesca na visão dos pescadores
- Como se dá a organização social
- O papel das mulheres
- Sobre a pesca industrial
- Atividades além da pesca artesanal
- Os botes
- A colônia de pesca
- Como ele percebem o espaço em que trabalham?
- Como se dá a defesa do território?
- Demarcação realizada entre eles.
- Como definem as zonas a serem usadas por cada pescador?